

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO**

Edna da Silva Angelo

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ACESSO ABERTO DO BRASIL E DA
ESPANHA: MODELO TERMINOLÓGICO E PADRÃO DAS EQUIPES
EDITORIAIS E CIENTÍFICAS E DA AVALIAÇÃO POR PARES**

Belo Horizonte

2022

Edna da Silva Angelo

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ACESSO ABERTO DO BRASIL E DA
ESPANHA: MODELO TERMINOLÓGICO E PADRÃO DAS EQUIPES
EDITORIAIS E CIENTÍFICAS E DA AVALIAÇÃO POR PARES**

Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, na Escola de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento para obtenção do título de doutora em Gestão & Organização do Conhecimento.

Área de concentração: Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Arquitetura & Organização do Conhecimento (AOC).

Orientadora: Prof.^a Dra. Marlene Oliveira.

Belo Horizonte

2022

Angelo, Edna da Silva.

A5849p Periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha: modelo terminológico e padrão das equipes editoriais e científicas e da avaliação por pares [manuscrito] / Edna da Silva Angelo. – 2022.
211 f. : il.: color.

Orientadora: Marlene Oliveira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 160-179

Apêndice: f. 180-184

Anexo: f. 185-210

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Acesso aberto – Teses. 3. Periódicos científicos – Teses. 4. Periódicos científicos – Brasil – Teses. 5. Periódicos científicos – Espanha – Teses. I. Título. II. Oliveira, Marlene. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 05(81+460)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPG-GOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ACESSO ABERTO DO BRASIL E DA ESPANHA: MODELO TERMINOLÓGICO E PADRÃO DAS EQUIPES EDITORIAIS E CIENTÍFICAS E DA AVALIAÇÃO POR PARES

EDNA DA SILVA ANGELO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento, sob a orientação da Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Aposentada/UFMG.

Aprovada em 06 de dezembro de 2022, por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

Dr(a). Carla Cristina Vieira de Oliveira
PRPQ/UFMG

Prof(a). Célia da Consolação Dias (Presidente)
ECI/UFMG

Prof(a). Edivanio Duarte de Souza
UFAL

Prof(a). Rogério Mugnaini
USP

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Celia da Consolação Dias, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/12/2022, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Mugnaini, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edivanio Duarte de Souza, Usuário Externo**, em 22/12/2022, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Cristina Vieira de Oliveira, Bibliotecária-Documentalista**, em 27/12/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1945844** e o código CRC **DA50E6DE**.

Referência: Processo nº 23072.271511/2022-80

SEI nº 1945844



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPG-GOC

ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA

EDNA DA SILVA ANGELO

Realizou-se, no dia 06 de dezembro de 2022, às 16:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ACESSO ABERTO DO BRASIL E DA ESPANHA: MODELO TERMINOLÓGICO E PADRÃO DAS EQUIPES EDITORIAIS E CIENTÍFICAS E DA AVALIAÇÃO POR PARES, apresentada por EDNA DA SILVA ANGELO, número de registro 2019664040, graduada no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, sob a orientação da Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Aposentada/UFMG, à seguinte Comissão Examinadora: Dr(a). Carla Cristina Vieira de Oliveira - PRPQ/UFMG, Prof(a). Célia da Consolação Dias - ECI/UFMG (Presidente), Prof(a). Edivanio Duarte de Souza - UFAL, Prof(a). Rogério Mugnaini - USP.

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Celia da Consolação Dias, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/12/2022, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Mugnaini, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edivanio Duarte de Souza, Usuário Externo**, em 22/12/2022, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Cristina Vieira de Oliveira, Bibliotecária-Documentalista**, em 27/12/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1945799** e o código CRC **E2EB4829**.

Referência: Processo nº 23072.271511/2022-80

SEI nº 1945799

RESUMO

O periódico é o principal canal para o compartilhamento dos resultados das pesquisas. O objetivo deste estudo é analisar as características, as equipes editoriais e a avaliação por pares dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto, a fim de formalizar um modelo terminológico e padrão para essas publicações. Justifica-se a temática pela escassez de estudos no âmbito da Ciência da Informação e da necessidade de se conhecer o sistema de publicação dos periódicos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e de abordagem mista, cujo corpus de análise reuniu periódicos do tipo científico, de acesso aberto e de origem brasileira e espanhola. Quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa documental, extraindo dados do *Directory of Open Access scholarly Resources*; *Directory of Open Access Journals*; *Sistema Regional de Información en Línea para periódicos científicos de América Latina, el Caribe, España y Portugal*; Portal Dulcinea; Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital; *Revistes Catalan es Amb Accés Obert*; websites das editoras e dos periódicos; e do relato de editor. Coletaram-se dados por meio do uso de uma ficha de registro e realizou-se encontro virtual, via *Google Meet* e de modo individual, com a participação de editor e pesquisador vinculado à área da Comunicação e Informação. A partir dos resultados, constatou-se a existência de 5.848 periódicos, a maioria instituída no período de 2010 a 2014, sendo que 1.601 foram descontinuados e, dos vigentes, 2.628 são brasileiros, 1.619 espanhóis e as regiões com o Produto Interno Bruto mais elevado concentram maior número de publicações. Quanto às características editoriais, Educação e História representam os assuntos mais recorrentes, nos dois países; 88% dos periódicos brasileiros e 65% dos espanhóis utilizam a plataforma OJS; a Espanha apresenta um número maior de edições disponibilizadas por título (48), enquanto o Brasil contempla, em média, 35 edições; na Espanha, 38% dos periódicos possuem periodicidade anual, ao passo que, no Brasil, a maioria (43%) publica duas vezes ao ano. No que tange à equipe científica, em ambos os países, as análises constataram que a responsabilidade editorial é das instituições de ensino e associações e a maior parte da equipe científica de ambos os países é composta por 20 a 29 pessoas; os dois países utilizam uma variedade de nomenclaturas para designar as equipes editoriais, sendo localizadas, no Brasil, 713 e, na Espanha, 623 denominações, cujas atribuições dessas equipes são exercidas pelo editor-chefe em 58% dos periódicos brasileiros e em 42% dos espanhóis; percebeu-se que 60% dos periódicos brasileiros e 32% dos espanhóis descrevem a equipe técnica, sendo localizadas 819 expressões para essa equipe nos periódicos brasileiros e 297 nos espanhóis. No que concerne à avaliação por pares, o sistema de avaliação às cegas predomina, cujo processo avaliativo é composto por três fases: pré-avaliação, avaliação e revisões, não sendo muito comum, nos dois países, a prática de convidar avaliadores externos. Em suma, por causa da variedade terminológica das equipes envolvidas na gestão, o modelo proposto associou termos, estabelecendo um conjunto terminológico padronizado, com o propósito de evitar que os termos sejam estabelecidos por conveniência, sem critérios seletivos. O modelo permitiu uma indexação eficiente e foi avaliado como adequado para suprir as necessidades informacionais dos editores científicos.

Palavras-chave: Periódico Científico. Equipes Editoriais. Avaliação por Pares. Padrão terminológico para periódicos. Acesso aberto

ABSTRACT

The journal is the main channel for sharing research results. The objective of this study is to analyze the characteristics, editorial teams and peer review of Brazilian and Spanish open access scientific journals, in order to formalize a terminological and standard model for these publications. The theme is justified by the scarcity of studies in the field of Information Science and the need to know the publication system of journals. This is a descriptive, exploratory and mixed approach research, whose analysis corpus brought together scientific, open access and Brazilian and Spanish journals. As for the technical procedures, a documental research was carried out, extracting data from the Directory of Open Access scholarly Resources; Directory of Open Access Journals; Regional Information System on Line for scientific journals from Latin America, the Caribbean, Spain and Portugal; Dulcinea Portal; Brazilian Network of Digital Preservation Services; Catalan Magazines es Amb Acces Obert; publishers' and journals' websites; and reports from editors. Data were collected using a registration form and virtual meetings were held via Google Meet and individually, with the participation of editors and researchers linked to the area of Communication and Information. From the results, it was found that there were 5,848 journals, most of them established in the period from 2010 to 2014, of which 1,601 were discontinued and, of those in force, 2,628 are Brazilian, 1,619 are Spanish and the regions with the highest Gross Domestic Product concentrate the largest number of publications. As for editorial characteristics, Education and History represent the most recurrent subjects in both countries; 88% of Brazilian and 65% of Spanish journals use the OJS platform; Spain has a greater number of editions available per title (48), while Brazil has, on average, 35 editions; in Spain, 38% of journals are published annually, while in Brazil, most (43%) publish twice a year. With regard to the scientific team, in both countries, the analyzes found that the editorial responsibility lies with educational institutions and associations and most of the scientific team in both countries is composed of 20 to 29 people; the two countries use a variety of nomenclatures to designate editorial teams, with 713 being located in Brazil and 623 in Spain, whose attributions of these teams are performed by the editor-in-chief in 58% of Brazilian journals and in 42% of Spanish; it was noticed that 60% of Brazilian and 32% of Spanish journals describe the technical team, with 819 expressions for this team in Brazilian journals and 297 in Spanish. With regard to peer evaluation, the blind evaluation system predominates, whose evaluation process is composed of three phases: pre-evaluation, evaluation and reviews, and the practice of inviting external evaluators is not very common in both countries. In short, because of the terminological variety of the teams involved in management, the proposed model associated terms, establishing a standardized terminology set, with the purpose of preventing terms from being established for convenience, without selective criteria. The model allowed efficient indexing and was evaluated as adequate to meet the informational needs of scientific editors.

Keywords: Scientific Journal. Editorial Teams. Peer Rating. Terminological standard for journals. Open access

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Comparativo entre a quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis por bases.....	79
GRÁFICO 2 - Periódicos brasileiros e espanhóis vigentes e descontinuados.....	81
GRÁFICO 3 - Áreas do conhecimento x anos do primeiro volume dos periódicos brasileiros.....	84
GRÁFICO 4 - Áreas do conhecimento x anos do primeiro volume dos periódicos espanhóis.....	84
GRÁFICO 5 - Uso do OJS pelos periódicos do Brasil e da Espanha.....	86
GRÁFICO 6 - Ano do primeiro volume disponível na internet - periódicos do Brasil e da Espanha.....	89
GRÁFICO 7 – Disponibilização dos periódicos brasileiros e espanhóis na internet - crescimento.....	90
GRÁFICO 8 - Periodicidade dos periódicos do Brasil e da Espanha.....	93
GRÁFICO 9 - Periodicidade dos periódicos de acesso do Brasil por área do conhecimento.....	94
GRÁFICO 10 - Periodicidade dos periódicos de acesso da Espanha por área do conhecimento.....	95
GRÁFICO 11 – Frequência das editoras dos periódicos brasileiros e espanhóis.....	96
GRÁFICO 12 - Natureza organizacional das editoras dos periódicos brasileiros por área do conhecimento.....	98
GRÁFICO 13 - Natureza organizacional das editoras dos periódicos espanhóis por área do conhecimento.....	99
GRÁFICO 14 - Detalham o sistema de avaliação por pares - Brasil e Espanha.....	102
GRÁFICO 15 - Distinção da comissão editorial do editor-chefe.....	110
GRÁFICO 16 – Presença da comissão editorial nos periódicos do Brasil por área do conhecimento.....	111
GRÁFICO 17 – Presença da comissão editorial nos periódicos da Espanha por área do conhecimento.....	111
GRÁFICO 18 - Identificação do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos.....	114
GRÁFICO 19 - Identificação do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos brasileiros por área do conhecimento.....	114
GRÁFICO 20 – Identificação do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos espanhóis por área do conhecimento.....	114
GRÁFICO 21 - Identificação da quantidade de editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos.....	119
GRÁFICO 22 - Identificação do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos do Brasil por área do conhecimento.....	119

GRÁFICO 23 - Identificação do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	120
GRÁFICO 24 - Gênero do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos do Brasil.....	120
GRÁFICO 25 - Gênero do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos da Espanha.....	121
GRÁFICO 26 - Gênero do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	121
GRÁFICO 27 - Gênero do editor-chefe ou <i>director</i> dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	122
GRÁFICO 28 - Identificação da quantidade de editor associado ou <i>editor asociado</i> dos periódicos	123
GRÁFICO 29 - Identificação do editor associado ou <i>editor asociado</i> dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	124
GRÁFICO 30 - Identificação do editor associado ou <i>editor asociado</i> dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	124
GRÁFICO 31 - Identificação do conselho editorial ou <i>consejo asesor</i> dos periódicos	126
GRÁFICO 32 - Identificação do conselho editorial ou <i>consejo asesor</i> dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	127
GRÁFICO 33 - Identificação do conselho editorial ou <i>consejo asesor</i> dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	127
GRÁFICO 34 - Identificação da quantidade de parecerista <i>ad hoc</i> ou <i>evaluador</i> dos periódicos	130
GRÁFICO 35 - Identificação de parecerista <i>ad hoc</i> ou <i>evaluador</i> dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	130
GRÁFICO 36 - Identificação de parecerista <i>ad hoc</i> ou <i>evaluador</i> dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	131
GRÁFICO 37 – Identificação de editor honorário dos periódicos do Brasil e da Espanha..	132
GRÁFICO 38 - Identificação de editor honorário dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	133
GRÁFICO 39 - Identificação de editor honorário dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	133
GRÁFICO 40 - Quantitativo da equipe editorial científica dos periódicos do Brasil e Espanha	137
GRÁFICO 41 – Identificação da equipe técnica dos periódicos	141
GRÁFICO 42 - Identificação da equipe técnica dos periódicos do Brasil por área do conhecimento	142
GRÁFICO 43 - Identificação da equipe técnica dos periódicos da Espanha por área do conhecimento	142

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Recomendações da Carta de São Paulo distribuídas entre os agentes responsáveis	38
QUADRO 2 - Ficha documental com as categorias de análise e seus elementos.....	67
QUADRO 3 - Softwares utilizados para o processo automatizado da análise de dados	70
QUADRO 4 – Critérios de inclusão e exclusão para atribuição do registro ISSN.....	72
QUADRO 5 – Produtos de informação oferecidos pelo LATINDEX.....	76
QUADRO 6 – Características especificadas e exigidas para indexação no LATINDEX	76
QUADRO 7 – Estrutura editorial científica a partir das nomenclaturas mais utilizadas.....	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis identificada na base ROAD	73
TABELA 2 - Número de registros ISSN do Brasil e da Espanha.....	73
TABELA 3 - Periódicos brasileiros e espanhóis identificados na base DOAJ	74
TABELA 4 - Quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis identificada na base LATINDEX	76
TABELA 5 - Assuntos mais recorrentes dos periódicos do Brasil e da Espanha	83
TABELA 6 - Área do conhecimento dos periódicos do Brasil e da Espanha.....	83
TABELA 7 – Modalidades de avaliação por partes dos periódicos brasileiros e espanhóis	104
TABELA 8 – Resumo dos termos referentes à equipe científica dos periódicos brasileiros e espanhóis	107
TABELA 9 - Resumo dos termos utilizados para equipe científica – comissão editorial ou consejo de redacción.....	112
TABELA 10 - Resumo dos termos para editor-chefe ou director dos periódicos.....	115
TABELA 11 – Resumo dos termos referentes ao editor associado ou editor asociado	125
TABELA 12 – Resumo dos termos para conselho editorial ou consejo asesor dos periódicos	128
TABELA 13 – Resumo dos termos para parecerista ad hoc ou avaliador dos periódicos	131
TABELA 14 – Resumo dos termos para editor honorário dos periódicos	134
TABELA 15 – Descrição da equipe científica dos periódicos.....	139
TABELA 16 – Resumo dos termos localizados para equipe técnica dos periódicos	143
TABELA 17 – Termos mais recorrentes para equipe técnica dos periódicos	144

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa-múndi da produção científica	28
FIGURA 2 - Principais iniciativas mundiais de acesso aberto	29
FIGURA 3 - Modelo simplificado da composição da equipe editorial científica de um periódico	50
FIGURA 4 - Representação do guarda-chuva para a ciência aberta.....	54
FIGURA 5 - Espectro de comportamentos predatórios para periódicos	57
FIGURA 6 - Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa.....	64
FIGURA 7 - Elementos do corpus da pesquisa	65
FIGURA 8 - ISSN do periódico de acesso aberto <i>Analytica</i>	73
FIGURA 9 - Notícia de periódico encerrado	80
FIGURA 10 - Notícia de periódico descontinuado	81
FIGURA 11 - Assuntos de maior ocorrência nos periódicos brasileiros e espanhóis	82
FIGURA 12 - Indicativo de periódico impresso que foi digitalizado.....	89
FIGURA 13 - Exemplo de periódico que estava descontinuado e voltou a publicar	93
FIGURA 14 – Número de periódicos por regiões brasileiras	99
FIGURA 15 – Número de periódicos por comunidades autônomas da Espanha.....	100
FIGURA 16 – Número de periódicos brasileiros por região x PIB.....	100
FIGURA 17 – Número de periódicos espanhóis por região x PIB.....	101
FIGURA 18 – Exemplo de periódico que não detalha o processo de revisão por partes....	103
FIGURA 19 – Nuvem de palavras para os termos referentes à equipe científica dos periódicos	108
FIGURA 20 – Nuvens de palavras para os termos referentes à comissão científica	112
FIGURA 21- Nuvem de palavras para editor-chefe ou director dos periódicos.....	115
FIGURA 22 - Nuvem de palavras para editor associado ou <i>editor asociado</i> dos periódicos	125
FIGURA 23 – Nuvem de palavras para conselho editorial ou consejo asesor.....	128
FIGURA 24 – Nuvem de palavras para parecerista ad hoc ou avaliador dos periódicos...	131
FIGURA 25 – Nuvem de palavras para as expressões referentes a editor honorário dos periódicos	134
FIGURA 26 – Fluxo simplificado das atividades de avaliação por pares de um periódico ..	135
FIGURA 27 – Nuvem de palavras para as expressões referentes à equipe técnica dos periódicos	144

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Editores Científicos
AOC	Arquitetura & Organização do Conhecimento
APC	<i>Article Processing Charge</i>
ARL	<i>Association of Research Libraries</i>
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BOAI	Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste
BVS ULAPSI	<i>Biblioteca Virtual de La Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARINIANA	Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
DRIVER	<i>Digital Repository Infrastructure Vision for European Research</i>
ERIC	<i>Educational Resources Information Center</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FECYT	<i>Fundación Española para La Ciencia y la Tecnología</i>
HTML	<i>HyperText Markup Language</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação
IES	Instituições de Ensino Superior
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
LATINDEX	<i>Sistema Regional de Información en Línea para periódicos científicos de América Latina, el Caribe, España y Portugal</i>
NIH	<i>National Institute of Health</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PLOS	<i>Open Letter da Public Library of Science</i>
PMC	<i>Pub Med Central</i>
RACO	<i>Revistes Catalanes Amb Accés Obert</i>
ROAD	<i>Directory of Open Access scholarly Resources</i>
RoMEO	<i>Projeto Rights Metadata for Open Archiving</i>
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SPARC	<i>Scholarly Publishing e Academic Resources Coalition</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRLN	<i>Triangle Research Libraries Network</i>
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Problema	19
1.2 Questão da pesquisa	22
1.3 Justificativa	22
1.4 Objetivos.....	24
1.4.1 Objetivo geral.....	25
1.4.2 Objetivos específicos	25
1.5 Estrutura da tese.....	25
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS.....	27
2.1 Acesso aberto	27
2.1.1 Acesso aberto no Brasil.....	34
2.1.2 Acesso aberto na Espanha.....	40
2.2 Periódicos científicos	44
2.2.1 Equipe editorial científica e avaliação por pares.....	50
2.2.2 Periódicos predatórios.....	55
2.3 Estudos correlatos	59
3 METODOLOGIA	64
3.1 Caracterização da pesquisa.....	64
3.2 Procedimentos de coleta de dados	66
3.3 Procedimentos de análise dos dados.....	69
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
4.1 Identificação.....	71
4.2 Características	82
4.3 Equipe científica e avaliação por pares	101
4.4 Equipe técnica	141
4.5 Entrevista com editor de periódico	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	160

APÊNDICE A – RESULTADO DA PESQUISA - ESTRUTURA EDITORIAL CIENTÍFICA DE UM PERIÓDICO. NOMENCLATURAS MAIS UTILIZADAS POR FUNÇÃO E PAÍS	180
APÊNDICE B - RESULTADO DA PESQUISA - FLUXO SIMPLIFICADO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO POR PARES DE UM PERIÓDICO.....	181
APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM EDITOR DE PERIÓDICO	182
ANEXO A - TABELA DE ÁREAS DE CONHECIMENTO/AVALIAÇÃO DA CAPES	185

1 INTRODUÇÃO

O percurso histórico dos periódicos científicos tem sua gênese no ano de 1665, com o lançamento do *Journal des Sçavans*, na França, e do *Philosophical Transactions of the Royal Society*, na Inglaterra. Essas publicações surgiram como um novo método para comunicar a ciência, pois, naquela época, cartas escritas ou impressas e alguns livros já não eram meios suficientes para a disseminação do conhecimento (BARTLING; FRIESIKE, 2014). Desde então, o aperfeiçoamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem alterando as práticas pelas quais os dados, as metodologias, as ferramentas e os resultados de pesquisa são produzidos, disseminados e utilizados, de modo a possibilitar melhorias à comunicação científica.

O periódico científico é um instrumento que acompanha os avanços do conhecimento e da inovação em Ciência e Tecnologia. Esse tipo de documento viabiliza com sucesso a disseminação e facilita a recuperação de informações científicas por dois fatores: o tempo (determinado pela velocidade de distribuição) e o espaço (considerando os modos de distribuição remota). Por seu formato ágil, é o suporte ideal para obras que unam reflexão crítica com o desejo de intervenção na ciência e na sociedade (PISOSCHI; PISOSCHI, 2016). A publicação dos resultados de pesquisa em padrões autorizados e referendados por um periódico científico, como afirma Oliveira (1996), constitui uma característica da ciência e um direito do pesquisador, como também um dever, sendo esse comportamento esperado pelos pares e pelos empregadores vinculados ao pesquisador.

O artigo e o periódico científicos ocupam um papel central no processo de avaliação da produtividade científica de indivíduos, campos científicos e de instituições. Representam um esforço em reunir a produção técnico-científico-cultural e torná-la pública. Essas publicações caracterizam-se como um meio de divulgação crível, de acesso rápido e prático no que diz respeito à recuperação da informação científica, cujo principal fim é disponibilizar para a sociedade a produção científica de diversas áreas do conhecimento.

Por tradição, a prática avaliativa dos estudos científicos por pares tem sido considerada um selo de qualidade na ciência. A confiabilidade do processo de revisão por pares é essencial para selecionar manuscritos (textos ainda não avaliados) que atendam aos critérios estabelecidos por um periódico. Para garantir um processo justo e confiável, os revisores são escolhidos a partir do conhecimento que dominam sobre certas temáticas correlatas ao escopo do periódico, ou pela experiência que possuem, mesmo que não estejam vinculados às equipes do periódico (BJÖRK; HEDLUND, 2015). Para serem aceitos pela comunidade científica, os resultados de pesquisa (independente do formato ou estrutura escrita, como: artigo, livro, comunicado em evento, dentre outros) precisam alcançar um

consenso, ainda que seja parcial, pelos pares de uma área do conhecimento (BANDEIRA; FREIRE, 2017).

Carelli e Giannasi-Kaimen (2009) ressaltam sobre a certificação do conteúdo e o tratamento editorial, componentes básicos da estrutura padrão dos periódicos científicos em todas as áreas do conhecimento. Essas duas condições correspondem aos critérios essenciais para que as publicações sejam consideradas como canais preferenciais para a comunicação da ciência. Os autores também afirmam que esses critérios estabelecidos garantirão que os artigos publicados serão de qualidade, confiáveis, referenciados e prontos para a ampla disseminação e uso pela comunidade científica, servindo como base para o desenvolvimento de outras pesquisas.

Desde a origem dos periódicos, uma das atividades dos editores é selecionar artigos com assuntos importantes para publicar. Para isso, contam com uma equipe de consultores *ad hoc* (avaliadores externos com experiência e domínio de conhecimento). Nos mais de 350 anos de existência dos periódicos científicos, a revisão por pares foi se evoluindo de modo gradual, ao longo dos tempos. Por exemplo, em meados do século XVIII, a *Royal Society* iniciou um procedimento editorial que envolvia o uso da ajuda de pares, estabelecendo, assim, um comitê específico (BJÖRK; HEDLUND, 2015). Nas primeiras décadas do século XXI, os procedimentos de avaliação modificaram-se, permanecendo algumas práticas e sendo introduzidas outras. O periódico *Nature* introduziu a avaliação por pares, de maneira formal, em 1967. Antes disso, alguns artigos eram revisados e outros eram diretamente aprovados pelo editor do periódico (SPINAK, 2018).

Nesse contexto, segundo Björk e Hedlund (2015), as inovações em TIC promoveram mudanças nas atividades de revisão por pares, sobretudo com a passagem do formato impresso para o eletrônico, o qual oportunizou avanços significativos no processo de publicação. Essas inovações, na visão de Ferreira e Caregnato (2008), contribuíram também para a internacionalização da ciência e a utilização de novos recursos digitais nas publicações periódicas, tanto no processo de editoração, como nos recursos disponíveis em bases para recuperação eficiente dos conteúdos.

No início do século XXI, a internet tornou-se palco da comunicação científica, por facilitar o modo de comunicação e de relacionamento social. Além disso, de acordo com Freire (2016), aumenta-se a pressão que as instituições exercem nos cientistas, tendo em vista a necessidade de tornar suas pesquisas publicadas, na tentativa de alcançar um status profissional e acadêmico. Esses acontecimentos possibilitaram o crescimento exponencial da quantidade de publicações disponíveis, por conseguinte, modificaram os formatos e suportes das publicações, os métodos de avaliação e as equipes envolvidas, com o propósito de melhorar a gestão do periódico.

Tendo como base o crescimento e a estruturação no que tange às práticas editoriais, apresenta-se o tema abordado neste estudo: a identificação, as características editoriais, as equipes e o processo de avaliação por pares dos periódicos científicos de acesso aberto de dois países. Assim, há pretensão de investigar os periódicos científicos do Brasil e da Espanha, no contexto do acesso aberto, mediante uma análise comparativa que indique as semelhanças e as diferenças entre as duas instâncias estudadas.

A hipótese levantada nesta pesquisa é de que a partir das análises dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis é possível desenvolver um padrão terminológico referente às características formais da equipe editorial científica e do processo de avaliação por pares. Considerando a amplitude do objeto estudado (periódicos de acesso aberto), não se pretende, nesta tese, esgotar o tema abordado, cujo foco concentra-se nos elementos mais importantes para a identificação, disseminação e aceitação do periódico por parte das bases de dados de prestígio internacional.

Nesse sentido, o presente estudo vincula-se à área da Ciência da Informação, no campo específico da comunicação científica, com foco nos periódicos científicos. A investigação faz parte dos estudos temáticos da linha de pesquisa “Arquitetura & Organização do Conhecimento (AOC)” do Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento. Com efeito, o propósito é contribuir para a construção de mecanismos que tornem o conhecimento científico organizado e de fácil acesso e uso pela comunidade científica e pela sociedade.

1.1 Problema

Com o surgimento dos periódicos científicos eletrônicos, na última metade do século XX, percebeu-se um aumento significativo da quantidade dessas publicações, especialmente nas Instituições de Ensino Superior (IES). Algumas críticas referentes à gestão dos periódicos científicos nacionais são sinalizadas com frequência na literatura da área da Ciência da Informação, sendo uma das principais a falta de normalização das edições publicadas (KRZYZANOWSKI; FERREIRA, 1998; MUELLER, 2000; OLIVEIRA, 2017).

No âmbito da normalização dos periódicos eletrônicos, considerando as dinâmicas proporcionadas no contexto da web, em muitos casos, são utilizados diversos termos para expressar o mesmo significado. Um exemplo dessa diversidade são as múltiplas nomenclaturas utilizadas para referir-se à equipe editorial, como: conselho editorial, comitê editorial, equipe editorial, dentre outras ocorrências, o que torna imprecisa a representação da informação. Há falta de conformidade entre os gestores dos periódicos sobre os termos a serem adotados para cada função desempenhada pelos membros da equipe.

Na literatura, segundo Santana e Francelin (2016), a terminologia acerca das funções e papéis editoriais não é padronizada. Os autores observaram a ocorrência de diferentes termos para papéis e funções correspondentes, tais como: comitê científico e comissão científica, editores de seção e editores de área, dentre outros. Oliveira (2017), após desenvolver um modelo-síntese para a avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação, constatou a necessidade de uma investigação voltada à padronização terminológica dos elementos trabalhados na editoração de um periódico científico.

Os softwares de editoração oferecem maior uniformidade na disposição dos dados que possibilitam identificar os periódicos; contudo, o conteúdo ainda se encontra disperso. Um exemplo dessa ocorrência está na customização brasileira do software *Open Journal Systems* (OJS) ao permitir que os periódicos ganhassem agilidade e transparência nos procedimentos editoriais, desde a submissão, contemplando a avaliação, a publicação on-line e atingindo a indexação (COUTINHO; BUSE, 2014); não obstante, o campo de denominação do corpo editorial ainda é aberto para quaisquer termos.

A ambiguidade de denominações é decorrente de uma série de fatores que envolvem tanto a falta de normativa para as expressões a serem utilizadas na gestão do periódico científico como a carência de profissionalização dos responsáveis editoriais. O editor, em geral, não conhece a forma de contextualizar a informação, pois, como abordou Oliveira (2017), a maioria desses profissionais assume o cargo sem passar por treinamentos ou obter alguma orientação para o desempenho da função, o que acarreta a falta de compreensão imediata dos critérios e da estrutura necessária de um periódico científico.

No Brasil, na maioria dos casos, o editor é submetido a essa condição, de modo súbito, e com pouca ou nenhuma experiência prévia (CIRINO, 2017). Para Packer (2014), grande parte dos editores brasileiros são pesquisadores ativos que dedicam uma parcela pequena do seu tempo à gestão dos periódicos. Baumgarten (2015) concorda com essa afirmação e menciona que, em linhas gerais, os editores exercem as funções de professores e pesquisadores, não tendo como assumirem o trabalho de gestão executiva, que envolve conhecimento profundo dos sistemas de gerenciamento editorial, cuja própria atividade de coordenação editorial já é uma atividade bastante absorvente. Assim, na maior parte dos casos, o que ocorre é uma editoria artesanal, caseira, solitária e sem acúmulo de experiência sistematizada (CIRINO, 2017).

Para a eficácia dos periódicos científicos, o uso de padrões é muito importante, como explicam Fachin, Hillesheim e Rados (2005). Por atuar como veículo de reconhecimento científico de seus autores e editores, quando padronizados, os periódicos asseguram aspectos como: o conhecimento de pontos de vista distintos sobre um mesmo tema; os elementos fundamentais na preservação e difusão do conhecimento; e o aprofundamento das

investigações. Portanto, negar a importância da análise e do desenvolvimento dos periódicos científicos pode significar o agravamento de situações que comprometam a sobrevivência da ciência de um País.

O problema da falta de uniformidade se estende, também, quando se trata da identificação ou levantamento dos periódicos disponibilizados em acesso aberto. Nesse contexto, apesar de ser possível encontrar os melhores mecanismos para manter e preservar o conteúdo dos periódicos científicos, tais como: o armazenamento em repositórios ou portais, o desenvolvimento de mecanismos de buscas, dentre outros, problemas de preservação e de localização ainda existem.

Do ponto de vista prático, é complicado reunir a totalidade de periódicos. Com as facilidades tecnológicas, o processo de criação de um periódico se tornou simples; no entanto, assim como surgem periódicos com frequência, eles podem desaparecer, sem deixar registros. Em decorrência disso, são criadas ferramentas ou ambientes apropriados para armazenar as publicações ou para auxiliar na localização delas. Os diretórios, por exemplo, são instrumentos de localização de diversas fontes de informação, cuja finalidade é apresentar o conhecimento consolidado e ajudar o usuário a encontrar o que procura (CAMPELLO, 2000; MUELLER, 2000). Mesmo tendo a finalidade de auxiliar a busca do usuário, os diretórios não são de adesão obrigatória e, na maioria dos casos, pelos critérios de permanência, a descontinuidade do periódico implica na sua retirada do catálogo.

Alguns diretórios, a exemplo do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e do *Sistema Regional de Información en Línea para periódicos científicos de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX), apesar de terem a intenção de agrupar os registros dos periódicos científicos, indexam as publicações vigentes e que atendem alguns critérios, não tendo como finalidade o levantamento retrospectivo e histórico. Dessa maneira, alguns títulos estão armazenados em um diretório, mas não se encontram em outros diretórios.

Souza (2018) comprovou a inatividade de vários periódicos por meio do comparativo dos títulos presentes na base de dados da Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mesmo considerando novos periódicos, conforme o autor, entre os anos de 2013 e 2014, por exemplo, Antropologia/Arqueologia registrou um decréscimo de -24,58%; a área de Serviço Social totalizou uma redução de periódicos de -19,42%; Biotecnologia -8,46%; e Ciências Biológicas registrou -6,07%.

Por mais importantes que sejam, muitas publicações não estão disponíveis e mesmo cientistas experientes encontram dificuldades para ter o acesso a esse material. Ao disponibilizar-se o formato apenas por meio digital, o problema é elevado a uma dimensão maior. Quando não existe a preocupação de conservar a disponibilidade do endereço eletrônico ou o direcionamento dele para outro, a informação deixa de existir, por conseguinte,

não é possível recuperá-la. O grande problema de não preservar as informações sobre os periódicos científicos é que eles podem se perder por completo. Caso não houver algum mecanismo que garanta o acesso a essas publicações, o fato gerará um transtorno para os pesquisadores e uma perda imensurável para a memória da ciência.

1.2 Questão da pesquisa

A partir da contextualização apresentada, sobretudo do problema formulado para o desenvolvimento deste estudo, apresenta-se a questão norteadora, definida do seguinte modo: como desenvolver um padrão terminológico referente às características formais da equipe editorial científica e do processo de avaliação por pares a partir das análises dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis?

1.3 Justificativa

A principal justificativa é a escassez de estudos sobre a temática no âmbito da Ciência da Informação. Esta investigação decorre da necessidade de se conhecer o sistema das publicações periódicas que deve ser compreendido tanto por aqueles que integram a comunidade de pesquisa em cada área acadêmica, em particular, os autores, os editores, os avaliadores e os bibliotecários, como o público externo, envolvendo a sociedade. O estudo justifica-se pela necessidade e importância de serem criadas propostas de padrão na linguagem de representação e no processo de organização e representação do conhecimento, em especial no que tange aos periódicos científicos de acesso aberto.

A característica fundamental da ciência é que os resultados da pesquisa científica devam ser publicados para permitirem construções futuras do conhecimento. Em prol da democratização da informação, o movimento do acesso aberto tem articulado práticas e ferramentas que buscam quebrar as barreiras de acesso e de uso das publicações. Tão importante quanto disponibilizar é estruturar essas publicações para que possam ter condições básicas para obterem visibilidade nacional e internacional (OLIVEIRA, 2017).

A indagação acerca das práticas dos pesquisadores é fundamental para a implementação de políticas que sustentem o desenvolvimento e a promoção de iniciativas de acesso aberto. Isso é importante para o governo, em particular, e para os institutos e as agências de fomento que estejam em situação de contradição quanto às suas normas e políticas. Por um lado, essas instituições colaboram na produção de conhecimento e no uso dos recursos de pesquisa disponíveis, enquanto, por outro lado, persistem atitudes baseadas em privilégios, prestígio e interesses específicos, os quais perpetuam o modelo que

obstaculiza o acesso à informação (CABALLERO-RIVERO; SANCHEZ-TARRAGO; SANTOS, 2019).

A divulgação dos resultados de uma pesquisa científica é parte importante do processo de “fazer ciência”, pois permite que as pessoas tomem decisões embasadas em resultados científicos, façam escolhas e opinem sobre investimentos planejados por seus governantes (VILELA, 2017). Sendo assim, a pesquisa coopera como subsídio à formulação de políticas públicas de Ciência e Tecnologia em prol da comunicação.

A pesquisa no campo das políticas públicas para a Ciência e Tecnologia também reflete a tentativa de desenvolver soluções para os problemas que surgiram no âmbito da prática profissional da proponente desta pesquisa quando da sua participação no gerenciamento do Portal de Periódicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Assim, como descrito por Oliveira (2017), a ausência de um padrão terminológico normativo é um dos maiores questionamentos dos editores. Percebe-se que o padrão terminológico para as publicações periódicas é um tema incipiente, apesar da grande preocupação.

A tecnologia promove o acesso ao conhecimento, mas é preciso construir ações que envolvam todos os atores para quebrar as barreiras de disponibilização e de acesso. Afinal, é a partir do compartilhamento dos resultados de uma investigação que outros pesquisadores “[...] desenvolvem seus estudos, corroboram ou refutam dados e definem novos campos de estudos. Por meio da comunicação, são estabelecidos consensos sobre o que é legítimo ou correto” (VILELA, 2017, p. 7).

Os principais indexadores, a exemplo do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), mencionam que o processo de avaliação deve ser transparente, consistente e documentado com detalhes; entretanto, entendem que os periódicos podem adotar diferentes denominações, conforme as instâncias a que estão inseridos, deixando essa decisão a cargo do editor (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020). Esta pesquisa se aplica no sentido de produzir um instrumento para os editores representarem, da melhor maneira, o conteúdo do periódico por meio do modelo padronizado.

A partir do diagnóstico das características dos periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha, pretende-se colaborar para vislumbrar um caminho de competitividade científica sustentável, sem esgotamento de recursos, enquanto a sociedade se beneficia da disseminação científica com o avanço e a difusão do conhecimento. A escolha do Brasil e da Espanha se baseou no fato de serem os dois países ibero-americanos que desenvolveram modelos bem-sucedidos de acesso aberto. Em suas respectivas regiões, esses países possuem o maior potencial no campo da publicação acadêmica e têm perfis dominantes de produção científica. Quase a totalidade dos periódicos de alta qualidade e impacto do Brasil e mais da metade dos da Espanha publicam seus conteúdos em acesso livre para leitura (NASSI-CALÒ, 2014; RODRIGUES; ABADAL, 2014).

Outro motivo que justifica a escolha da temática deste estudo diz respeito ao mapeamento dos periódicos de acesso aberto, considerando, em especial, os impactos promovidos pela pandemia da Covid-19¹. A partir do contexto pandêmico, ficou determinado que o acesso aberto fosse priorizado pela agenda dos governos em todo o mundo. De acordo com Babini e Rovelli (2020), no infeliz cenário da pandemia, generalizado em 2020 e conduzido pelo surgimento de velhos e novos modos de desigualdade e múltiplas regressões socioeconômicas, recomenda-se, mais do que nunca, o investimento na ciência. Essa decisão fortalece o compromisso com a abertura e a colaboração sob a perspectiva dos princípios e práticas para enfrentar, a médio e longo prazo, a situação epidemiológica regional e outros problemas socioambientais e, ao mesmo tempo, restaurar e ampliar as conexões entre ciência e cidadania (BABINI; ROVELLI, 2020).

A característica independente e, em certos casos, precária de algumas áreas ou instituições faz com que o registro do que é publicado seja falho e irregular. Muitas publicações, por mais importantes que sejam, com o passar dos anos, tornam-se indisponíveis. Mesmo sendo pesquisadores experientes, muitos encontram dificuldades para ter acesso e conhecimento ao conteúdo e aos dados que identificam e caracterizam os periódicos.

Em suma, o periódico científico é o principal canal para o compartilhamento dos resultados das pesquisas. Isso fica evidente, a partir do número expressivo de publicações conhecidas, que contemplam diversas áreas do conhecimento e estão espalhadas em vários países (mais de um milhão, em todas as áreas da ciência) (FREIRE, 2016). De fato, o progresso da ciência depende do acesso a contribuições anteriores de cientistas ao repositório comum do conhecimento (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015). Na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de Economia, em 2001, Joseph Stiglitz afirmou: “todo conhecimento é baseado em conhecimento prévio, e ao tornar conhecimento prévio menos disponível, a inovação é impedida” (STIGLITZ, 2015, p. 278, tradução nossa).

1.4 Objetivos

Tendo como base a questão de pesquisa, é possível estabelecer o foco do estudo, mediante a apresentação de sua proposta. Assim, apresenta-se essa proposta constituída pelo objetivo geral e pelos específicos.

¹ Diz respeito a uma das maiores pandemias da história. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, e que se espalhou por todos os países, ao longo do ano de 2020 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

1.4.1 Objetivo geral

- Analisar as características, as equipes editoriais e a avaliação por pares dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto, a fim de formalizar um modelo terminológico e padrão para essas publicações.

1.4.2 Objetivos específicos

- Localizar os periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha.
- Identificar as principais características editoriais desses periódicos.
- Apresentar um retrato das denominações referentes às equipes editoriais e científicas e à avaliação por pares dos periódicos de ambos os países.
- Analisar as denominações das equipes editoriais e científicas e a avaliação por pares.
- Realizar uma comparação das características dos periódicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha.
- Propor um modelo terminológico que padronize as denominações das equipes editoriais e científicas e da avaliação por pares para periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e Espanha.

1.5 Estrutura da tese

Em termos de organização estrutural, em conjunto com este capítulo introdutório, o texto da tese está constituído por seis capítulos e é finalizado com os capítulos complementares (referências, apêndices e anexo). A divisão obedeceu aos elementos básicos de um estudo científico, considerando a parte teórica, metodológica e prática.

O segundo capítulo consiste na revisão da literatura. Apresenta os conceitos e as características do acesso aberto, mencionando a situação do Brasil e da Espanha. O capítulo também conceitua os periódicos científicos e discorre sobre a equipe editorial científica, a avaliação por pares e os periódicos predatórios, além de abordar, ao final, os estudos correlatos ao tema da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa são descritos no capítulo 3. Além da classificação do estudo, são expostos os procedimentos para coleta e para análise de dados, além dos instrumentos utilizados durante a execução desses processos.

Em seguida, no capítulo 4, é apresentada a análise quantitativa e qualitativa. Ademais, descreve-se o modelo terminológico e padrão referente às denominações da equipe editorial científica e da avaliação por pares para periódicos científicos de acesso aberto.

A análise e a discussão dos resultados obtidos com a realização da pesquisa são discorridas no quinto capítulo. Tal processo se efetiva mediante a confrontação com os resultados da entrevista aplicada à editor de periódico da área da Ciência da Informação brasileira.

O capítulo de número 6 reserva-se à descrição das considerações finais. Nessa parte, além da síntese dos resultados e da descrição do que eles indicam em correlação com os propósitos da pesquisa, são mencionadas as limitações encontradas, como também são sugeridas indicações para estudos futuros. Para finalizar, apresentam-se a lista de referências, os apêndices e o anexo.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

Este capítulo apresenta as bases teóricas e conceituais desta pesquisa, sobretudo, as principais ideias e autores que dialogaram e enriqueceram o tema investigado. A fim de organizar a apresentação da escrita textual, o capítulo está dividido em três seções, estando as duas primeiras subdivididas em duas novas seções, com o propósito de facilitar a organização dos assuntos.

A primeira seção do capítulo aborda a origem, o motivo, as características e os resultados decorridos do movimento do acesso aberto. Em seguida, tem-se uma nova divisão, que descreve o contexto do acesso aberto no Brasil, complementada por uma última parte que discorre sobre o acesso aberto na Espanha.

A segunda divisão do capítulo expõe as principais características e funções do periódico científico. Essa parte também contém duas divisões: a primeira apresenta os aspectos formais da equipe editorial e da avaliação de pares para periódicos científicos e a segunda informa os aspectos dos periódicos predadores.

O capítulo é finalizado com uma terceira divisão. Essa parte é destinada à exposição dos estudos correlatos. Assim, são citados e confrontados alguns estudos que investigaram o mesmo objeto analisado nesta tese.

2.1 Acesso aberto

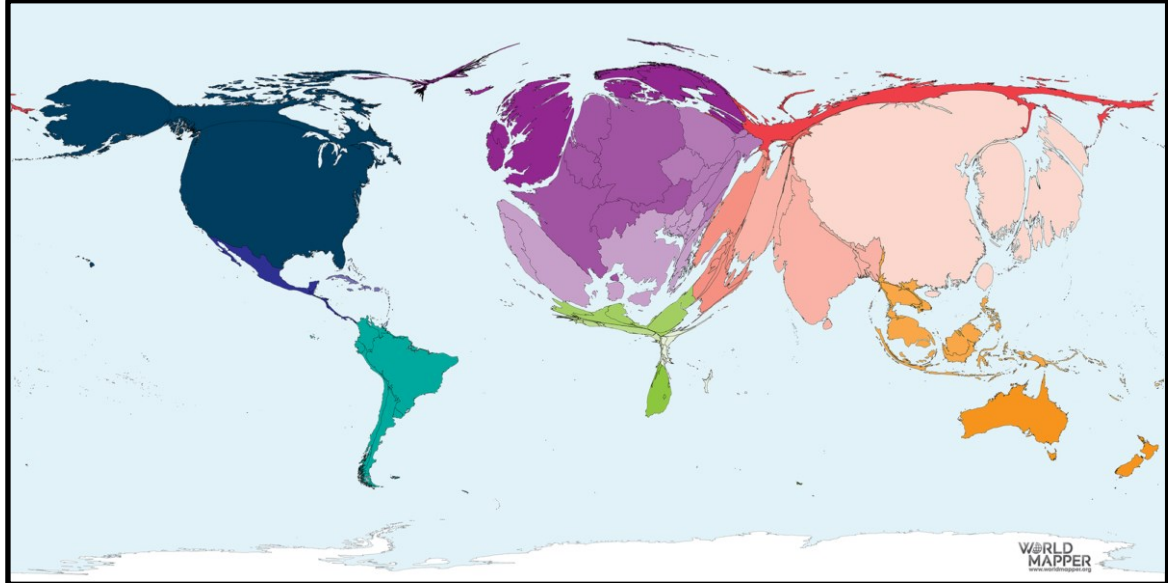
O acesso aberto (*open access*) é um dos movimentos pioneiros em favor do conhecimento científico aberto (ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014). Esse movimento surgiu como resposta ao problema conhecido como “crise dos periódicos”, desencadeado pela escalada de preços das assinaturas de periódicos científicos e as restrições colocadas pelas editoras (SILVA, 2017).

Nassi-Calò (2014) caracteriza o movimento como um novo modelo da comunicação científica. O modelo considera o conhecimento científico como um bem público global e uma forma justa de prestar contas à sociedade sobre a pesquisa financiada com recursos públicos. Para países em desenvolvimento, esse modelo é muito importante, sobretudo por promover a equidade e aumentar a capacidade de pesquisadores em avançar nas pesquisas (NASSI-CALÒ, 2014).

O acesso aberto é o movimento da ciência que busca alterar a atual estrutura desigual de poder da produção e da divulgação científica global. Se o mundo fosse mapeado de acordo com a quantidade de trabalhos de investigação científica que cada país produz, assumiria uma aparência irregular, de modo a modificar, drasticamente, as formas cartesianas

propostas, nos estudos cartográficos. O hemisfério norte se ampliaria, enquanto o Sul, praticamente, desapareceria. Essa contradição é ilustrada na Figura 1.

FIGURA 1 - Mapa-múndi da produção científica



FONTE: World Mapper (2016).

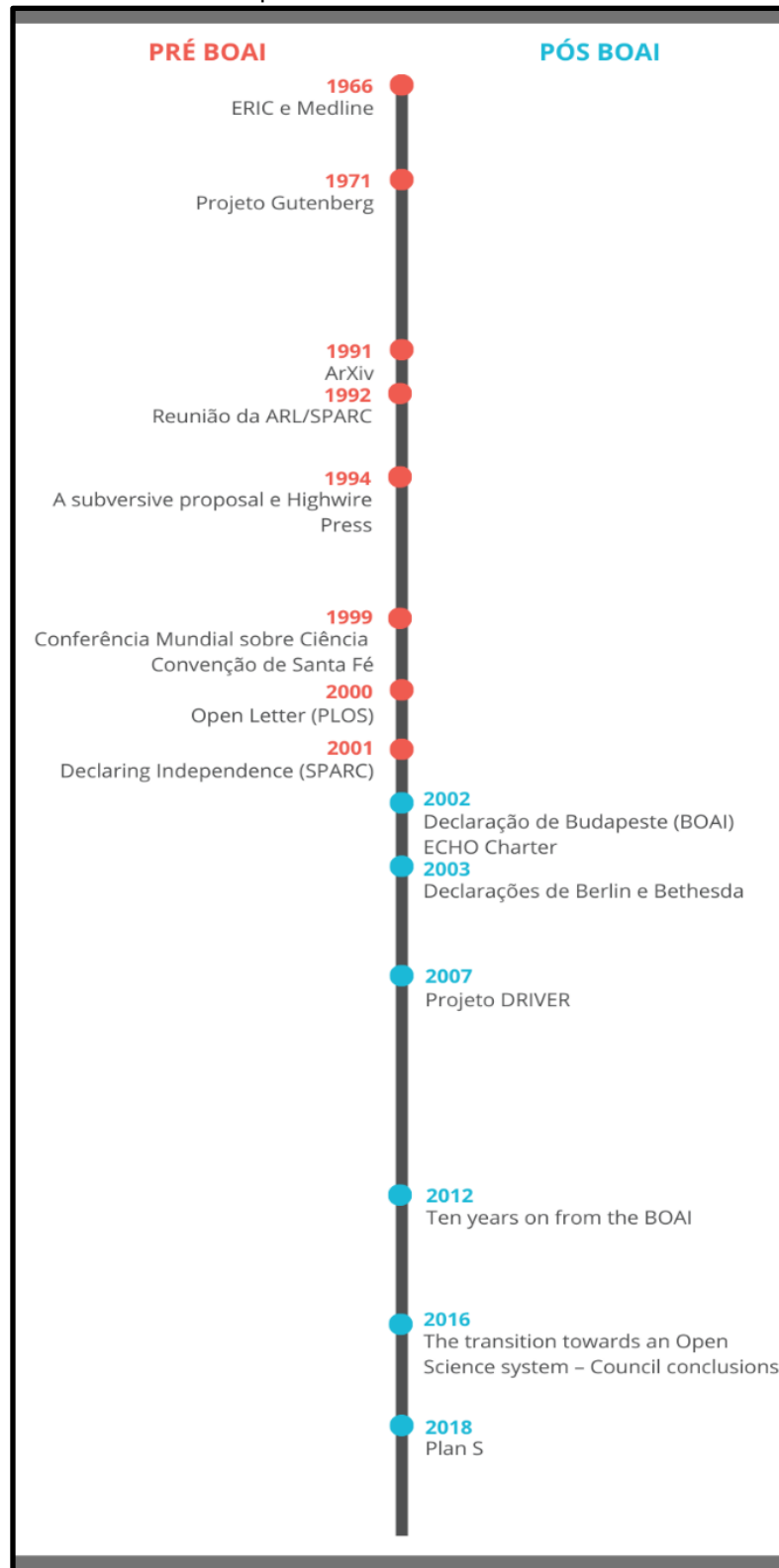
Pela Figura 1, observa-se a contradição entre os hemisférios. O primeiro é alargado, considerando o grande número de estudos publicados, ao passo que o sul seria achatado, visto o número reduzido de pesquisas no comparativo com o primeiro. Essa representação do mapa da pesquisa científica do mundo reflete um ponto dramático sobre a complexidade na produção e na troca de conhecimento. Dinheiro e tecnologia são fatores que influenciam quando se trata de produzir pesquisas. Sem fundos nacionais suficientes, os pesquisadores gastam uma enorme quantidade de tempo tentando captar recursos e lidar com organizações externas às universidades a que estão vinculados (ROMANZOTI, 2015).

De acordo com Romanzoti (2015), esse contexto revela que o pesquisador tem seu tempo reduzido no que tange ao desenvolvimento das pesquisas, desde o processo de produção até a publicação. Além disso, outro fator impeditivo que advém da falta de recursos financeiros diz respeito ao uso da tecnologia, sendo esse um problema que afeta, principalmente, a África. A autora citada menciona que, nesse continente, a internet é muito mais lenta e cara, o que torna a colaboração entre pesquisadores do continente difícil, enquanto é muito mais simples para cientistas nos Estados Unidos, Europa e Ásia.

Na tentativa de democratizar a produção e a comunicação da ciência, surge a iniciativa do acesso aberto, a partir da década de 1960. No decorrer do tempo, o movimento foi se intensificando com iniciativas e acontecimentos importantes na constituição do acesso à informação científica no mundo. A perspectiva histórica é construída a partir de

acontecimentos internacionais significativos no sentido de tornar possível o acesso aberto à informação científica (COSTA; LEITE, 2017). A Figura 2 apresenta uma linha do tempo que indica os acontecimentos marcantes na história e no desenvolvimento do acesso aberto em âmbito internacional.

FIGURA 2 - Principais iniciativas mundiais de acesso aberto



FONTE: Adaptada de Costa e Leite (2017).

A Figura 2 revela a existência de 14 acontecimentos, todos eles vinculados a um marco na história do acesso aberto: a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI), movimento internacional oficializado por uma grande conferência que gerou uma declaração em favor do acesso aberto. Os acontecimentos marcantes na história do acesso aberto podem ser divididos em dois grandes momentos, tendo a BOAI como ponto divisor: oito acontecimentos pertencem ao período anterior à declaração (de 1966 a 2001) e os demais ocorreram após a Conferência de Budapeste (de 2002 a 2018).

Na visão de Albagli, Maciel e Abdo (2015), a ideia e a prática de disponibilizar os artigos científicos livres começaram antes de surgir o termo “acesso aberto”. Esse termo passou a ser utilizado a partir da BOAI, no ano de 2002, embora o movimento tenha iniciado 36 anos antes, cujas primeiras iniciativas surgiram nos Estados Unidos. A criação de um banco de dados de bibliografia eletrônica de acesso aberto foi do *Educational Resources Information Center* (ERIC), em 1966. No mesmo ano, foi criado o Medline, um banco de dados on-line de livre acesso gerido pela *National Library of Medicine* e o *National Institutes of Health*, com citações bibliográficas de periódicos da área de Biomédica, que mais tarde passaria a ser chamado PubMed (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015).

Em 1971, foi criado, por Michel Hart, o Projeto Gutenberg. O objetivo era disponibilizar, de modo público, as obras culturais de domínio público que pudessem ser lidas ou impressas a partir do maior número de computadores e programas. A iniciativa reduziu barreiras para acessar uma determinada obra (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015).

Posteriormente, no ano de 1991, surgiu o ArXiv, um sistema automático de distribuição de publicações científicas que os autores armazenavam-nas antes de enviar as versões finais aos periódicos especializados. Tal sistema abrangeu a área da Física, se expandindo, ao longo do tempo, para outras áreas, como: Matemática, Astronomia, Ciências da Computação, Biologia, Finança Quantitativa e Estatística (TZOC, 2012; SILVA, 2017).

Na sequência, em 1992, Civallero (2006) relata que ocorreu a reunião sobre publicações acadêmicas em redes eletrônicas, organizada pela *Association of Research Libraries* (ARL), por meio da iniciativa *Scholarly Publishing e Academic Resources Coalition* (SPARC). Nessa ocasião, segundo o autor, discutiu-se o novo contexto de tratamento e de uso das publicações científicas em meio eletrônico.

Stevan Harnad publicou, em 1994, um estudo intitulado “A subversive proposal”, cujo assunto principal era a ideia do autoarquivamento. O desenvolvimento dessa ideia resultou naquilo que, anos mais tarde, passou a ser chamado de via verde, uma estratégia de disponibilização de documentos não publicados em repositórios (COSTA; LEITE, 2016).

No ano de 1999, ocorre a Conferência Mundial sobre a Ciência, a *PubMed Central*. Nesse evento, foi discutida a proposta do desenvolvimento de um site de publicação eletrônica, que oferecesse, de modo livre, o acesso à literatura da área de Ciências da Vida, tanto a

literatura já publicada como a literatura pré-publicada pelo diretor do *National Institute of Health* (NIH), nos Estados Unidos, Harold Varmus. O movimento lançou o *PubMed Central* (PMC), em 2000 (BOMFÁ *et al.*, 2008).

Silva e Alcará (2009) declaram que, também em 1999, a Convenção de Santa Fé, ocorrida nos Estados Unidos, definiu os princípios básicos do acesso aberto à produção científica, a *Open Archives Initiative* (OAI). A partir desse marco, na visão das autoras, importantes declarações de apoio ao acesso aberto promoveram a disseminação dessa filosofia, como por exemplo, as declarações de Budapeste, Bethesda e Berlin.

Outras iniciativas bem-sucedidas, cuja gênese precedeu a BOAI, ocorreram entre 2000 e 2001. Os encontros que culminaram na *Open Letter da Public Library of Science* (PLOS) e a *Declaring Independence*, publicada pela SPARC, são alguns exemplos dessas iniciativas de crucial importância para o desenvolvimento do acesso aberto.

A *Open Letter* é uma carta aberta que circulou o mundo via e-mail, conclamando a comunidade científica a apoiar o esforço, para fazer com que a literatura científica estivesse disponível, de modo livre, por meio de bibliotecas públicas on-line (BOMFÁ *et al.*, 2008). Para tanto, os signatários e aderentes a essa carta se comprometeram a publicar, com exclusividade, em periódicos científicos que permitam a redistribuição livre e irrestrita das publicações no PMC ou em outro serviço de informação similar (COSTA; LEITE, 2016).

Para Costa e Leite (2016), a *Declaring Independence* também é uma carta dirigida aos pesquisadores, porém, assinada por apenas um deles: Michael Rosensweig. Apesar de a carta ser de um único pesquisador, ela é publicada pela SPARC e pela *Triangle Research Libraries Network* (TRLN), importantes organizações internacionais da comunidade científica. Um dos fios condutores que sustenta a argumentação do documento refere-se à discussão a respeito do acesso à informação científica a partir de um movimento conhecido como “a crise dos periódicos”. Nesse movimento, conforme defendido por Costa e Leite (2016, p. 5), questionou-se a venda dos estudos dos pesquisadores pelas editoras comerciais, “[...] com seus planos de lucros cada vez maiores, e o quanto isto tem ficado oneroso para as bibliotecas [...]”. Para se ter uma ideia desses gastos,

[...] entre 1986 e 1998, o valor da assinatura de um periódico na área de ecologia evolucionária cresceu cerca de US\$ 800,00 por ano, alcançando uma margem de lucro de 75%. Diante dessa constatação, [...] cita-se a experiência do desenvolvimento de um periódico “independente” para área, criado como alternativa a este modelo (COSTA; LEITE, 2016, p. 5).

Tennant *et al.* (2016) concordam com Costa e Leite (2016) e afirmam que a primeira vez que se utilizou o termo acesso aberto foi na conferência da *Open Society Institute*, em Budapeste. Para esses autores, o resultado desse encontro foi a publicação, em 2002, de uma declaração de cunho internacional, a BOAI, caracterizada como um dos pontos definidores do movimento do acesso aberto.

A BOAI definiu o acesso aberto como a disponibilidade da literatura de pesquisa revisada por pares, de modo gratuito, na internet,

[...] permitindo que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou crie links para os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação, passá-los como dados para software ou usá-los para qualquer outra finalidade legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à própria internet. A única restrição à reprodução e distribuição, e o único papel para os direitos autorais neste domínio, deve ser o de dar aos autores controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, on-line, tradução nossa)².

Assim, com o objetivo declarado de eliminar os obstáculos que impedem o acesso à informação científica, decidindo por tornar a literatura acessível, foram definidas estratégias básicas fundamentadas no uso do protocolo OAI, que se refere a documentos disponibilizados por meio de duas vias principais: a via verde e a via dourada. A nomeação por cores foi inventada por Stevan Harnad em suas discussões sobre os resultados do Projeto *Rights Metadata for Open Archiving* (RoMEO), cujo objetivo era investigar as questões relacionadas a permissões para o autoarquivamento no Reino Unido (GUEDÓN, 2004).

Segundo Tennant *et al.* (2016), a via verde (autoarquivamento) refere-se ao artigo revisado por pares e/ou pré-impressões não revisadas por pares postadas no formato on-line. Os autores informam que a postagem é realizada em ambientes específicos: repositório institucional ou em sites pessoais.

A via dourada (publicação em acesso aberto) compreende os artigos de pesquisa de livre acesso. O pagamento dos custos de publicação é deslocado dos leitores (por meio de assinaturas) para os autores, mediante o pagamento de custos de processamento, os chamados *Article Processing Charge* (APC). Esses custos são, na maioria das vezes, suportados pela universidade ou instituto de pesquisa ao qual o pesquisador está afiliado, ou pela agência de financiamento que apoia a pesquisa (PISOSCHI; PISOSCHI, 2016).

Alguns periódicos científicos utilizam um modelo híbrido. Esse modelo possibilita a duplicação dos lucros ao cobrar subscrições para acesso aos artigos, permitindo, contudo, que as publicações fiquem em acesso aberto se for pago o APC pelo autor (COSTA; KURAMOTO; LEITE, 2013).

Seguindo a linha do tempo do acesso aberto, Costa e Leite (2017) citam outro acontecimento no contexto do pós-BOAI, a disponibilização do documento *ECHO Charter*.

² By "open access" to this literature, we mean its free availability on the public internet, permitting any users to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of the search articles, crawl them for indexing, pass them as data to software, or use them for any other lawful purpose, without financial, legal, or technical barriers other than those inherent to the internet itself. The only constraint on reproduction and distribution, and the only role for copyright in this domain, should be to give authors control over the integrity of their work and the right to be properly acknowledged and cited (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, on-line).

Esse documento não abordou diretamente a questão do acesso aberto, mas, na perspectiva histórica, é oportuno ressaltar que, no mesmo ano de 2002, considerando a publicação da BOAI, outras organizações movimentaram-se em torno de um discurso similar. Costa e Leite (2017) mencionam que o documento discute a necessidade de disponibilizar a produção cultural da Europa em acesso aberto para apoiar instituições culturais e científicas.

As declarações de Berlin e de Bethesda, ambas de 2003, expandiram o conceito da BOAI. Acrescentaram que os utilizadores podem copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir, de maneira pública, um trabalho em acesso aberto. Do mesmo modo, os usuários podem criar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer formato digital e para qualquer propósito, fazendo a devida atribuição de autoria (PISOSCHI; PISOSCHI, 2016).

O *Digital Repository Infrastructure Vision for European Research (DRIVER)*, lançado em 2006, é resultado do *Study on the Economic and Technical Evolution of the Scientific Publication Markets in Europe* que aponta os prejuízos do modelo dominante de publicação científica, baseado nos oligopólios das editoras comerciais (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Esse grande projeto, esforço conjunto da comissão europeia e de nove instituições de pesquisa, teve o objetivo de auxiliar os países da comunidade europeia a implementar seus repositórios digitais, tendo em vista promover o desenvolvimento de infraestrutura de conhecimento adequada para as pesquisas desses países (SILVA; ALCARÁ, 2009).

Em 2012, a BOAI declarou que *“nothing in the last ten years makes OA less necessary or less opportune”*. Com isso, foram renovadas e definidas as recomendações para os próximos dez anos no âmbito das políticas, do licenciamento, da reutilização, da infraestrutura, da sustentabilidade, da promoção e da coordenação das publicações (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015).

Os autores supracitados acreditam que o acesso aberto tradicional, como foi debatido nos últimos 10 ou 15 anos, ficou ultrapassado, sendo insuficiente para dar conta dos avanços relacionados ao uso e ao reúso de uma base de dados aberta. O debate sobre o acesso aberto ao conhecimento científico se cruza com dados abertos. No decorrer da segunda década do século XXI, no entendimento de Albagli, Maciel e Abdo (2015), difundem-se protocolos, formatos e plataformas que permitem maior interoperabilidade, processamento, cruzamento e reúso da informação.

No ano de 2016, os ministros de ciência da União Europeia assinaram o documento *The Transition towards an Open Science System – Council Conclusions*, recomendando que as publicações resultantes da pesquisa financiada com fundos públicos estejam disponíveis, de maneira gratuita, até o ano de 2020 e, para tanto, cada país deve implementar sua própria política de publicação. Esse acordo salientou que o princípio da reutilização ótima dos dados de pesquisa deve ser “tão aberto quanto possível, tão fechado

quanto necessário”. Além disso, o acordo também enfatizou que as oportunidades para a reutilização ótima dos dados de pesquisa só podem ocorrer se os dados atenderem aos princípios, que são: encontrável, acessível, interoperável e reutilizável. Reforça-se que, paralelo a esses princípios, os dados precisam ser armazenados em um ambiente seguro e confiável (GROUP OF EDITORS OF SPANISH JOURNALS ON HEALTH SCIENCES, 2018).

O *PlanS*, acordo lançado no início de setembro de 2018, teve repercussão no contexto mundial. O movimento constituiu uma coalizão de financiadores de pesquisa em toda a Europa, com o intuito de proibir que os pesquisadores que trabalham com financiamento público publiquem suas investigações em periódicos científicos de acesso fechado ou híbrido (SCIENCE EUROPE, 2019).

Embora nascido como uma iniciativa europeia e focado em agências de financiamento, o *PlanS* tem a ambição de receber apoio de pesquisadores em todo o mundo. Espera-se que os efeitos da implementação desse plano sejam tão impactantes que poderão estimular o fim do modelo dominante de negócios de assinaturas de publicações científicas (ELSE, 2018).

2.1.1 Acesso aberto no Brasil

No Brasil, quase totalidade dos periódicos científicos de alta qualidade e impacto publica seus conteúdos em acesso aberto (NASSI-CALÒ, 2014). Três quartos das publicações desse país indexadas na *Web of Science* e publicadas entre 2008 e 2014 estão disponíveis, sem custo, para download, conforme relatório publicado pela Science-Metrix (2018).

O fato de boa parte das publicações brasileiras estarem disponíveis em acesso aberto pode ser explicado a partir dos esforços realizados por seis instituições, que tomaram um conjunto de medidas econômicas, políticas e tecnológicas, além de oferecerem treinamento em editoração, haja vista promover e fortalecer os periódicos. As instituições são: SciELO, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidades, Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) (NASSI-CALÒ, 2014).

Do ponto de vista de Cerqueira (2017), a SciELO, instituída em 1997, pré-BOAI, constitui-se como um sistema eletrônico de acesso a textos completos de periódicos científicos e se destaca como a primeira iniciativa de acesso livre em países em desenvolvimento. Essa biblioteca representa o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). A partir

de 2002, o projeto passou a contar, também, com o apoio do CNPq (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020).

O modelo de operação da SciELO, totalmente em acesso aberto, tornou-se parâmetro de disseminação da produção científica não só no Brasil. Nos dias atuais, a coleção SciELO conta, além dos países da América Latina e o Caribe, com Portugal, Espanha e países da África do Sul, totalizando 15 países integrantes (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020).

Para Cerqueira (2017), a SciELO foi elaborada com a missão de tentar superar as dificuldades e a falta de comunicação e de visibilidade entre cientistas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Nassi-Calò (2014) complementa essa afirmação, destacando que a biblioteca opera com padrões internacionais de qualidade e contagem de métricas de impacto científico. A autora explica que a biblioteca também se caracteriza como indexadora, com critérios estritos de inclusão e permanência, e como plataforma tecnológica para a publicação e o acesso às coleções nacionais e às temáticas dos periódicos.

O CNPq, órgão governamental vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, apoia propostas que visem a incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento, com vistas a contribuir, de modo significativo, para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a inovação do Brasil. Esse órgão promove e fomenta ações de divulgação científica e tecnológica com apoio financeiro à editoração e à publicação de periódicos. Com certa periodicidade, o órgão lança chamada pública, como a nº 19/2019, que dispôs de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinado a auxiliar as publicações científicas em periódicos (CNPq, 2019).

As universidades são as maiores produtoras de pesquisa científica do Brasil, conforme consta no relatório intitulado *Research in Brazil*, ao analisar os periódicos indexados na base de dados multidisciplinar *Web of Science* (CROSS; THOMSON; SIBCLAIR, 2018). Além disso, essas instituições fornecem recursos financeiros e humanos para a gestão e a editoração, além de espaço físico em suas instalações e infraestrutura tecnológica, tendo em vista garantir o gerenciamento dos periódicos científicos por elas mantidos (NASSI-CALÒ, 2014). As universidades oferecem profissionais capacitados e qualificados ao exercício da ciência, para atender às diversas demandas, cada vez mais complexas. A quase totalidade dos editores, no Brasil, é formada por docentes e pesquisadores renomados e produtivos em suas áreas de atuação e vinculados às universidades (NASSI-CALÒ, 2014).

Acredita-se que as universidades se destacam na gestão dos periódicos científicos, no contexto brasileiro, pelo alto investimento dessas instituições com o ensino da Pós-Graduação, que demanda um esforço expressivo no desenvolvimento das pesquisas. Na

maioria dos casos, nessas instituições, há um elevado número de programas de Mestrado e/ou de Doutorado. Logo, é possível que elas contenham o maior número de periódicos por possuírem cursos nesses níveis de ensino.

Sobre o WebQualis, ou simplesmente Qualis, Contreira e Miranda (2020) relatam que ele foi desenvolvido e é coordenado pela CAPES, no contexto atual brasileiro, constituindo o mecanismo mais requisitado de classificação para os periódicos. Barata (2016) menciona que esse instrumento foi criado, com exclusividade, para avaliar a produção científica dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo. Entretanto, embora analise a produção bibliográfica, segundo Contreira e Miranda (2020), classificar periódicos científicos nunca fez parte dos objetivos do Qualis; mesmo assim, é reconhecido como método de avaliação por vários editores, autores e pesquisadores. Para todos os efeitos, Nassi-Calò (2014) conclui que a posição dos periódicos no ranking determina o seu prestígio, além da influência, quantidade e qualidade dos trabalhos submetidos.

O IBICT foi o pioneiro no processo de apropriação da tecnologia de acesso aberto e sua transferência aos editores científicos brasileiros (BANDEIRA; FREIRE, 2017). Desde o início, vem trabalhando no desenvolvimento de produtos e serviços de informação para instituições, pesquisadores e professores brasileiros, bem como promovendo e apoiando a criação de periódicos científicos e repositórios institucionais de acesso aberto (BABINI; ROVELLI, 2020).

Outra contribuição do Instituto está no contexto do projeto Biblioteca Digital Brasileira³, de 2003. Nesse momento, o *Open Journal Systems* (OJS)⁴ foi customizado e traduzido para o português. Esse software foi distribuído com o título de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desde 2004. Com a adesão ao SEER, foi possível digitalizar os periódicos impressos e gerenciar o processo de editoração de publicação

³ Esse projeto foi concebido com base no conceito de que uma biblioteca digital é um sistema de informação que envolve coleções compostas tanto por informações referenciais (metadados) e conteúdos integrais quanto apenas por informações referenciais, com o propósito de facilitar o acesso à informação pela comunidade científica e tecnológica brasileira. Esse projeto promoveu a internalização de tecnologias e sua distribuição à comunidade provedora de informação em ciência e tecnologia, além de criar competência técnica no uso e no desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao tratamento e à disseminação da informação (KURAMOTO, 2011).

⁴ Constitui um sistema desenvolvido pelo *PublicK now ledge Project da University of British Columbian*, no Canadá, em 2002, para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. Essa ferramenta “[...] contempla ações primordiais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos, permitindo completa autonomia na tomada de decisões sobre o fluxo editorial, a publicação e o acesso por parte do editor [...]”. O sistema também define as etapas do processo editorial, de acordo com a política definida pelo periódico, mas dispendo de assistência e registro on-line em todas as fases do sistema de gerenciamento. “[...] Na etapa de submissão, o sistema disponibiliza um espaço para comunicação com o editor e permite também o acompanhamento da avaliação e editoração do trabalho” (MÁRDERO ARELLANO; SANTOS; FONSECA, 2005, p. 76).

periódica científica (MÁRDERO ARELLANO; SANTOS; FONSECA, 2005). Recomendado pela CAPES, o processo editorial, no sistema, permite uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações (IBICT, 2016). O Instituto proporciona, também, capacitação técnica aos editores científicos brasileiros que desejam publicar em acesso livre (NASSI-CALÒ, 2014).

Márdero Arellano, Santos e Fonseca (2005) observam que, a partir da disseminação do uso do SEER, houve um crescimento exponencial do número de periódicos. Bandeira e Freire (2017) corroboram tal constatação e acrescentam que a disponibilização do sistema reduziu os custos com a migração de diversos periódicos impressos para um ambiente automatizado e de maior inclusão da comunidade científica, que outrora, nem sempre, usufruía de condições ou tempo hábil para obter as pesquisas que circulavam em periódicos impressos.

Por fim, no que tange à ABEC, ela é uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e foi fundada em 28 de novembro de 1985. Dentre as principais finalidades dessa associação, citam-se: unir pessoas físicas e jurídicas com interesse em desenvolver e aprimorar a publicação de periódicos técnico-científicos; aperfeiçoar a comunicação e a divulgação de informações; e manter o intercâmbio de ideias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns. A entidade oferece cursos e promove eventos em editoração científica para editores e demais envolvidos com o processo editorial (ABEC, 2021).

Após o estabelecimento da Declaração de Berlim, o Brasil lançou diversas manifestações em prol do movimento do acesso aberto. No ano de 2005, foram três manifestos: Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica; publicação da Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, com perspectiva voltada aos países em desenvolvimento; e o lançamento da Carta de São Paulo. Em 2006, ocorreu a publicação da Declaração de Florianópolis. No ano seguinte, foi proposto o Projeto de Lei nº 1.120, de 2007. Quatro anos depois, novo projeto é sugerido, o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011. Por último, no ano de 2016, ocorreu o Manifesto de Acesso Aberto aos Dados da Pesquisa Brasileira pela Ciência Cidadã (COSTA; LEITE, 2017).

O manifesto pioneiro, advindo da parceria do IBICT com a Universidade de Brasília, foi o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Com o objetivo de ser referência para a Política Nacional de Acesso Aberto, baseado nos termos da Declaração de Berlim, o manifesto reforça a necessidade da participação das instituições acadêmicas, pesquisadores, agências de fomento e editoras comerciais e não comerciais. Após citar as ações que devem ser tomadas pelos atores, o documento finaliza apontando para a necessidade da criação de uma política nacional que garanta o cumprimento dessas ações (COSTA; LEITE, 2017).

A Declaração de Salvador foi elaborada pelos participantes do *International Seminar on Open Access*. O documento menciona que a circulação da informação científica, nos países em desenvolvimento, tem sido limitada por inúmeras barreiras, incluindo modelos econômicos, infraestrutura, políticas, idioma e cultura. Também discorre que o acesso aberto aumentará a capacidade dos cientistas e dos acadêmicos a acessarem e a contribuírem para a ciência mundial. Na sequência, são apontadas as reivindicações dos signatários para as políticas científicas (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2017).

A Carta de São Paulo, datada de 2 de dezembro de 2005, por sua vez, é uma manifestação de apoio ao movimento. O documento reúne argumentos que sustentam a proposta, entre os quais está a ideia de que o acesso à literatura científica é essencial para o avanço científico e social. Para que o acesso seja garantido, a carta menciona o conjunto de 16 recomendações, que descrevem as estratégias propostas pela BOAI e os desdobramentos dela. As recomendações são direcionadas aos periódicos, às instituições, às agências de fomento, às editoras e aos pesquisadores, conforme descrito no Quadro 1.

QUADRO 1 – Recomendações da Carta de São Paulo distribuídas entre os agentes responsáveis
(Continua)

Agente responsável	Descrição
Periódicos	Que em benefício público, os periódicos acadêmicos disponibilizem, de modo gratuito, integral e sob nenhum tipo de restrição técnica, seus conteúdos por meio da internet e permitam a reprodução reprográfica para fins não comerciais quando publicada apenas em meios impressos.
	Que as publicações digitais sejam adequadamente avaliadas, considerando a existência de comissão editorial, revisão por pares e demais critérios atualmente utilizados para as publicações, cujo suporte seja o papel.
	Que sejam estabelecidas políticas de incentivo para a criação de publicações digitais de acesso aberto; que sejam utilizados, para as publicações existentes, fundos de ajuda aos periódicos para digitalizar edições anteriores, propiciando o acesso aberto aos documentos publicados.
	Que o reconhecimento e a defesa dos direitos autorais, em especial dos direitos de atribuição e a integridade da obra, sejam feitos por meio de mecanismos legais que garantam o acesso livre e aberto e uma ampla difusão das obras publicadas.
	Que seja facilitada a passagem ao domínio público de toda a literatura acadêmica e documentos de pesquisa após a expiração do copyright determinado pela lei.
Instituições	Que as pesquisas realizadas em universidades públicas tenham seus resultados livremente disponibilizados.
	Que as instituições promovam o acesso aberto a publicações científicas e o autoarquivo dos estudos de seus docentes e pesquisadores.
	Que sejam criados repositórios institucionais para permitir que os acadêmicos tenham onde disponibilizar seus estudos em suas próprias instituições; que as instituições digitalizem e, se necessário, ensinem professores e pesquisadores a arquivar suas produções para livre acesso do público.
	Que se fortaleçam as instituições públicas como bibliotecas, arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso comunitário para promover a preservação de documentos e o acesso livre ao conhecimento.

QUADRO 1 – Recomendações da Carta de São Paulo distribuídas entre os agentes responsáveis
(Conclusão)

Agente responsável	Descrição
Agências de fomento	Que as agências de fomento adotem políticas de incentivo para a disponibilização digital de obras produzidas por seus professores ou pesquisadores financiados com recursos públicos, assim como assegurem, na forma da lei, o direito à cópia dos resultados de pesquisa para fins científicos e educativos.
	Que as agências de fomento adotem critérios de avaliação que privilegiem pesquisas, cujos resultados estarão disponíveis sob os princípios do acesso aberto.
	Que as fundações, agências de fomento à pesquisa e universidades apoiem grupos de cientistas e pesquisadores em áreas e disciplinas particulares que estão tentando promover o acesso aberto à literatura científica.
Editoras	Que as editoras universitárias disponibilizem meios e facilitem o acesso aberto com o uso de recursos eletrônicos a obras científicas para cientistas, pesquisadores e público em geral.
	Que as editoras busquem novas alternativas e modelos de publicação para a promoção de seus negócios de modo a não afetar o acesso à literatura acadêmica.
Pesquisadores	Que os pesquisadores publiquem em periódicos comprometidos com o acesso aberto; que essa seja a condição para serem editores ou pareceristas de um periódico.
	Que, caso precise publicar num periódico com políticas restritivas de acesso, o autor peça para reter os direitos de cópia de seu estudo; se isso não for possível, que garanta, pelo menos, o direito de arquivar sua produção em um repositório digital.

FONTE: Adaptado da Carta de São Paulo (2005, on-line).

A Declaração de Florianópolis, de acordo com Costa e Leite (2017), foi elaborada por pesquisadores brasileiros da área de Psicologia e teve como objetivo manifestar apoio ao acesso aberto à literatura científica revisada pelos pares. Essa declaração, segundo os autores, convida os pesquisadores a disponibilizarem seus estudos em repositórios institucionais e em bibliotecas virtuais de acesso aberto. Também destaca a importância da Biblioteca Virtual de La Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología (BVS ULAPSI). No documento, conforme pontuam Costa e Leite (2017), o conceito de acesso aberto é descrito, com base nas menções da *Declaração de Bethesda*, e são listadas várias recomendações para que os objetivos desse manifesto sejam atingidos.

Do ponto de vista jurídico-legal, o Brasil possui duas propostas legislativas que abordam, com definição e clareza, a importância do acesso aberto à informação científica: o Projeto de Lei nº 1.120, de 2007, que versa sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas IES no Brasil e dá outras providências (BRASIL, 2007), e o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, que dispõe a respeito do processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências (BRASIL, 2011). Ambos os projetos, após tramitações legais, não foram aprovados.

Na visão de Kuramoto (2011), a primeira proposta foi apresentada para votação no Congresso Brasileiro. Ela discorreu sobre a criação de uma lei nacional, visando à obrigatoriedade da construção de repositórios institucionais por parte das IES e unidades de pesquisa de caráter público. Kuramoto (2011) também informa que a proposta obteve todos os pareceres favoráveis à aprovação, com algumas emendas, mas foi arquivada porque tramitou por quatro anos no Congresso e não teve sua aprovação até o final de uma legislatura.

Como substituição ao primeiro projeto, foi proposto o segundo, cujo conteúdo principal é idêntico ao primeiro. No entanto, complementa algumas especificações, como: o tipo de documento que deve ser depositado e o tempo entre a publicação e o depósito (COSTA; LEITE, 2016).

Apesar da falta de êxito na instância legislativa, nos últimos anos, o Brasil tem se destacado no que diz respeito à consolidação das estratégias propostas pelo movimento do acesso aberto à informação científica. Sobre isso, Babini e Rovelli (2020) mencionam que, ao longo do tempo, diversos regulamentos internos foram criados em instituições de ensino e pesquisa e fundações de apoio à pesquisa, tais como: FAPESP, CAPES, CNPq, entre outras instituições brasileiras. Esses documentos, de acordo com as autoras, exigem que todos os estudos científicos publicados por essas instituições ou que tenham recebidos algum tipo de apoio financeiro sejam depositados em repositórios de acesso aberto.

Por fim, o IBICT lançou o Manifesto de Acesso Aberto aos Dados da Pesquisa Brasileira para a Ciência Cidadã, no ano de 2016. Tal manifesto pode ser considerado uma ampliação da visão e ação do Instituto em sua política de apoio ao acesso aberto à informação científica, no Brasil, cujo ponto de partida é o lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, de 2005. Nesse sentido, o IBICT reconhece os dados de pesquisa como recursos indispensáveis para as ações da ciência aberta (BABINI; ROVELLI, 2020).

2.1.2 Acesso aberto na Espanha

A Espanha tem uma vasta experiência em iniciativas, pesquisas e políticas de acesso aberto. O modo de divulgação das publicações científicas em acesso aberto, nesse país, centra-se, sobremaneira, nas publicações seriadas ou periódicas. A implementação de políticas, na Espanha, materializou-se, em especial, com a criação de numerosos repositórios de universidades e instituições. Em geral, as políticas das universidades, instituições e centros de pesquisa recomendam que os pesquisadores depositem suas publicações em repositórios (ARCO BLANCO, 2018).

Como um país membro da União Europeia, Babini e Rovelli (2020) reforçam que a Espanha também participa do financiamento da comunidade europeia que requer acesso

aberto a todas as publicações revisadas por pares e aos dados de pesquisa. Em 2010, segundo as autoras, por meio da *Declaración de la Alhambra*, foram elaboradas recomendações para políticas e planos de ação, tendo em vista o desenvolvimento do acesso aberto no sul da Europa.

Na segunda década do século XXI, mais da metade dos periódicos científicos espanhóis de qualidade (NASSI-CALÒ, 2014) e cerca de 50% do que as universidades espanholas produzem são publicados em acesso aberto. Conforme informado pela Red Española de Bibliotecas Universitarias (REBIUN, 2014), os resultados são baseados em diferentes parâmetros e categorias, dependendo das diversas vias estudadas, cuja percentagem de publicações de acesso aberto está a aumentar, de modo progressivo.

Em relação ao ambiente universitário espanhol, é importante mencionar a contribuição oriunda da REBIUN, uma instituição de destaque, no que tange à valorização do acesso aberto, na Espanha. Sua missão é dirigir, coordenar e orientar bibliotecas universitárias e científicas, promovendo a cooperação e realizando projetos conjuntos para responder aos novos desafios que as universidades têm colocado nas áreas da aprendizagem, do ensino, da investigação e da formação fora da vida (REBIUN, 2014).

Além das contribuições mencionadas, a Rede realizou, no ano de 2004, a XII Assembleia Geral, cujo produto desse evento foi a constituição da *Declaración de La Cruen Apoyo del Modelo de Acceso Electrónico Abierto*. Com o propósito de reforçar o apoio ao movimento do acesso aberto, a declaração profere três importantes recomendações, cada uma direcionada aos três diferentes personagens envolvidos com a publicação científica: autores, instituições acadêmicas e autoridades políticas (REBIUN, 2014).

Para os autores, principalmente aqueles que desenvolvem projetos financiados com recursos públicos, a declaração reforça que, no momento da submissão dos trabalhos para publicação, seja priorizado o modelo de acesso eletrônico aberto. Ademais, o documento recomenda que, em nenhum caso, os autores cedam, de modo integral, os direitos autorais, possibilitando, assim, o depósito dos estudos em repositórios institucionais de acesso eletrônico aberto. Às instituições acadêmicas e científicas, a declaração menciona que elas criem e mantenham repositórios institucionais de acesso eletrônico aberto, capazes de receber o depósito das cópias das pesquisas científicas (artigos, periódicos, teses, relatórios, dentre outros) produzidas pelos professores e pesquisadores a elas vinculados. De modo similar às recomendações dirigidas aos autores, as instituições devem promover a publicação dos estudos de professores e pesquisadores nos meios de comunicação que sigam o modelo de acesso eletrônico aberto (REBIUN, 2014).

A REBIUN (2014), por meio da Declaração, também destaca que as autoridades políticas com responsabilidade no campo científico, educacional ou cultural financiem a criação de repositórios institucionais ou suprainstitucionais, além de ser necessário promover

e colaborar em projetos que contribuam para a criação e o desenvolvimento de publicações de acesso eletrônico aberto. O documento também descreve a importância do investimento em ações de preservação em longo prazo da produção científica, educacional e cultural em formato digital de livre acesso.

Outras instituições se destacam como incentivadoras ao movimento do acesso aberto, sobretudo corroborando as propostas da *Declaración de La Crueen Apoyo del Modelo de Acceso Electrónico Abierto*. As instituições mais relevantes são: *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología* (FECYT), as universidades e os institutos de pesquisa. No que tange a documentos produzidos por instituições adeptas ao movimento do acesso aberto, citam-se, como principais: os índices de avaliação de periódicos, as legislações e as regulamentações (NASSI-CALÒ, 2014).

Quanto aos índices de avaliação de periódicos, na Espanha, Nassi-Calò (2014) afirma que eles surgiram com a finalidade de aumentar a representatividade dos periódicos que não estão presentes na *Web of Science* ou *Scopus*. Desse modo, foram criados índices alternativos de impacto científico. Por exemplo, o IN-RECS é um índice bibliométrico de periódicos espanhóis que ordena as publicações do país das áreas de Ciências Sociais e Jurídicas, considerando o *h-index* medido segundo o sistema de *Metrics* do Google Scholar.

Em relação às legislações e às regulamentações espanholas, a FECYT, do Ministério da Ciência e Inovação, coordena várias das atividades de implementação de políticas de acesso aberto e ciência aberta, além de apoiar a publicação científica por meio de programas que incluem capacitação e prêmios para qualidade em publicações científicas. As universidades e os institutos de pesquisa espanhóis são responsáveis pela publicação de 39% dos periódicos no país, provendo o financiamento e o suporte tecnológico, tendo em vista incrementar a qualidade e facilitar a publicação em acesso aberto (NASSI-CALÒ, 2014).

De acordo com a autora supracitada, as leis espanholas, assim como a regulamentação das universidades, são favoráveis ao acesso aberto. Na visão de Costa e Leite (2016), nesse país, o acesso aberto é parte fundamental da política científica baseada no interesse público. Costa e Leite (2016) salientam que a região começou a criar repositórios de acesso aberto no início dos anos 2000, e 11 das principais universidades exigem, desde 2009, que a produção científica de seus pesquisadores seja divulgada desse modo. Além de declarações no âmbito universitário, o compromisso é materializado por meio de duas normas jurídicas: o Decreto nº 99, de 10 de fevereiro de 2011, e a Lei nº 14, de 1 de junho de 2011.

O Decreto nº 99/2011 regulamenta os estudos oficiais do Doutorado. Estabelece, no artigo 14 que, após a aprovação da tese de Doutorado, a universidade deve disponibilizá-la no repositório institucional e enviar uma cópia, em formato eletrônico, ao Ministério da Educação do país (ESPANHA, 2011a).

A Lei nº 14/2011 determina mudanças na ciência, na tecnologia e na inovação. O objetivo dessa Lei é incorporar um conjunto de medidas que busque colocar a legislação espanhola sobre ciência, tecnologia e inovação na vanguarda internacional. Indica que as pesquisas realizadas ao abrigo dos Orçamentos Gerais do Estado devem ser publicadas em acesso aberto, quer em repositórios institucionais, quer em repositórios temáticos, o mais tardar 12 meses após a sua publicação em periódico, desde que respeitadas as eventuais transferências de direitos aos editores (ESPANHA, 2011b). O artigo 37 dispõe sobre a divulgação em acesso aberto, com as seguintes determinações:

1. Os agentes públicos do Sistema Espanhol de Ciência, Tecnologia e Inovação promoverão o desenvolvimento de repositórios, próprios ou partilhados, com acesso aberto às publicações do seu pessoal de investigação, e estabelecerão sistemas que permitam ligá-los a iniciativas semelhantes a nível nacional e internacional.
2. O pessoal de investigação cuja atividade de investigação seja financiada, majoritariamente, com fundos dos Orçamentos Gerais do Estado publicará uma versão digital da versão final dos conteúdos que tenham sido aceites para publicação em publicações de investigação seriadas ou periódicas, logo que possível, o mais tardar doze meses após a data de publicação oficial.
3. A versão eletrônica será divulgada em repositórios de acesso aberto reconhecidos na área do conhecimento em que a investigação foi desenvolvida, ou em repositórios institucionais de acesso aberto.
4. A versão pública eletrônica pode ser utilizada pelas administrações públicas nos seus processos de avaliação.
5. O Ministério da Ciência e Inovação facilitará o acesso centralizado aos repositórios e sua conexão com iniciativas nacionais e internacionais semelhantes.
6. O anterior é entendido sem prejuízo dos acordos por força dos quais os direitos sobre as publicações possam ter sido atribuídos ou cedidos a terceiros, não se aplicando quando os direitos sobre os resultados da atividade de investigação, desenvolvimento e inovação são suscetíveis de proteção⁵ (ESPANHA, 2011b, p. 54425, tradução nossa).

⁵1. Los agentes públicos del Sistema Español de Ciencia, Tecnología e Innovación impulsarán el desarrollo de repositorios, propios o compartidos, de acceso abierto a las publicaciones de su personal de investigación, y establecerán sistemas que permitan conectarlos con iniciativas similares de ámbito nacional e internacional.

2. El personal de investigación cuya actividad investigadora esté financiada mayoritariamente con fondos de los Presupuestos Generales del Estado hará pública una versión digital de la versión final de los contenidos que le hayan sido aceptados para publicación en publicaciones de investigación seriadas o periódicas, tan pronto como resulte posible, pero no más tarde de doce meses después de la fecha oficial de publicación.

3. La versión electrónica se hará pública en repositorios de acceso abierto reconocidos en el campo de conocimiento en el que se ha desarrollado la investigación, o en repositorios institucionales de acceso abierto.

4. La versión electrónica pública podrá ser empleada por las Administraciones Públicas en sus procesos de evaluación.

5. El Ministerio de Ciencia e Innovación facilitará el acceso centralizado a los repositorios, y su conexión con iniciativas similares nacionales e internacionales.

6. Lo anterior se entiende in perjuicio de los acuerdos en virtud de los cuales se hayan podido atribuir o transferir a terceros los derechos sobre las publicaciones, y no será de aplicación cuando los derechos

Em 2014, foram elaboradas recomendações para a implementação do artigo 37, que versa sobre a divulgação em acesso aberto da Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação, por um grupo de estudo convocado pela FECYT e pela REBIUN. Pelo conteúdo das recomendações, é indicada a ampliação das políticas de acesso aberto a quaisquer resultados de pesquisa além das publicações, incluindo, por exemplo, os dados de pesquisa (BABINI; ROVELLI, 2020).

As recomendações também são direcionadas às entidades assinantes de periódicos. Nesse sentido, segundo as autoras citadas, inclui-se a tentativa de garantir que os contratos de subscrição ou aquisição contenham cláusulas que favoreçam o depósito de obras publicadas por autores da própria instituição no repositório institucional. Em relação ao período de embargo, Babini e Rovelli (2020) destacam que as recomendações propõem alterar o período permitido por lei (12 meses), fazendo-o coincidir com a Política da Comissão Europeia, ou seja, manter a 12 meses para Ciências Sociais e Humanas e reduzir para seis meses para as Ciências Experimentais, Médicas e Engenharia.

No contexto espanhol, Babini e Rovelli (2020) relatam que existem várias iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisa e documentação na transição para o acesso aberto e a ciência aberta, por exemplo, o grupo de estudo de acesso aberto da REBIUN, que desenvolveu recomendações para o monitoramento do acesso aberto. Outro exemplo diz respeito ao trabalho realizado pela União dos Editoriais Universitários Espanhóis (UNE), que possui um grupo de estudo sobre esse assunto. Esse grupo, segundo as autoras citadas, em 2019, encomendou um projeto ao grupo de pesquisa E-LECTRA sobre acesso aberto na publicação universitária, intitulado: “Estudo da especialização e publicação de monografias digitais e de acesso aberto de editoras universitárias”.

A Espanha também conta com um portal específico para abrigar periódicos nacionais, denominado Portal Dulcinea. Esse Portal reúne as políticas de acesso aberto por diferentes categorias, a saber: autoarquivamento não permitido em nenhum caso, autoarquivamento da versão pré-impressa do artigo, autoarquivamento da versão pós-impressão do artigo (do autor ou editor) e autoarquivamento de ambas as versões, a pré e a pós-impressão (PORTAL DULCINEA, 2021).

2.2 Periódicos científicos

Periódicos científicos são publicações editadas em fascículos, com encadeamento numérico e cronológico, aparecendo a intervalos regulares ou irregulares, por um tempo indeterminado. Esses documentos são constituídos pela colaboração de vários autores, sob

sobre los resultados de la actividad de investigación, desarrollo e innovación se ansusceptibles de protección.

a direção de uma ou mais pessoas, ou de uma entidade responsável, tratando de assuntos diversos, porém dentro dos limites de um esquema mais ou menos definido (STUMPF, 1998).

As publicações periódicas, de acordo com Braille, Brandau e Monteiro (2007), são relevantes por comunicarem e tornarem públicos o debate e o avanço da ciência, com a ruptura de antigos paradigmas e o estabelecimento de novos, em um ciclo de renovação que é uma das bases do processo científico. Rodrigues e Marinho (2009) concordam com essa afirmação e explicam que os periódicos desempenham um papel eficaz em ajudar a comunicar novas pesquisas à comunidade científica e à própria sociedade como um todo. As autoras reforçam que, nessas publicações, são divulgados os resultados dos estudos mais atuais sobre determinado tema, tornando-se o meio mais ágil de atualização da informação científica e tecnológica. Sendo assim, na visão de Restrepo Valencia *et al.* (2015), a transferência do conhecimento por meio dos periódicos é, sem dúvida, um elemento-chave para o avanço de uma determinada ciência ou disciplina em particular.

Os periódicos científicos são importantes para comunicar com formalidade os resultados de pesquisa, caracterizando-se, pois, como um canal ágil na disseminação de novos conhecimentos. Por intermédio desses canais, a pesquisa é formalizada e se torna conhecimento público (MIRANDA; PEREIRA, 1996; OLIVEIRA, 1996; MEADOWS, 1999; MABE, 2001). Sobre isso, Meadows (1999, p. 7) refere que

a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto à própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica.

Desde que começaram a ser publicados, no século XVII, os periódicos científicos passaram a desempenhar importante papel no processo de comunicação da ciência. Surgiram como uma evolução do sistema particular e privado de comunicação que era feito por meio de cartas entre os investigadores e das atas ou memórias das reuniões científicas (STUMPF, 1996). O sistema de comunicação científica é um elemento estruturador vital da comunidade científica (MUELLER, 2017).

Miranda e Pereira (1996) delinearão duas vertentes que caracterizaram a importância dos periódicos como veículos formais de comunicação da ciência: 1) comunicação do conhecimento e 2) comunicação entre os pares. Para os autores, é a partir desses dois aspectos, que os periódicos devem ser observados no tocante à visibilidade e à credibilidade, pois proporcionam divulgação com maior rapidez e abrangência.

Os periódicos constituem uma ferramenta de intercâmbio e de diálogo em torno de um ou mais temas. O papel desses canais é registrar, divulgar e prestigiar os autores e

editores que os compõem. Nas últimas décadas, os periódicos científicos ganharam destaque sobre os meios tradicionais de comunicação do conhecimento nas ciências humanas. Essa mudança se explica, por um lado, pelos avanços tecnológicos e pela disseminação das redes digitais e, por outro, pelas demandas de produtividade na avaliação da atividade científica (VILCHIS; RIVERA-LÓPEZ; MARTÍNEZ-DOMÍNGUEZ, 2020).

Os autores citados entendem que os periódicos são estruturados a partir de contribuições originais de diferentes tipos: ensaios, artigos, artigos de revisão, entre outros, desde que sejam avaliados por pares. No âmbito da Linguística, essas contribuições são chamadas de gêneros do discurso científico, que constituem o suporte e o transmissor do conhecimento disciplinar, ajustando-se a certas convenções textuais e linguísticas. O artigo de investigação recebeu atenção especial nas últimas décadas, contemplando uma alta porcentagem do conteúdo total do periódico. O valor do artigo está relacionado, principalmente, às mudanças ocorridas nos meios de circulação do conhecimento, nos modos de compreender a internacionalização da pesquisa, nos altos níveis de profissionalização e na modernidade dos sistemas que administram e avaliam a ciência, tendo em vista o financiamento dela e o avanço na carreira dos pesquisadores (VILCHIS; RIVERA-LÓPEZ; MARTÍNEZ-DOMÍNGUEZ, 2020).

Os artigos ajudam a manter o padrão de qualidade da ciência, pois os manuscritos estão sujeitos ao processo de revisão pelos pares, a fim de ser garantida a qualidade diante do número crescente de fraudes ou erros. Essa revisão confere confiabilidade ao material a ser publicado (KRONICK, 1976; JANGE; KADEMANI, 1999; MUELLER, 2000). Na concepção de Mueller (2000), a confiabilidade é uma das características mais importantes da ciência, possibilitando, assim, diferenciar o conhecimento popular do científico.

De acordo com Jange e Kademani (1999), o periódico científico ajuda a construir uma comunidade científica, com o propósito de promover o desenvolvimento de colégios invisíveis que superam a barreira geográfica, servindo para identificar, interagir e trocar informações entre grupos de pares. Além disso, para Barbalho (2005), cabe às publicações periódicas assegurar a promoção do intercâmbio de informações entre os membros de determinada comunidade, que divulga os resultados de suas pesquisas, de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto no qual está inserida.

Como uma publicação formal validada, os periódicos mantêm a investigação e seus resultados para o registro científico, atuando como instrumento que preserva o conhecimento científico (STUMPF, 1996; MEADOWS, 1999; MABE, 2001). Stumpf (1998) define os periódicos como o arquivo da ciência e Castedo e Gruszynski (2011) afirmam que, mesmo em formato digital, esses canais mantêm a capacidade de preservação e que essa característica confere aos periódicos especial importância na cadeia de difusão e de construção do conhecimento científico de cada campo.

Nota-se que a estrutura de um periódico científico envolve um conjunto de elementos e propósitos que possibilitarão o funcionamento e a gestão do periódico. Nesse contexto, Carrillo Fuentes (2020) enumera 11 elementos necessários para implementação de um periódico científico. Os elementos ou critérios são: (1) uma comunidade científica em torno de uma área de conhecimento e a necessidade de troca de descobertas entre os membros; (2) o interesse e organização de um ou vários investigadores e, se possível, de uma instituição que apoie o projeto de publicação desde o início; (3) a convocação para formar o comitê editorial; (4) a especialização do periódico; (5) os regulamentos de publicação e os padrões editoriais; (7) o nome ou título da publicação (que seja claro e conciso em relação ao tema ou área de interesse da publicação); (8) uma plataforma de gestão editorial para receber artigos ou recebê-los via e-mail; (9) equipamento informático e servidor para alojar o *website* ou plataforma de gestão editorial; (10) uma base de possíveis revisores; e, por fim, (11) autores para enviar manuscritos.

Considerando que os periódicos publicam resultados confiáveis de pesquisa e que esses resultados serão preservados para constituição do conhecimento científico, surge outra característica peculiar e muito importante: a avaliação. Defendem Spudeit, Werlang e Presser (2012) que a incumbência da avaliação é coletar evidências significativas e fornecer à equipe editorial informações necessárias e bases para a tomada de decisão em relação à melhoria do processo editorial, oferecendo condições de acompanhar e monitorar seus próprios resultados, com vistas a alcançar níveis de qualidade compatíveis com os padrões da área na qual o periódico está inserido.

A avaliação é um processo que serve de filtro, eliminando pesquisas consideradas de baixa qualidade ou que não sejam apresentadas de forma adequada. Mesmo tendo o seu valor, o processo é alvo de críticas, sobretudo relacionadas à perda de tempo. É muito provável que iniciativas de mudança ou melhoria continuem a surgir, aproveitando as vantagens oferecidas pelas TIC, conforme a velocidade com que o conhecimento cresce ou com a urgência de disponibilizar esse conhecimento ao público (MORENO CEJA; DE JESAS CORTÉS VERA; DEL ROCIO ZUMAYA LEAL, 2012).

Mesmo que haja o desejo de melhorar ou modificar o processo avaliativo, a princípio, não está contemplado o estabelecimento de uma prática que possa substituir a avaliação por pares, visto que tal mudança não seria facilmente aceita pelas comunidades científicas das diversas áreas da ciência. Outro fator relevante é estabelecer a propriedade intelectual, ou seja, ao publicar seus estudos em um periódico, o autor registra, de modo formal, a sua autoria, requerendo para si a descoberta científica (ROOSENDAAL; GEURTS, 1997; MUELLER, 2000; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012).

Do ponto de vista de quem faz o ciclo da publicação acontecer, o cientista, o pesquisador ou o docente são avaliados profissionalmente pela produção de seus artigos.

Publicar é prova de atividade científica e acadêmica, o que pode garantir uma boa avaliação do pesquisador pelas universidades e agências de fomento. Assim, segundo Ziman (1979) e Biojone (2003), o periódico científico promove o reconhecimento da atividade de pesquisa e, na visão de Stumpf (1998), esse tipo de publicação representa o principal meio para conferir prestígio aos pesquisadores. Nesse sentido, Barata (2015) defende que os periódicos científicos interferem fortemente na produção científica das nações, são o “carro-chefe” da produtividade de acadêmicos e o meio pelo qual a ética na pesquisa se delinea.

Tradicionalmente, a produção científica dos pesquisadores é medida de duas formas: a) quantos artigos o pesquisador publicou na imprensa científica mundial que fornece uma medida da produtividade absoluta; e b) quantas vezes esses trabalhos foram citados pelos outros artigos, ou seja, constaram da sua lista bibliográfica, que avalia o impacto e a importância do artigo em seu campo científico (OHIRA; SOMBRIO; PRADO, 2000). O ato de publicar artigos é exigido pelos pares como prova definitiva de efetiva atividade em pesquisa científica (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Seja um periódico institucional ou independente, a edição tem um custo e alguém deve pagar. Na era do acesso aberto, o que é gratuito deve ser diferenciado do que está disponível. Não significa que o acesso sem pagamento, neste caso, a uma publicação, seja possível porque a publicação “não custa”. Isso significa que as instituições absorvem os custos e não cobram para disponibilizar seus periódicos ao público em uma plataforma web. É um mito que a publicação eletrônica é muito mais barata do que a publicação em papel. O que muitas vezes acontece é que ninguém registra os custos (CARRILLO FUENTES, 2020).

A autora citada também apresenta alguns dos itens que precisam ser pagos quando do processo de publicação: (1) taxas da editora com benefícios (pode ser que ela cuide da revisão, treinamento e marcação *Extensible Markup Language* dos artigos, bem como toda a gestão administrativa e as questões web); (2) honorários de assistente editorial, se houver; (3) equipamentos de informática; (4) hospedagem em servidor ou compra de servidor próprio; (5) aluguel do escritório, se houver; (6) treinamento; (7) filiação à empresa que gera o número *Digital Object Identifier* (DOI); (8) marcação eletrônica de arquivos XML, caso o editor não o faça e seja contratado um metaeditor externo; (9) serviços de telefone e internet; (10) custos de edição por página de artigo, caso sejam contratados serviços externos: revisão, revisão de capas, incorporação de correções, treinamento tipográfico, *web design*, além de outros procedimentos necessários; (11) impressão, caso a publicação também seja impressa; e (12) divulgação.

Há muitos atores envolvidos na criação, conformação, desenvolvimento e produção de uma publicação científica e revisada por pares. Babini (2006) observa que, em sua maioria, as instituições acadêmicas da América Latina favorecem a experimentação dessas novas formas de divulgação dos resultados de pesquisas ao disponibilizarem o acesso

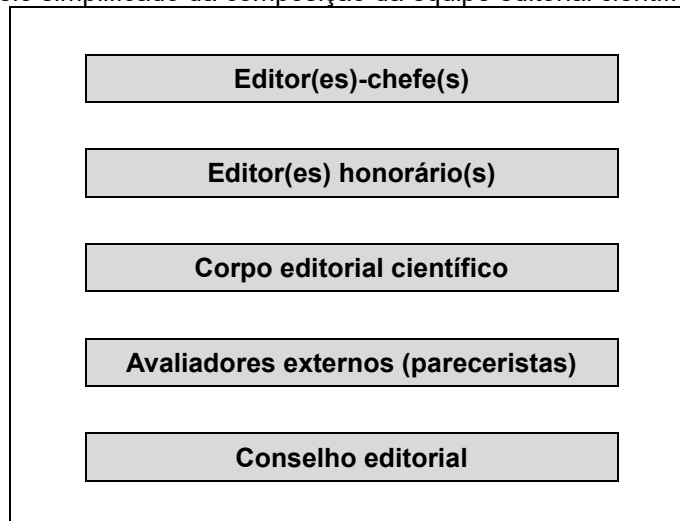
aberto aos textos completos de uma seleção de suas publicações, cobrindo a instituição os custos deste novo canal de distribuição para obter maior visibilidade de sua produção, mais citações aos seus autores e maior impacto de suas pesquisas.

2.2.1 Equipe editorial científica e avaliação por pares

Para que os periódicos científicos existam, é necessário criar condições para que cumpram suas funções de registro, arquivo e memória. Dentre essas condições, observa-se o estabelecimento de uma equipe editorial científica (SANTANA; FRANCELIN, 2016), que oferecerá garantias de que o material publicado seja valioso, útil e correto (CAMPANÁRIO, 2002). Para fazer parte do corpo editorial de um periódico, é necessário ter capacidade técnica e científica para atuar na avaliação dos artigos submetidos à publicação, sendo a equipe formada por profissionais especializados nas áreas temáticas as quais o periódico pertence (RIOS; LUCAS, 2020).

Os periódicos científicos adotam diferentes estruturas de gestão editorial. A Figura 3 ilustra a estrutura da composição da equipe editorial, considerando as recomendações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e da SciELO.

FIGURA 3 - Modelo simplificado da composição da equipe editorial científica de um periódico



FONTE: Adaptada de ANPAD (2010) e SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (2020).

O editor-chefe, ou simplesmente editor, é o responsável pela execução da política editorial, pelo conteúdo científico do periódico, pela gestão editorial e pela coordenação do fluxo de trabalho junto à equipe (SANTANA; FRANCELIN, 2016; SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020). Para Santos (2021), as funções do editor são diversas e correspondem a: coordenar o processo editorial, zelar pelos padrões éticos, atuar em todos os aspectos do gerenciamento do periódico (em conjunto com os editores), ajustar/configurar o sistema, cadastrar usuários às várias funções editoriais, criar e definir as políticas das seções, entre outras funções de gerência. Trzesniak (2009) destaca que os

editores-chefe, em geral, são profissionais reconhecidos na área temática do periódico, cujas funções também estão atreladas ao gerenciamento de assuntos administrativos e financeiros.

Editores honorários são cientistas, personalidades ou ex-editores referenciados no periódico por motivo honorário ou para agregar prestígio, sem, entretanto, participar ativamente na gestão editorial. Os nomes devem ser listados separadamente sob denominação correspondente que evidencie que esses agentes não atuam como editores na gestão dos manuscritos (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020).

O corpo editorial científico colabora ativa e sistematicamente com o editor-chefe na gestão do fluxo de avaliação dos manuscritos, com ênfase na seleção e na interação com os pareceristas e autores (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2020). Na visão de Santana e Francelin (2016), esses agentes participam da preparação científica de originais nas áreas de sua especialidade (encomendando e encaminhando contribuições, analisando pareceres, entre outras atividades). A ANPAD (2010) recomenda que os integrantes dessa equipe sejam pesquisadores com credibilidade e reconhecimento da comunidade acadêmica, embora possa haver pesquisadores seniores, para dar legitimidade, e membros juniores (alunos de Graduação ou Pós-Graduação), eventualmente necessários para conferir suporte quando novos métodos e teorias sejam empregados nos manuscritos.

Os avaliadores externos (pareceristas) colaboram na avaliação esporádica de manuscritos, após a solicitação do editor-chefe ou mesmo de um editor associado. Esses membros avaliam e emitem pareceres dos manuscritos submetidos ao periódico, recomendando a aprovação, rejeição ou alterações para melhoria do texto (SANTANA; FRANCELIN, 2016). Esses não fazem parte do corpo editorial científico e são consultados para avaliar determinado artigo submetido ao periódico. Não possuem, portanto, nenhum vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação. Os avaliadores compreendem pesquisadores nacionais e estrangeiros (preferencialmente com abrangência em todos os continentes) e reconhecidos nas áreas dos periódicos que colaboram e, especialmente, do assunto dos manuscritos que avaliam (TRZESNIAK, 2009; SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2017).

A SciELO (2020) menciona que o conselho editorial, quando existe formalmente, tem a responsabilidade imediata com a gestão do periódico, tendo a incumbência de assessorar o editor-chefe e os editores associados, avaliar o desempenho do periódico e elaborar recomendações sobre políticas editoriais, visibilidade e inovações para o aperfeiçoamento do periódico. Santana e Francelin (2016) afirmam que a equipe do conselho reúne profissionais e especialistas responsáveis pela definição da política editorial do periódico, indicação de editores, elaboração e acompanhamento de projetos, entre outras ações. Para as autoras, essa equipe também orienta, interpreta e sugere aperfeiçoamentos

na política editorial, arbitrando sobre questões e padrões éticos, além de zelar pela qualidade técnico-científica do periódico, pela regularidade de sua publicação e pelo processo de gestão editorial.

A avaliação por pares, ou revisão por pares (*peer review*), é tida como um dos pilares da comunicação científica por assegurar a qualidade e a integridade da comunicação científica. Há consenso na literatura de que a confiança implícita que acompanha essa avaliação ajuda a garantir a qualidade em meio à quantidade sempre crescente de literatura científica disponível (SILVEIRA; SILVA, 2020). Pode-se dizer que a avaliação não é apenas controle de qualidade, mas parte integrante da infraestrutura social da pesquisa (SQUAZZONI, 2020). Os revisores têm, em certa medida, a responsabilidade de salvaguardar a reputação de um periódico e, portanto, o prestígio dos cientistas que nela publicam seus trabalhos (MARTÍN SEMPERE, 2001).

Como aborda Weller (1995), alguma forma de seleção faz parte do processo de produção do periódico científico desde o seu surgimento, há mais de 300 anos. Como exemplo dessa seleção, Weller (1995) cita a decisão dos artigos publicados na *The Philosophical Transactions of the Royal Society*, atribuída ao editor Henry Oldenburg. Destaca-se que quase 75% dos manuscritos aceitos foram escritos por membros da *American Sociological Society*. Hoje, examinando esses dados, pode-se procurar e encontrar evidência de vieses nos textos publicados.

Nos dias atuais, o modo com que o processo de avaliação ocorre nos periódicos difere, em alguns aspectos, do modo com que foi realizado no decorrer dos tempos. A partir da segunda metade do século XX, a avaliação passou a ser sustentada pelo ajuizamento dos manuscritos acadêmicos apresentados por autores para uma possível publicação em periódicos. O editor do periódico recorrerá a especialistas (avaliadores) que expressarão suas opiniões sobre a qualidade do estudo e a conveniência de publicá-lo (WELLER, 1995; MORENO CEJA; DE JESAS CORTÉS VERA; DEL ROCIO ZUMAYA LEAL, 2012).

Ardakan, Mirzaie e Sheikhshoei (2011) atestam que o sistema de avaliação por pares ajuda na conscientização do valor, da exatidão e da importância do conteúdo científico e do contexto do artigo. Para Nassi-Calò (2021), a comunidade científica atribui ao sistema uma função crítica da comunicação científica, na perspectiva de que, por um lado, melhora a qualidade e afere credibilidade aos relatos das pesquisas publicados e, por outro, impede a publicação de resultados irrelevantes ou falsos.

Entende-se que a busca por um processo de revisão por pares transparente e eficaz é algo satisfatório para a ciência, visto que tende a diminuir as inconsistências nos resultados das pesquisas, como também os casos de má conduta, como ocorrem, na maioria das vezes, nos periódicos predatórios. Como esclarecem Adami e Marchiori (2005, p. 78):

[...] o sistema avaliativo visa garantir a qualidade do conteúdo científico veiculado e assegurar que tal conteúdo corresponda ao pensamento da comunidade científica da área. Logo funciona como 'balança' da ciência ou 'régua' da qualidade e produtividade de autores, instituições e dos próprios títulos de periódicos, servindo, por conseguinte, para aprimorá-los, o que ocorre com o propósito central de assegurar a sua maior aceitação e credibilidade, além de atender a critérios que os tornem disponíveis em catálogos e bases de dados brasileiras e estrangeiras.

Embora a base do processo avaliativo seja sempre a mesma, ou seja, especialistas da área fazem comentários sobre um artigo para ajudar a melhorá-lo, dois tipos diferenciados de avaliação existem. Sobre isso, Jenal *et al.* (2012) citam o sistema cego, cujos autores e revisores desconhecem a identidade uns dos outros, e o sistema aberto, ou seja, a identidade dos autores e revisores é conhecida por ambas as partes.

A avaliação por pares fechada (*blind peer review*), o sistema cego, foi adotada por volta de 1940 pelos periódicos *Science*, *Nature*, *Journal of the American Medical Association* (NASSI-CALÒ, 2019) e *Journal of Clinical Investigation* (WELLER, 1995). Desde o início, os pareceristas que avaliavam os artigos permaneciam protegidos pelo anonimato. Posteriormente, os autores e as respectivas afiliações institucionais também não eram revelados aos pareceristas, como estratégia de promover avaliações mais justas e livres de vieses de qualquer natureza. Esse formato de avaliação por pares foi largo e ubiquamente utilizado por décadas e os periódicos que não o realizavam não gozavam de boa reputação no meio científico (NASSI-CALÒ, 2019).

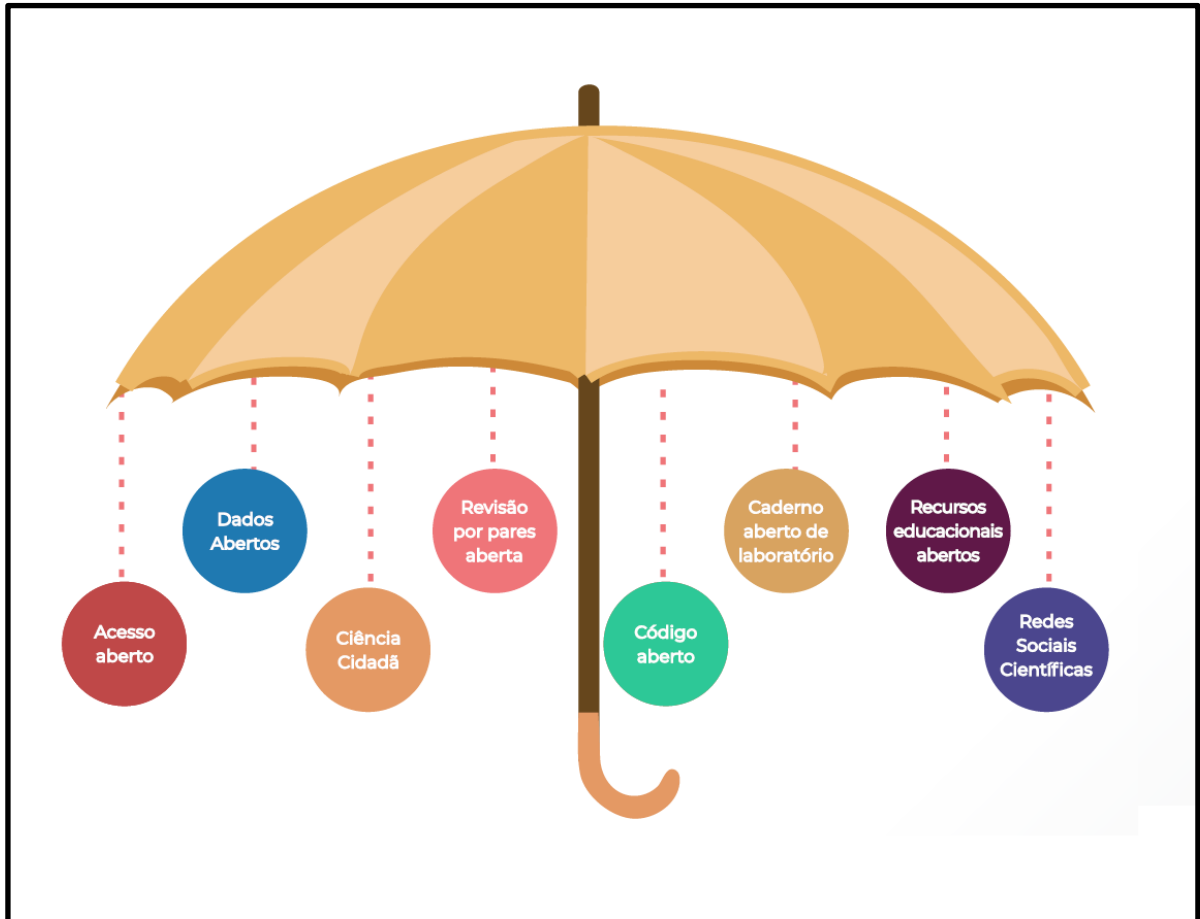
Boas (2017) identificou a hegemonia da avaliação fechada, ou seja, tal modelo constitui-se como mais solidificado em todas as áreas do conhecimento, tanto na prática dos periódicos, quanto no imaginário dos editores que justificam a preferência pelo modelo considerando que ele possibilita imparcialidade aos julgamentos atribuídos pela avaliação. De modo similar, Ardakan, Mirzaie e Sheikhshoei (2011), a partir de uma pesquisa do processo de revisão por pares para artigos de 245 periódicos científicos do Irã, também concluíram que o tipo predominante de arbitragem para artigos submetidos a esses periódicos é o cego.

Segundo Vragov e Levine (2007), o processo de revisão por pares do tipo cego usado atualmente para determinar os artigos que serão publicados em periódicos científicos está longe de ser perfeito. Esses autores argumentam que a internet pode fornecer um modo mais adequado para julgar a qualidade do artigo usando a opinião de cada leitor, em vez de apenas alguns revisores.

O método de avaliação de revisões por pares do tipo aberto (*open access, open data and open peer review*) compõe o arcabouço da ciência aberta (*open science*). Constitui-se na abertura das identidades dos autores e dos pareceristas, na publicação dos informes dos pareceristas e em uma maior participação do público no processo de revisão, resultando maior qualidade e rendimento científicos denotados por meio do diálogo entre os atores, ao longo da análise (SPINAK, 2018).

A partir dos elementos e das características da estrutura dos periódicos científicos, como também do processo de avaliação, é possível depreender que a ciência aberta se manifesta como um novo sistema para a comunicação científica. Tal sistema congrega elementos e processos, conduzidos com transparência e colaboração. A Figura 4 apresenta a estrutura do sistema da ciência aberta, representada, graficamente, por um guarda-chuva.

FIGURA 4 - Representação do guarda-chuva para a ciência aberta



FONTE: Fundação Oswaldo Cruz (2018).

Pelo que consta na Figura 4, percebe-se que o modelo é integrado, com diferentes práticas que sustentam o movimento. A partir do modelo, elucidam-se práticas fomentadoras da ciência aberta, a saber: o acesso aberto, os dados abertos, a ciência cidadã, a revisão por pares aberta, o código aberto, o caderno aberto de laboratório (dados da pesquisa), os recursos educacionais abertos e as redes sociais científicas, conforme divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2018).

Do acesso aberto às redes sociais científicas, a ciência aberta pleiteia uma transformação que é considerada, de modo essencial, enriquecedora do tradicional *modus operandi* de fomentar, projetar, realizar e, particularmente, comunicar a pesquisa. O movimento não procura a redefinição dos paradigmas científicos, mas a transformação dos

paradigmas de investigação. Enquanto mobilização acadêmica, a ciência aberta reage à crescente privatização do conhecimento científico, derivada do estreitamento de relações entre ciência e mercados (PACKER; SANTOS, 2019).

Albagli, Maciel e Abdo (2015) também defendem essa reflexão, ao mencionarem que o desenvolvimento para além dos aspectos técnicos e tecnológicos perpassa pelas questões de ordem cultural, política e institucional (aspectos formais e informais). Esses autores revelam que o conjunto de iniciativas não se dirige, tão somente, às potencialidades e às facilidades em se gerar e circular a informação e o conhecimento. Os autores também destacam que essas iniciativas tendem a mobilizar múltiplos níveis e escopos de abertura, remetendo tanto a um sentido pragmático, de permitir maior dinamismo às atividades da ciência, da tecnologia e da inovação, quanto a um sentido democrático, de possibilitar maior diversidade de perspectivas no âmbito da própria ciência e, ainda, maior participação e intervenção da sociedade.

2.2.2 Periódicos predatórios

Atentos à disposição de alguns autores a pagar para publicar seus manuscritos de modo rápido, surgiram periódicos que não são comprometidos com a ética tampouco com a qualidade na publicação científica. Assistiu-se o crescimento de um mercado comercial altamente lucrativo, cujo autor paga para ter seu artigo publicado, sem uma criteriosa revisão por pares. Essas publicações, com modelos de negócios questionáveis, são denominadas como periódicos predatórios (PRADO; KRAENKEL; COUTINHO, 2017).

A principal missão desses periódicos é ganhar dinheiro e não contribuir para o avanço da ciência, pois disponibilizam textos quase sem nenhum rigor, desde que os autores paguem (LOGULLO, 2016). Os periódicos predatórios exploram o modelo de acesso aberto *Article Processing Charge* (APC), ou a taxa de processamento de artigo, cobrando a taxa sem fornecer um processo de revisão por pares de qualidade (BUTLER, 2013).

Butler (2013) relata que foi identificado, desde 2008, um fluxo crescente de mensagens de novos periódicos solicitando artigos. Entretanto, a maioria dos e-mails continha vários erros gramaticais e, ao navegar nos sites dos periódicos, verificou-se que seus editores não eram exatamente o que afirmavam. Os nomes muitas vezes soavam grandiosos (palavras do tipo “mundo”, “global” e “internacional” eram comuns), mas alguns sites pareciam amadores ou forneciam poucas informações sobre a organização por trás deles.

O relatório do *The Inter Academy Partnership* (2022), que teve o objetivo de identificar intervenções viáveis e efetivas para conter e ajudar a combater o aumento preocupante de periódicos predatórios e oferecer recomendações às comunidades envolvidas, descreve que o impacto da pandemia do coronavírus (COVID-19) pode ser uma causa a mais

para preocupação. Isso porque, conforme o relatório, as pesquisas de má qualidade e atores inescrupulosos capitalizam a confusão e a urgência causadas pela pandemia, considerando que surgiram, no contexto pandêmico, novas formas de gestão, de comunicação e de uso das pesquisas.

A maioria das publicações predatórias não apresenta padronização e nem transparência adequadas. Assim, passou-se a divulgar listas de alerta quanto à existência de publicações duvidosas. Um exemplo dessa iniciativa é o trabalho de Jeffrey Beall, biblioteconomista da Universidade de Colorado (em Denver, nos Estados Unidos), ao montar uma página na internet que lista centenas de periódicos de várias áreas e que foram considerados como predatórios. Essa iniciativa pioneira como a Lista de Beall ou Beall'sList gera conhecimento para os pesquisadores, sobretudo os menos experientes (LOGULLO, 2016).

O campo da metapesquisa⁶ tem se dedicado a investigar mais a fundo o fenômeno dos periódicos predatórios e a lista de *Beall* já não é mais considerada atualizada, nem única. Esse crescimento está relacionado ao aumento, também, do número de periódicos duvidosos (dados recentes computaram o número de mais de 15.500 publicações) (CABELLS SCHOLARLY ANALYTICS, 2022). Assim, surgiram outros critérios para caracterizar um periódico como predatório, propostos por várias equipes diferentes, muitas vezes até discordantes. Consenso existe em classificar periódicos científicos predatórios como aqueles que cobram taxas para a publicação, não praticam revisão por pares (*peer review*), têm procedimentos obscuros ou de baixa qualidade de revisão (portanto, publicam “qualquer coisa”) e não são indexados nas bases de dados utilizadas para a pesquisa (LOGULLO, 2016).

Observa-se que essas listas podem ser contraproducentes, pois é difícil produzir classificações desse tipo de modo adequado e reunir uma relação completa de publicações suspeitas. Fato é que pesquisadores deveriam receber treinamento para distinguir publicações confiáveis (FAPESP, 2017). Prado, Kraenkel e Coutinho (2017) indicam que a eficiência para detectar periódicos potencialmente predatórios varia muito entre campos de pesquisa e recomendam que todas as áreas do conhecimento explicitem critérios específicos para identificar potenciais publicações predatórias.

Existe uma grande confusão e mal-entendidos sobre o que constitui periódicos predatórios. Com o aumento, diversificação e sofisticação das práticas de pesquisa, é cada vez mais difícil identificar, rastrear, monitorar e distinguir, com segurança, os periódicos fraudulentos, inferiores ou de baixa qualidade. A The Inter Academy Partnership (2022)

⁶ A metapesquisa pode ser conceituada como pesquisas sobre pesquisas, realizadas com o objetivo de melhorar as pesquisas sobre um determinado campo, tema ou área de investigação. É uma proposta recente, com diversos aspectos ainda a serem debatidos, ampliados e aprofundados no Brasil (MAINARDES, 2021).

apresenta um espectro de comportamentos que evita a classificação simplista de periódicos bons ou ruins, seguros ou em observação e válidos ou inválidos, conforme exposto na Figura 5.

FIGURA 5 - Espectro de comportamentos predatórios para periódicos



FONTE: The Inter Academy Partnership (2022, on-line, tradução nossa).

Pelo que consta na Figura 5, infere-se que o espectro não é perfeito, mas objetiva garantir a transparência, ao invés de julgamento por valor. Isso porque o valor de certos traços pode ser diferente em contextos geográficos distintos, sobretudo pelos traços serem dinâmicos e intensificados pela sua rápida evolução e pela complexidade cada vez maior (THE INTER ACADEMY PARTNERSHIP, 2022).

A coordenação da área de Educação na CAPES, no âmbito da nota sobre o Qualis Periódicos da referida área, menciona que promove avaliação cuidadosa de periódicos chamados predatórios. A coordenação considera como predatórios aqueles que assediam os pesquisadores, cobrando taxas de submissão/publicação elevadas e garantindo prazo muito curto para a aprovação e publicação do artigo, além de não indicarem com clareza se há rigorosa avaliação cega entre os pares (BRASIL, 2021).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021), existem dois tipos de autores que recorrem a esses periódicos: os mal-informados e os mal-intencionados. Em linhas gerais, a instituição explica que os mal-intencionados conhecem a natureza dos periódicos predatórios e buscam inflar, artificialmente, sua produção acadêmica ou científica, haja vista alcançar promoções na carreira, ao passo que os mal-

informados se encontram em início de carreira e são atraídos pela facilidade de publicar nesses veículos fraudulentos.

A pressão para publicar está levando ao aparecimento de distúrbios psicológicos muito perniciosos para a estabilidade emocional e a qualidade de vida dos pesquisadores, como ansiedade, estresse e depressão. Pode haver casos, embora em menor proporção, cujos efeitos são benéficos, como: incentivo ao desenvolvimento da pesquisa, ruptura com o conformismo, promoção da imparcialidade e da publicidade, eliminação do arbítrio, do nepotismo e da consanguinidade local e aumento da incorporação das mulheres nas instituições (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Um fator do crescimento dos periódicos predatórios é a valorização da quantidade em detrimento à qualidade. Ribeiro (2014) mencionou essa tendência em entrevista concedida ao periódico *Nature*, em 2014, no artigo intitulado *Capacity building: Architects of South American Science*. Conforme explica a pesquisadora, no Brasil, as duas das maiores barreiras quanto à melhoria da pesquisa do País são a avaliação de desempenho e as recompensas. A valorização da quantidade em vez da qualidade está tão arraigada na cultura científica brasileira que é apelidada de numerologia. Em vez de reunir um conjunto completo de experimentos em uma história coerente, os cientistas ganham mais reconhecimento no sistema ao dividir ou fragmentar o estudo em várias produções (RIBEIRO, 2014).

O mesmo apontamento é mencionado por Santos-d'Amorim (2021), ao relatar sobre a equação, composta, de um lado, por pesquisadores vivendo sob a máxima “publique ou pereça” e, do outro, a percepção da indústria da informação científica como um vantajoso nicho de mercado, o que faz elevar a quantidade de editoras predatórias. A autora conclui que as ofertas direcionadas por e-mail, prometendo rápida publicação, têm levado à mercantilização do artigo científico como uma moeda de troca e, junto com ela, manifesta-se, também, a pressão ao pesquisador.

Periódicos predatórios põem em risco a credibilidade do conhecimento científico. Para o pesquisador, as ameaças de se publicar nesse formato são a possibilidade de o artigo desaparecer, de ter que pagar taxa de retratação e ainda causar prejuízo à imagem do autor e da instituição (EMBRAPA, 2021).

A falta de transparência do processo de avaliação por pares juntamente com a falta de reconhecimento profissional de colegas avaliadores são impulsionadores adicionais para práticas predatórias. A avaliação por pares é a área menos apoiada e menos documentada do processo de pesquisa. A falta de clareza e de transparência no processo, originalmente desenvolvido para minimizar a parcialidade do sistema por meio de confidencialidade, permite que as práticas predatórias sigam despercebidas e incontestadas. A falta de reconhecimento profissional e de treinamento para avaliação por pares gera a desmotivação para que alguém sirva como avaliador, por conseguinte, incentivos para pegar

atalhos e reduzir o rigor tornam ainda mais atraente a promessa de serviços predatórios (THE INTER ACADEMY PARTNERSHIP, 2022).

Para mitigar essas ocorrências, o relatório da *The Inter Academy Partnership* (2022) aborda algumas ações, direcionadas a cinco diferentes agentes, a saber:

- **Para os governos e financiadores de pesquisa:** que esses agentes encomendem mais pesquisas sobre a avaliação por pares, a fim de ajudar a promover padrões e entender como funciona o processo avaliativo e como ele pode evoluir no futuro;
- **Para as instituições de educação:** que elas garantam o reconhecimento profissional das funções editoriais e de avaliação por pares, em igualdade com a publicação de artigo, ou outra forma de produção escrita, e façam deles parte dos critérios de análise de pesquisa, promoção e reconhecimento. Ademais, que sejam atribuídos pontos de bonificação a serem utilizados em taxas de acesso aberto;
- **Para os financiadores de pesquisa:** que promovam a publicação em periódicos com transparência e/ou com processos de avaliação aberta por pares e vinculem apoio financeiro para a publicação, nesses periódicos;
- **Para as editoras:** que façam da avaliação transparente por pares uma norma (copublicação do relatório de avaliação), com flexibilidade na divulgação de nomes e do nível de sigilo do processo de avaliação. Além disso, que desenvolvam programas de treinamento e códigos de conduta de boas práticas para a avaliação por pares;
- **Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras organizações intergovernamentais:** que aumentem a conscientização sobre os benefícios da avaliação transparente por pares, a ser realizada de modo aberto, anônimo ou híbrido.

A partir do crescimento dos periódicos predatórios e do perigo que eles representam para a qualidade da ciência, confirma-se a importância de se manter os periódicos científicos, com uma estrutura sólida que possibilite o fortalecimento do seu funcionamento e da sua gestão (SQUAZZONI, 2020). Como destacado por Silveira e Silva (2020), é por meio da valorização dos periódicos científicos, munidos de estruturas adequadas e fortalecidas, que o processo de avaliação da ciência atingirá os seus objetivos, tendo em vista qualificar o que é produzido pela ciência.

2.3 Estudos correlatos

Para que os periódicos científicos existam, é necessário criar condições para que cumpram suas funções. Dentre essas, observa-se a necessidade do estabelecimento de uma equipe editorial e a valorização do processo avaliativo, que precisa ser constantemente, aperfeiçoado. Esses dois aspectos dos periódicos, equipe editorial e avaliação, constituem o

objeto principal de análise desta pesquisa e serão mencionados, a partir das considerações obtidas com a realização de outros estudos já finalizados.

Nizamuddin (2002) documenta o processo de revisão por pares. O autor explica que os artigos de pesquisa científica passam por vários processos de escrutínio e revisão. O processo é iniciado quando o editor verifica se o manuscrito que foi submetido enquadra-se no escopo do periódico. Em seguida, analisam-se o estilo do texto, conforme os padrões editoriais, e se ele está completo ou não. Depois de verificar todas as condições, passa a selecionar especialistas no assunto para revisão por pares. Após o processo de avaliação, o editor notifica o autor sobre a aceitação, rejeição ou modificação com base nos comentários dos revisores e no julgamento do editor. O artigo revisado é verificado novamente para certificar se os comentários dos revisores foram atendidos. No caso de rejeição, o autor é informado sobre o(s) motivo(s) da rejeição.

Población *et al.* (2003), com o objetivo de propor um organograma da estrutura do periódico e um fluxograma das atividades que envolvem o artigo, publicaram um estudo sobre a terminologia adotada pelo editor para designar os membros do corpo editorial e as atribuições pertinentes aos componentes da equipe responsável pela política, pela administração e pela qualidade do conteúdo do periódico. A metodologia adotada foi a análise dos fascículos de um conjunto de periódicos disponíveis no BIREME e em várias bibliotecas médicas do Brasil. Nessa amostra, identificou-se que não havia uniformidade de termos e de atribuições para a designação dos membros do corpo editorial. Por fim, com os resultados, os autores apresentaram um mapa do fluxo editorial.

O estudo de Mendonça, Fachin e Varvakis (2006) analisou os periódicos científicos on-line da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação quanto ao uso de normas e de padrões. Sobre a responsabilidade do periódico, os resultados indicaram que a disponibilização dos membros da comissão editorial, as suas formações e os dados referentes ao editor proporcionam uma melhor identidade para as publicações (MENDONÇA; FACHIN; VARVAKIS, 2006).

Em 2007, foi publicado o livro intitulado *Review of Peer review and manuscript management in scientific journals: Guidelines for good practice*. Com a experiência da autora adquirida como editora-chefe no periódico *The Plant Journal*, esse livro relata o processo de revisão por pares, estabelecendo claramente as funções e as responsabilidades de cada uma das pessoas envolvidas. A autora menciona que “a revisão por pares é uma ferramenta muito poderosa [...] e uma atividade bastante amadora, visto que geralmente não há treinamento formal, com a maioria das pessoas aprendendo 'no trabalho’” (HAMES, 2007, p. 4). O objetivo geral do livro é fornecer aos editores uma alternativa para o aprendizado por tentativa e erro - algo que, de fato, seria benéfico para todos os envolvidos.

A literatura publicada também tem estudado as características dos aspectos extrínsecos formais dos periódicos científicos eletrônicos a partir do Qualis, sobretudo as publicações classificadas no estrato A, da área de Ciência da Informação, com foco na equipe editorial. O resultado dessa investigação constatou que todos os títulos analisados informam sobre sua equipe editorial, variando, no entanto, de título para título quanto à totalidade de informação apresentada (CARELLI; GIANNASI-KAIMEN, 2009).

Alguns estudos, como o de Trzesniak (2009), analisam as instâncias da estrutura editorial. Detalhando os conceitos e atribuições, a citada pesquisa destaca como garantia de perenidade o comitê/conselho de política editorial e como garantia de credibilidade científica o corpo editorial científico e consultores (ou revisores) *ad hoc*, editor geral, assistente do editor, editor assistente e editor adjunto, editor associado, editor convidado, editor de seção e editor consultivo. Esclarece-se que a quantidade de recursos materiais e humanos depende da dimensão do periódico, calculada em termos de artigos analisados por ano. No entanto, a existência de cada instância, mesmo que pequena em porte, é fundamental para periódicos em qualquer escala (TRZESNIAK, 2009).

A pesquisa de Stumpf (2008) tem como objeto de análise a avaliação de originais pelos pares de acordo com 13 editores, autores e avaliadores de sete periódicos que forneceram evidências de como é realizado o processo nos periódicos brasileiros da área da Comunicação. Entre as verificações do estudo, destaca-se que os procedimentos de avaliação estão fortemente vinculados à maneira como a produção do periódico está organizada. Essa constatação refere-se a todas as etapas da avaliação, desde a pré-seleção dos manuscritos, até a decisão das contribuições a serem publicadas em cada fascículo (STUMPF, 2008).

Fachin (2011) apresenta um conjunto de metadados para os periódicos científicos digitais, possibilitando a interoperabilidade por meio do uso de ferramenta ontológica. Ao descrever o conjunto de metadados, a autora agrupou termos e definições em categorias operacionais, como: gestão de periódico, gestão de pessoas, políticas, processo editorial e visibilidade.

A estrutura da equipe editorial de um periódico científico, em linhas gerais, é constituída por uma comissão científica, representada, basicamente, pelo editor responsável (ou editor-chefe), pelo conselho editorial (também chamado de comitê consultivo ou conselho consultivo), pelos assessores científicos (também chamados de editores de seção ou editores de área) e revisores (pareceristas ou *referees*). Ademais, o periódico também é composto pela equipe de produção editorial, responsável por questões técnico-administrativas e por atividades de pós-produção dos manuscritos (SANTANA; FRANCELIN, 2016).

A ANPAD publicou, em 2017, uma revisão do Manual de Boas Práticas da Publicação Científica, cuja primeira edição havia sido lançada no ano de 2010. O propósito

da atual publicação é ajudar os periódicos brasileiros a alcançarem elevados níveis de qualidade e de desempenho e a ampliarem o seu impacto como fonte de pesquisa referencial. Do ponto de vista operacional, nesse manual, são apresentados os papéis do processo editorial, detalhando os cargos de editor, comitê de política editorial ou conselho editorial, corpo editorial científico, os editores associados, revisores e os autores (ANPAD, 2017).

Farias, Lima e Santos (2018) apresentam uma investigação sobre as impressões laborais vivenciadas no fazer docente, na experiência de conduzir um periódico científico eletrônico e na prática bibliotecária obtida com o processo editorial do SEER. Discutem que, no caso do periódico científico de acesso aberto, o processo de editoração requer a atuação de diversos profissionais, a saber: equipe editorial (basicamente constituída por uma comissão científica), conselho editorial (também conhecido como comitê ou conselho consultivo), assessores científicos (editores de seção ou editores de área) e revisores (consultores *ad hoc*, pareceristas ou *referees*). Além desses membros, deve-se haver uma equipe de produção editorial, responsável pela parte operacional e técnico-administrativa, como, por exemplo, a secretaria editorial, o bibliotecário, o profissional de revisão em língua vernácula e estrangeira, o responsável pelo suporte técnico, entre outros envolvidos. Os autores admitem que, na maioria dos casos, nem todos os periódicos conseguem manter uma equipe editorial completa, por não disporem de orçamento suficiente.

Oliveira, Cendón e Cirino (2018) sintetizaram a diversidade de critérios e indicadores de qualidade existentes em metodologias de avaliação de periódicos científicos, desde a década de 1960. Dentre os fatores deajuizamento, encontra-se o de responsabilidade do periódico, com oito indicadores, a saber: (1) conselho editorial, comissão e conselho (ou corpo) editorial; (2) contato com membros da comissão editorial; (3) comissão executiva e/ou editor responsável; (4) natureza do órgão publicador; (5) editores-chefes com afiliação institucional e seus currículos atualizados; (6) corpo de editores associados ou de seções; (7) membros com diversidade institucional do conselho editorial; e (8) afiliação institucional dos membros do conselho editorial. Os autores também observaram que a presença do conselho editorial é muito valorizada por avaliadores.

Santa Anna (2020), com o objetivo de demonstrar as contribuições do bibliotecário na editoração de periódicos científicos eletrônicos, apresenta a estrutura, composição e fluxo editorial de um periódico do campo da Educação. Na perspectiva prática de editor científico, o autor constata que a equipe editorial desempenha atividades de cunho administrativo, com vista a garantir a gestão do periódico como um todo, “[...] conduzindo, de forma sistêmica, as atividades, os processos, os produtos, as tecnologias, as pessoas, relações estabelecidas, dentre outros aspectos de ordem gerencial [...]”. Já o conselho científico não executa atividades de cunho gerencial, “[...] mas coloca-se a serviço do processo avaliativo dos manuscritos que são recebidos. Esses profissionais são chamados de pareceristas ou

avaliadores, e desempenham papel fundamental na qualificação da produção científica” (SANTA ANNA, 2020, p. 744).

Como pode ser percebido, na literatura, não há conformidade sobre os termos e as funções da equipe editorial e do processo de avaliação por pares do periódico. Sobre os aspectos formais, os estudos apresentam-se como espaçados, do ponto de vista específico ou de difícil reflexo na prática. Por isso, a presente pesquisa busca entender e descrever esses objetos na perspectiva da observância da realidade, contribuindo, também, para a exposição de um retrato contemporâneo sobre a temática.

3 METODOLOGIA

Este capítulo detalha a caracterização e a delimitação dos procedimentos metodológicos da pesquisa e apresenta o percurso metodológico, incluindo os detalhes do conjunto de procedimentos adotados para que os objetivos pudessem ser atingidos. Assim, são expostos os processos de coleta e de análise de dados, bem como as técnicas e os instrumentos utilizados para a geração dos resultados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Caracterizar a pesquisa significa definir a sua classificação, considerando diferentes abordagens metodológicas adotadas e como elas foram conduzidas. A Figura 6 sintetiza os diferentes procedimentos operacionais desta investigação e suas relações com as análises.

FIGURA 6 - Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	Descritiva e exploratória
Tipo de pesquisa quanto à abordagem ao problema	Tanto quantitativa como qualitativa
Corpus da pesquisa	Periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha
Técnica de pesquisa em relação aos procedimentos	Documental Pesquisa de campo <ul style="list-style-type: none"> • Directory of Open Access scholarly Resources (ROAD) ; • Directory of Open Access Journals (DOAJ); • Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex); • Portais de Periódicos listados pela Rede Cariniana; • Portal Dulcinea; • Revistes Catalanes Amb Acces Obert (RACO); • Website das editoras dos periódicos científicos; • Website dos periódicos científicos; • Relato de editores científicos.
Fontes de coleta de dados	Ficha documental por meio de uma planilha no Microsoft Excel®; Entrevista via google Meet com editor e pesquisador da área Comunicação e Informação da CAPES.
Instrumento de coleta dos dados	(1) Conselho editorial; (2) Editor-chefe; (3) Editor honorário; (4) Corpo editorial científico; (5) Avaliador externo (parecerista) e (6) Processo de avaliação de pares
Categorias de análise	
Tratamento dos registros	Softwares Microsoft® Excel®, Iramuteq e Bizagi Modeler.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

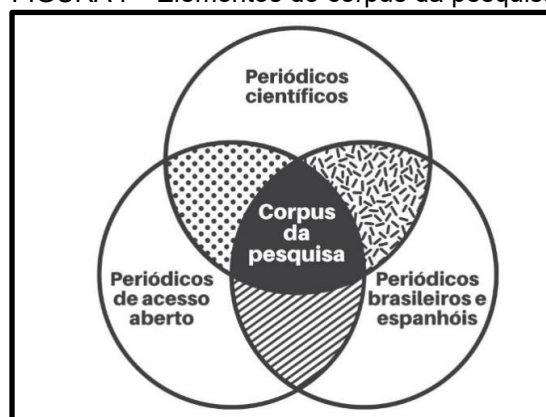
Conforme apresentado na Figura 6, percebe-se que a pesquisa se caracterizou sob vários aspectos. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva e exploratória. Descritiva pelo fato de propor a descrição das características dos periódicos

científicos e estabelecer relações entre variáveis (BARROS; LEHFELD, 2007; LEITE, 2008). A pesquisa pode também ser classificada como exploratória, pois realizou um estudo preliminar, de modo a familiarizar-se com o fenômeno e buscar obter uma imersão inicial, tornando o objeto de análise mais explícito (GIL, 1994a; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Com base no modo de abordagem do problema, o estudo é tanto quantitativo quanto qualitativo, pois traduz números em informações, as quais são classificadas e analisadas (quantitativo) e, em alguns casos, há uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números (qualitativo) (GIL, 1994a). Para a produção desses dados, a pesquisa adotou o método misto sequencial, em duas fases. A primeira fase constituiu-se de uma exploração quantitativa por meio da coleta de dados nas principais bases mundiais que indexam os periódicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha, além de recorrer, também, às informações que constam no *website* dos periódicos. Já na segunda fase, os dados estatísticos foram analisados por meio de exploração qualitativa, relacionados ao contexto político, econômico, educacional, científico e tecnológico de cada região, de modo que os fenômenos mais recorrentes, em cada país, puderam ser investigados com maior profundidade.

O corpus da pesquisa reuniu o conjunto de periódicos científicos que atenderam três critérios: (1) possuir aspectos e práticas inerentes à comunicação científica, (2) ser de acesso aberto e (3) ter origem brasileira e espanhola. A Figura 7 indica o universo (periódicos científicos) e a população delimitada para esta pesquisa (periódicos científicos de acesso aberto brasileiros e espanhóis).

FIGURA 7 - Elementos do corpus da pesquisa



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

No processo de formação do corpus da pesquisa, utilizaram-se como fundamento para caracterizar um material como periódico científico, as recomendações da Capes (2016). Assim, seguindo essas recomendações, não se caracterizam como periódico científico os seguintes materiais: magazines, diários, anais, folhetos e conferências. Isso porque esses

veículos não possuem uma política editorial definida e um processo de avaliação por pares (CAPES, 2016).

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo realizou uma pesquisa documental, elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico (GIL, 1994b). A técnica de pesquisa documental foi adotada pelo fato de a coleta de dados ser restrita a fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2010). Nesse contexto, conforme relatado pelas autoras e em sintonia com a proposta metodológica deste estudo, os dados ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, sendo, pois, matéria-prima a partir da qual o pesquisador desenvolve as análises.

A investigação ainda se configurou como uma pesquisa de campo, por se tratar de uma técnica para estudar a realidade de um fenômeno, identificando, por meio de um levantamento de informações contidas nas *websites* das editoras e dos periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha, o fenômeno do processo de gestão do conhecimento na perspectiva editorial. Conforme Cruz Neto (2002) por meio da pesquisa de campo é possível que o pesquisador tenha maior contato com seu objeto de estudo, em que as investigações que são feitas possuem respostas que se interligam possibilitando a constituição de conhecimento e alcance dos objetivos.

Após apresentar a caracterização geral da pesquisa, informam-se, nas próximas seções, os procedimentos de coleta e de análise de dados. Assim, considerando o desenho da pesquisa, conforme apresentado na Figura 6, nas próximas seções, são detalhados os seguintes aspectos: fontes de coleta de dados, instrumentos de coleta, categorias de análise e tratamento dos registros.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Para a coleta de dados dos periódicos científicos, utilizaram-se seis fontes de informação que armazenam periódicos científicos. São elas: *Directory of Open Access scholarly Resources* (ROAD); *Directory of Open Access Journals* (DOAJ); *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX); Portais de Periódicos listados pela Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (CARINIANA); Portal DULCINEA; e *Revistes Catalan es Amb Accés Obert* (RACO). Além desses ambientes, também foram extraídos dados dos *websites* das editoras, dos *websites* dos periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha e do relato de editor científico.

A partir das consultas nos ambientes e contextos supracitados, foram registrados os dados dos periódicos para este estudo. Para o instrumento de coleta de dados, foi utilizada

uma ficha documental (formulário) por meio de uma planilha no Microsoft Excel® para coleta, registro e armazenamento dos dados de identificação geral dos periódicos.

Nessa ficha, foram preenchidos os seguintes campos relativos aos critérios de responsabilidade e de avaliação por pares dos periódicos tanto do Brasil quanto da Espanha: conselho editorial, responsável editorial, editor adjunto, corpo editorial científico, avaliador externo, editor honorário, equipe técnica e processo de avaliação por pares.

Importante mencionar, também, que os procedimentos de coleta foram conduzidos de modo manual, durante as consultas, com armazenamento dos dados no formulário de coleta (planilha eletrônica). Atenta-se, também, que, para os dois países, foi gerado um único banco de dados (planilha Excel), cujas informações de cada país foram comparadas na etapa da análise de dados, em paralelo com a apresentação dos resultados da pesquisa.

Durante as coletas, os dados foram associados às categorias analíticas. Assim, foram analisados os dados quantitativos, referentes à existência ou não da categoria, nos periódicos consultados. Em caso da existência da categoria, especificaram-se outras informações de natureza quantitativa ou qualitativa (os elementos das categorias). Para melhor detalhamento do que foi coletado em cada uma das categorias, apresenta-se o Quadro 2, que contém a categoria analisada e os elementos que as compõem.

QUADRO 2 - Ficha documental com as categorias de análise e seus elementos

(Continua)

Categoria	Elementos
Identificação	País:
	ISSN:
	Título:
Página web	Página web do periódico:
	Plataforma OJS?
Processo de avaliação de pares	Aceita submissões?
	Divulga de modo claro o processo de avaliação por pares?
	Qual o modelo adotado no processo de avaliação por pares?
Temática	Assunto:
	Área do conhecimento:
Responsabilidade editorial	Editora:
	Natureza da organização:
	Local:

QUADRO 2 - Ficha documental com as categorias de análise e seus elementos
(Conclusão)

Categoria	Elementos
Edições publicadas	Ano do primeiro volume disponível na internet:
	Ano do último volume disponível na internet:
	Vigente ou descontinuado?
	Tempo de atividade (em anos) :
	Edições publicadas no ano:
	Número de edições disponibilizadas na internet:
Conselho editorial	Possui?
	Descrição da nomenclatura:
Responsável editorial	Possui?
	Se individual, qual o gênero?
	Descrição da nomenclatura:
Editor adjunto	Possui?
	Descrição da nomenclatura:
Editor honorário	Possui?
	Descrição da nomenclatura:
Corpo editorial científico	Possui?
	Descrição da nomenclatura:
Avaliador externo	Possui?
	Descrição da nomenclatura:
Equipe editorial científica	Quantidade:
	Possui afiliação?
	Possui diversidade institucional?
	Possui contato ou link do Lattes ou ORCID?
Equipe técnica	Possui?
	Descrição da nomenclatura da equipe técnica:

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A partir das categorias contidas no quadro anterior, os campos foram preenchidos, à medida que os dados forem sendo coletados. Assim, por meio da planilha Excel, o banco de dados da pesquisa foi sendo produzido, facilitando o armazenamento para posterior tratamento.

Após a estruturação inicial do modelo padrão dos aspectos formais para a equipe editorial e a avaliação por pares a partir dos dados coletados dos ambientes de consulta, com o intuito de captar as explicações e interpretações da proposta, foi aplicada uma entrevista.

Esse momento foi realizado de modo virtual, via *Google Meet*, cujo sujeito participante é editor de periódico da área da Ciência da Informação. A entrevista foi individual e foi garantido o anonimato.

O roteiro foi composto por 17 perguntas abertas elaboradas a partir dos resultados da pesquisa. Em linhas gerais, por meio das perguntas, o entrevistado foi convidado a avaliar o modelo, considerando as terminologias adotadas na estrutura dos periódicos analisados, como também os tipos e os procedimentos de avaliação adotados (resultados das coletas nos ambientes de consulta). Assim, foram abordadas questões do tipo: “A revisão por pares aberta de publicações é uma prática bastante difundida na sua área de conhecimento? Acredita que em curto, médio ou longo prazo haverá maior adesão da revisão aberta? Você concorda com esse sistema e participaria de avaliações abertas?” e “A partir deste estudo sobre os periódicos do Brasil e da Espanha, identificou-se um fluxo editorial simplificado comum à maioria do corpus da pesquisa. Indique o seu grau de concordância quanto ao esboço proposto para representar o fluxo das atividades de avaliação, mencionando se ele está completo ou não. Em caso de o modelo estar incompleto, o que falta para a sua integridade?”. O roteiro completo com as questões da entrevista pode ser consultado no Apêndice A.

A entrevista foi escolhida levando em conta os apontamentos da pesquisa de Stumpf (2008). A autora relata que,

como a coleta de dados foi feita principalmente mediante um formulário enviado por meio eletrônico aos editores, avaliadores e autores, e o retorno foi abaixo do esperado, consideramos difícil descrever de forma mais consistente a avaliação dos originais das revistas de Comunicação. Talvez pelo medo de expor sua opinião ou mesmo pela má formulação das questões, os autores se omitiram em relação a aspectos mais esclarecedores da avaliação dos originais. Nesse sentido, as seis entrevistas feitas na forma presencial foram mais esclarecedoras. Caso a pesquisa seja feita com outros títulos ou em outras áreas do conhecimento, fica a sugestão de quem passou pelo processo de coleta de dados e pôde avaliar os resultados a partir das duas opções (STUMPF, 2008, on-line).

A entrevista foi composta por perguntas semiestruturadas, a fim de serem obtidas outras nuances sobre o fenômeno estudado, informações essas imperceptíveis somente com a análise da teoria. Esse tipo de entrevista visa a possibilitar ao entrevistador explorar mais amplamente a questão estudada, com a liberdade de conduzir a conversa a fim de desenvolver pontos que considere importantes (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados, a fim de propor um modelo padrão dos aspectos formais para a equipe editorial e a avaliação por pares, as informações coletadas foram registradas no formulário de produção dos dados (banco de dados do Excel) e distribuídas em categorias, considerando as semelhanças existentes, ou seja, em que aspectos elas se aproximavam. Essa atividade permitiu constatar o que é mais comum, ou o que está mais aproximado, no conjunto heterogêneo dos dados.

De posse do conjunto de dados mapeados, tanto na coleta documental quanto na entrevista, procedeu-se ao tratamento dos dados, cujos resultados foram apresentados de modo gráfico. Para tanto, foram utilizados os seguintes softwares: Microsoft® Excel®, Iramuteq e o Bizagi Modeler. O Quadro 3 apresenta uma breve descrição de cada um desses softwares.

QUADRO 3 - Softwares utilizados para o processo automatizado da análise de dados

Software	Descrição
Microsoft® Excel®	Organiza os dados, cria fórmulas para realizar cálculos, gráficos e tabelas, com o propósito de facilitar a compreensão das informações (MICROSOFT, 2021).
Iramuteq	O significado da sigla é <i>Interface de R pour les Analyses Multidimension nelles de Textes et de Questionnaires</i> . Esse é um software gratuito e com fonte aberta que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais (SALVIATI, 2017).
Bizagi Modeler	Software gratuito para mapeamento de processos de negócios. A ferramenta permite criar materiais que auxiliam na comunicação visual (BIZAGI, 2022).

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Importante destacar que boa parte dos dados produzidos foi analisada de modo automatizado, considerando o uso dos três softwares descritos no Quadro 3. De qualquer modo, para os dados quantitativos, a técnica utilizada considerou procedimentos da Estatística Descritiva, tendo em vista quantificar os dados. Assim, recorreu-se ao uso de fórmulas e expressões matemáticas para cruzamento dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo expõe os resultados obtidos com os procedimentos de coleta e análise de dados. A fim de facilitar a discussão dos resultados, o capítulo foi dividido em cinco seções, considerando os dados levantados, ao longo da pesquisa, e a correlação deles com as categorias analíticas.

Assim, a primeira seção identifica os periódicos, com menção às bases de dados (ambientes de consulta) e aos critérios de busca para localizar os periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha. Em seguida, na seção 2, discorre-se sobre as características dos periódicos mapeados. Na terceira seção, é descrita a composição das equipes editoriais atrelada ao processo de avaliação, revelando, portanto, o levantamento dos termos utilizados pelos periódicos brasileiros e espanhóis para essas equipes. A partir das expressões e atividades predominantes, ainda na terceira seção, é apresentado o modelo de estrutura editorial científica para os periódicos ibero-americanos. A seção 4 explora os dados referentes às equipes técnicas dos periódicos analisados, como também os termos e funções retratados. Por fim, na quinta seção, são expostos os dados e resultados alcançados com a entrevista.

4.1 Identificação

No que diz respeito à identificação dos periódicos, mediante a busca no ROAD, DOAJ, Latindex, portais de periódicos listados pela Rede Cariniana, Portal Dulcinea e RACO, foi localizado um total de 6.503 periódicos, no Brasil, e 5.167, na Espanha. Desse conjunto, percebeu-se a duplicação de alguns itens. Após exclusão dos duplicados, os resultados foram: 3.672 títulos, no Brasil, e 2.176, na Espanha.

O ROAD é um diretório da Rede Internacional ISSN (*ISSN Network*)⁷, desenvolvido com o apoio do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO, e está em constante crescimento e atualização (com um crescimento anual entre 40.000 e 60.000 novos registros). Seu volume (abrangência mundial) e confiabilidade (os registros são produzidos pelos Centros Nacionais do país de origem das publicações⁸) tornam essa base de dados um recurso informativo essencial sobre publicações seriadas e uma fonte bibliográfica

⁷ Constitui uma organização intergovernamental representada por 89 centros nacionais e regionais, em todo o mundo. Foi criada em 1971, com o apoio da UNESCO, e implantada três anos mais tarde para apoiar o controle bibliográfico mundial de publicações seriadas, por meio de um código único, o *International Standard Serial Number* (ISSN) (CENTRO INTERNACIONAL DO ISSN, 2022).

⁸ No Brasil, a geração e a distribuição dos números do ISSN são realizadas pelo IBICT. Na Espanha, esse processo é realizado pela Biblioteca Nacional de España (INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER INTERNATIONAL CENTRE, 2022a).

fundamental para apoiar o trabalho das bibliotecas e dos centros de documentação, no que tange ao acesso à informação (BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, 2022).

Para fazer parte da Rede ISSN, é necessário ter o número de registro que é atribuído, com exclusividade, a publicações seriadas, de acordo com as diretrizes internacionais. Todos os recursos contínuos, tanto os produzidos no passado, no presente ou em um futuro previsível, qualquer que seja o meio de produção, são elegíveis para receber o ISSN; entretanto, a elegibilidade não significa, necessariamente, atribuição na prática. O ISSN é atribuído a recursos integradores contínuos, com base em critérios de inclusão e de exclusão, estabelecidos pela Rede ISSN, conforme descrição do Quadro 4.

QUADRO 4 – Critérios de inclusão e exclusão para atribuição do registro ISSN

Critérios de inclusão		Critérios de exclusão	
Ordem	Descrição	Ordem	Descrição
1	Há conteúdo editorial, ou seja, o recurso consiste, principalmente, em conteúdo escrito, textual e há evidências de tratamento editorial ou jornalístico.	1	Recursos pessoais (<i>websites</i> pessoais, páginas web e diários online).
2	Há responsabilidade editorial identificada, ou seja, uma declaração indicando o nome do editor/produtor e, pelo menos, o país de publicação. Geralmente, a responsabilidade editorial consistirá em mais de um indivíduo.	2	Recursos focados em uma empresa, um produto, uma instituição ou organização (sites de publicidade e promoção, sites comerciais, sites de informações sobre produtos, sites de empresas e institucionais e sites de organizações).
3	Existe um título consistente, ou seja, um título que permanece consistente quando o recurso é atualizado, e o título é bem visível no recurso.	3	Sites que consistem apenas em links.
4	Existe uma URL válida, ou seja, uma URL que leva ao recurso real.	4	Recursos efêmeros, ou seja, recursos conhecidos por terem uma curta existência.
5	O recurso tem conteúdo relacionado ao assunto ou identificou um público relacionado ao assunto.	-	-

FONTE: Adaptado de *International Standard Serial Number International Centre* (2015).

Como mencionado no Quadro 4, entende-se que atender apenas a um dos critérios não é suficiente para atribuição do ISSN. Esses critérios se aplicam a todas as categorias de recursos integradores em andamento, impressos ou eletrônicos, tais como: bancos de dados, sites, *wikis*, serviços impressos de folhas soltas, dentre outras. Embora os blogs sejam considerados seriados, esses mesmos critérios devem ser aplicados aos blogs (INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER INTERNATIONAL CENTRE, 2015).

Na base de dados do ROAD, a pesquisa identificou 1.317 periódicos brasileiros e 1.401 espanhóis, sendo utilizadas duas estratégias de busca diferenciadas, para cada país. A Tabela 1 dispõe sobre as estratégias de busca e o total de registros recuperados para cada uma delas.

TABELA 1 - Quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis identificada na base ROAD

Escopos da busca	Estratégias de busca	Resultados
Periódicos brasileiros de acesso aberto	ADVANCED SEARCH COUNTRY: Brazil OPEN ACCESS: yes	1.317 títulos
Periódicos espanhóis de acesso aberto	ADVANCED SEARCH COUNTRY: Spain OPEN ACCESS: yes	1.401 títulos
Total de periódicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto		2.718 títulos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Os resultados da busca no ROAD revelaram que a Espanha possui maior número de periódicos de acesso aberto, no comparativo com o Brasil. Um dos fatores dessa ocorrência é o reflexo do número total de registro na base do ISSN, que abrange todos os formatos, isto é, tanto impresso como digital. Enquanto em 2021 o Brasil tinha 48.836 publicações periódicas, a Espanha tinha 66.559, como representado na Tabela 2.

TABELA 2 - Número de registros ISSN do Brasil e da Espanha

National Centre	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	36.691	39.153	41.381	43.446	44.924	46.131	47.074	47.865	48.836
Espanha	42.747	44.449	56.571	58.361	59.941	61.436	63.596	64.749	66.559

FONTE: *International Standard Serial Number International Centre* (2022b).

Tal constatação também pode estar associada ao fato de os periódicos informarem incorretamente ou não atualizarem as informações no cadastro da base ISSN. Foi possível localizar periódicos de acesso aberto com o ISSN no formato impresso, como é o caso do periódico “Analytica: Periódico de Filosofia”, conforme exemplo ilustrado na Figura 8.

FIGURA 8 - ISSN do periódico de acesso aberto *Analytica*

The image shows a screenshot of the ISSN portal for the journal 'Analytica. Revista de Filosofia'. The main content area displays the journal title, ISSN 1414-3003, and Qualis A2. A sidebar on the right contains a search bar, the ISSN logo, and a section titled 'Identifiers' showing the ISSN: 1414-3003 and Linking ISSN (ISSN-L): 1414-3003. Below this is a section titled 'Resource information' showing the Country: Brazil and Medium: Print (highlighted in a red box). An arrow points from the text 'Analytica. Revista de Filosofia é indexada pelo Philosopher's Index e pelo Geobases.' to the ISSN number in the sidebar.

FONTE: *Analytica* (2018) e Portal ISSN (2021).

Sobre esse resultado, Björk (2017) assegura que, com as TIC, os periódicos tendem a migrar para o formato digital, mantendo-se, por algum tempo, o formato híbrido: impresso e digital. O autor destaca que a maioria das editoras desenvolve plataformas baseadas na web, tanto para a publicação de versões eletrônicas paralelas das suas edições impressas como para a gestão do fluxo de trabalho e o processo de revisão por pares.

Atenta-se que a circulação de periódicos acadêmicos em formato impresso é muito limitada. Para um usuário ou biblioteca de uma cidade, é quase impossível acessar livros e periódicos localizados em bibliotecas de outras cidades ou países. Os principais fatores que ameaçam a difusão são: falta de orçamento para imprimir livros e revistas com os resultados das investigações; tiragens pequenas; falta de verba nos centros de pesquisa para custear o correio que permite que as publicações sejam distribuídas para bibliotecas de outras cidades e países; empréstimo entre bibliotecas praticamente inexistente devido aos elevados custos do correio normal e do correio privado; períodos de descontinuidade no apoio à pesquisa, que se reflete na descontinuidade tanto de publicações acadêmicas quanto de coleções de bibliotecas (BABINI, 2006). De fato, a publicação eletrônica apresenta cinco principais vantagens sobre a impressa: alcance internacional, velocidade, recursos adicionais, novas oportunidades de publicação e sustentabilidade (MORRIS, 2006).

As atualizações são importantes para que a Rede ISSN possa cumprir a meta fundamental de fornecer a identificação e o controle bibliográfico da população de recursos contínuos existentes nos países. Observa-se que o ISSN não é obrigatório e sua obtenção não garante a qualidade, a relevância ou a originalidade da publicação seriada. Ademais, o registro não confere direitos autorais, não protege o título da série quanto ao uso por outros editores (isso só pode ser feito tirando uma marca registrada).

O DOAJ é um diretório on-line gratuito que indexa periódicos de acesso aberto avaliados por pares. De acordo com resultado de uma discussão realizada em 2002, na primeira Conferência Nórdica sobre Comunicação Científica, evidenciou-se que essa base tem como objetivo ampliar a visibilidade, o uso e o impacto da publicação, independentemente da área, geografia ou idioma. O DOAJ foi lançado em 2003, com 300 periódicos e, no início da terceira década do século XXI, conta com mais de 15 mil títulos (DOAJ, 2021).

Na base de dados do DOAJ, a pesquisa identificou 1.596 periódicos brasileiros e 809 espanhóis. Esses dados são apresentados na Tabela 3.

TABELA 3 - Periódicos brasileiros e espanhóis identificados na base DOAJ

Escopo	Estratégias de busca	Resultados
Periódicos brasileiros de acesso aberto	SEARCH: Journals PUBLISHERS' COUNTRIES: Brazil	1.596 títulos
Periódicos espanhóis de acesso aberto	SEARCH: Journals PUBLISHERS' COUNTRIES: Spain	809 títulos
Total de periódicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto		2.405 títulos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Ao contrário dos resultados obtidos com as buscas na base do ROAD, o DOAJ indica maior número de periódicos para o Brasil, com uma diferença bastante expressiva. Isso pode ser explicado pela diferença de metodologia dos títulos que compõem as bases e maior reputação e visibilidade do DOAJ. Enquanto o ROAD baseia-se, apenas, na autodeclaração do cadastro do periódico nas agências do ISSN, no DOAJ, é necessário atender uma série de requisitos, que são reavaliados, periodicamente. Desse modo, tornou-se reconhecido como a base mais completa de periódicos de acesso aberto (NASSI-CALÒ, 2016) e se mantém como um dos serviços de acesso aberto mais importante do mundo ao se empenhar em combater editoras e práticas editoriais questionáveis, ajudando a proteger os pesquisadores de ficarem presos em revistas antiéticas (DOAJ, 2021). Como é de adesão espontânea, é possível que os periódicos espanhóis de acesso aberto não tenham interesse ou não atendam às exigências. Não foram localizados estudos específicos que corroborem qualquer uma das hipóteses, sendo necessária uma investigação para entender a essa questão.

Calheiros (2016) atesta que a indexação de periódicos em bases de dados internacionais, como o DOAJ, revela a qualidade da produção indexada. O autor certifica que essa base tem papel fundamental na divulgação dos artigos submetidos nos periódicos científicos e a indexação proporcionará, ao periódico, maior visibilidade e aumentará a credibilidade dos documentos escritos em português, elevando-os ao nível internacional, de modo a atingir diversos países (CALHEIROS, 2016).

Os periódicos indexados no DOAJ devem apresentar uma declaração de acesso aberto, indicando que mantêm todo o conteúdo em acesso livre e aberto, sem período de embargo. O site dos periódicos deve ser claro e de fácil navegação em seu próprio *Uniform Resource Locator* (URL). Cada artigo deve estar em texto completo, em URL único por *Hyper Text Markup Language* (HTML) ou por *Portable Document Format* (PDF), no mínimo. Além disso, os periódicos devem manter explícitos os seguintes elementos: a política de acesso aberto, o objetivo, o escopo, o conselho editorial (com afiliação institucional), as instruções para autores, o processo editorial (revisão por pares), os termos de licenciamento, os termos de direitos autorais, entre outras observações (DOAJ, 2021).

No que tange aos periódicos localizados no LATINDEX, importante ressaltar que essa base surgiu em 1995, na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), e se tornou uma rede de cooperação regional, a partir de 1997. A base representa o produto da cooperação de uma rede de instituições que trabalham de modo coordenado para reunir e divulgar informações sobre publicações científicas seriadas produzidas na América Latina. A missão dessa base é divulgar, tornar acessível e elevar a qualidade dos periódicos acadêmicos publicados na América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (LATINDEX, 2021). Além disso, destaca-se que a base disponibiliza três produtos básicos de informação. O Quadro 5 menciona esses produtos e as descrições correspondentes.

QUADRO 5 – Produtos de informação oferecidos pelo LATINDEX

Produtos de informação	Descrição
Diretório	Variedade de periódicos de interesse acadêmico, científico, técnico-profissional e de divulgação científica.
Catálogo	Reflexo da busca pela qualidade por meio da avaliação e do estímulo à constante melhoria dos periódicos científicos publicados na região da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Os títulos são selecionados segundo critérios internacionais de qualidade editorial, testados e adotados pelo Sistema Latindex.
Periódicos on-line	Têm por objetivo garantir a visibilidade a uma coleção crescente de periódicos que permitem o acesso aos conteúdos de maneira livre de restrições, tanto barreiras técnicas quanto econômicas. Os periódicos são publicados em regiões, cujo movimento mundial em prol do acesso aberto à informação científica tem tido notável protagonismo, isto é, na América Latina, na Espanha e em Portugal.

FONTE: Adaptado de Amaro, Silva e Carvalho (2015) e do IBICT (2018).

Na base Latindex, a pesquisa identificou 1.289 periódicos brasileiros e 460 espanhóis. Os resultados estão descritos na Tabela 4.

TABELA 4 - Quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis identificada na base LATINDEX

Escopo	Estratégias de busca	Resultados
Periódicos brasileiros de acesso aberto	Búsquedaavanzada Periódicos en línea PAÍS: Brasil	1.289 títulos
Periódicos espanhóis de acesso aberto	Búsquedaavanzada Periódicos en línea PAÍS: España	460 títulos
Total de periódicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto		1.809 títulos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

De modo semelhante aos resultados obtidos na base do DOAJ, a base LATINDEX também contém um número maior de periódicos brasileiros, comparando-se com os espanhóis. Analisando os critérios de inclusão na citada base, percebe-se que a publicação a ser indexada deve cumprir 37 características editoriais, divididas em cinco conjuntos de informações: dados básicos, dados de apresentação, gestão, conteúdo e recursos, como detalhado no Quadro 6.

QUADRO 6 – Características especificadas e exigidas para indexação no LATINDEX

(Continua)

Tipos	Elementos de cada característica
Características básicas	1. Gerentes editoriais
	2. Geração contínua de conteúdo
	3. Identificação de autoria
	4. Entidade editora do periódico
	5. Instruções para postagem
	6. Sistema de arbitragem
	7. ISSN

QUADRO 6 – Características especificadas e exigidas para indexação no LATINDEX
(Conclusão)

Tipos	Elementos de cada característica
Características de apresentação	8. Navegação e funcionalidade no acesso ao conteúdo 9. Acesso histórico ao conteúdo 10. Menção de periodicidade 11. Timbre bibliográfico no início do artigo 12. Afiliação institucional dos membros dos corpos editoriais 13. Afiliação dos autores 14. Datas de recebimento e aceitação dos originais
Características de gestão e política editorial	15. Definição do periódico 16. Documentos com autoria externa 17. Abertura editorial 18. Serviços de informação 19. Conformidade com a periodicidade 20. Políticas de acesso e reutilização 21. Código de ética 22. Detecção de plágio
Características de conteúdo	23. Conteúdo original 24. Referências bibliográficas adotando um padrão 25. Exigência de originalidade 26. Resumo 27. Resumo em dois idiomas 28. Palavras-chave 29. Palavras-chave em dois idiomas 30. Número de artigos publicados por ano
Recursos do periódico on-line	31. Uso de protocolos de interoperabilidade 32. Uso de diferentes formatos de edição 33. Serviços de valor agregado 34. Serviços de interatividade com o leitor 35. Motores de busca e uso de identificadores uniformes de recursos 36. Uso de estatísticas 37. Políticas de preservação digital

FONTE: LATINDEX (2021).

Observa-se que o LATINDEX tem como proposta tornar-se referência confiável para publicações de alta qualidade. Além disso, a base foi criada na intenção funcionar como um compêndio de boas práticas editoriais para os periódicos disponíveis no formato on-line (LATINDEX, 2021).

A Rede Cariniana é uma iniciativa do IBICT para a salvaguarda do patrimônio científico, tecnológico e cultural do Brasil, estando ela distribuída por instituições de pesquisa em parceria com o Instituto. Surgiu da necessidade de se criar uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir o acesso contínuo em longo prazo. O projeto de implantação foi elaborado baseando-se em uma infraestrutura descentralizada, com uso de recursos de computação distribuídos. A Rede contém 97 instituições públicas e privadas que disponibilizam publicações periódicas na plataforma OJS (REDE CARINIANA, 2021).

A participação na Rede pode ser estabelecida por meio de quatro tipos de parcerias. Para cada parceria, há requisitos específicos a serem atendidos, tais como:

1. **Parceiro integral:** instituições públicas ou privadas que compartilham infraestrutura de armazenamento digital e possuem documentos digitais em formatos adequados para preservação digital;
2. **Parceiro institucional:** participar de algum projeto ligado à preservação digital com vínculo institucional e possuir documentos digitais em formatos adequados para preservação digital;
3. **Colaborador individual:** participar de pesquisas ou projetos na área de preservação digital;
4. **Instituição usuária:** possuir periódicos na plataforma OJS e/ou teses, dissertações e livros no *Dspace* (REDE CARINIANA, 2021).

As consultas realizadas na plataforma da Rede CARINIANA possibilitaram a localização de 2.258 periódicos brasileiros de acesso aberto. Considerando o escopo da Rede, estendido, apenas, ao Brasil, justifica-se a identificação de periódicos, apenas, brasileiros, sendo esses incorporados ao conjunto de periódicos para análise posterior dos dados referentes às equipes editoriais e à avaliação por pares.

Dulcinea é um produto do projeto coordenado e outorgado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha, no âmbito do Plano Nacional 2008-2011, intitulado: "El accesoabierto (open access) a laproducción científica enEspaña: análisis de lasituaciónactual y presentación de políticas y estrategias para promover sudesarrollo". O banco de dados resume as políticas editoriais dos periódicos espanhóis para o autoarquivamento em acesso aberto. O objetivo é identificar e analisar as políticas editoriais dos periódicos espanhóis no que diz respeito ao acesso aos seus textos, aos arquivos e aos direitos autorais (PORTAL DULCINEA, 2021).

Nessa base, a pesquisa identificou 1.954 periódicos espanhóis. Assim como na Rede CARINIANA, destinada ao Brasil, o Portal DULCINEA contém registros, apenas, espanhóis. Os dados encontrados nessa base foram extraídos das próprias páginas web dos periódicos listados e se originaram de uma pesquisa realizada paralelamente à criação do Portal e destinada aos editores dos periódicos técnico-científicos publicadas na Espanha. O Portal oferece também a possibilidade de sugerir a inserção de um novo título por meio do preenchido de um formulário (PORTAL DULCINEA, 2021).

Por fim, a RACO constitui um repositório cooperativo de acesso aberto que coleta os periódicos científicos, culturais e acadêmicos de origem catalã. A partir do repositório, é possível consultar, sem ônus, os artigos completos dos periódicos científicos, com o objetivo principal de aumentar a visibilidade das publicações. As publicações periódicas incluídas são

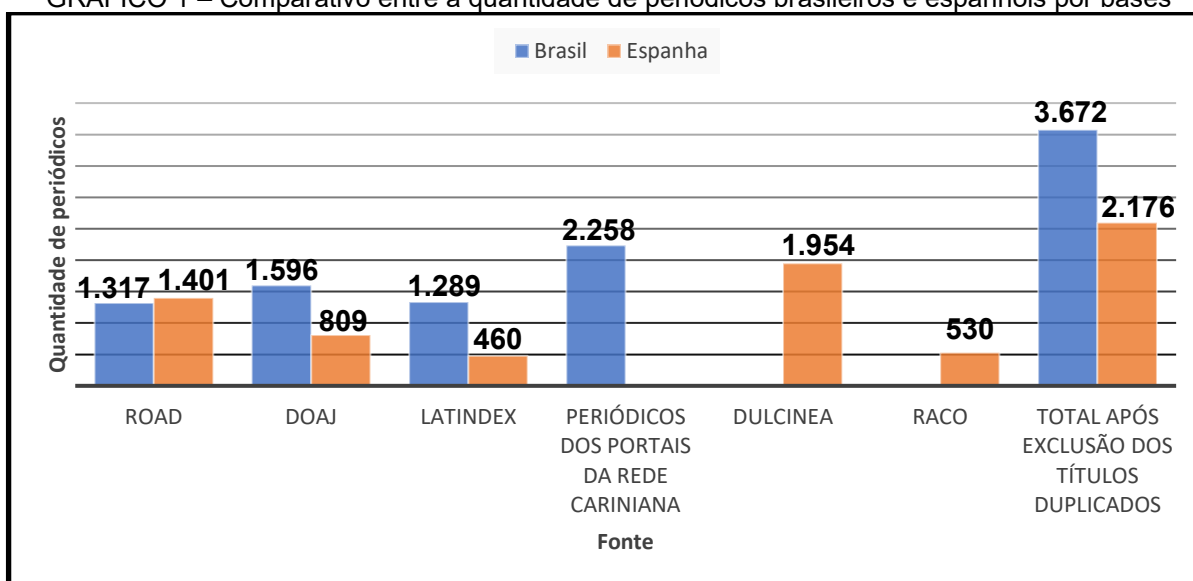
aquelas desenvolvidas por uma instituição científica, cultural e/ou acadêmica catalã. Nessa base, a pesquisa identificou 530 periódicos espanhóis.

Ao analisar e comparar os dados coletados de todas as bases à luz de suas semelhanças e diferenças, percebe-se que o Brasil se destaca, com maior número de periódicos. O ROAD possui maior número de periódicos no comparativo com as demais fontes e as fontes DULCINEA e RACO não indexam periódicos brasileiros, ao passo que a Rede Cariniana não dispõe de periódicos espanhóis.

A diversidade de quantitativo ocorre pelo fato de essas fontes ou ambientes de armazenamento não serem obrigatórios na constituição dos periódicos científicos, apesar de serem importantes indicativos de qualidade e de aumentarem as chances de um artigo ser localizado, lido e citado. A contribuição dessas fontes potencializa a divulgação e o acesso ao conteúdo do periódico. Assim, essas fontes de informação não incorporam a totalidade dos periódicos. Além disso, cada fonte estabelece alguns critérios de adesão e, desse modo, indexa registros que atendam a um perfil preestabelecido. Observa-se que, caso a pesquisa fosse considerar, apenas, o que consta em uma plataforma, haveria o risco de enviesar a pesquisa. Portanto, optou-se por usar os registros de diversas bases, para certificar a abrangência do estudo.

Em resumo, a partir das estratégias de busca em diferentes bases de dados que indexam periódicos científicos, foi possível localizar o total de 5.848 periódicos científicos: 3.672 brasileiros e 2.176 espanhóis. No que tange às bases que indexam periódicos de ambos os países, é possível apresentar um comparativo, representado em números, conforme exposto no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Comparativo entre a quantidade de periódicos brasileiros e espanhóis por bases



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Pelos dados constantes no Gráfico 1, depreende-se que a base ROAD é a que apresenta menor diferença no quantitativo de periódico entre Brasil e Espanha, ou seja, os dois países assemelham-se quanto ao número de periódicos indexados, nessa base. De modo contrário, a base LATINDEX é a que apresenta maior diferença, cujo Brasil apresenta número mais elevado de publicações indexadas.

Durante o período de janeiro a março de 2022, consultando os *websites* dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto, o estudo registrou o ano do primeiro e do último volume disponível na internet. Assim, foi possível identificar se a publicação está vigente ou descontinuada. A premissa utilizada para indicar que estão descontinuados é quando deixam de publicar os fascículos por mais de dois anos (no caso, os que não publicam desde 2019), quando as páginas web não são mais localizadas ou, ainda, quando informam que estão encerrados ou descontinuados.

Constatou-se que alguns periódicos informam o seu atual estado, ou seja, se foram descontinuados ou encerrados. Como exemplos desses dois indicativos, apresentam-se as notícias emitidas pelo *Journal of Dentistry and Public Health* (periódico encerrado) (Figura 9) e pela Revista Tropos (periódico descontinuado) (Figura 10).

FIGURA 9 - Notícia de periódico encerrado



FONTE: *Journal of Dentistry and Public Health* (2022).

FIGURA 10 - Notícia de periódico descontinuado

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (ISSN: 2358-212X)

Atual Arquivos Notícias Sobre ▾ 🔍 Buscar

Início / Notícias / REVISTA TROPOS SERÁ DESCONTINUADA

REVISTA TROPOS SERÁ DESCONTINUADA

📅 2022-01-25

Encerramos hoje as atividades da Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura. Em 2022, Tropos será descontinuada. O periódico foi lançado em 2014, teve 16 edições e 342 artigos publicados. Ao longo desses anos lançamos importantes dossiês e artigos. Trabalhos que elevaram a qualidade temática do periódico. Editar uma revista envolve responsabilidade e exige tempo. Há o tempo das revisões, há o tempo dos pareceristas, há o tempo dos editores. É um exercício cansativo, por vezes prazeroso. Cada edição nova publicada conferia um pequeno afago e a sensação do

Open Journal Systems

Idioma

Português (Brasil)

English

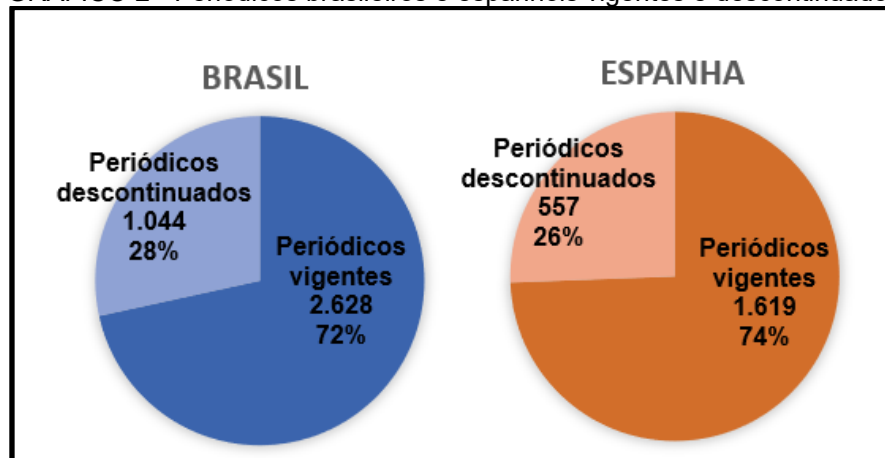
Español (España)

FONTE: Revista Tropos (2022).

O informe da Revista Tropos evidencia o compromisso dos periódicos com a publicação da ciência, o que exige responsabilidade, tempo e recursos por parte dos envolvidos. O texto do informe indica a importância dos periódicos, sobretudo no que tange à divulgação dos resultados das pesquisas, os problemas existentes, em especial, os de natureza institucional, além de indicar, também, o lamento da equipe editorial com o encerramento das atividades.

Analisando o conjunto de dados, à luz dos periódicos que estão descontinuados, foi possível apresentar esse panorama nos dois países. Portanto, como representado no Gráfico 2, nota-se que 28% dos periódicos brasileiros (1.044) e 26% dos espanhóis (557) estão inativos.

GRÁFICO 2 - Periódicos brasileiros e espanhóis vigentes e descontinuados



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Com o objetivo de expor um retrato contemporâneo da equipe editorial e considerando que os periódicos descontinuados não realizam avaliação por pares, o estudo irá propor um modelo padrão dos aspectos formais para a equipe editorial científica e a avaliação por pares para periódicos científicos de acesso aberto. Para tanto, serão

consideradas as principais características dos 4.247 periódicos científicos vigentes: 2.628 brasileiros e 1.619 espanhóis.

Esta seção reservou-se à identificação (quantidade) e à discussão acerca dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis indexados em bases específicas. A seguir, com o fim de cumprir com os objetivos da pesquisa, elucidam-se as diferentes características dos periódicos científicos, comparando-as entre o Brasil e a Espanha.

4.2 Características

Considerando que o artigo é a principal unidade de publicação na comunicação científica e que, cada vez mais, escreve-se utilizando esse gênero textual, as instituições e as bibliotecas têm voltada a atenção para os periódicos, fornecendo apoio com o propósito de fortalecer a comunicação da ciência. Tal apoio é estendido tanto para os pesquisadores quanto para os conselhos da ciência e tecnologia, os quais têm interesse que a ciência seja divulgada e publicada com a mais alta qualidade possível (CARRILLO FUENTES, 2020).

Nesse contexto, a pesquisa identificou as temáticas dos periódicos. Optou por utilizar como parâmetro o assunto descrito no próprio periódico (na menção editorial ou na especificação dos objetivos). O estudo identificou 726 assuntos descritos nos 2.628 periódicos brasileiros e 547 nos 1.619 espanhóis. O conjunto de temas localizado nos periódicos de cada país está representado na nuvem de palavras da Figura 11.

FIGURA 11 - Assuntos de maior ocorrência nos periódicos brasileiros e espanhóis



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Conforme exposto na Figura 11, Educação e História se destacam como assuntos mais recorrentes nos dois países. Por outro lado, os dados da pesquisa revelam que 11% (449) dos temas dos periódicos brasileiros e 16% (576) dos espanhóis são descritos apenas uma vez. São temáticas específicas como Tecnologia de Semente, Transição Energética,

Sensoriamento Remoto Hiperespectral, Línguas e Culturas do Mediterrâneo e Oriente Médio, Iconografia Medieval, dentre outros. Em correspondência com a Figura 11, a Tabela 5 esboça os assuntos mais recorrentes nos periódicos brasileiros e espanhóis.

TABELA 5 - Assuntos mais recorrentes dos periódicos do Brasil e da Espanha

Brasil			Espanha		
	Representação em %	Número de periódicos		Representação em %	Número de periódicos
<i>Educação</i>	9%	242	<i>Educação</i>	7%	109
<i>História</i>	5%	120	<i>História</i>	5%	89

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Distribuindo os assuntos por área do conhecimento⁹, a análise da orientação temática das publicações confirma a grande primazia dos periódicos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A predominância dessa área é tamanha (Tabela 6) que o seu número supera a soma de todas as demais áreas juntas.

TABELA 6 - Área do conhecimento dos periódicos do Brasil e da Espanha

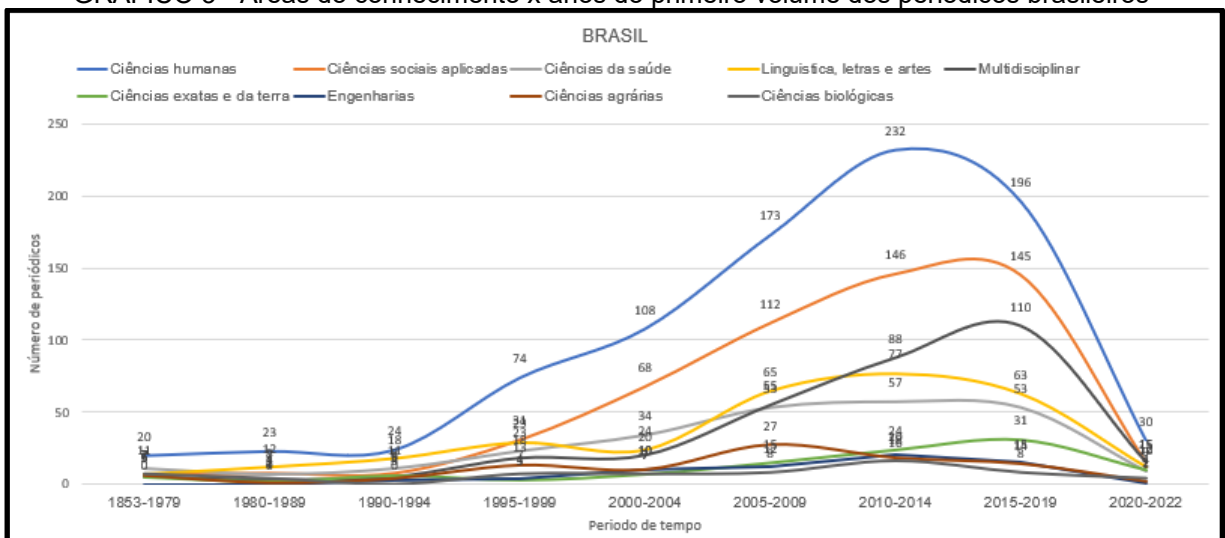
Brasil			Espanha		
	Representação em %	Número de periódicos		Representação em %	Número de periódicos
Ciências Humanas	33%	880	Ciências Humanas	35%	574
Ciências Sociais Aplicadas	20%	540	Ciências Sociais Aplicadas	20%	318
Linguística	12%	307	Linguística	14%	232
Letras e Artes	10%	258	Letras e Artes	14%	233
Ciências da Saúde	12%	319	Ciências da Saúde	9%	140
Multidisciplinar	4%	103	Ciências Exatas e da Terra	4%	65
Ciências Exatas e da Terra	4%	95	Multidisciplinar	1%	23
Ciências Agrárias	2%	61	Ciências Agrárias	1%	21
Ciências Biológicas	2%	65	Ciências Biológicas	1%	13
Engenharia			Engenharia		

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

⁹ A distribuição foi realizada a partir das nove grandes áreas sugeridas pela CAPES que aglomera essas áreas em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais, refletindo contextos sociopolíticos específicos. A classificação tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e a recursos humanos aos órgãos gestores da área de Ciência e Tecnologia. A organização das áreas do conhecimento na tabela apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 49 áreas de avaliação da CAPES. Essas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades (CAPES, 2021). A tabela completa da classificação das áreas definidas pela CAPES encontra-se no Anexo A.

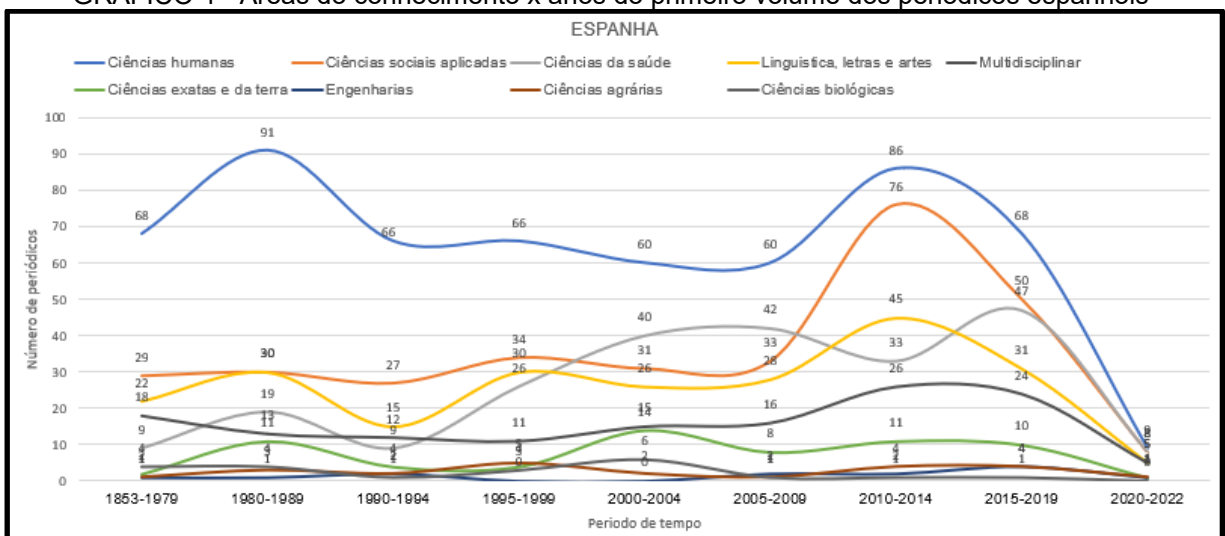
Ramírez Valverde (2016) constatou resultado similar (desequilíbrio na quantidade das temáticas por áreas) quando investigou as características das áreas do conhecimento nos periódicos mexicanos, sendo 60% pertencentes à área de Ciências Humanas e Sociais. O autor menciona que algumas áreas têm maior visibilidade externa e, assim, aumenta o número de periódicos. No conjunto de dados desta pesquisa, observa-se que, em todos os períodos, a área de Humanas é a que mais publica, como pode ser observado no Gráfico 3 e 4.

GRÁFICO 3 - Áreas do conhecimento x anos do primeiro volume dos periódicos brasileiros



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 4 - Áreas do conhecimento x anos do primeiro volume dos periódicos espanhóis



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

De fato, o aumento do número de periódicos é uma constatação inquestionável. O periódico científico, com o passar dos anos, evoluiu quanto a sua forma de apresentação em resposta tanto às transformações tecnológicas quanto às exigências cambiantes da comunidade científica. Desde 1999, várias ferramentas, tanto de provedores de dados como de serviço, começaram a ser desenvolvidas em universidades de diversos países. O objetivo é facilitar a organização e a gestão das informações de maneira interoperável e aberta, por meio de ferramentas que facilitam o gerenciamento dos periódicos científicos, dos eventos acadêmicos e dos repositórios institucionais e temáticos (FERREIRA *et al.*, 2007).

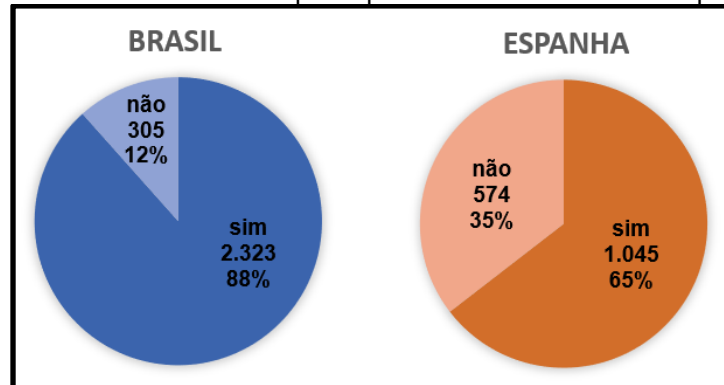
Juliani e Martignago (2018) também atestam o crescimento do número dos periódicos, associando-o à evolução da ciência e aos avanços tecnológicos. Para os autores, na tentativa de responder às demandas exigidas pela comunicação científica, sobretudo no que tange ao processo editorial, surgiram plataformas eletrônicas de gerenciamento que têm por objetivo permitir que todas as tarefas relacionadas à edição e publicação de periódicos sejam realizadas de maneira informatizada. Com efeito, segundo os autores, facilita-se, assim, o trabalho do editor, por conseguinte, permite-se que um número maior de pessoas interessadas em seus artigos possa ter acesso ao conteúdo, disseminado pelas vias digitais.

Os softwares estão disponíveis para o processamento eletrônico de todo o processo editorial, desde a submissão do manuscrito até a aceitação dele. Esses pacotes de software agilizam o processo editorial, mas não são essenciais para a publicação on-line. Eles têm várias vantagens, tais como:

1. Os sistemas automatizam grande parte da correspondência (com uso do e-mail), o que pode facilitar o trabalho da equipe;
2. A maioria dos sistemas mantém e gera registros de progresso dos artigos, que podem ser acessados tanto pelos autores quanto pela equipe (reduzindo, assim, as consultas). Além disso, os sistemas, na maioria das vezes, fornecem um banco de dados de revisores (incluindo não apenas nomes, informações de contato e áreas de especialização, mas também os registros dos manuscritos processados e o desempenho). Isso ajuda a equipe editorial a escolher os avaliadores mais adequados para cada manuscrito;
3. Como os pacotes funcionam on-line, editores, revisores e autores podem acessar a base de dados e fazer upload ou download de artigos de qualquer conexão de internet do mundo e a qualquer momento (MORRIS, 2006).

Considerando as facilidades oportunizadas com o uso dos softwares de gestão, como mencionado por Morris (2006) e Juliani e Martignago (2018), esta pesquisa identificou o uso do OJS, nos periódicos investigados. Como observado no Gráfico 5, a maioria dos periódicos científicos vigentes do Brasil e da Espanha usa essa plataforma.

GRÁFICO 5 - Uso do OJS pelos periódicos do Brasil e da Espanha



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A aceitação do OJS pela comunidade brasileira de editores científicos é maior que a espanhola. Tal resultado se justifica, tendo em vista que, no Brasil, esse software é o recomendado pela CAPES¹⁰. Além disso, o IBICT tem apoiado o uso do OJS, visto que traduziu e adaptou o software para o português e promoveu a capacitação técnica no uso dessa ferramenta, por meio de treinamentos sistemáticos realizados a partir de novembro de 2004, em várias regiões do país (IBICT, 2022).

Além da visibilidade que os periódicos científicos passam a ter com o uso dessa plataforma de editoração eletrônica, ela também oferece uniformidade das informações que permitem definir uma identidade para a publicação eletrônica. Ademais, exige a redefinição de elementos (como a equipe editorial, periodicidade, editora, dentre outros) bastante precisos para a garantia da qualidade dos periódicos científicos (CARELLI; GIANNASI-KAIMEN, 2009).

Tendo em vista a importância do OJS para a editoração científica, sobretudo no Brasil, conforme apontado na literatura, fez-se necessário investigar o uso dessa plataforma por área do conhecimento, à luz do conjunto de dados desta pesquisa. A Tabela 7 expõe a representação dos periódicos que utilizam o OJS por área do conhecimento.

¹⁰ A CAPES é vinculada ao Ministério da Educação do Brasil e atua na expansão e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu*, em todos os estados brasileiros. Segundo Dias e Garcia (2008), para um periódico eletrônico ter sua inclusão na base Qualis da CAPES, recomenda-se que os mesmos adotem práticas e normas internacionais para a editoração eletrônica, sendo uma delas softwares livres, que tenham sistemas de revisão por pares, o que favorece a plataforma OJS. Na atualidade, no Brasil, o mecanismo mais requisitado de classificação para periódicos é o WebQualis, ou simplesmente, Qualis (CONTREIRA; MIRANDA, 2020). Esse instrumento foi criado, exclusivamente, para avaliar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo (BARATA, 2016). Atenta-se que, embora analise a produção bibliográfica, classificar periódicos científicos nunca fez parte de seus objetivos. Mesmo assim, é reconhecido como método de avaliação por vários editores, autores e pesquisadores (CONTREIRA; MIRANDA, 2020).

TABELA 7 – Uso do OJS por área do conhecimento nos periódicos do Brasil e da Espanha

	Brasil		Espanha		
	Representação em %	Número de periódicos	Representação em %	Número de periódicos	
Linguística, Letras e Artes	95%	293	Linguística, Letras e Artes	75%	173
Ciências Sociais Aplicadas	94%	506	Ciências Humanas	72%	411
Multidisciplinar	92%	292	Ciências Sociais Aplicadas	68%	217
Ciências Humanas	91%	800	Ciências Agrárias	65%	15
Ciências Exatas e da Terra	90%	93	Multidisciplinar	63%	88
Engenharias	75%	49	Engenharias	54%	7
Ciências Agrárias	74%	70	Ciências Biológicas	52%	11
Ciências Biológicas	72%	44	Ciências Exatas e da Terra	46%	30
Ciências da Saúde	68%	176	Ciências da Saúde	40%	93

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Tanto no Brasil como na Espanha, a área de Ciências da Saúde é a que menos hospeda suas edições no OJS. As plataformas eletrônicas para gerenciamento de publicação de periódicos científicos têm sido utilizadas para dar suporte informatizado ao desenvolvimento de práticas já existentes no processo dos periódicos impressos. Juliani e Martignago (2018) corroboram essa afirmação quando relatam que, muito embora a publicação eletrônica tenha conferido agilidade ao processo e maior visibilidade aos artigos, ampliando o alcance dos resultados, verifica-se que, em essência, houve somente a migração dos periódicos impressos para o formato digital.

Entende-se que as publicações eletrônicas ocupam um espaço indelével na internet, porque são consideradas um meio de comunicação ideal para divulgar a ciência, atingir um público amplo e oferecer os artigos na íntegra, com custos reduzidos. Mesmo com esses avanços, as práticas editoriais continuam a seguir parâmetros balizados pelos séculos da tradição do impresso e que são próprios da legitimidade deste tipo de publicação. Sendo assim, mesmo estando na internet, os periódicos apresentam peculiaridades que lhe são específicas, independente do formato a que estejam disponíveis, tais como: apresenta política editorial, possui conselho editorial, uma rigorosa revisão de qualidade pelos pares (*peer review*), dedica-se a uma área específica, mantém edições regulares, têm ISSN, apresentam instruções aos autores, não têm caráter departamental, institucional ou regional, dentre outras particularidades (GRUSZYNSKI, 2007).

A pesquisa constatou uma parcela de periódicos que aceita submissão de artigos e possui o fluxo de avaliação por pares; entretanto, não há indicação de corpo editorial na

plataforma. Importante frisar que a listagem com os nomes das equipes somente é visualizada quando do download completo do periódico. A ausência de menção à equipe editorial foi observada em 68 (3%) periódicos brasileiros e 165 (10%) espanhóis. O uso menor da plataforma OJS, na Espanha, pode ser um indicativo da falta de dados na página web. O OJS permite que a disseminação, a divulgação e a preservação dos conteúdos apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para periódicos on-line (IBICT, 2022). Esse sistema busca atender às exigências de qualidade das principais bases de dados e dos próprios pesquisadores.

Em linhas gerais, o OJS apresenta uma interface simples e funcional, com vantagens que vão desde a criação do periódico até a gestão de portais de periódicos. No entanto, parte-se do princípio de que não basta a instituição dispor de tecnologias adequadas, se não houver profissionais capacitados para utilizá-las. Além disso, o periódico precisa ser gerenciado e conduzido por uma política que norteie o seu funcionamento, bem como oferecer serviços que atendam às necessidades da comunidade acadêmica.

Muitas das mudanças técnicas que ocorrem quando da atualização do sistema estão relacionadas aos recursos humanos, que precisarão de treinamento e design visual. Como são vários atores envolvidos (editor, avaliador, autor, dentre outros), é necessário um planejamento cuidadoso de comunicação para garantir um processo tranquilo, interrupção mínima do programa de publicação e uma equipe editorial bem-informada. Em geral, a atualização afeta, sobremaneira, os papéis nomeados como gerentes de periódicos e editores.

A pesquisa aborda o ano do primeiro volume disponível na internet por entender que essa data pode ter variação com o ano efetivo do primeiro exemplar on-line. Os principais pontos sobre a questão são: a publicação migrar para o formato on-line e ocorrer a indicação tardia desse formato no registro ISSN ou nos casos em que ocorre a digitalização das edições impressas para o digital sem a devida marcação dos anos anteriores à migração (formato físico ou híbrido). É necessária outra metodologia, como questionário ou entrevista, para desvendar exatamente quando se passou de impresso a digital, ou até mesmo se manteve as duas formas.

As análises identificaram alguns poucos casos de boas práticas, como a descrição do formato ou o indicativo de periódico impresso que foi digitalizado ou a primeira edição on-line. A Figura 12 ilustra essa prática adotada pela Revista Brasileira de Extensão Universitária.

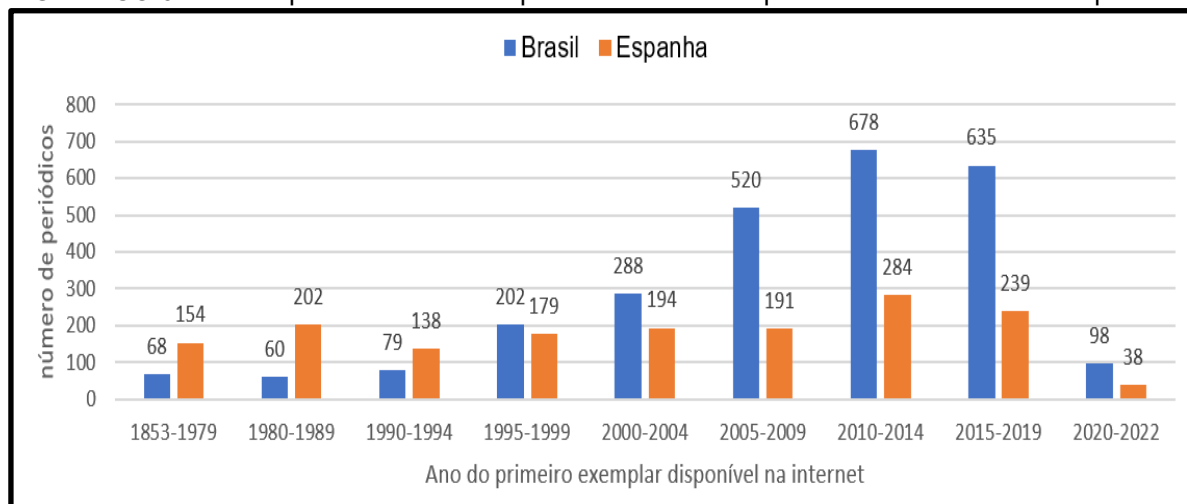
FIGURA 12 - Indicativo de periódico impresso que foi digitalizado



FONTE: Revista Brasileira de Extensão Universitária (2003).

Acerca da verificação quanto ao primeiro número disponibilizado na internet, os resultados mostram diferenças entre os anos, de um país para o outro. O Gráfico 6 demonstra essa relação.

GRÁFICO 6 - Ano do primeiro volume disponível na internet - periódicos do Brasil e da Espanha

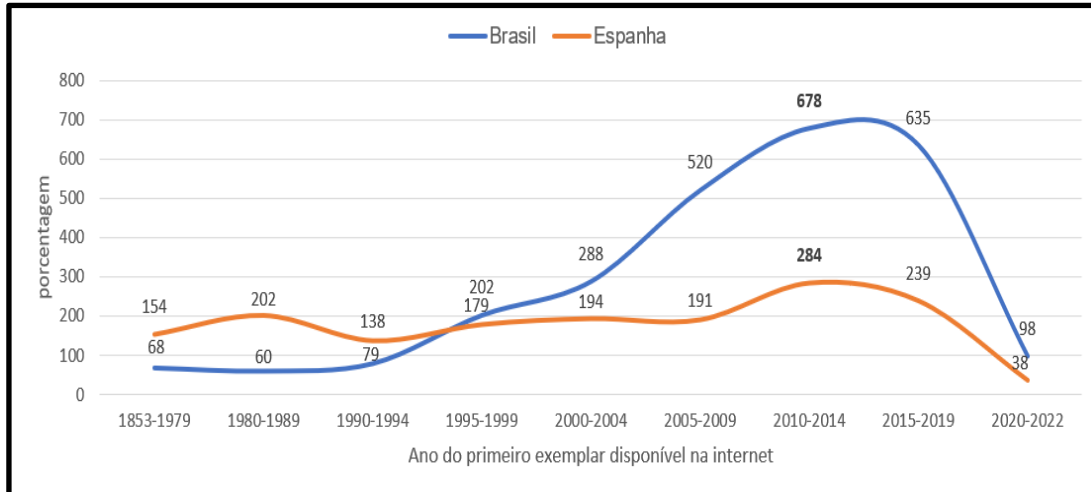


FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Em ambos os países, a maior parte dos periódicos teve início entre 2010 e 2014; entretanto, a Espanha apresentou, ao longo dos tempos, um crescimento mais uniforme. A maior parte dos periódicos brasileiros tem menos de 14 anos, como representado no Gráfico 7. Isso pode estar associado à cultura espanhola de digitalizar as edições anteriores em

formato impresso. Há fortes indícios dessa prática, pois foram encontrados periódicos de 1853, sendo que o aparecimento de empresas provedoras de acesso à internet ocorreu, apenas, na década de 1990¹¹.

GRÁFICO 7 – Disponibilização dos periódicos brasileiros e espanhóis na internet - crescimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O aparecimento e a rápida universalização da internet foram fatores decisivos em favor da consolidação da publicação eletrônica. Como descrevem Packer *et al.* (1998), na segunda metade dos anos 1990, a publicação científica eletrônica passou a ser aceita universalmente como um fenômeno inexorável pela grande maioria dos atores do processo de comunicação científica. Em primeiro lugar, a internet assegura um meio de publicação rápido e com cobertura universal por meio de uma interface comum, capaz de operar hipertextos com múltiplos suportes de informação, enriquecidos com conexões internas e externas. Em segundo lugar, a constante evolução da internet sinaliza para o futuro da publicação eletrônica uma miríade de novas possibilidades, quase sempre orientadas no sentido de agregar valor ao tempo do leitor, dotando-o de mais iniciativa e interatividade (PACKER *et al.*, 1998).

Não há dúvida de que existe uma relação de causa e efeito entre o sistema de avaliação e os hábitos de publicação dos cientistas que ocasionaram uma inflação de periódicos. A pressão para publicar obedece aos critérios norteadores estabelecidos por agências e instituições de ensino em todos os processos de acesso e de promoção na carreira

¹¹ A internet foi criada em 1969, nos Estados Unidos. Chamada de arpanet, tinha como função interligar laboratórios de pesquisa. A partir de 1982, o uso da arpanet tornou-se maior no âmbito acadêmico. Inicialmente, o uso era restrito aos EUA, mas se expandiu para outros países, como Holanda, Dinamarca e Suécia. Desde então, começou a ser utilizado o nome internet. Por quase duas décadas, apenas os meios acadêmicos e científicos tiveram acesso à rede. Em 1987, pela primeira vez, foi liberado o seu uso comercial, nos EUA. Em 1992, começaram a surgir diversas empresas provedoras de acesso à internet, nesse país. No mesmo ano, o Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) inventou a World Wide Web, que começou a ser utilizada para colocar informações ao alcance de qualquer usuário da internet. Desde então, a difusão da rede tem sido elevada (SILVA, 2001).

acadêmica. Os hábitos editoriais são determinados pela necessidade de avaliação científica, acesso a carreiras profissionais, a recursos econômicos e à arbitrariedade nas agências de avaliação, além das comissões de avaliação para acesso às instituições públicas (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

A internet tornou-se o principal veículo para divulgação, tendo em vista a facilidade de uso e de publicação em relação ao formato impresso, sendo que, além da agilidade com que as pesquisas são divulgadas, a redução de custos também é considerável. De acordo com Soares (2004), essa elevação reflete no crescimento da comunidade científica, da pressão dela para publicar os seus estudos e a subdivisão e especialização do conhecimento, com crescente autonomia de cada subárea, que demanda um ou mais periódicos especializados. Essa explosão também está relacionada ao desenvolvimento e à consolidação dos periódicos eletrônicos, que surgiram na década de 1990. Nesse contexto, Mueller (2006) afirma que, já no final da década de 1990, era muito comum o autor entregar seus originais em formato eletrônico aos editores científicos.

No início, explica Meadows (1999), o processo de submissão e de avaliação do artigo em meio eletrônico não era tão simples, pois era complicado enviar materiais científicos que continham, por exemplo, gráficos e tabelas. Contudo, hoje, com os avanços tecnológicos, esse problema parece estar superado, já que a infraestrutura da internet tornou-se mais rápida, facilitando a transferência e o recebimento de diversos tipos de arquivos. Além disso, reforça o autor, já existem softwares desenvolvidos para realizar todo o processo de gestão dos periódicos eletrônicos, com a finalidade de simplificar a troca e o envio de informações entre autores, editores e avaliadores.

Na América Latina, as décadas de 1980 e 1990 ficaram conhecidas como a “década perdida”. Todavia, a primeira década do século XXI foi muito favorável, pois reduziu a vulnerabilidade externa. No período de 2000 a 2011, houve o aumento da população em idade produtiva e a redução da taxa de dependência em todos os países latino-americanos. Essa taxa ainda é superior na Espanha, que possui estruturas populacionais mais estáveis. Em todos os países da América Latina, houve um aumento nos anos de escolaridade para o ingressante, com Argentina e Brasil se aproximando do que era observado em países como Portugal e Espanha (CONILL *et al.*, 2018).

Para Pinto (2013), os principais fatores que possibilitaram esse cenário foram a transição demográfica, a expansão da economia chinesa e a redução da tendência neoliberal com implementação de políticas de transferência de renda por governos progressistas. Esse autor informa que a China se tornou a grande importadora de matérias-primas de países sul-americanos e africanos com elevação dos preços das *commodities*. As transformações econômicas exerceram um efeito positivo nas contas externas, facilitando uma política fiscal expansionista, gastos com infraestrutura e com políticas sociais.

Em 2012, a economia mundial apresentou desaceleração em virtude do agravamento da crise fiscal, bancária e política, na Europa, e da redução no ritmo da recuperação econômica dos Estados Unidos da América. Até o ano de 2014, os países vivenciaram a chamada “década de ouro”, cujo período de bonança parece ter chegado ao fim do seu ciclo, como já aconteceu em outros períodos. O Brasil, por exemplo, submergiu em importante crise econômica e política a partir de 2015. A resposta foi uma política fiscal extremamente restritiva, com aprovação de emenda constitucional que congela as despesas primárias do Governo Federal por 20 anos, com sérios reflexos nas políticas públicas (BRASIL, 2016). Com isso, observa-se, como impacto, uma queda a partir de 2015 no número de novos periódicos.

Outro fator importante é que, desde o início de 2020, o mundo tem vivenciado muitas mudanças em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Considerando a condição de transmissão comunitária e a necessidade premente de envidar todos os esforços para reduzir a transmissibilidade, tanto no Brasil quanto na Espanha, foram declaradas medidas de isolamento em todo o território nacional (BRASIL, 2020). Nesse infeliz cenário, atravessado pelo surgimento de velhos e novos modos de desigualdade e múltiplas regressões socioeconômicas, recomenda-se, mais do que nunca, o investimento na ciência (BABINI; ROVELLI, 2020).

Uma decorrência do tempo de maior vigência dos periódicos da Espanha implica na média maior de edições disponibilizadas por título. Enquanto os brasileiros possuem em média 35 edições disponíveis por periódico, a Espanha tem 48, como representado na Tabela 8.

TABELA 8 - Número de edições disponibilizadas na internet dos periódicos do Brasil e da Espanha

Período	Brasil	Espanha
entre 1 a 19 edições	1.009	513
entre 20 a 39 edições	886	488
entre 40 a 59 edições	398	248
entre 60 a 79 edições	148	127
entre 80 a 99 edições	74	63
mais de 100 edições	113	180
Total (edições publicadas)	92.749	77.128
Média (edições por periódico)	35	48

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Outro fator que pode ter influência no fato de os periódicos espanhóis terem maior média por período é a irregularidades na frequência das publicações. A pesquisa observou situações de inatividade por longo tempo, a exemplo do periódico Revista *Humanitaris*, conforme ilustrado na Figura 13.

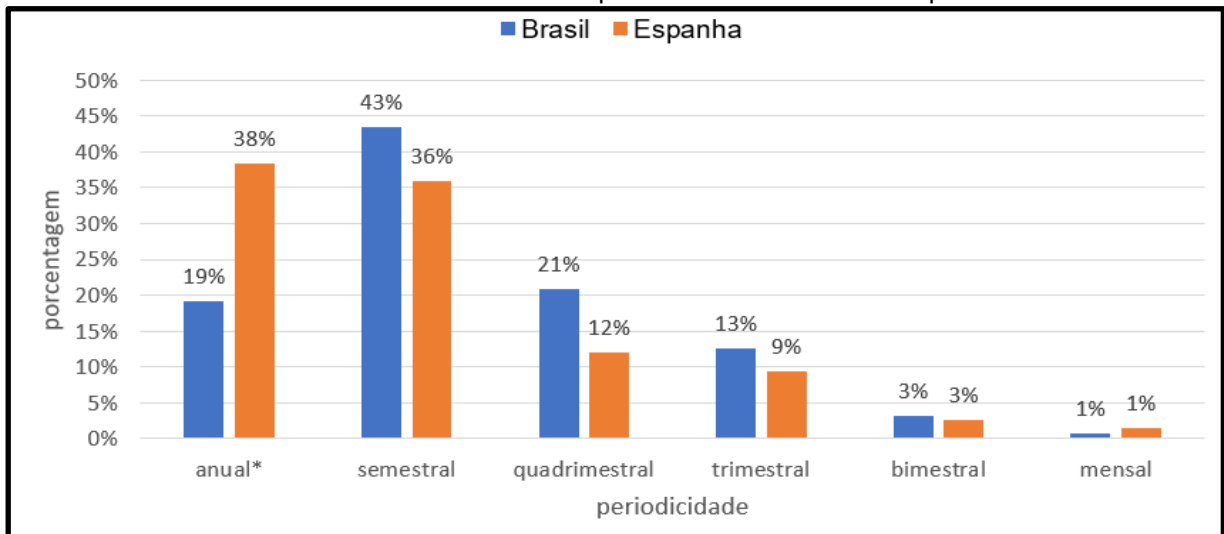
FIGURA 13 - Exemplo de periódico que estava descontinuado e voltou a publicar



FONTE: Revista Humanitaris (2013).

A longevidade dos periódicos espanhóis pode ser correlacionada à periodicidade. A maior parte é anual, como observado no Gráfico 8. Por ser anual, depreende-se que haja tempo necessário para a organização do fluxo da produção editorial para publicação de uma nova edição.

GRÁFICO 8 - Periodicidade dos periódicos do Brasil e da Espanha



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

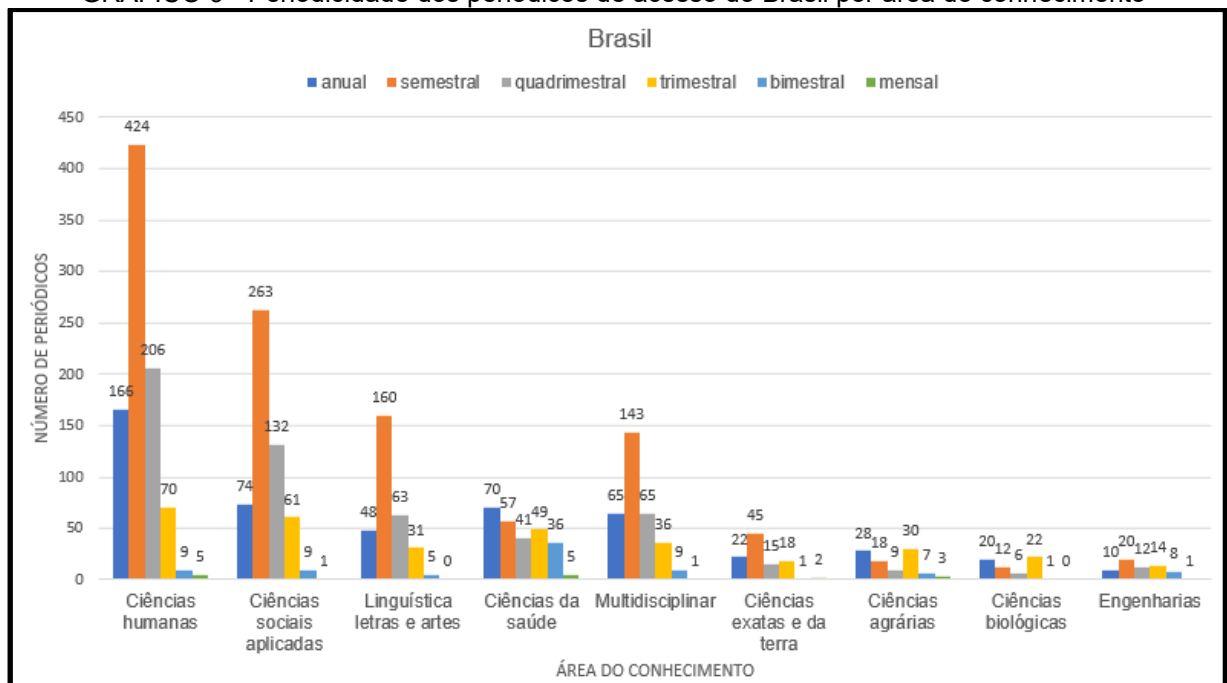
* Incluem-se como anual os periódicos que publicam uma vez por ano e se identificam como publicação contínua.

A periodicidade de um periódico científico constitui um dos atributos principais desse tipo de publicação, ao apresentar intervalos para disponibilização de novos conteúdos. É necessário manter o intervalo prefixado das publicações periódicas devido a sua característica essencial: publicação de tempos em tempo, previstas para determinada audiência, isto é, seus leitores e autores precisam ter uma expectativa sobre a próxima edição (BLATTMANN, 2012). Oliveira, Rodrigues e Matias (2017) mencionam que a periodicidade indica a movimentação do diálogo da área e do trabalho editorial envolvidos no processo. Segundo esses autores, pelo número de fascículos dos títulos, é possível medir a vitalidade da área.

É possível que a publicação seja denominada de periódico se for editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (CAPES, 2016). O número de artigos publicados por ano é um indicador do fluxo da produção editorial do periódico e da produção científica da área temática que cobre. É também um indicador relacionado à oportunidade e à velocidade da comunicação (SciELO, 2014).

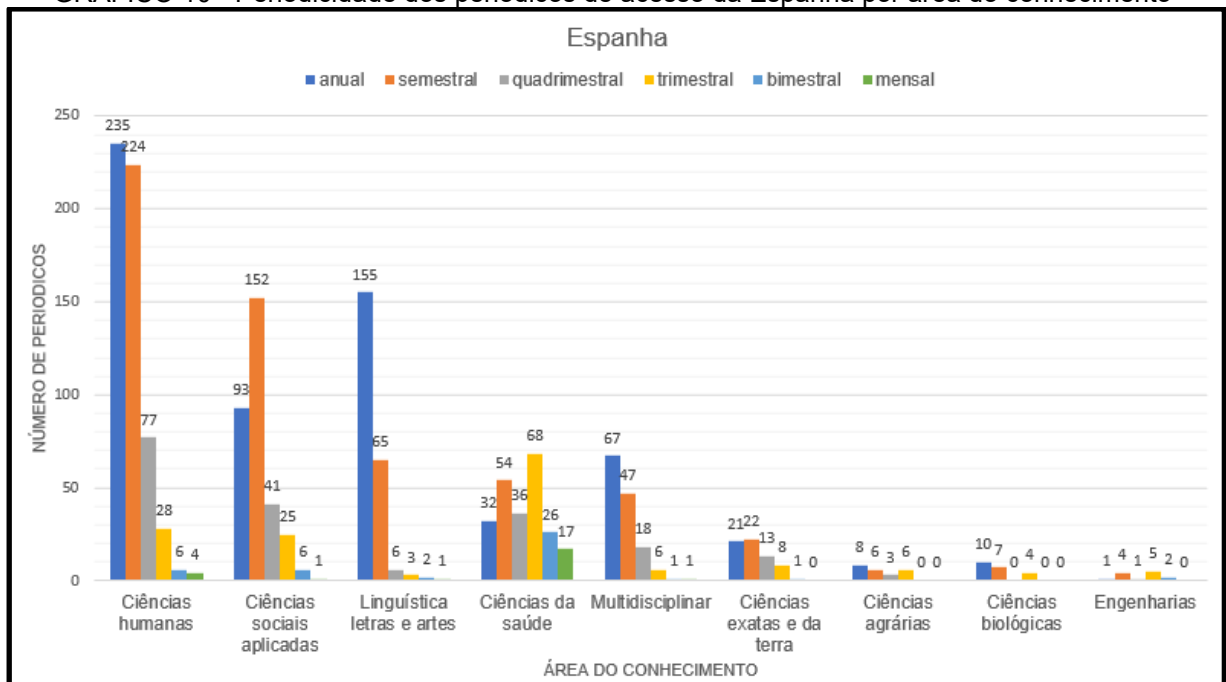
Ao se analisar a periodicidade por área do conhecimento, visualiza-se um retrato diverso para alguns campos, como apresentado nos gráficos 9 e 10.

GRÁFICO 9 - Periodicidade dos periódicos de acesso do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 10 - Periodicidade dos periódicos de acesso da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

No Brasil, seis das nove áreas do conhecimento possuem a maior parte dos periódicos publicados duas vezes ao ano (Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar; Ciências Exatas e da Terra; e Engenharias). Nota-se que a área da saúde é anual e as áreas de Ciências Agrárias e Ciências Biológicas são trimestrais. Na Espanha, o cenário de periodicidade por área do conhecimento demonstra que cinco das nove áreas do conhecimento possuem a maior parte dos periódicos publicados uma vez ao ano (Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar; Ciências Agrárias; e Ciências Biológicas). As que divergem são as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra, com a maior parte semestral, e as áreas de Ciências da Saúde e as Engenharias, que são trimestrais.

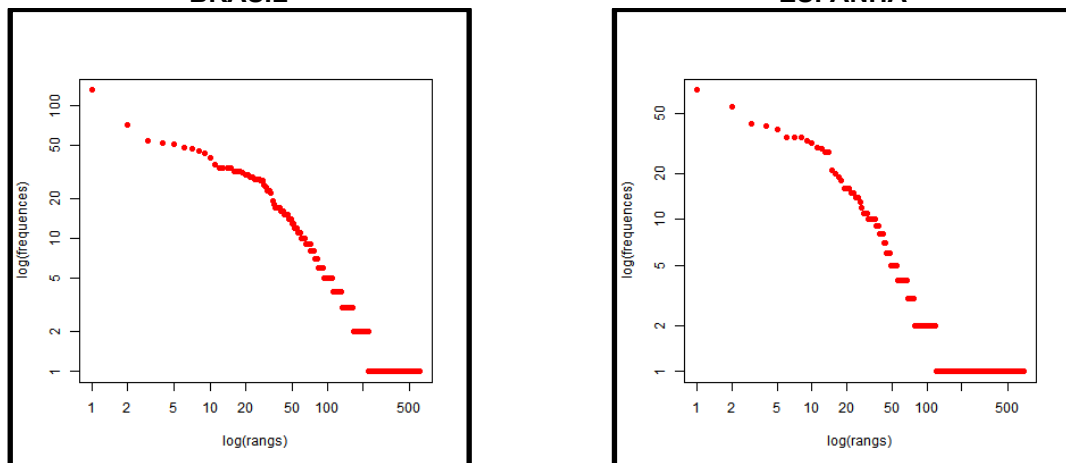
Essa variação pode estar relacionada às especificidades de cada área, sendo a periodicidade um fator imprescindível para a inclusão dos periódicos nos principais indexadores nacionais e internacionais, que podem ter exigências específicas para cada campo. Nesse contexto, uma das preocupações dos periódicos, na maioria dos casos, é atender critérios de qualidade, estabelecidos por instituições de pesquisa, agências de fomento e, principalmente, bibliotecas, indexadores e bases de dados que possibilitam o aumento da visibilidade, mas exigem o cumprimento de critérios para incorporação das revistas nesses repositórios. O SciELO (2014), por exemplo, apesar de mudar de uma área para outra, em geral, recomenda que, para cada grande área temática, o valor mínimo em relação à periodicidade seja bimestral e trimestral, enquanto a quantidade mínima de publicação por ano deve ser trimestral e quadrimestral. Assim sendo, o fato de a maioria das

revistas se manterem com periodicidade semestral pode ser considerado um aspecto a ser melhorado.

Como explica Testa (1998), Pinto e Andrade (1999), a periodicidade é um dos critérios mais elementares no processo de avaliação para a efetivação das indexações. Em linhas gerais, os resultados oriundos da população de pesquisa sinalizam a necessidade de maior agilidade na produção das publicações da Espanha, visto que as publicações são lançadas em intervalos de tempo mais longos, como a periodicidade anual. A preferência por publicações mais ágeis (períodos mais curtos) pode estar associada a dois fatores, quais sejam: o grande número de artigos aprovados que ficam esperando a edição de nova publicação e os benefícios que a revista adquire, em termos de impacto científico, por meio dos indicadores de visibilidade, tais como os índices de citação e o fator de impacto, por exemplo.

Quanto à responsabilidade editorial, no Brasil, foram localizadas 601 instituições, sendo que 378 (63%) possuem apenas um periódico. Na Espanha, conforme dados da população de análise, existem 686 editoras, sendo que 568 (83%) possuem apenas um periódico. A representação dessas frequências está contida no Gráfico 11.

GRÁFICO 11 – Frequência das editoras dos periódicos brasileiros e espanhóis



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Essa ocorrência pode estar relacionada à concentração de periódicos brasileiros nas instituições de ensino. Apesar da Espanha também ter essa predominância, nota-se uma maior distribuição para outras categorias administrativas, em especial entre instituições de ensino e associações, como representado na Tabela 9.

TABELA 9 - Natureza organizacional das editoras dos periódicos do Brasil e da Espanha

Brasil		Espanha			
	Número de periódicos	Representação em %	Número de periódicos	Representação em %	
Instituição de ensino	2.305	88%	Instituição de ensino	953	59%
Associação científica ou profissional	234	9%	Associação científica ou profissional	406	25%
Instituições científica, tecnológica e de inovação	43	2%	Editora - instituição privada	111	7%
Editora - instituição privada	30	1%	Administração pública*	93	6%
Administração pública*	16	1%	Instituições científica, tecnológica e de inovação	56	3%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

* Administração pública é o conjunto de entes (entidades com personalidade jurídica) que prestam serviço público ou de interesse público (MEIRELLES, 1990). Tanto as instituições científica, tecnológica e de inovação como as instituições de ensino integram a administração pública. No entanto, nesta pesquisa, essas instituições foram destacadas pela expressiva quantidade de periódicos publicados.

Comparando os resultados expostos no Gráfico 11 às informações apresentadas por Rodrigues e Oliveira (2012), pode-se confirmar a continuidade do domínio das duas principais entidades publicadoras (instituições de ensino e associações), ao longo dos anos. Os resultados encontrados também são equivalentes aos identificados por Oliveira, Rodrigues e Matias (2017), que estudaram as características dos periódicos brasileiros da grande área de Ciências Agrárias indexados na *Web of Science* e na *Scopus*. A citada investigação constatou que as universidades são as que mantêm a mais elevada porcentagem de títulos, quantitativo de 37 (50%), e, em segundo lugar, as associações, com 24 periódicos (32,4%), do total de 74 periódicos analisados.

Assim como Rodrigues e Oliveira (2012), a literatura publicada tem sinalizado a contribuição das universidades brasileiras para com a gestão dos periódicos científicos. De acordo com o relatório intitulado *Research in Brazil*, as universidades são as maiores produtoras de pesquisa científica do Brasil, conforme consta em documentos indexados na base de dados multidisciplinar *Web of Science* (CROSS; THOMSON; SIBCLAIR, 2018).

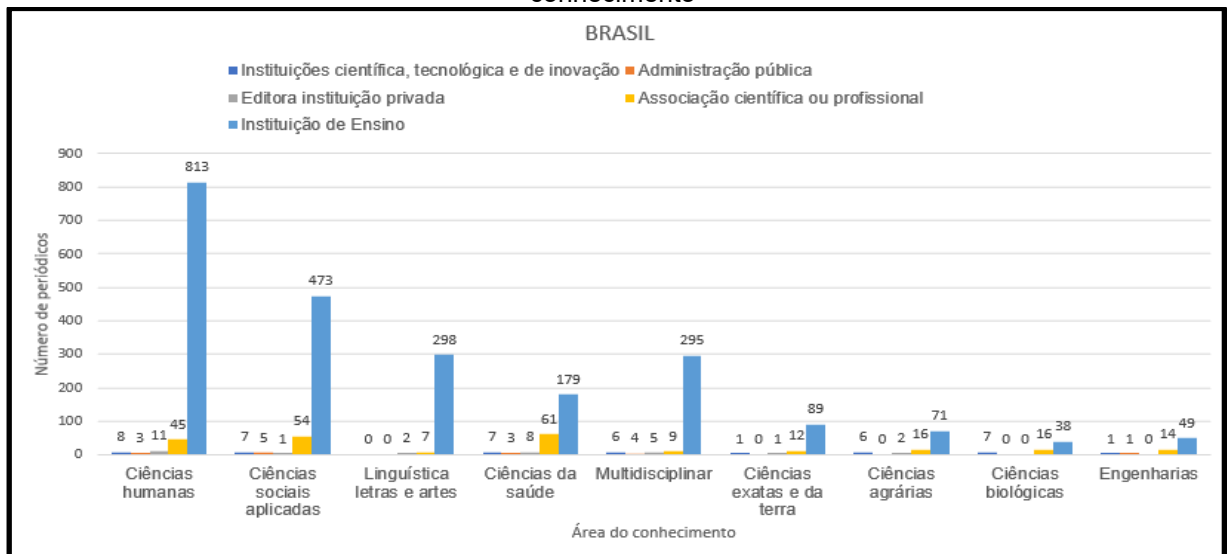
As cinco editoras mais recorrentes dos periódicos brasileiros e espanhóis são as universidades. No Brasil, predominam a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de Brasília. Já na Espanha, o destaque é atribuído à *Universidad Complutense de Madrid*, à *Universidad de Barcelona* e à *Universidad de Valência*.

Acredita-se que as IES se destacam na gestão dos periódicos pelo alto investimento dessas instituições com o ensino da Pós-Graduação, o que demanda um esforço maior no desenvolvimento de pesquisas. Normalmente, são nessas instituições que há maior

número de programas de Mestrado e/ou de Doutorado. Logo, é possível que elas contenham o maior número de revistas por possuírem cursos nesse nível de ensino. A esse respeito, Vieira (2017) destaca que as atividades de Pós-Graduação abrigam a maior parte do esforço científico e tecnológico do Brasil, cujo desenvolvimento econômico e social, segundo Martins (2000), em muito se deve ao sistema de ensino superior, o qual visa “[...] fornecer quadros profissionais capacitados e pessoal qualificado cientificamente para atender às diversas, e cada vez mais complexas, demandas, tanto do setor público quanto do privado [...]” (MARTINS, 2000, p. 56).

Conforme observado neste estudo, a maioria dos periódicos científicos foi instituída por instituições de ensino. Quando se analisam as editoras que gerenciam as publicações por área do conhecimento, todas as áreas, no Brasil, são majoritariamente editadas por instituição de ensino, como apresentado no Gráfico 12.

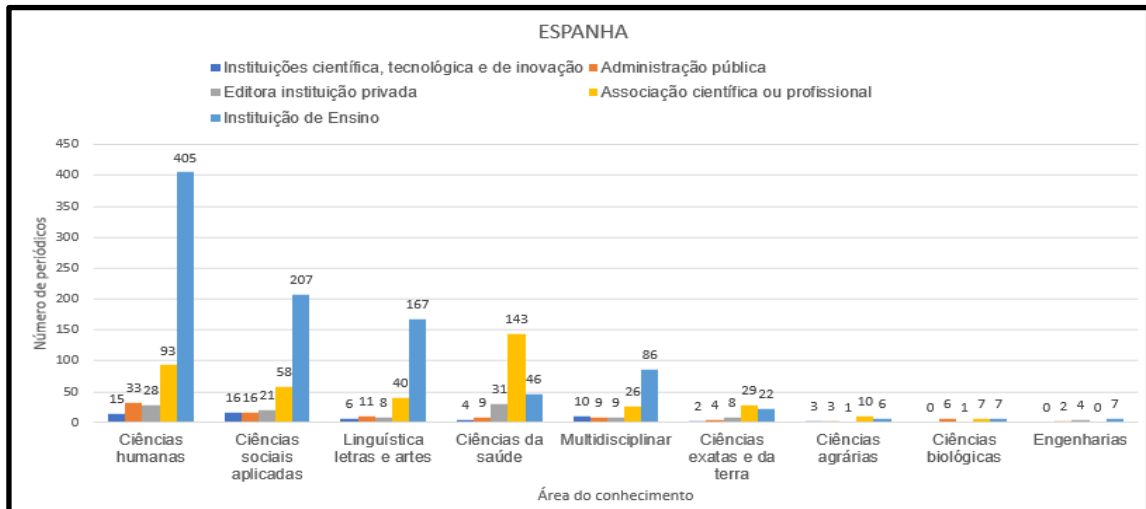
GRÁFICO 12 - Natureza organizacional das editoras dos periódicos brasileiros por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Ao contrário do Brasil, na Espanha, as associações científicas ou profissionais são a que mais editam periódicos, sobretudo os vinculados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias. O Gráfico 13 elucida essa constatação.

GRÁFICO 13 - Natureza organizacional das editoras dos periódicos espanhóis por área do conhecimento

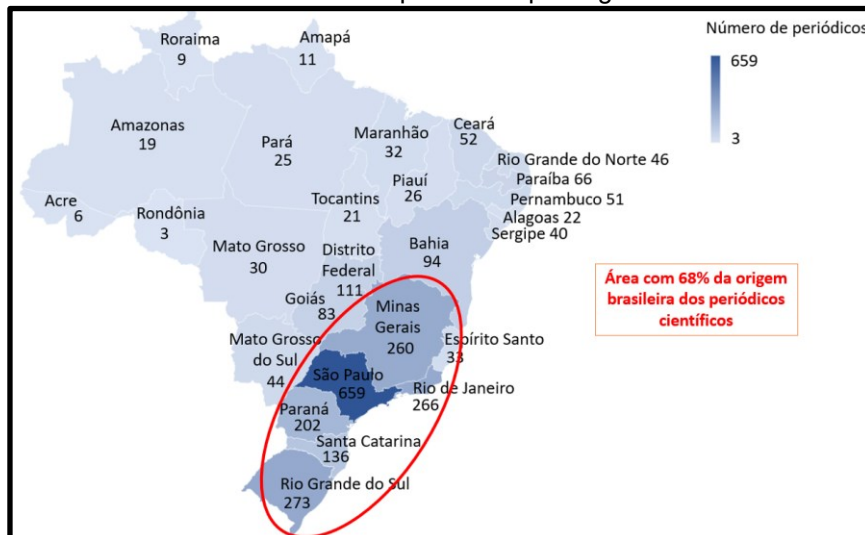


FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Assim, à luz dos estudos de Martins (2000) e Vieira (2017), confirma-se o resultado desta pesquisa, de que as universidades e as associações científicas se destacam na edição de periódicos científicos de acesso aberto no Brasil e na Espanha, o que depreende ser essa uma característica ibero-americana. Outros países apresentam um panorama diferente. No Japão, por exemplo, conforme Nakajima (2018), os periódicos científicos são publicados, principalmente, por sociedades acadêmicas.

Outro ponto levantado neste estudo é a origem geográfica dos periódicos científicos. Para tal, consideraram-se, no Brasil, as cinco regiões estabelecidas pela divisão geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (IBGE, 2022a). A Figura 14 apresenta o número de periódicos distribuídos por essas regiões.

FIGURA 14 – Número de periódicos por regiões brasileiras



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Sobre a organização territorial da Espanha, o artigo 137 da Constituição Espanhola de 1978 dispõe que o Estado se organiza, territorialmente, em municípios, em províncias e em comunidades autônomas que assim se constituam. Todas essas entidades gozam de autonomia para a gestão dos seus respectivos interesses. No total, a Espanha é dividida em 17 comunidades autônomas. São elas: Andaluzia, Aragão, Ilhas Baleares, Canárias, Cantábria, Castilla-La Mancha, Castela e Leão, Catalunha, Comunidade de Madri, Comunidade Foral de Navarra, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galícia, País Basco, Principado das Astúrias, Região de Múrcia e La Rioja (ESPAÑA, 1978). A Figura 15 apresenta o número de periódico por comunidade autônoma.

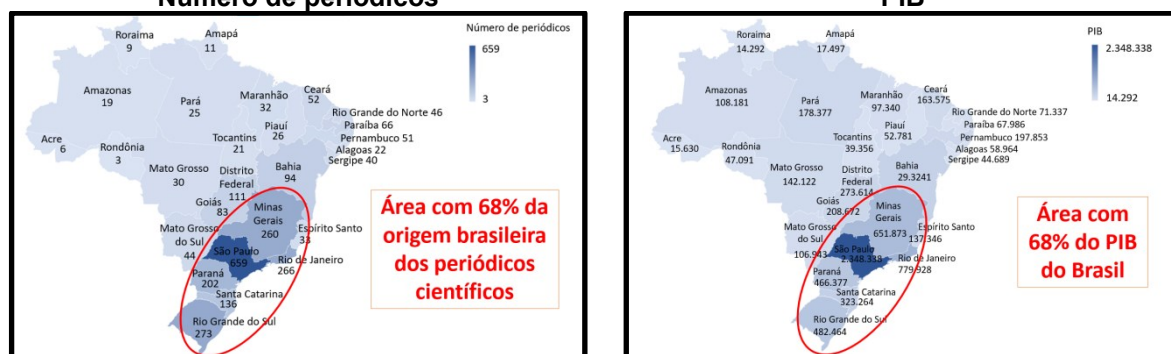
FIGURA 15 – Número de periódicos por comunidades autônomas da Espanha



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

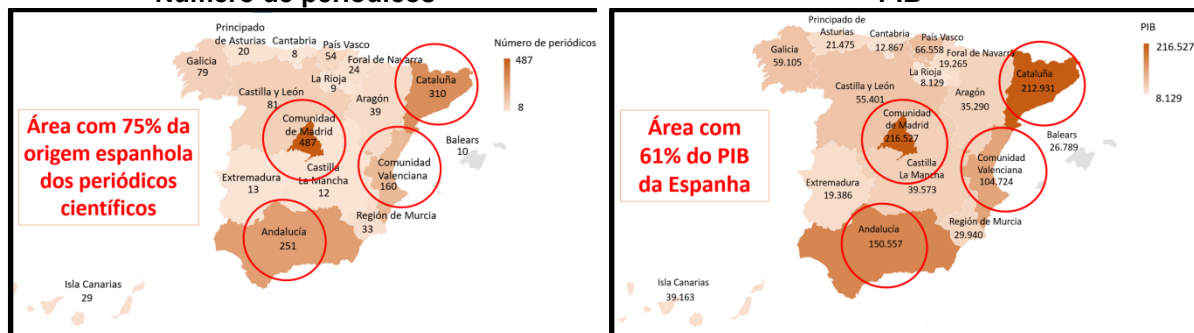
O número de periódico por espaço geográfico está relacionado ao desenvolvimento econômico de cada região. Esse desenvolvimento pode ser aferido pelo indicador de Produto Interno Bruto (PIB), como observado nas figuras 16 e 17.

FIGURA 16 – Número de periódicos brasileiros por região x PIB



FONTE: IBGE (2022b) e dados da pesquisa (2022).

FIGURA 17 – Número de periódicos espanhóis por região x PIB



FONTE: Country Economy (2022) e dados da pesquisa (2022).

O PIB é um fator determinante de crescimento em um País. Expressa o nível de atividade econômica de todos os setores. Determina o nível de produção e, conseqüentemente, como o total produzido gerará emprego e renda. Essa variável tem como função principal, em determinada economia, medir o seu crescimento ou o seu decréscimo em um período analisado. Esse indicador foi criado da necessidade de se calcular a quantidade de bens e de serviços de uma maneira global, incluindo o setor primário, secundário e terciário, ou seja, somar desde os produtos agrícolas até os produtos denominados como bens de capitais, como as máquinas (GRASSI, 2009).

4.3 Equipe científica e avaliação por pares

Um dos principais objetivos do periódico científico é contribuir para o avanço do conhecimento, a divulgação dos resultados de pesquisa de excelência e, por meio dessa divulgação, auxiliar na resolução dos problemas da sociedade. Sendo assim, a avaliação por pares propõe a tornar o processo de submissão de artigos um canal aberto de conhecimento, no sentido de fazer com que haja uma avaliação construtiva dos textos submetidos. Todos os artigos científicos são submetidos a um criterioso processo de avaliação, sempre por meio de revisão por pares.

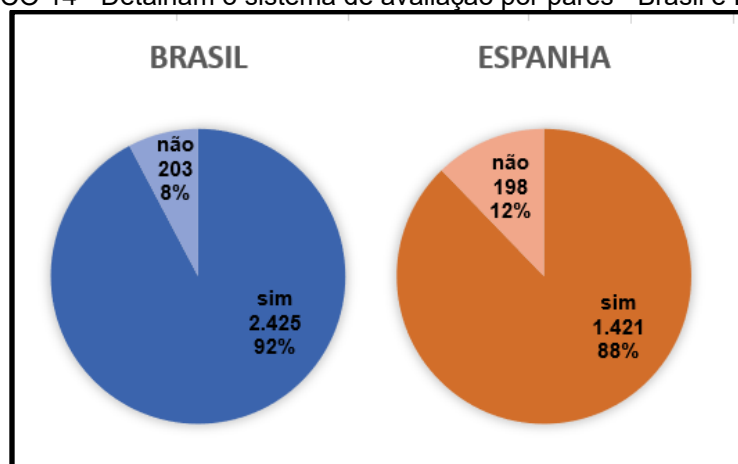
Detecta-se um consenso quanto à necessidade de implantação de um sistema de avaliação por pares. De fato, não há intervenção abertamente contra o uso desse procedimento. Muito pelo contrário, há posições que defendem esse sistema de forma inequívoca. A aceitação da revisão é conatural às disciplinas e tal processo vem sendo aplicado sem críticas, há muitos anos. Entre o meio científico parece consistente que a revisão por pares é o aspecto mais valorizado com o consenso absoluto expresso sobre a adequação na seleção de manuscritos submetidos a um periódico. Os pesquisadores defendem que a avaliação promove a melhoria da qualidade das publicações e que o sistema avaliativo

fortalece essa qualidade nos periódicos (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Os argumentos a favor da revisão por pares enfatizam, sobretudo, os seus efeitos benéficos na melhoria da qualidade dos manuscritos submetidos à avaliação. A capacidade de introduzir, na revisão, critérios justos que, de alguma forma, neutralizem preconceitos também é destacada pelos pesquisadores. O fato de os artigos serem avaliados é um requisito de imparcialidade. Além disso, o manuscrito, mesmo recusado para publicação, em geral, recebe retorno com opinião fundamentada sobre o assunto e, ao mesmo tempo, sugestões interessantes (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020). Para uma avaliação consistente, os estudos submetidos são avaliados por especialistas, em geral, escolhidos pelo editor, de acordo com o assunto, o tema e a área das submissões.

A pesquisa identificou que alguns periódicos, apesar de realizarem o processo de avaliação por pares, não mencionam, com clareza, o modo com que o processo avaliativo é conduzido. Essa constatação foi verificada em 8% (203) dos periódicos brasileiros e 12% (198) dos espanhóis, como representado no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 - Detalham o sistema de avaliação por pares - Brasil e Espanha



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Analisando, em detalhes, a menção ao processo avaliativo, no conjunto da população, percebeu-se que alguns periódicos mencionam, apenas, que há avaliação por pares sem especificar o procedimento. Como exemplo dessa ocorrência, apresenta-se a Revista Uniñtalo em Pesquisa, conforme ilustrado na Figura 18.

FIGURA 18 – Exemplo de periódico que não detalha o processo de revisão por partes



FONTE: Revista Unifal em Pesquisa (2022).

A constatação de que existem mais periódicos espanhóis que não detalham o processo avaliativo do que os periódicos brasileiros, ou seja, houve ocorrência de maior porcentagem na Espanha, pode ser justificada pelo fato de muitos periódicos desse país não fazer uso de sistema estruturados específicos para a gestão de periódicos científicos, a exemplo do OJS, como acontece no Brasil.

De fato, esse sistema, além de resultar em um ganho substancial de qualidade, pois facilita o acesso e a difusão dos textos, proporciona maior organização das informações. Os dados são localizados com mais facilidade, porque o sistema apresenta sugestão de estrutura que, na maioria das vezes, os periódicos seguem como indicação. Devido à transparência e à rastreabilidade da plataforma, ela é recomendada como a melhor ferramenta de editoração de periódicos acadêmicos.

A produção científica pode ser entendida como um recurso imprescindível para promover o desenvolvimento da ciência. Sua origem remonta à constituição e à consolidação de todo um sistema de comunicação científica, no mundo, e sua história está vinculada à história da própria ciência, de modo que sua estrutura foi acompanhada pela especialização dos saberes e pela autonomização do campo científico ao longo dos últimos quatro séculos (WEITZEL, 2006). Um desses indícios é a evolução gradual da maneira com que os periódicos apresentam a informação em resposta tanto às transformações tecnológicas quanto às exigências cambiantes da comunidade científica (MEADOWS, 1999).

A revisão por pares é uma etapa anterior à publicação dos resultados das pesquisas sendo imprescindível ao sistema de comunicação científica. Isso porque o

processo de revisão possibilita a validação das pesquisas como científicas, independente da modalidade como ocorre, ou seja, na revisão por pares fechada (*blind peer review*) ou na revisão por pares aberta (*open peer review*) (PEDRI; ARAÚJO, 2021) ou ainda com ambas as modalidades (modalidade híbrida). A Tabela 7 apresenta o número e a porcentagem de periódicos por modalidade de avaliação.

TABELA 7 – Modalidades de avaliação por partes dos periódicos brasileiros e espanhóis

Brasil			Espanha		
Modalidades	Número de periódicos	Representação em %	Modalidades	Número de periódicos	Representação em %
Fechada	2.414	99,6%	Fechada	1.418	99,5%
Aberta	3	0,1%	Aberta	3	0.1%
Híbrida	8	0,3%	Híbrida	0	x

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Constata-se que, em ambos os países, predomina a modalidade de avaliação fechada. Esse resultado confirma as recomendações e preferências da comunidade científica. Isso porque há um consenso de que a revisão por pares de manuscritos enviados a um periódico é um procedimento adequado para avaliar a qualidade da publicação, cujo processo realizar-se-á com garantia do anonimato, ou seja, preza-se pelo sigilo quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores.

O contexto empírico do trabalho dos periódicos e a literatura têm indicado a existência de uma divisão para a modalidade fechada. Assim, tem-se a modalidade “cega”, cujo revisor conhece a identidade dos autores, mas esses não conhecem a identidade dos revisores, e a modalidade “dupla cega”, permanecendo a identidade dos autores e dos revisores escondida. Pelos termos usados pelos periódicos analisados nesta pesquisa, evidencia-se que a revisão por pares padrão é a “dupla cega” sem que pareça haver consciência de que existem outras modalidades. Assim, a pesquisa considerou essas duas modalidades como de natureza fechada.

No âmbito da comunidade científica, a grande maioria é a favor do anonimato na avaliação pelos pares e, dentro das diferentes modalidades, favorece abertamente o sistema duplo-cego. Os argumentos a favor da revisão por pares ressaltam, sobretudo, os seus efeitos benéficos na melhoria da qualidade dos manuscritos submetidos à avaliação e sua capacidade de introduzir critérios justos que promovam a imparcialidade (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

A implementação do sistema de revisão pelos pares ainda está longe de estar totalmente estabelecida e funcionando de maneira satisfatória. Há reclamações sobre sua má aplicação ou mau funcionamento. Dentre as principais reclamações, citam-se: a falta de

transparência e publicidade dos critérios de revisão, dificuldade em preservar o verdadeiro anonimato na revisão, seleção inadequada de revisores que não são realmente "pares", dificuldade em encontrar bons revisores e más práticas de revisão derivadas de preconceitos dos revisores que, algumas vezes, tratam os estudos como estratégia de censura intelectual de certos tópicos ou posições contrárias aos quadros de referência dos revisores. Apesar dessas dificuldades, vale sublinhar que há consenso sobre a necessidade e importância da revisão por partes (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

A revisão por pares aberta surge no contexto de ações mais organizadas para o acesso aberto, em especial, entre o fim dos anos 1990 e início de 2000, tendo em vista as discussões em torno do movimento da ciência aberta. Inclusive, esse tipo de revisão ganha centralidade em uma das escolas ou correntes interpretativas da ciência aberta, a escola das métricas, a qual se dedica a formas alternativas e mais responsivas de avaliação da ciência e da mensuração do uso e do impacto de seus produtos (PEDRI; ARAÚJO, 2021).

Os dados desta pesquisa revelam que poucos são os periódicos brasileiros e espanhóis que adotam a avaliação aberta. São apenas três do Brasil¹² e três da Espanha¹³, o que equivale a 0,1% do corpus da pesquisa. Essa modalidade se refere à identificação dos autores, dos pareceristas e dos editores envolvidos no processo de ajuizamento dos artigos. A definição dessa modalidade não é clara, constituindo-se, portanto, um termo novo para um fenômeno em evolução.

Ross-Hallauer (2017) relata mais de uma centena de definições, muitas das quais conflitantes. Ao analisar 122 definições separadas da literatura, o autor demonstra a necessidade de discussão sobre o tema, de maneira a buscar consensos, visando à criação de padrões aceitos pela comunidade. Em todas as acepções encontradas pelo autor, os elementos centrais são identidades abertas e relatórios abertos.

Pedri e Araújo (2021) esclarecem que, embora não haja uma definição consensual na literatura científica sobre o sistema aberto de avaliação por pares, pode-se sintetizar que a abertura do processo de revisão se estende a qualquer sistema de avaliação da comunicação científica, desde que exponha as identidades dos atores envolvidos no processo (autores e revisores), de maneira restrita ou aberta ao público e em quaisquer etapas da comunicação científica, inclusive na pós-publicação. Acrescentam os autores que, a partir

¹² (1) Acta Ortopédica Brasileira. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aob/>

(2) Revista de Casos e Consultoria. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria>

(3) Journal of Aerospace Technology and Management. Disponível em: <http://www.jatm.com.br>

¹³ (1) Revista Encrucijadas. Disponível em: <http://www.encrucijadas.org>

(2) Revista Catalana de Micologia. Disponível em: <http://revistes.iec.cat/index.php/RCMic>

(3) Revista electrónica de investigación y docência creativa. Disponível em: <http://www.ugr.es/~miquelgr/ReiDoCrea.html>

dessa definição, sob uma compreensão de abertura para além das identidades, pode-se incluir a publicação do produto da revisão, ou seja, dos pareceres junto ao artigo avaliado, sem necessariamente revelar as identidades dos revisores.

A revisão por pares aberta engloba diferentes práticas de abertura com características que possuem benefícios e limitações também diferentes. De modo geral, a abertura do sistema de revisão proporciona mais transparência no processo de avaliação e pareceres mais construtivos, consistentes e coerentes, pois o revisor não estará mais “protegido” pelo anonimato ou o seu parecer restrito ao autor e editor. Nesse sentido, pode até mesmo incentivar o editor a escolher revisores mais especializados no conteúdo a ser revisado para evitar questionamentos dos autores ou da comunidade.

O grande benefício de um processo aberto de revisão por pares é que a comunidade científica pode identificar a ocorrência de uma conduta não-científica ou antiética por parte dos revisores, editores e autores (PEDRI; ARAÚJO, 2021). Na comunidade científica brasileira, especificamente no campo da Ciência da Informação, a maioria dos editores entrevistados por Garcia e Targino (2017) identifica vantagens na abertura do processo de revisão, especialmente por acreditarem na melhoria da qualidade dos pareceres e dos próprios periódicos científicos; no entanto, preferem a permanência da revisão às cegas.

Às vezes, se as avaliações fossem públicas, talvez o avaliador tivesse que ser muito mais cuidadoso na avaliação e isso poderia estimular um diálogo, um debate entre o autor e seus avaliadores que melhorasse o artigo e que, ao mesmo tempo, surgisse um trabalho mais responsável da avaliação (de ambos os lados). O fato de o autor não conhecer o avaliador permite que determinados avaliadores avaliem de maneira bastante irresponsável e que usem a avaliação para censurar o autor ou para mostrar seu desacordo com teses perfeitamente respeitáveis. A avaliação não pode ser usada para evitar a discordância teórica (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Algumas desvantagens da revisão por pares aberta são comuns à revisão às cegas, haja vista que as críticas ao anonimato dos revisores apontam para a possibilidade de pareceres enviesados ou até mesmo plágio das pesquisas revisadas (PEDRI; ARAÚJO, 2021). Delgado López-Cózar, Feenstra e Pallarés-Domínguez (2020) observam que o anonimato na revisão é muito relativo em áreas tão pequenas e especializadas como a Filosofia e a Filosofia Moral, onde todos se conhecem. Na verdade, mesmo que a revisão seja cega, é comum observar reproduções de certos fatos que estimulam a indagação: “como eles podem acontecer se o processo é cego?” (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

O tipo de avaliação híbrida se refere aos periódicos que descrevem que a avaliação aberta é adotada somente quando o autor e o avaliador explicitarem o desejo de interação direta. O autor deve informar sua opção no “Formulário de Conformidade com a

Ciência Aberta”. O avaliador informa a opção quando indicar sua disponibilidade para avaliação. Foram identificados oito¹⁴ periódicos brasileiros com essa proposta e nenhum espanhol. Esse formulário é um instrumento de apoio desenvolvido pela SciELO. Por meio desse formulário, é possível ter acesso aos seguintes dados: postagem prévia do manuscrito em um servidor de *preprints*, disponibilidade de dados adjacentes à pesquisa e abertura do processo de avaliação por pares.

O sistema de *preprints* surge com a intenção de contornar os problemas do modelo de revisão fechada, operando de maneira oposta e abrindo as informações de autoria dos textos antes mesmo de sua avaliação. O sistema, como aborda Campos (2021), apresenta muitos potenciais. O principal deles é a imediata disponibilização do manuscrito, que não precisa esperar para ser conhecido. A segunda vantagem potencial é a maior abertura e transparência do debate acadêmico ao público. Qualquer interessado ou interessada pode comentar ou divulgar o conteúdo do artigo. A terceira vantagem tem a ver com a possibilidade de registrar múltiplas versões de um manuscrito em um mesmo espaço. Tais versões registram a evolução do texto frente aos comentários que recebeu, ou mesmo em relação ao desenrolar da pesquisa (CAMPOS, 2021).

Quanto ao levantamento dos termos referentes à equipe editorial, o formulário de coleta de dados gerou uma diversidade de termos. Salienta-se que, para padronizar o processo de análise, de modo a garantir a consistência da representação dos termos, as variáveis no plural e no feminino foram padronizadas para o singular e o masculino. O resumo do quantitativo dos termos localizados se encontra na Tabela 8.

TABELA 8 – Resumo dos termos referentes à equipe científica dos periódicos brasileiros e espanhóis

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	8.352	Número de ocorrências	5.187
Número de termos após união de duplicados	713	Número de termos após união de duplicados	623
Número de termos com apenas uma ocorrência	435	Número de termos com apenas uma ocorrência	414
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	61%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	66%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

¹⁴(1) Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0066-782X&lng=en&nrm=iso

(2) Revista Gaúcha de Enfermagem. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1983-1447&lng=en&nrm=iso

(3) Revista Gaúcha de Odontologia. Disponível em: <http://www.scielo.br/rqo>

(4) Revista da Anpoll. Disponível em: <http://anpoll.emnuvens.com.br/revista>

(5) Cadernos de Pesquisa. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/>

(6) Revista da Escola de Enfermagem da USP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp>

(7) Journal of Applied Oral Science. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jaos/>

(8) Revista Baiana de Enfermagem. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem>

QUADRO 7 – Estrutura editorial científica a partir das nomenclaturas mais utilizadas

DESCRIÇÃO DAS NOMENCLATURAS	BRASIL	ESPANHA
Grupo responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais*	Comissão editorial*	<i>Consejo de redacción*</i>
Pessoa(s) que dirige(m) a publicação	Editor-chefe	<i>Director</i>
Pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou <i>director</i> na gestão do fluxo editorial*	Editor associado*	Editor asociado*
Grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos. Recomenda a rejeição ou publicação de originais	Conselho editorial	<i>Consejo asesor</i>
Pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos. Não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação do artigo que foi designado*	Parecerista ad hoc*	<i>Evaluador*</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

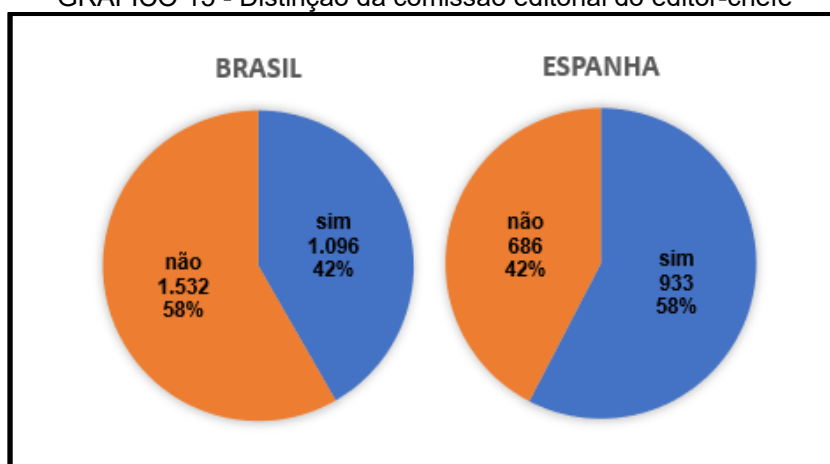
* Os grupos (1) responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais, (2) a(s) pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou *director* na gestão do fluxo editorial e (3) a(s) pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos que não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término estão sombreados porque, diversamente dos demais, eles não estão presente em número significativo nos periódicos do Brasil e da Espanha. No geral, a pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis não distinguem comissão editorial ou *consejo de redacción* no grupo editorial. Tanto no Brasil como na Espanha, 50% não identificam editor associado ou *editor asociado*. Apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos.

Comissão editorial ou *consejo de redacción* é o grupo de pessoas encarregadas de elaborar diretrizes, estabelecendo o perfil político-editorial de um periódico, conforme descrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015). Tal grupo é composto por uma equipe de profissionais da instituição e de outras universidades, familiarizados com os processos editoriais e comprometidos com a tarefa de alcançar um aumento progressivo da qualidade da revista.

O estudo de Trzesniak (2009) também identificou e salientou a importância dessa equipe, revelando que ela é responsável pelas questões da política editorial do periódico, atua em bloco (faz reuniões periodicamente, de modo presencial ou on-line), toma decisões coletivas e, eventualmente, apresenta propostas. O autor informa que essa equipe não tem envolvimento com o conteúdo de qualquer fascículo ou artigo em particular, mas com a coleção como um todo, estabelecendo as diretrizes gerais que a norteiam. O estudo de Trzesniak (2009) também mencionou o papel do editor-chefe ou *director* do periódico, integrante da equipe editorial, exceto quando se tratar de decidir sobre a permanência dele próprio na função. A propósito, segundo o estudo citado, escolher o editor é uma das principais atribuições dessa equipe.

Ter uma comissão editorial ou *consejo de redacción* é muito saudável, pois reparte os encargos do editor-chefe ou *director* sobre as decisões quanto ao rumo do periódico. Entretanto, a pesquisa identificou, em linhas gerais, uma baixa presença do grupo tanto nos periódicos brasileiros como nos da Espanha. Verificou-se que 58% (1.532) dos periódicos brasileiros e 42% (686) dos espanhóis não distinguem esse grupo do editor-chefe ou *director*, como representado no Gráfico 15.

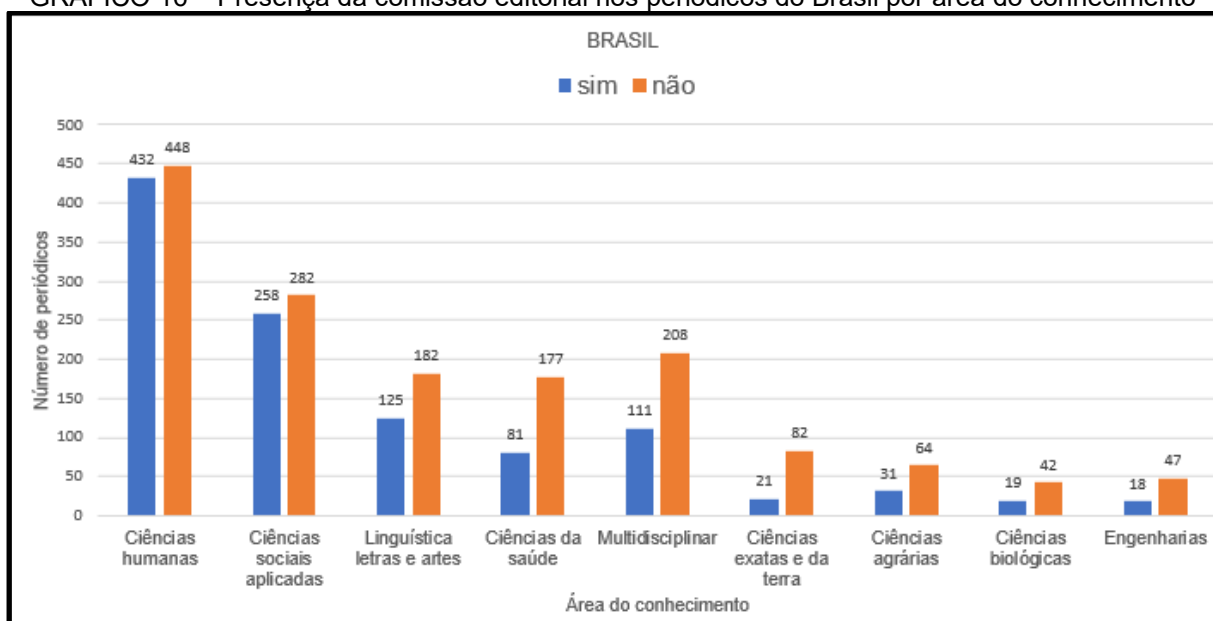
GRÁFICO 15 - Distinção da comissão editorial do editor-chefe



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

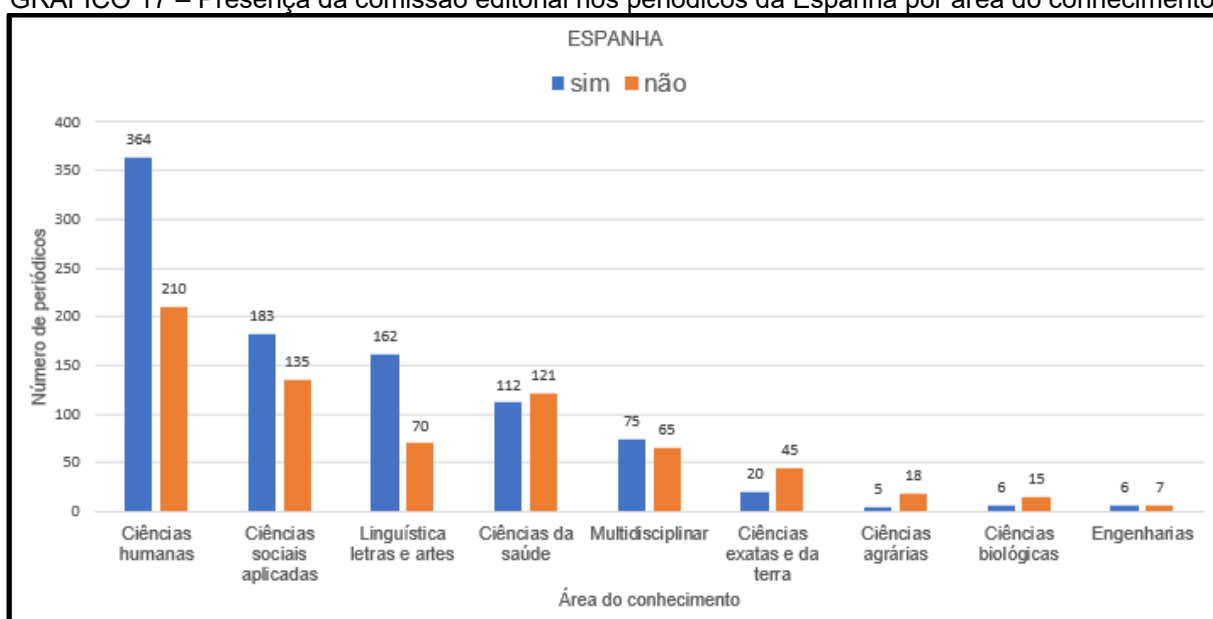
Distribuindo os dados da pesquisa por área do conhecimento, constata-se que, no Brasil, a comissão editorial ou *consejo de redacción* não é identificada, na maioria dos periódicos, em todas as áreas. Na Espanha, há uma diversificação por área: enquanto Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Engenharias possuem a mesma característica dos periódicos brasileiros, mais da metade das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística Letras e Artes e Multidisciplinar possuem, em seus periódicos, a comissão editorial. Esses resultados podem ser visualizados nos gráficos 16 e 17.

GRÁFICO 16 – Presença da comissão editorial nos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 17 – Presença da comissão editorial nos periódicos da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O resumo dos termos localizados para a comissão editorial ou *consejo de redacción* dos periódicos do Brasil e da Espanha está representado na Tabela 9. Por sua vez, a representação do universo de palavras aparece na nuvem de palavras exposta na Figura 20.

da instituição editora e membros externos dessa instituição. Esses membros podem ser nacionais e internacionais e podem viver na mesma cidade ou fora dela. No caso de pesquisadores que moram em outro país ou que estão fora do país, a tecnologia pode ser utilizada para garantir a continuidade dos trabalhos (CARRILLO FUENTES, 2020).

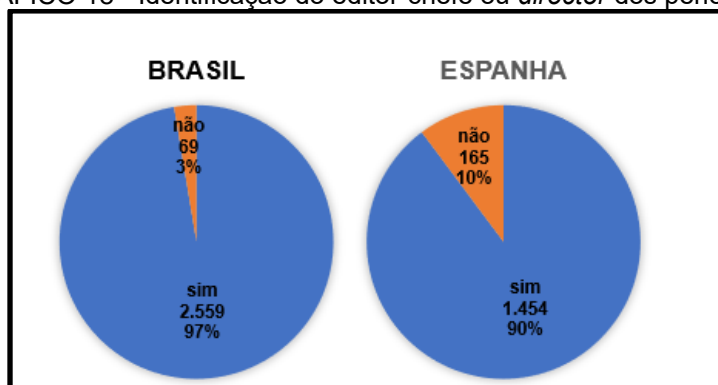
As atribuições da comissão é discutir e desenvolver regulamentos próprios para assuntos variados. Dentre os assuntos a serem discutidos, destacam-se: normas e formatação de artigos, critérios de avaliação e aceite de textos para publicação, aceite de novos grupos de pesquisa para participar do comitê, aprovação do orçamento, credenciamento de revisores e pareceristas, definição de política de circulação e assinaturas, entre outros.

Os membros da comissão serão consultados sobre o tema ou temas correspondentes a cada número publicado. Além disso, eles avaliam o resultado de cada número e participam, com voz e voto, na reunião anual do conselho editorial. O grupo é responsável, em geral, pela orientação intelectual do periódico e, se for o caso, a outras atividades administrativas como aprovar a gestão econômica e fiscalizar a atuação de seus órgãos executivos.

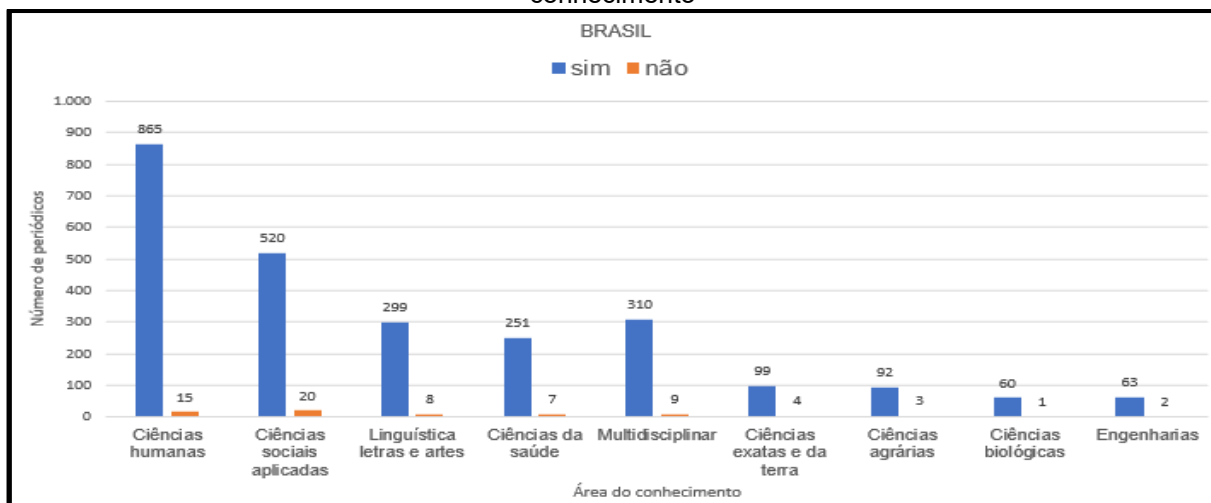
A comissão editorial deve estar permanentemente ativa no cumprimento das definições gerais da política editorial do periódico e dos procedimentos editoriais previstos, sobretudo no que se refere à garantia de consistência e de qualidade das publicações. Edições especiais e outras contribuições científicas deverão ser discutidas e definidas por essa instância.

O editor-chefe ou *director* é o encarregado pela gestão do periódico e desempenha um papel central no processo de controle ético, de avaliação e de publicação da pesquisa científica. É o agente responsável por tudo que é veiculado no periódico, desde a gestão editorial até o desempenho final com as edições publicadas. As funções principais dos editores referem-se ao desenvolvimento da política editorial e da avaliação de manuscritos (TRZESNIAK, 2009; ANPAD, 2010; SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2014).

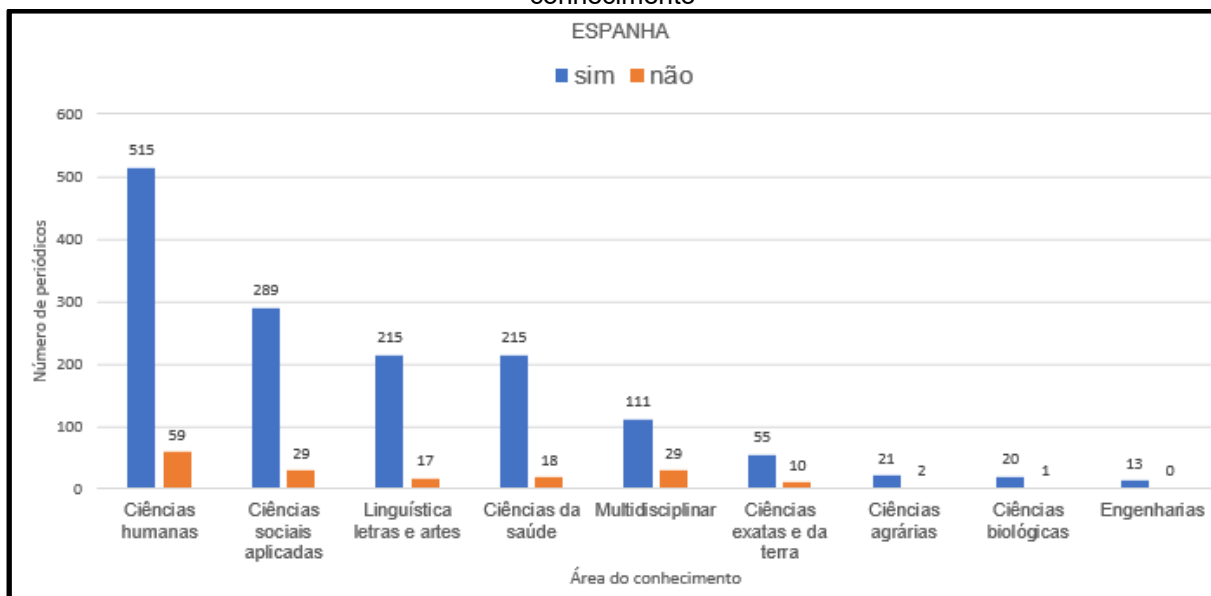
Analisando os dados desta pesquisa, no que tange ao editor-chefe, percebeu-se que uma parcela pequena, 3% dos periódicos brasileiros (69) e 10% dos espanhóis (165), não distingue esse membro da equipe editorial. Essa constatação pode ser confirmada por meio da análise do Gráfico 18, como também dos gráficos 19 e 20, os quais distribuem os dados por áreas do conhecimento.

GRÁFICO 18 - Identificação do editor-chefe ou *director* dos periódicos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 19 - Identificação do editor-chefe ou *director* dos periódicos brasileiros por área do conhecimento

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 20 – Identificação do editor-chefe ou *director* dos periódicos espanhóis por área do conhecimento

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

do original, assim como o direito de fazer pequenas modificações no texto durante o processo de editoração gráfica.

O editor-chefe precisa ter uma postura ativa no desenvolver das atividades e responderá aos autores e autoras eventuais dúvidas sobre o processo de submissão, em quaisquer de suas etapas. Todas as submissões são, a princípio, consideradas pelo editor-chefe ou *director* que verifica o atendimento aos requisitos formais da submissão, sua adequação à política editorial e seu potencial de publicação. Somente os trabalhos considerados como relevantes para a comunidade e, em particular, para os leitores do periódico, prosseguem para as demais etapas de avaliação.

O estudo de Carrillo Fuentes (2020) expõe resultados similares ao encontrado neste estudo. Segundo a autora, é interesse do editor-chefe ou *director* a qualidade e o padrão da publicação. Uma de suas funções é observar, com rigor, as regras de acompanhamento e de avaliação de um artigo científico e propor a organização do seu trabalho e como ela pode ser otimizada para elevar a publicação a um nível acadêmico superior. O editor fará uma revisão técnica do manuscrito recebido e confirmará se ele atende aos padrões editoriais do periódico e se segue as diretrizes da linguagem científica. Também fará uma primeira revisão do aparato crítico, devendo consultar o autor para completar as informações que faltam, fiscalizar a adequada qualidade do material gráfico, entre outros detalhes.

Carrillo Fuentes (2020) apontou que o acompanhamento respeitoso do cumprimento das normas editoriais agrega seriedade aos periódicos. O editor conhece a correção do estilo editorial, como um texto é formado gráfica e tipograficamente e faz as revisões necessárias para aprovar a publicação. Esse agente do processo editorial conhece todo o processo desde o momento em que um autor submete seu manuscrito ao periódico. A autora concluiu que a comunicação entre o editor e todos os autores e usuários da publicação é substantiva, sendo necessário que a resposta seja a mais célere possível, atenta e institucional.

Os resultados deste estudo revelam que a maioria dos periódicos possui somente um editor-chefe ou *director*, sendo 63% (1.643 periódicos) brasileiros e 66% (1.075 periódicos) espanhóis. Tanto no Brasil como na Espanha, localizou-se uma parte da responsabilidade editorial atribuída para duas ou mais pessoas, sendo 35% (915 periódicos) brasileiros e 23% (377 periódicos) espanhóis. Esse cargo não pôde ser identificado, em específico, em 3% (70 periódicos) brasileiros e 10% (167 periódicos) espanhóis.

A tarefa substancial do editor-chefe ou *director* de um periódico soma-se aos seus múltiplos compromissos como pesquisador e professor, pois nenhuma dessas tarefas lhe é eximida, o que implica dividir-se para cumprir todas as responsabilidades. Em alguns espaços, tem sido discutida a necessidade de o diretor se eximir de obrigações como pesquisador e se concentrar no trabalho de diretor do periódico, mas isso implica alguma controvérsia, devido

à necessidade de manter atividade de pesquisa e cumprir as obrigações que impõem (CARRILLO FUENTES, 2020).

O trabalho do editor-chefe ou *director* está estreitamente vinculado ao trabalho do revisor, pois o que eles esperam dos avaliadores é que avaliem com justiça, equilíbrio e clareza o conteúdo do manuscrito, emitindo comentários e pareceres com as devidas justificativas. Assim, a avaliação dos manuscritos, antes do envio para a revisão por pares, é uma atividade que compete ao editor, mas pode também ser realizada por editores associados, membros do conselho editorial ou órgão equivalente, se o periódico possuir. É uma etapa importante, já que essa primeira avaliação afere o interesse editorial, a qualidade geral do manuscrito e o grau de contribuição do estudo (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016).

Como suporte à atividade avaliativa, o editor-chefe, após avaliação inicial, identifica revisores especialistas para realizar a avaliação profunda dos manuscritos. Como a revisão de artigos deve ser realizada por pares ou especialistas no tema de que trata o estudo analisado, identificar o pesquisador mais apropriado para atuar como parecerista reflete na qualidade do periódico. Isso requer do editor amplo domínio de sua área do conhecimento para que possa encontrar, entre as especialidades e os temas que compõem o escopo do periódico, aqueles em que está situado cada estudo. Portanto, a literatura entende que o papel do editor (como também dos revisores) é determinante para a configuração de uma política editorial consistente e coerente com aquilo que propõe o periódico, como também, para a busca da qualidade da produção científica (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016).

O editor-chefe carece de uma formação estruturada e especializada para enriquecer o trabalho que realiza. Considerando que há carência de uma formação especializada, caberá a ele recorrer a uma formação continuada, que contemple conhecimentos sobre edição impressa e eletrônica, ferramentas técnicas e gestão de software, conhecer os programas anti-plágio, as aplicações para design editorial, entender o que é marcação eletrônica ou ser treinado para fazer marcação em arquivos XML. Caberá, também, buscar conhecimento sobre as tendências e necessidades de indexação de periódicos e padrões de qualidade, o uso de números que identificam textos, imagens, gráficos, dentre outros objetos, e o acompanhamento para custear a gestão e registrar os novos fascículos. Ademais, o editor precisa ser treinado para conhecer gestores bibliográficos, termos bibliométricos e usos de bibliometria e cienciometria, como também conhecer as fontes de consulta, como os repositórios, os diretórios, dentre outras, trabalho esse que poderá ser realizado em colaboração com a biblioteca da instituição (CARRILLO FUENTES, 2020).

Na percepção da autora citada, para treinar um novo editor é demandado tempo e esforço para que o profissional consiga conhecer e dominar o processo de gestão editorial. O processo de aprendizagem é permanente e o trabalho de um periódico, especialmente

científico e arbitrado, é dinâmico, imparável e muito rigoroso. Silva, Moreiro-González e Mueller (2016) também defenderam a complexidade das atividades executadas pelo editor. Segundo esses autores, a edição de um periódico científico envolve um conjunto expressivo de tarefas e dificuldades. A importância da preparação do editor para realização das tarefas que lhe compete em um periódico está relacionada com as dificuldades que enfrentam, pois o que se espera é que editores mais preparados tenham menos dificuldades. Essa preparação envolve tanto aspectos técnicos, quanto científicos, conforme se observa na resposta de um editor brasileiro da área de Ciências da Vida: “a editoração científica requer investimento constante do editor na busca de novos conhecimentos científicos e editoriais referentes, principalmente, à gestão editorial, ao uso de tecnologias, à cientometria etc.” (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016).

Silva, Moreiro-González e Mueller (2016) buscaram detectar o nível de dificuldade enfrentado por editores na realização da revisão por pares em periódicos científicos que tenham sido avaliados como de qualidade, bem como, o nível de preparação desses editores na realização das tarefas diárias. A avaliação das dificuldades dos editores considerou, inicialmente, oito tarefas principais, a saber:

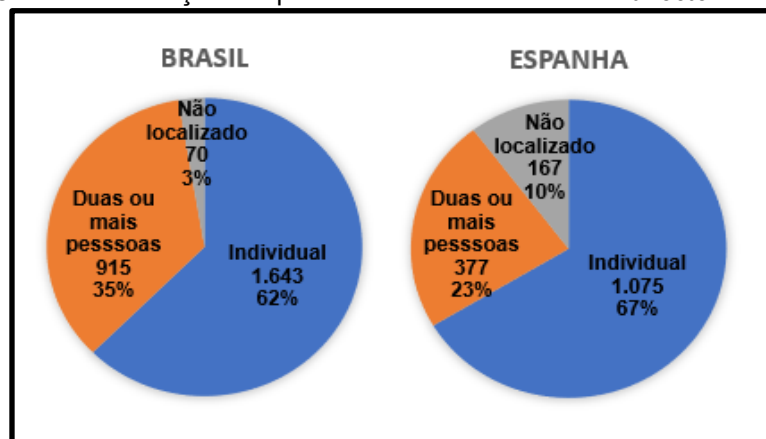
- realização da avaliação dos manuscritos antes do envio para a revisão pelos pares;
- identificação de revisores especialistas e preparados para realizar a avaliação dos manuscritos;
- promoção da participação do conselho editorial na seleção dos manuscritos antes da submissão à revisão pelos pares;
- determinação do grau de originalidade do manuscrito apresentado;
- identificação de conflitos de interesse na escolha dos revisores;
- resolução de conflitos entre revisores (quando há recomendações divergentes acerca do manuscrito);
- orientação dos revisores quanto ao tipo de análise que interessa ao periódico;
- decisão sobre o destino de manuscritos que ficaram sem avaliadores.

A identificação dessas tarefas, segundo Silva, Moreiro-González e Mueller (2016), demonstra que o trabalho editorial é complexo, permeado por responsabilidade e envolvimento por parte, sobretudo, do editor-chefe. Os autores finalizam afirmando que, embora sejam atividades frequentes na gestão de periódicos, não correspondem à totalidade de tarefas que realizam os editores.

No conjunto da população, ao analisar a quantidade de pessoas que atuam nas funções editoriais, percebeu-se que uma parcela de periódicos atribui a responsabilidade editorial a duas ou mais pessoas. Essa constatação não se aplica à maior parte dos casos, tanto no geral quanto por área do conhecimento, como representado nos gráficos 21, 22 e 23;

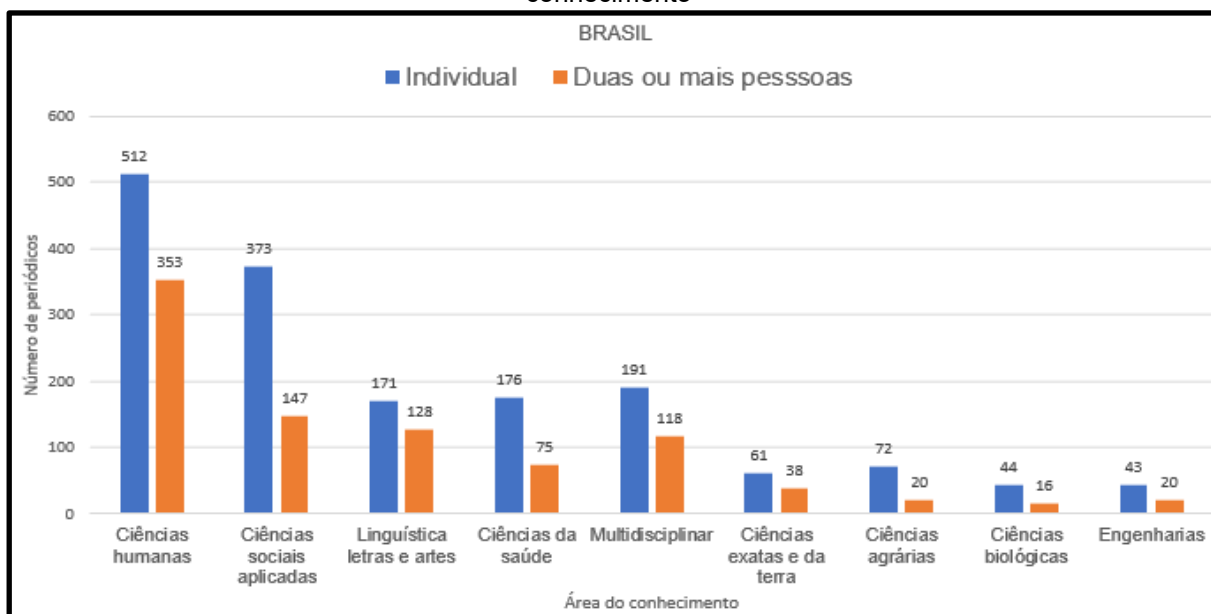
entretanto, contempla uma parcela considerável. No todo, 35% dos periódicos brasileiros (915) e 23% dos espanhóis (377) possuem um grupo como editor-chefe ou *director*.

GRÁFICO 21 - Identificação da quantidade de editor-chefe ou *director* dos periódicos



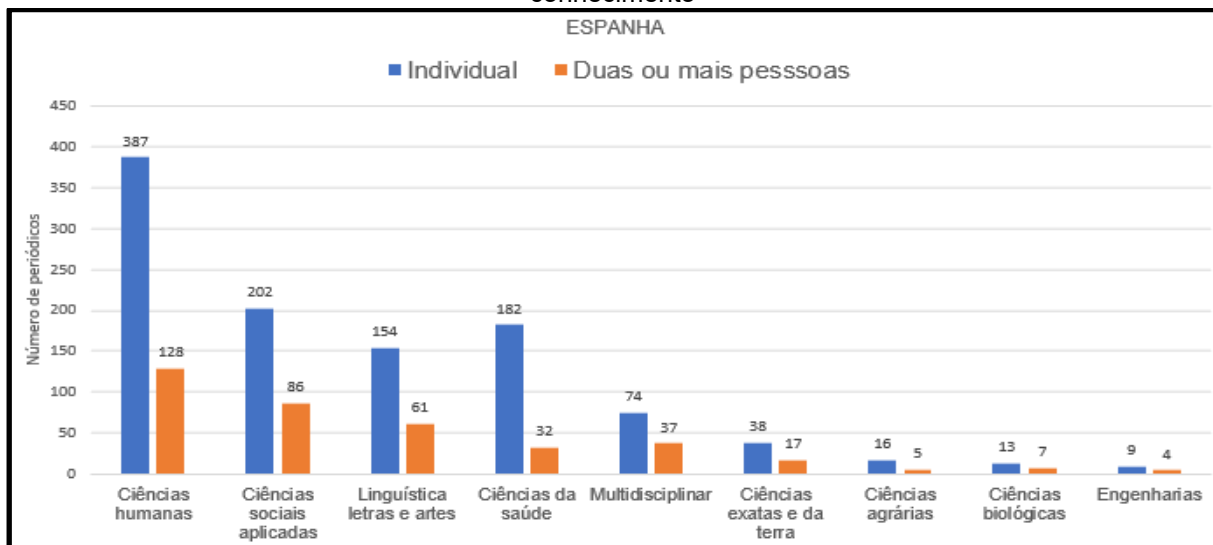
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 22 - Identificação do editor-chefe ou *director* dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

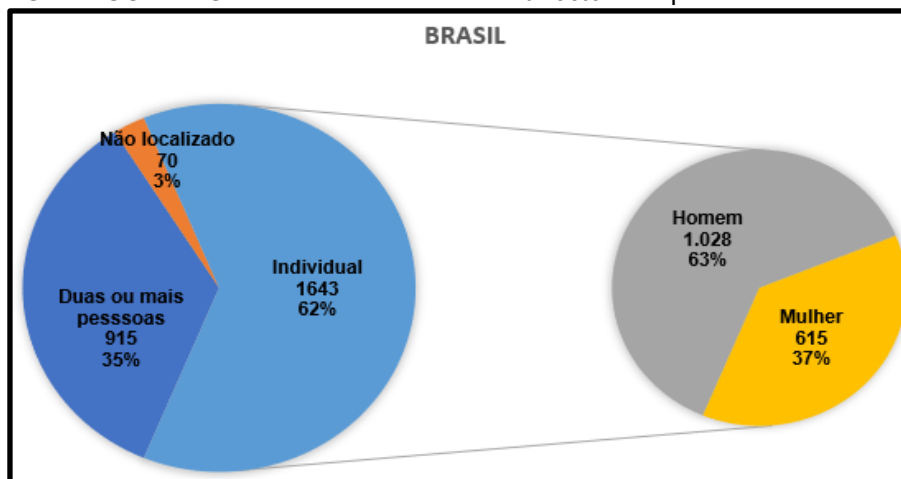
GRÁFICO 23 - Identificação do editor-chefe ou *director* dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



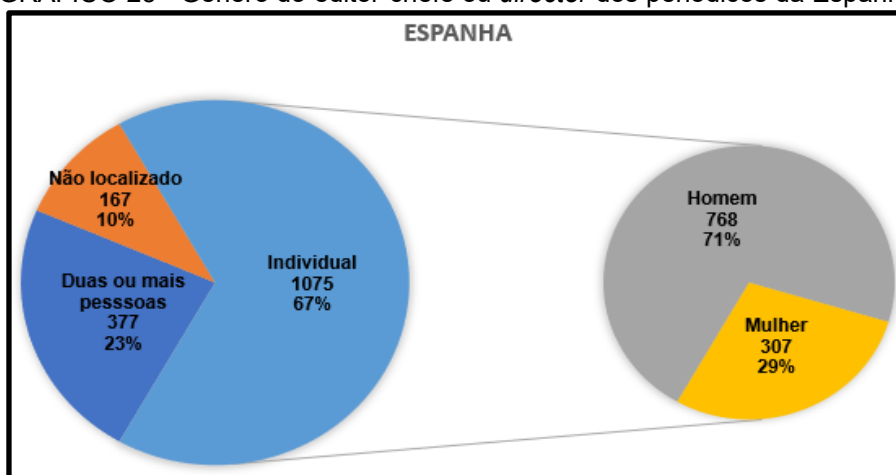
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Na responsabilidade editorial individual, a pesquisa realizou um levantamento do gênero. Observa-se que há mais editores homens que mulheres, como representado nos gráficos 24 e 25.

GRÁFICO 24 - Gênero do editor-chefe ou *director* dos periódicos do Brasil

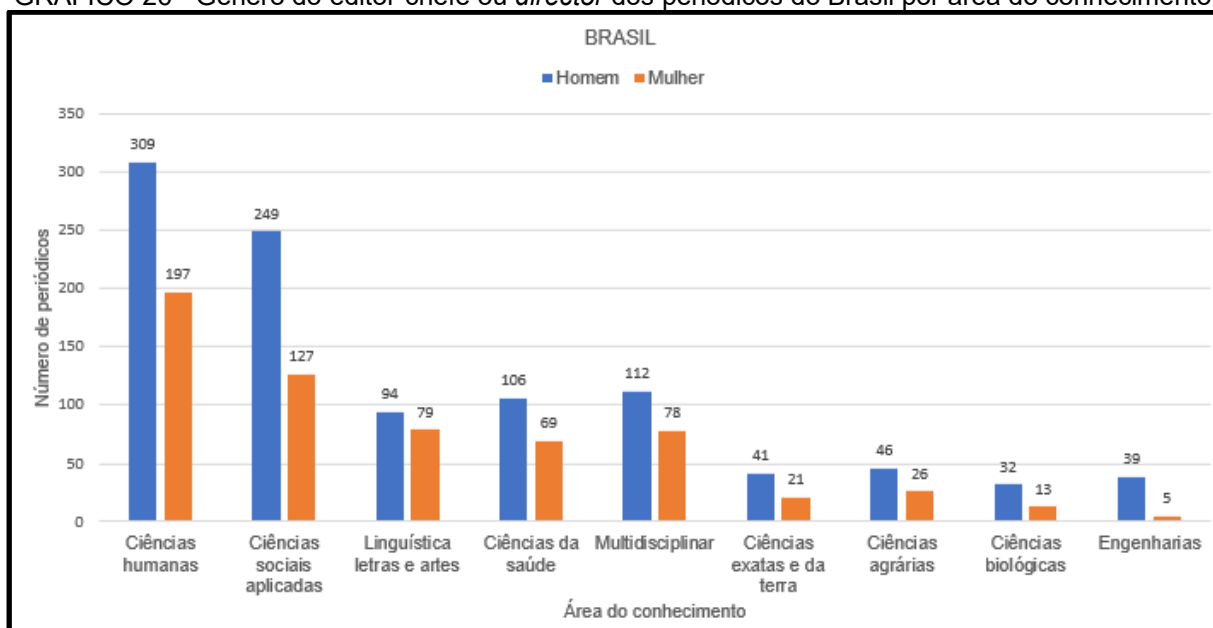


FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 25 - Gênero do editor-chefe ou *director* dos periódicos da Espanha

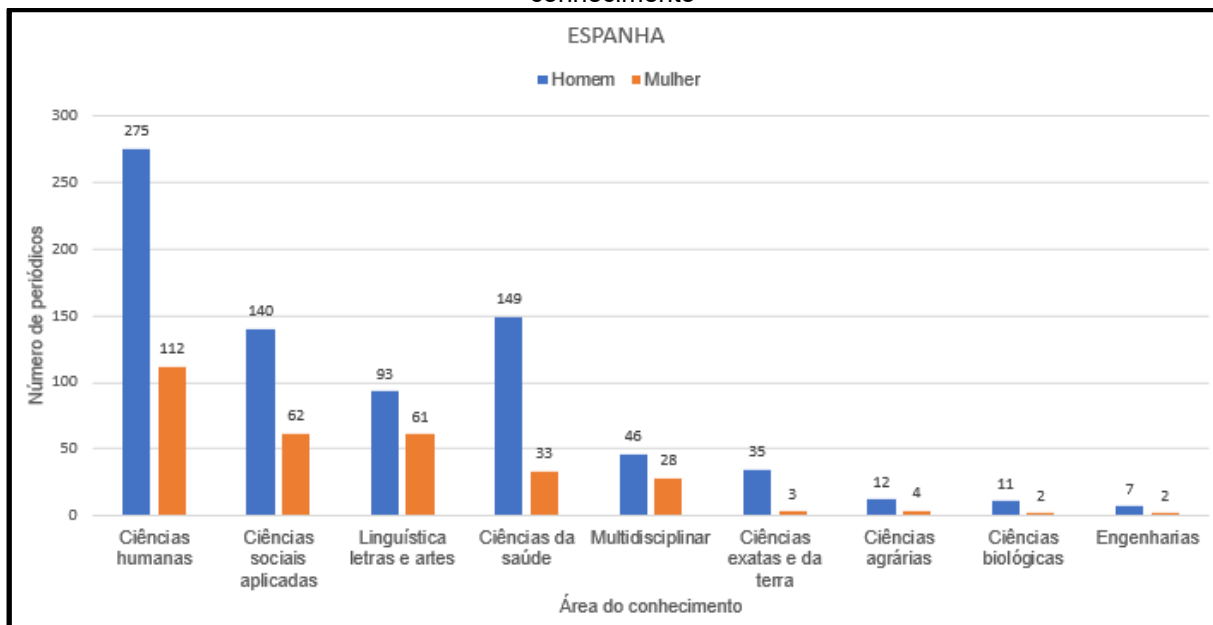
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Tanto no Brasil como na Espanha, a maior parte dos periódicos designa pessoas do gênero masculino para ocupar a função de editor-chefe ou *director*. Mesmo considerando por área do conhecimento, essa característica é observada em todas as áreas, tanto no Brasil como na Espanha, como apresentado nos gráficos 26 e 27.

GRÁFICO 26 - Gênero do editor-chefe ou *director* dos periódicos do Brasil por área do conhecimento

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 27 - Gênero do editor-chefe ou *director* dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

As indicações nos gráficos anteriores, acerca da prevalência do gênero masculino na ocupação do cargo de editor-chefe, representam o inverso da população geral dos países em que o número de mulheres é superior ao de homens. Segundo o IBGE (2019), a população brasileira é composta por 48% de homens e 52% de mulheres. Na Espanha, o Instituto Nacional de Estatística (2022) constata que 49% da população total é homem e 51% mulher.

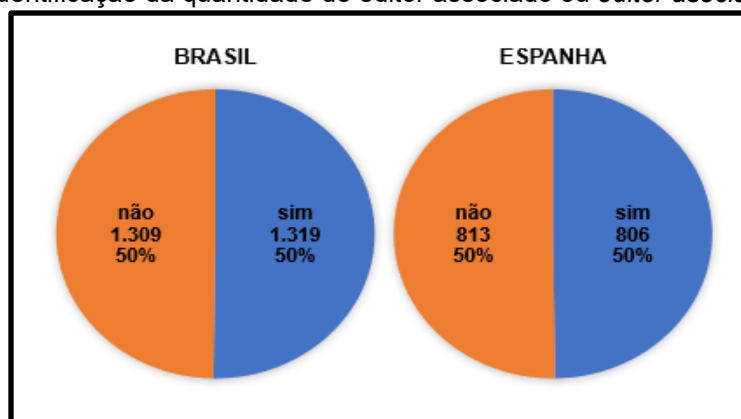
Outros estudos também retratam essa disparidade de gênero. O Instituto *Reuters* da Universidade de *Oxford* publicou um estudo intitulado *Women and Leadership in the News Media* sobre desigualdade de gênero nas redações e constatou que mulheres são menos de $\frac{1}{4}$ dos editores-chefes, no mundo. Foram pesquisados 200 veículos on-line e offline (TVs, rádios e impressos) selecionados entre os de maior audiência em dez países, no ano de 2020. Concluiu-se que as mulheres representam 40% da força de trabalho no jornalismo, mas ocupam, apenas, 23% dos cargos equivalentes a editor-chefe (SELVA; NIELSEN, 2020).

Ibarra, Ramos e Oliveira (2021) explicam que o desenvolvimento da carreira científica das pesquisadoras está atrelado aos processos históricos de enfrentamento à desigualdade de gênero e à luta pelo reconhecimento de seus direitos e de suas capacidades para construir conhecimento e participar do mundo da ciência. Ainda que as mulheres tenham conseguido se inserir em diversos campos da ciência, o peso dos estereótipos gera dificuldades para que avancem no desenvolvimento de sua carreira e consigam o reconhecimento que merecem pelas suas contribuições. Permanece, no contexto da ciência, uma cultura de descrédito em relação às mulheres em posições de liderança, crença que impede uma presença mais ampla de mulheres nos altos cargos.

O editor-chefe ou *director* pode delegar atribuições específicas do processo editorial ao editor associado ou *editor asociado* que tem como atribuição colaborar na gestão do fluxo editorial. Esse agente não é imprescindível no âmbito das boas práticas da publicação científica, mas se revela uma necessidade quando o número anual de submissões admitidas no processo editorial ultrapassa 40 (ANPAD, 2010).

A falta de obrigatoriedade do editor associado para o fluxo editorial se reflete no quantitativo de periódicos que distingue essa função do grupo. A existência do editor associado é mencionada em 50% tanto nos periódicos brasileiros como nos espanhóis, conforme indicado no Gráfico 28.

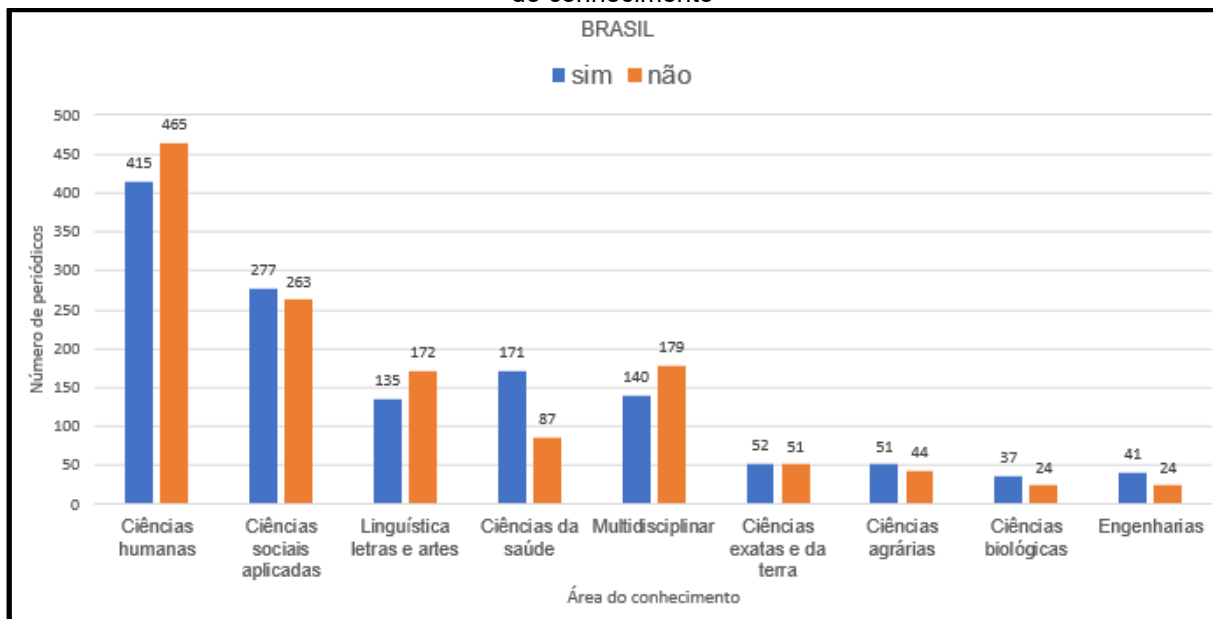
GRÁFICO 28 - Identificação da quantidade de editor associado ou *editor asociado* dos periódicos



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Essa divisão também é analisada por área do conhecimento. Percebe-se que não há uma norma para a atribuição de um grupo que colabora com o editor-chefe ou *director* na gestão do fluxo editorial. A maior parte de seis das nove áreas do conhecimento, no Brasil, possui editor associado ou *editor asociado*, na maioria dos periódicos (Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Engenharias), como demonstrado no Gráfico 29.

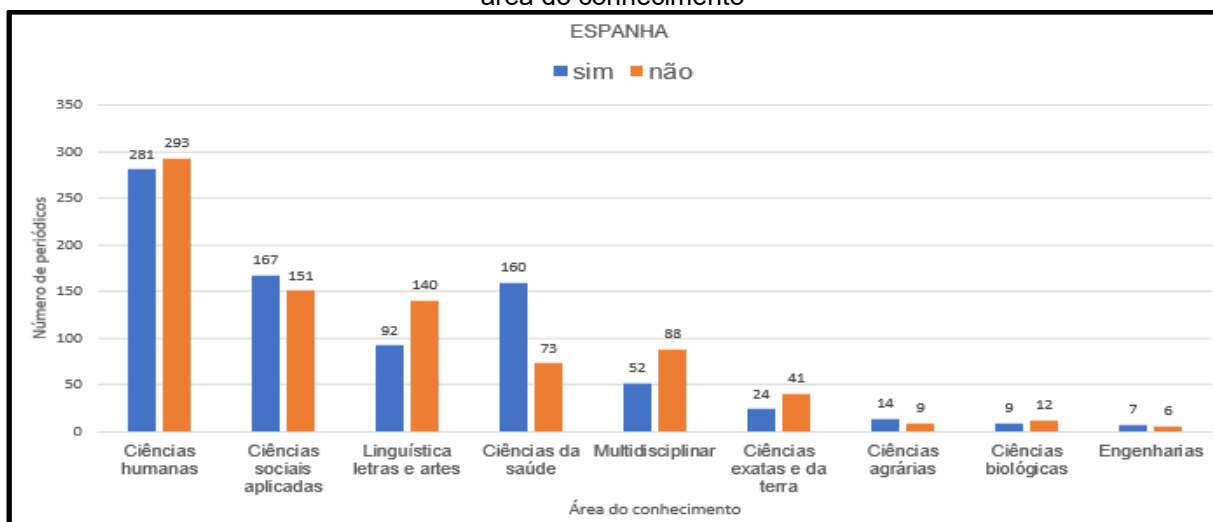
GRÁFICO 29 - Identificação do editor associado ou *editor asociado* dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Na Espanha, apenas quatro das nove áreas do conhecimento possuem editor associado ou *editor asociado*, na maioria dos periódicos (Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Engenharias). Esse resultado está expresso no Gráfico 30.

GRÁFICO 30 - Identificação do editor associado ou *editor asociado* dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O resumo dos termos localizados para editor associado ou *editor asociado* dos periódicos do Brasil e da Espanha está representado na Tabela 11. Com efeito, a representação do universo de palavras identificadas para descrever esse grupo pode ser visualizada na nuvem de palavras da Figura 22.

TABELA 11 – Resumo dos termos referentes ao editor associado ou editor *asociado*

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	1.622	Número de ocorrências	1.089
Número de termos após união de duplicados	202	Número de termos após união de duplicados	229
Número de termos com apenas uma ocorrência	131	Número de termos com apenas uma ocorrência	152
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	65%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	66%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

FIGURA 22 - Nuvem de palavras para editor associado ou *editor asociado* dos periódicos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O editor associado tem a missão de tratar dos assuntos burocráticos em relação ao periódico. Também pode ser o encarregado de receber o texto e encaminhá-lo aos avaliadores especialistas que julgar apropriados. Cumpre a função de assessorar o editor-chefe ou *director*, em especial, nos assuntos relativos à direção executiva.

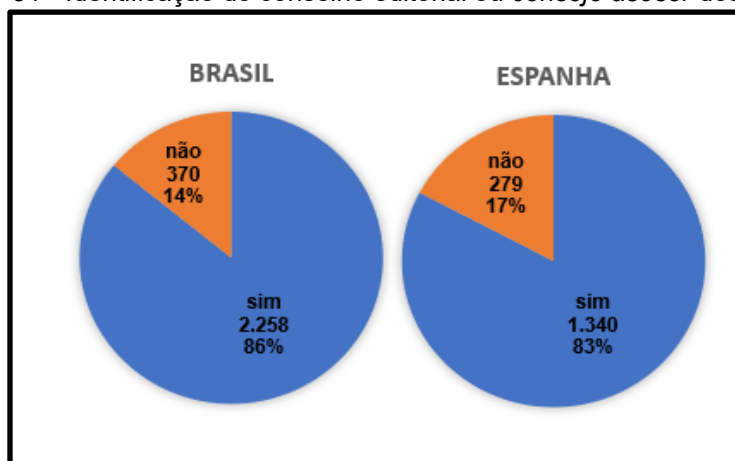
Dentre as funções atribuídas a esse agente do processo editorial, citam-se: auxiliar a direção do periódico em todas as suas funções e, muito especialmente, no acompanhamento dos manuscritos recebidos (recepção, avaliação, aceitação e revisão final), e na definição do conteúdo e do estilo do periódico (verificação e aplicação das regras de submissão dos originais, concepção, criação e orientação das diferentes seções do periódico), acompanhar o fluxo dos manuscritos e garantir o cumprimento das normas e preceitos éticos estabelecidos. Além disso, pode ser atribuído ao editor associado ser responsável por revisar os originais, revisar e corrigir resumos e estilos do artigo e participar do processo de análise dos artigos, auxiliando a decidir sobre o mérito científico dos mesmos e nos casos em que os pareceres dos revisores *ad hoc* não são conclusivos.

Destaca-se que, no fluxo editorial, conforme evidenciado na literatura e na realidade empírica, os artigos serão submetidos aos avaliadores do conselho editorial ou *consejo asesorou*, eventualmente, a parecerista *ad hoc* ou *evaluador* que analisam o manuscrito, sugerem modificações e recomendam ou não a sua publicação. O maior

patrimônio do periódico é a sua equipe de revisores. Eles possibilitam a garantia de que os artigos que finalmente serão publicados são os melhores entre as propostas recebidas. Compostos por investigadores de reconhecido prestígio, tanto de universidades nacionais como de instituições estrangeiras, esses agentes são responsáveis pela avaliação dos artigos submetidos ao periódico. Os avaliadores são escolhidos pelos editores, reconhecidos na comunidade acadêmica e distribuídos tanto em termos de suas áreas de atuação quanto geograficamente, abrangendo diferentes especialidades em regiões distintas do Brasil e do exterior. Cabe ao avaliador tecer um julgamento em relação ao estudo avaliado, que pode ser aceito, aceito com modificações ou negado.

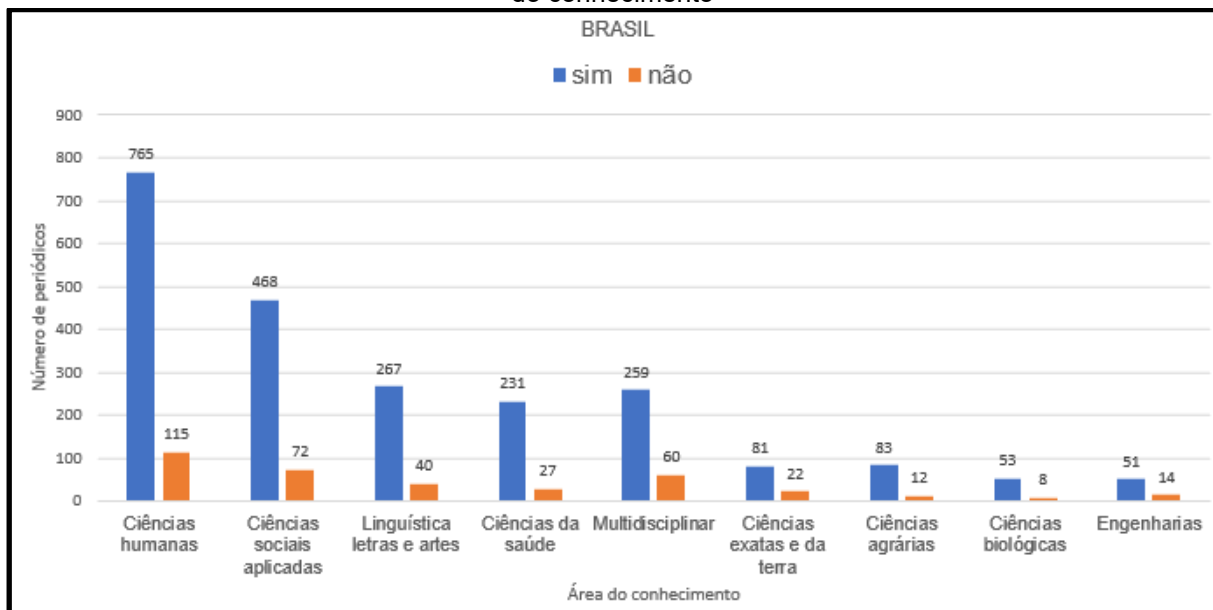
O conselho editorial ou *consejo asesor* é o grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos. Tal equipe recomenda a rejeição ou a publicação dos originais. Pelas análises, foi possível identificar esse grupo na grande maioria dos periódicos brasileiros e espanhóis, tanto no geral quanto por área do conhecimento, de acordo com as demonstrações dos gráficos 31, 32 e 33.

GRÁFICO 31 - Identificação do conselho editorial ou *consejo asesor* dos periódicos



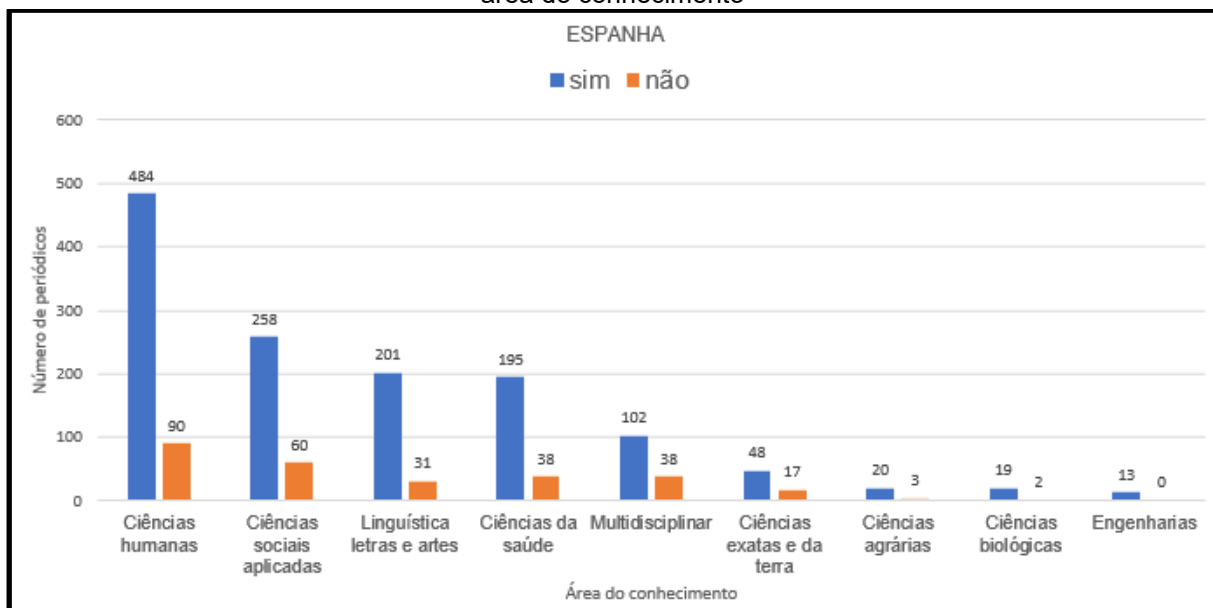
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 32 - Identificação do conselho editorial ou *consejo asesor* dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 33 - Identificação do conselho editorial ou *consejo asesor* dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



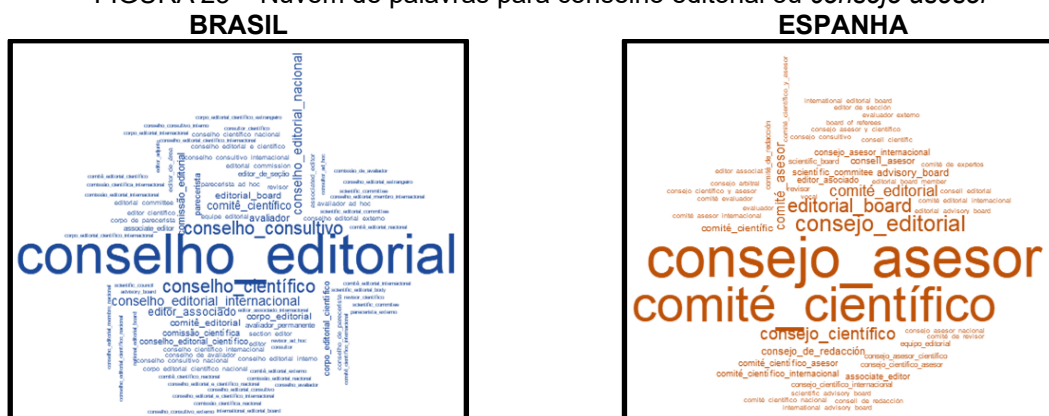
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O resumo dos termos localizados para conselho editorial dos periódicos do Brasil e da Espanha está exposto na Tabela 12. Do mesmo modo, a representação do universo de palavras identificadas para descrever esse grupo está expressa na nuvem de palavras da Figura 23.

TABELA 12 – Resumo dos termos para conselho editorial ou *consejo asesor* dos periódicos

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	2.538	Número de ocorrências	1.433
Número de termos após união de duplicados	292	Número de termos após união de duplicados	203
Número de termos com apenas uma ocorrência	171	Número de termos com apenas uma ocorrência	121
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	58%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	60%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

FIGURA 23 – Nuvem de palavras para conselho editorial ou *consejo asesor*

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O conselho editorial ou *consejo asesor* é o órgão encarregado pela avaliação dos estudos recebidos e pela pertinência deles no que se refere ao conteúdo e à qualidade das contribuições. Os originais serão submetidos à apreciação de membros do conselho editorial do periódico, de acordo com a especificidade do tema e do domínio de conhecimento do membro do conselho.

Na respectiva área de especialidade, essa equipe atua como consultora do editor-chefe ou *director*, no que diz respeito à interpretação da política editorial. Assim, a literatura elucida algumas funções atribuídas a esse conselho, a saber: aponta pareceristas; analisa pareceres e, com base neles, recomenda a rejeição ou publicação dos originais; atua como árbitros de desempate, quando uma contribuição tiver recebido pareceres antagônicos; e supervisiona todo o processo de arbitramento dos artigos, por delegação do editor geral. Esses membros não se reúnem para discutir algum assunto ou tomar alguma decisão, pois são pesquisadores que trabalham sozinhos e interagem, separadamente, com o editor. Envolvem-se com o conteúdo dos artigos, preocupando-se com a uniformidade, a continuidade, a qualidade e o rigor científico do que é publicado (TRZESNIAK, 2009).

Após receber os pareceres, o conselho editorial ou *consejo asesor* avalia e emite seu parecer final, que é encaminhado ao editor-chefe ou *director*, que decide pela aceitação do artigo sem modificações, pela recusa ou pela devolução aos autores com as sugestões de

modificações. O editor-geral e/ou o científico, pautados nos pareceres emitidos pelos editores associados e revisores, definirão pelo aceite ou recusa da versão final do manuscrito. Esse conselho é composto por pesquisadores que apresentam relevantes contribuições ao campo. Em linhas gerais, o órgão tem a função de colaborar para a melhoria da política editorial e do seu aprimoramento.

Essa é a principal função da revisão por pares: fornecer um parâmetro sobre a qualidade do manuscrito para que o editor tenha mais segurança na decisão final acerca da publicação do manuscrito. Entretanto, se não foi possível submeter o manuscrito à revisão por pares, o editor deve decidir sobre o destino desse material (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016)

O conselho editorial tem a função de aconselhar e supervisionar a qualidade científica dos conteúdos do periódico. Composto por professores universitários e pesquisadores de reconhecido prestígio, membros de instituições educacionais ou governamentais nacionais e internacionais, a missão desse órgão é colaborar na elaboração da estratégia científica e na avaliação periódica dos resultados, bem como apoiar e orientar o processo, de maneira conceitual e científica. O conselho reserva-se ao direito de indicar especialistas com evidente competência acadêmica nas áreas que não são integrantes da equipe editorial, o parecerista *ad hoc* ou *evaluador*. Dispõe de plena autoridade para decidir sobre a conveniência ou não da publicação, podendo inclusive reapresentá-la aos autores, com sugestões para que sejam feitas alterações necessárias no texto e/ou para que os textos sejam adaptados às normas editoriais do periódico.

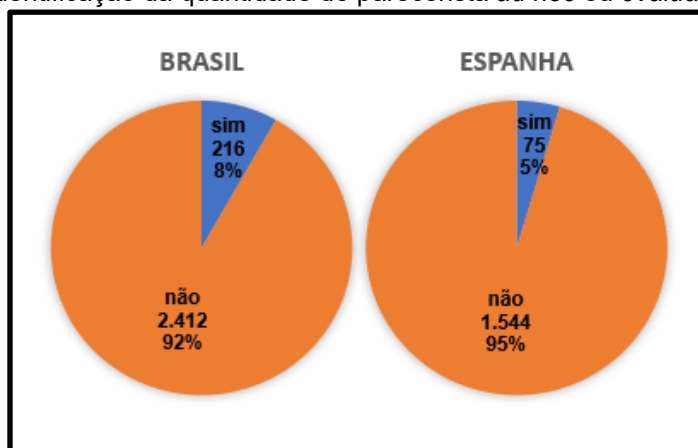
O grupo de parecerista *ad hoc* ou *evaluador* é composto por pessoa(s) convidada(s) a analisar os artigos. Esse grupo não possui vínculo permanente com o periódico e encerra a participação ao término da avaliação do artigo que lhe foi designado.

No contexto desta pesquisa, os dados demonstram que, menos de 10% em ambos os países possuem esse grupo. Foi localizada essa atribuição em apenas 8% dos periódicos brasileiros (216 periódicos) e 5% dos espanhóis (75 periódicos). Em geral, as análises dos artigos e a emissão dos pareceres são realizadas pelo conselho editorial ou *consejo asesor*. Outra questão é a necessidade de ser especialista na área do conhecimento. Assim, o pesquisador acaba por ser convidado a integrar, formalmente, a equipe.

Como abordado por Silva, Moreiro-González e Mueller (2016), a identificação de avaliadores pelos editores dos periódicos requer amplo domínio de sua área do conhecimento para que possam encontrar, entre as várias especialidades e temas, o avaliador adequado para cada manuscrito. Os autores concluíram que, entre os editores de periódicos considerados de qualidade e em variadas áreas do conhecimento no Brasil, na Espanha e no México, a tarefa de localizar avaliadores foi considerada difícil por editores de periódicos do Brasil e da Espanha.

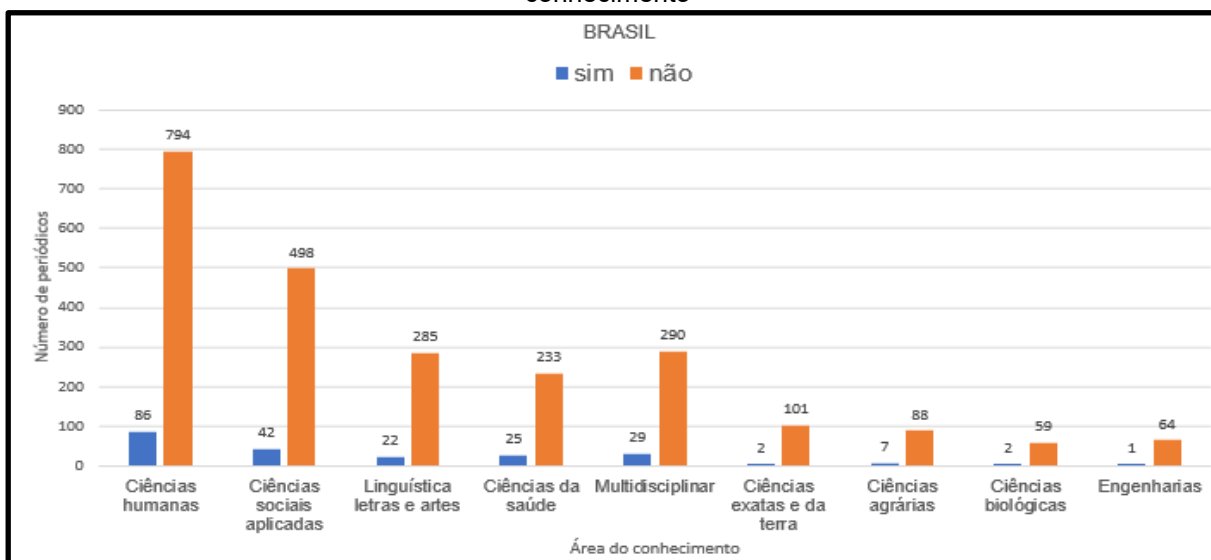
De acordo com os dados da pesquisa, a prática de chamar avaliadores externos ao grupo editorial não é percebida com frequência nos periódicos do Brasil e da Espanha. Acredita-se que, quando o pesquisador possui o conhecimento compatível ao dos periódicos, esse é chamado para fazer parte da equipe. Os gráficos 34, 35 e 36 mostram que há uma pequena parcela de periódicos, seja no geral ou por área do conhecimento, que distinguem essa função da equipe.

GRÁFICO 34 - Identificação da quantidade de parecerista *ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos

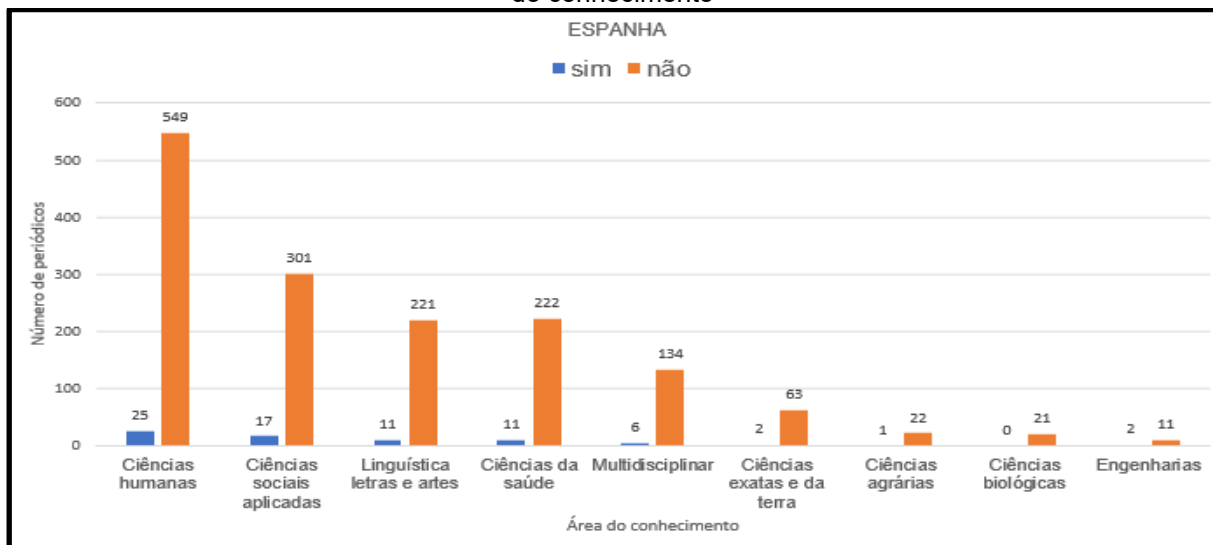


FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 35 - Identificação de parecerista *ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 36 - Identificação de *parecerista ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos da Espanha por área do conhecimento

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 13 contém o resumo dos termos localizados para *parecerista ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos dos dois países analisados. Por sua vez, o universo de palavras identificadas para descrever esses termos é mostrado na nuvem de palavras da Figura 24.

TABELA 13 – Resumo dos termos para *parecerista ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	221	Número de ocorrências	73
Número de termos após união de duplicados	53	Número de termos após união de duplicados	20
Número de termos com apenas uma ocorrência	39	Número de termos com apenas uma ocorrência	13
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	73%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	65%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

FIGURA 24 – Nuvem de palavras para *parecerista ad hoc* ou *avaliador* dos periódicos

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

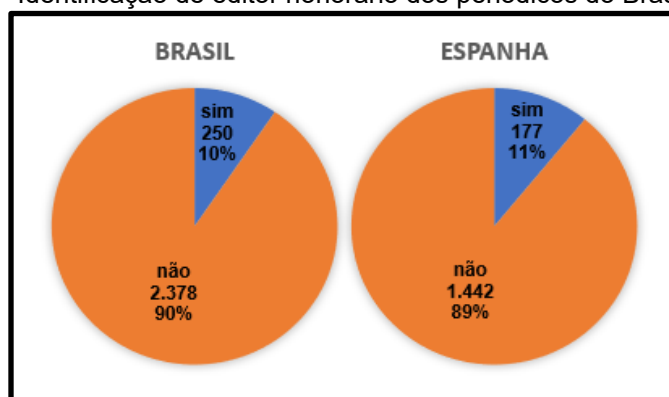
Os pareceristas *ad hoc* ou *evaluador* constituem o grupo de revisores. Eles não fazem parte do corpo editorial científico e são consultados para avaliar determinado artigo submetido à revista. Não possuem, no entanto, nenhum vínculo permanente com o periódico e encerram suas participações ao término da avaliação do artigo que lhes foi designado. São pesquisadores nacionais e estrangeiros (preferencialmente com abrangência em todos os continentes) e reconhecidos nas áreas dos periódicos que colaboram e, especialmente, do assunto dos manuscritos que avaliam (TRZESNIAK, 2009).

O recrutamento desses pareceristas dar-se-á a partir de seu conhecimento e formação acadêmica, que deve contemplar uma das subáreas abrangidas pelo periódico. São membros convidados, responsáveis pela avaliação dos artigos, acadêmicos competentes nas diversas áreas da publicação e classificados em pares acadêmicos por temas específicos. A seleção dos mesmos é realizada com critérios rigorosos de afinidade e reconhecimento de sua trajetória investigativa. Para essa seleção, a equipe editorial conta com uma sólida base de dados em nível internacional e é auxiliada por especialistas, sobretudo da área da comunicação, que ajudarão a encontrar possíveis pareceristas, incluindo os três principais idiomas: espanhol, inglês e português.

Os membros honorários são nomeados pela comissão editorial ou *consejo de redacción* e, na ausência desse grupo, pelo editor-chefe ou *director*. Tais membros farão parte do referido conselho honorário enquanto não renunciarem, explicitamente, ou forem revogados. Professores universitários e pesquisadores de reconhecido prestígio serão nomeados membros do conselho honorário. A presença dos membros honorários não é obrigatória, pois não atuam no fluxo editorial, nem na gestão do periódico e não avaliam artigos. São personalidades referenciadas por motivo honorário ou para agregar prestígio.

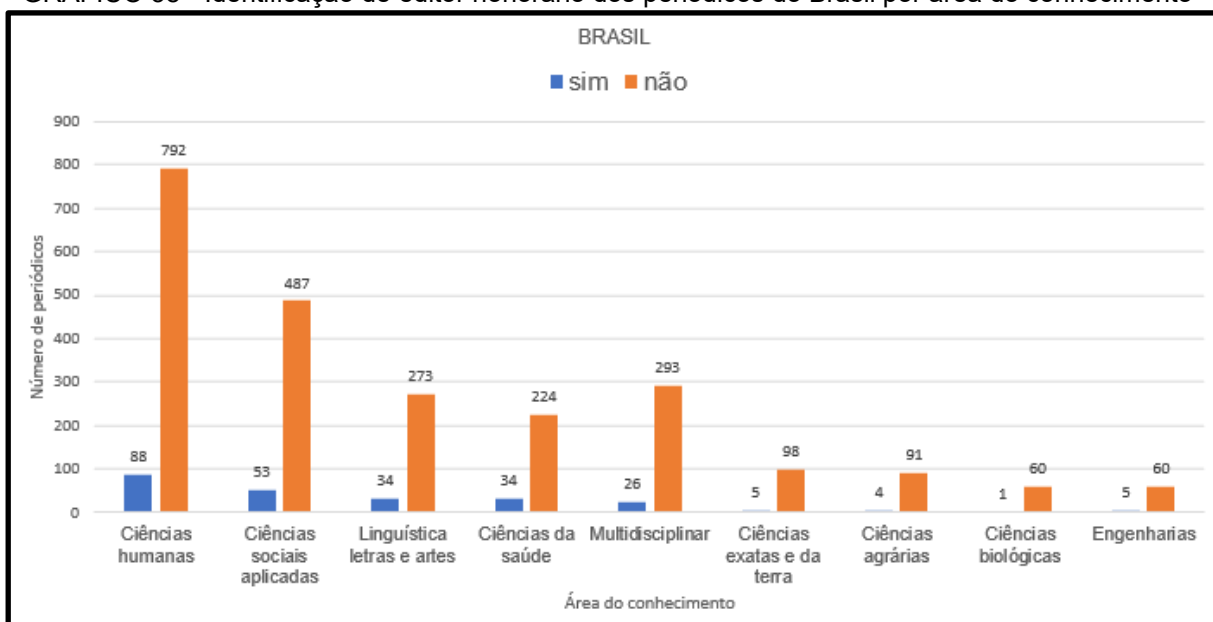
A pesquisa identificou a menção desse grupo em apenas 10% (250 periódicos) dos periódicos brasileiros e 11% (177 periódicos) dos espanhóis. O Gráfico 37 apresenta a porcentagem de identificação desse grupo, no geral, e os gráficos 38 e 39 por área do conhecimento.

GRÁFICO 37 – Identificação de editor honorário dos periódicos do Brasil e da Espanha



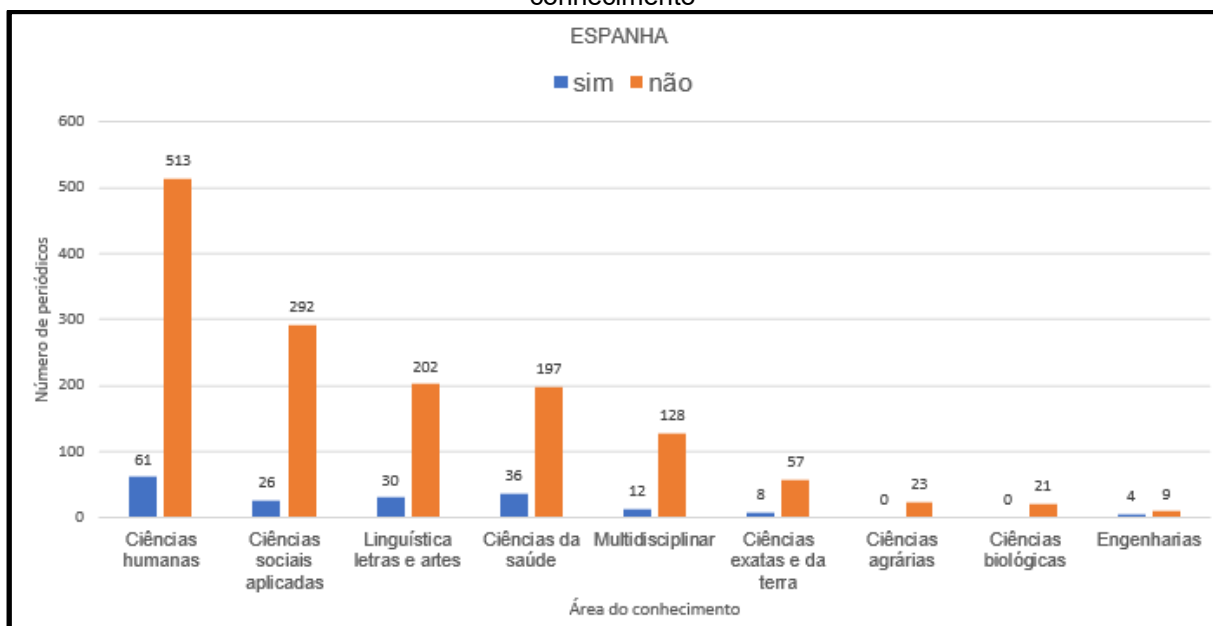
FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 38 - Identificação de editor honorário dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 39 - Identificação de editor honorário dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

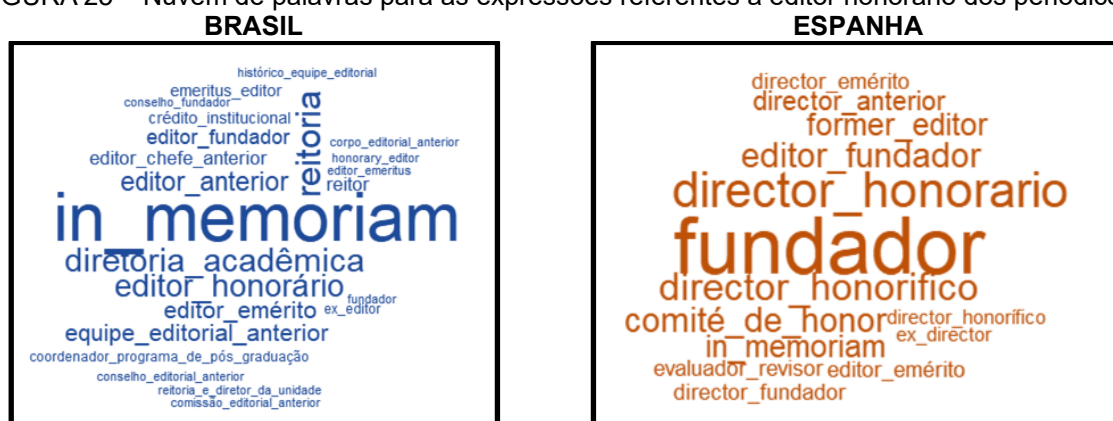
O resumo dos termos localizados para os membros honorários dos periódicos do Brasil e da Espanha pode ser visualizado por meio da Tabela 14. Com efeito, a nuvem de palavras da Figura 25 expõe a representação do universo de palavras identificadas para descrever esse grupo.

TABELA 14 – Resumo dos termos para editor honorário dos periódicos

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	283	Número de ocorrências	199
Número de termos após união de duplicados	110	Número de termos após união de duplicados	111
Número de termos com apenas uma ocorrência	69	Número de termos com apenas uma ocorrência	86
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	63%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	77%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

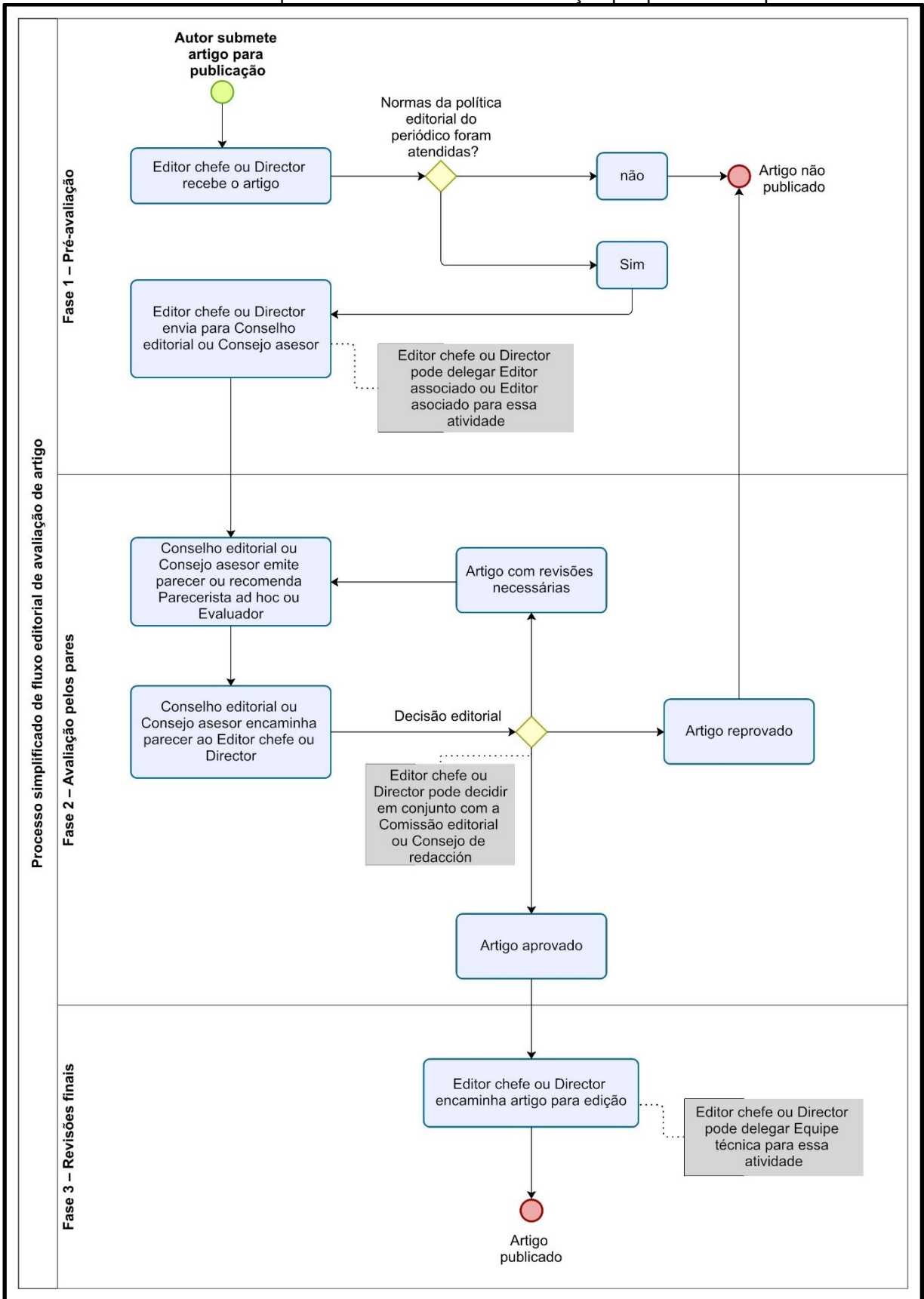
FIGURA 25 – Nuvem de palavras para as expressões referentes a editor honorário dos periódicos



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

O papel de cada membro da equipe é fundamental para aprimorar a qualidade da publicação. As atividades desempenhadas são essenciais para operar o processo editorial. Por meio da análise à estrutura editorial dos periódicos brasileiros e espanhóis foi possível desenvolver um fluxograma das atividades editoriais de avaliação de artigos que, em geral, passam por um processo composto de três fases: pré-avaliação, avaliação por partes e revisões finais. A estrutura do fluxograma contém os atores envolvidos e os respectivos encaminhamentos, conforme exposto na Figura 26.

FIGURA 26 – Fluxo simplificado das atividades de avaliação por pares de um periódico



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Em resumo, por meio do fluxograma, nota-se que a primeira fase compreende a pré-avaliação ou análise prévia. Ao receber a submissão de um manuscrito, o editor-chefe ou *director* cumpre uma primeira fase de apreciação, o que envolve a avaliação da correspondência da proposta de publicação com o foco e o escopo do periódico e dos aspectos da formatação. Havendo alguma irregularidade, o manuscrito é devolvido aos autores; não havendo, o artigo será encaminhado para apreciação do conselho editorial ou *consejo asesor*, que poderá fazer uso de pareceristas *ad hoc* ou *evaluador* de reconhecida competência na área do conhecimento.

A segunda fase é a avaliação pelos pares, conduzida por pareceristas a convite do editor-chefe ou *director*. Os avaliadores serão selecionados com base em suas áreas específicas de conhecimento, em correspondência com as temáticas tratadas nos artigos. Com base nas recomendações e pareceres exarados nas avaliações, o conselho editorial ou *consejo asesor* apresentará uma proposta de decisão ao editor-chefe ou *director*, que poderá ser:

- **aprovar o texto para publicação:** o estudo é aceito integralmente para publicação em um dos próximos números do periódico, seguindo o critério cronológico de conclusão do processo de análise;
- **solicitar aos autores alterações no texto:** as modificações deverão ser realizadas pelo autor, que receberá o parecer com as referidas recomendações;
- **rejeitar o texto para publicação:** o manuscrito é rejeitado, com a devida justificativa atribuída pelo editor-chefe, tomando como referência a análise feita pelos revisores.

É atribuição do editor-chefe ou *director* acatar ou não as recomendações dos pareceristas e encaminhar eventuais pedidos de reformulação aos autores. A decisão final sobre a publicação de um manuscrito sempre será do editor-chefe ou *director* e da comissão editorial ou *consejo de redacción*, que farão uma avaliação do texto original, das sugestões indicadas pelos consultores e das modificações encaminhadas pelo autor.

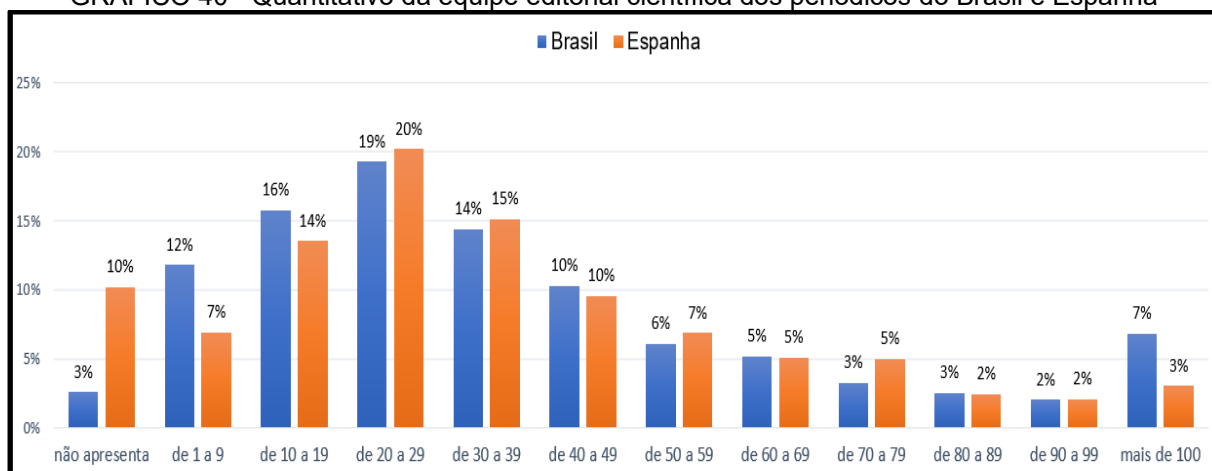
Por fim, na terceira fase, destinada às revisões finais, o texto aprovado para publicação seguirá para a atividade de edição, na qual ele será preparado para publicação, o que envolverá as seguintes ações: revisão das normas bibliográficas (nessa atividade, a equipe editorial se reserva o direito de proceder à revisão gramatical dos textos e fazer correções, desde que não alterem o conteúdo); revisão dos descritores do artigo e dos metadados; e composição do texto diagramado, conforme o padrão gráfico da editora.

O periódico deve prezar, sobretudo, pelo diálogo que se deve estabelecer entre aquele que expõe suas ideias e o avaliador. Para tanto, em geral, os pareceres não têm apenas o caráter de rejeição ou aprovação das submissões, mas serão propostos com o fim de provocar um diálogo construtivo que compreenderá análises quanto ao tema explorado no estudo. Após essas três etapas, os textos serão encaminhados aos autores e autoras para

aprovação da revisão. Não havendo manifestação, o texto será considerado aprovado e será publicado.

Após apresentar, mediante a análise documental, a estrutura dos periódicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto, com foco nas terminologias utilizadas para designar os atores envolvidos na editoração, torna-se pertinente medir a quantidade desses atores. Assim, sobre o quantitativo da equipe científica, a maior parte, tanto no Brasil quanto na Espanha, é composta por 20 a 29 pessoas (Gráfico 40).

GRÁFICO 40 - Quantitativo da equipe editorial científica dos periódicos do Brasil e Espanha



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A equipe científica é importante para garantir a pertinência e a qualidade do que será publicado. Um dos fatores atribuídos à demora no processo de publicação está atrelado à avaliação, por exemplo, a dificuldade por parte do editor do periódico em encontrar avaliadores para os artigos. Apesar do avanço tecnológico, o tempo entre a submissão e a publicação do manuscrito permanece alto. Esse resultado foi constatado após pesquisa nos periódicos da Ciência da Informação desenvolvida no ano de 2015, sendo percebido, no estudo, que 59% dos periódicos levam mais de seis meses para publicar um artigo e, dentro desse percentual, 32% levam mais de um ano (JULIANI; MARTIGNAGO, 2018).

A proliferação de periódicos e de editoras e a universalização da revisão por pares estão causando o crescimento exponencial do número de revisões. Muitos revisores, principalmente os mais valorizados, sentem tanta pressão que estão desistindo da tarefa. O problema é que essa autoexclusão de revisores pode gerar um empobrecimento e homogeneização dos estudos, por conseguinte, pode resultar em vieses ideológicos, perda de qualidade e biodiversidade de pensamento (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Apontam-se dificuldades de encontrar pesquisadores dispostos a realizar a avaliação de artigos. A ausência de gratificação, a falta de tempo, a pouca valorização do

trabalho do revisor e outros fatores desestimulam os pesquisadores a realizarem a tarefa de revisão, o que afeta, de modo negativo, o processo. Deve-se lembrar que o sistema de revisão por pares é baseado em um princípio altruísta: todo cientista deve estar disposto a avaliar o trabalho de seus colegas, pois receberá o mesmo tratamento (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Silva, Moreiro-González e Mueller (2016) expõem que a dificuldade em encontrar revisores pode ser explicada pelo fato de que não existe um reconhecimento dos revisores pelas agências de fomento. Isso não motiva os revisores a fazer revisões, pois eles são especialistas conceituados, mas são muito ocupados. Preferem dar prioridade a outras atividades. Muitos encontram dificuldades para cobrir todos os subcampos de especialização em todas as combinações linguísticas da área de tradução e interpretação dos manuscritos. Outro desafio para encontrar revisores é a dificuldade em manter um quadro permanente, já que quase todos os avaliadores estão dispostos, na primeira vez que são solicitados, mas, com o tempo, ficam cansados e não mais aceitam participar do periódico como avaliadores.

Há casos em que a experiência do revisor não é considerada um fator que facilita a avaliação, visto que muitos podem não responder às solicitações de avaliação ou as avaliações que fazem são superficiais e pouco sérias. O contrário acontece com os colegas jovens que, inclusive, consideram uma honra serem lembrados como revisores. Apesar de essa crítica focalizar a experiência, parece que o problema está mais ligado ao acúmulo de responsabilidades do pesquisador do que seu tempo e prestígio dentro de sua área (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016).

A demora no retorno dos pedidos de avaliação e no envio do parecer avaliativo ao editor e até mesmo a não reposta às solicitações justificam, na percepção de alguns editores, as limitações do processo de revisão por pares. Mobilizar o conselho editorial e o corpo de revisores para um trabalho mais atuante pode ser um desafio para os editores dos periódicos. Se houver pressão, pesquisadores podem desertar da tarefa. Se o editor principal apenas aguarda, com paciência, o retorno de cada membro do conselho das tarefas distribuídas, isso pode resultar em atraso no periódico, fator esse que reflete no nível de qualidade do mesmo. O equilíbrio pode depender tanto da capacidade técnica quanto da habilidade política (SILVA; MOREIRO-GONZÁLEZ; MUELLER, 2016).

Magaña Mancillas, Romero Ramírez e Jiménez-Yañez (2020) também confirmam essa realidade, ao afirmarem que a participação dos avaliadores é essencial para o posicionamento do periódico, que tem representado uma demanda crescente de espaços por parte de acadêmicos nacionais e estrangeiros. Segundo os autores, essa situação implicou um desafio, pois cada artigo que inclua estudos de algum lugar, região ou país deve ter um avaliador que conheça o espaço estudado e outro em relação à perspectiva teórico-metodológica, com o objetivo de obter uma avaliação justa e transparente.

Para Silva, Moreiro-González e Mueller (2016), umas das alternativas que poderia aprimorar a revisão por pares é a criação de incentivos como o pagamento e/ou o reconhecimento público do trabalho do revisor. Com efeito, tal fato poderia gerar um encorajamento maior por parte dos pesquisadores inclinados a realizar a revisão por pares.

Sobre a exposição da equipe científica, a pesquisa identificou que a maioria dos periódicos descreve a afiliação da equipe, a qual contém diversidade institucional. Todavia, notou-se que grande parte não disponibiliza o contato, o link do Lattes ou o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID), como aborda, em números e porcentagens, a tabela 15.

TABELA 15 – Descrição da equipe científica dos periódicos

Brasil			Espanha		
Categorias	Número de periódicos	Representação em %	Categorias	Número de periódicos	Representação em %
Possui afiliação	2473	94%	Possui afiliação	1388	86%
Possui diversidade institucional	2283	87%	Possui diversidade institucional	1353	84%
Possui contato ou link do Lattes ou ORCID	1172	45%	Possui contato ou link do Lattes ou ORCID	441	27%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A descrição dos dados do corpo científico é um critério de avaliação para qualificação do periódico, sendo considerada, na rotina editorial, como uma meta. A exposição do vínculo e a comprovação da diversidade institucional podem favorecer a excelência e a inovação, pois, como abordam Horta, Veloso e Grediaga (2010), garantem que as atividades científicas sejam distribuídas no espaço geográfico, ampliando a troca de ideias e a circulação do conhecimento com o uso das redes de colaboração entre países e instituições.

Na visão de Packer *et al.* (2006), a composição da equipe editorial deve ser pública. A expectativa é que seus membros sejam pesquisadores reconhecidos, de origem nacional e internacional, com filiação devidamente identificada na publicação. Os autores alertam que não serão admitidos periódicos que apresentem um conselho, cujos membros estejam vinculados a uma instituição e/ou com artigos oriundos, majoritariamente, de uma única instituição ou região geográfica.

A informação da equipe científica é obrigatória para a inclusão e a permanência dos periódicos, na maioria das bases de dados. Quando um periódico está indexado em uma base de dados, refere-se ao fato de que seu conteúdo (especificamente os artigos) está devidamente registrado e pode ser recuperado por meio de índices que são feitos a partir de seus elementos mais representativos: título, idioma, palavras-chave ou outros. Os bancos de

dados fornecem às comunidades especializadas acesso à informação por meio de bibliotecas e centros de documentação que os assinam ou os incorporam em seus catálogos em todo o mundo. No entanto, nem todos os bancos de dados recebem o mesmo reconhecimento. Dentre as 1.079 bases de dados atuais coletadas pelo diretório do *Ulrich*, em 2019, destacam-se a *Web of Science* e a *Scopus*, em virtude da influência delas. Entende-se que o uso dessas bases não se justifica por elas serem fontes de consulta de literatura especializada, mas porque se caracterizam como ferramentas de avaliação para identificar a visibilidade e a eficiência dos periódicos e para medir a sua integração em circuitos internacionais (ALONSO-GAMBOA; REYNA ESPINOSA, 2020).

A inclusão de um periódico em uma base de dados não se limita apenas a um processo de inscrição, mas à capacidade de demonstrar que atende aos requisitos formais e de conteúdo solicitados. Considerando que nenhuma revista nasce indexada, os editores, como parte de suas responsabilidades, devem identificar os serviços mais adequados para construir a visibilidade das publicações pelas quais são responsáveis. Ao longo do processo, eles precisam conhecer e analisar os critérios de inclusão exigidos por cada serviço, incorporar padrões e boas práticas editoriais, reforçar a profissionalização das equipes de trabalho e, em geral, melhorar a qualidade de seus periódicos. Embora os critérios de inclusão já se mostrem muito semelhantes entre as diferentes bases de dados, particularmente entre as iniciativas latino-americanas, aplicar a cada serviço significa um esforço detalhado e às vezes único (ALONSO-GAMBOA; REYNA ESPINOSA, 2020).

A presença de periódicos em bases de dados, cuja finalidade é oferecer acesso organizado e seletivo aos seus conteúdos, segundo os autores citados, tem como antecedente os antigos periódicos de indexação e resumos que começaram a ser publicados em diferentes ramos do conhecimento entre os séculos XVIII e XIX. À medida que esses serviços evoluíram e se consolidou uma indústria de informação em torno dos periódicos científicos, Alonso-Gamboa e Reyna Espinosa (2020) entendem que as bases de dados tornaram-se instrumentos, por excelência, para apoiar a visibilidade dos periódicos, ao mesmo tempo em que se estabelecem como filtros de qualidade para a literatura especializada, a partir de critérios aplicados de seleção e de permanência.

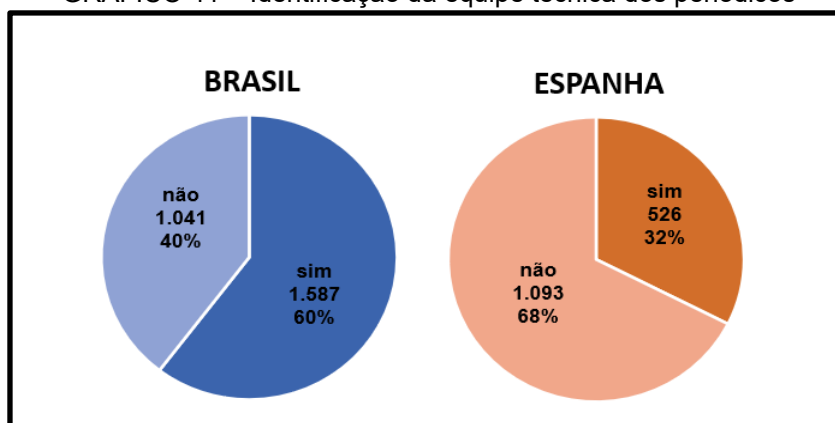
Os artigos que normalmente são publicados em periódicos científicos e que estão incluídos nas principais bases de dados, como o *Institute for Scientific Information*, têm maior chance de serem encontrados por pesquisadores na busca de novas descobertas em seus campos de pesquisa. Soma-se a isso o fato de os pesquisadores preferirem consultar os periódicos considerados de maior prestígio, que muitas vezes são vistos como aqueles incluídos nessas bases de dados (MAGAÑA MANCILLAS; ROMERO RAMÍREZ; JIMÉNEZ-YAÑEZ, 2020).

4.4 Equipe técnica

A equipe técnica auxilia nas tarefas da gestão administrativa e financeira. Os manuscritos aceitos são encaminhados para edição, quando deverão ser inseridas todas as informações autorais do estudo pelos autores e ocorrerá a revisão do resumo, tanto na língua nativa como estrangeira, por equipe própria. Posteriormente, os manuscritos seguirão para a lista do número do periódico. Essas atribuições, em geral, são exercidas pela equipe técnica.

Pelas análises aos dados deste estudo, foi possível identificar a presença dessa equipe nos periódicos brasileiros e espanhóis. Em termos numéricos, nota-se que, no Brasil, 60% dos periódicos científicos de acesso aberto descrevem a equipe técnica, enquanto, na Espanha, apenas 32% realizam essa descrição, como apresentado no Gráfico 41.

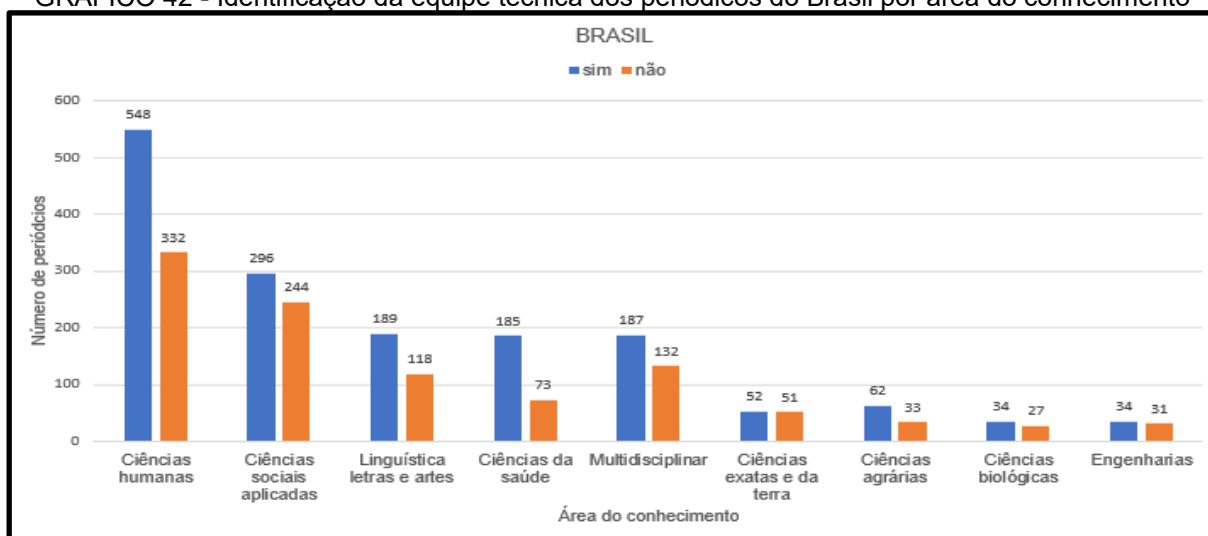
GRÁFICO 41 – Identificação da equipe técnica dos periódicos



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

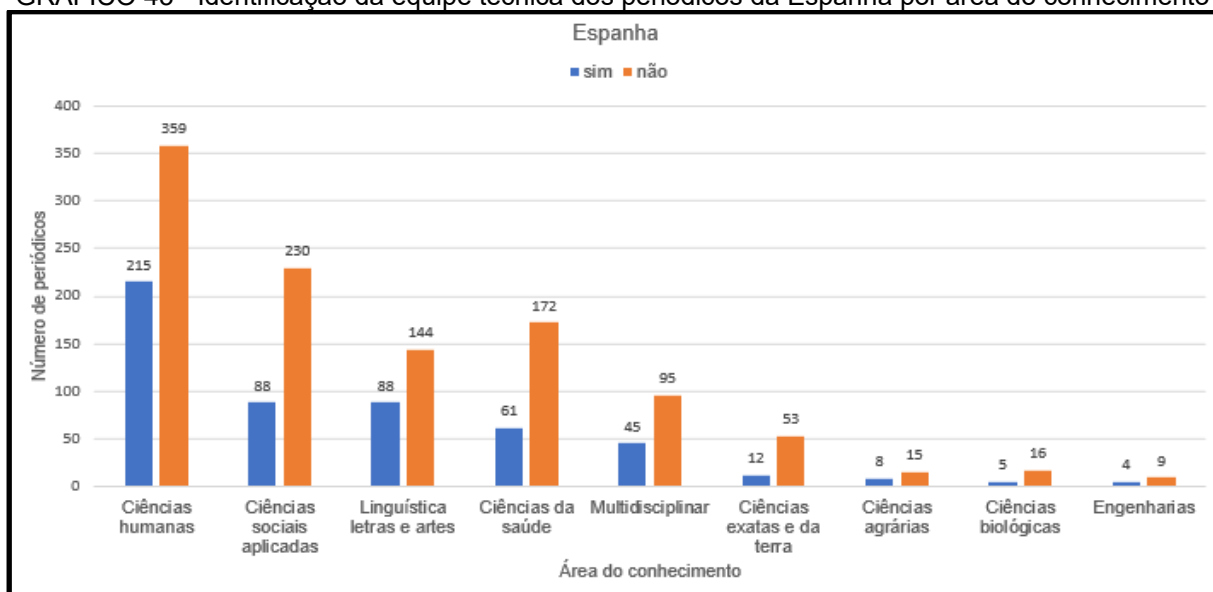
Ao distribuir os dados por áreas do conhecimento, observa-se a mesma constatação, ou seja, a maior parte dos periódicos de acesso aberto do Brasil apresenta a descrição da equipe técnica e os periódicos da Espanha apresentam essa descrição em menor quantidade. Os gráficos de número 42 e 43 confirmam esse resultado.

GRÁFICO 42 - Identificação da equipe técnica dos periódicos do Brasil por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

GRÁFICO 43 - Identificação da equipe técnica dos periódicos da Espanha por área do conhecimento



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A comprovação de que o Brasil tem maior incidência de descrição da equipe técnica pode ser pelo maior uso de sistemas estruturados específicos para a gestão de periódicos científicos, a exemplo do OJS que possuem metadados com campos previamente pensados para detalhar as informações referentes ao periódico, com campos específicos para os diversos agentes envolvidos no ciclo da editoração. Outra possível explicação é que essas atribuições técnicas, no Brasil, são exercidas pela editora ou portal de periódicos, os quais, na maioria das vezes, possuem mais de um periódico e concedem essa assistência a uma equipe de âmbito institucional.

A equipe do portal de periódico, de acordo com os dados da pesquisa de Mullins *et al.* (2012), é composta, em média, por 2,4% dos profissionais da instituição, o que possibilita a realização de uma variedade de serviços aos periódicos científicos hospedados. Conforme Perry *et al.* (2011), a equipe gestora do portal ou editora oferecem aos editores dos periódicos: treinamento no uso da plataforma utilizada para hospedar os periódicos, assistência inicial aos periódicos recém-hospedados, suporte técnico, criação do site dos periódicos, migração do conteúdo mais antigo para o novo site e digitalização do conteúdo impresso, se ele existir. Ho (2013) afirma que o foco da equipe está na informação, no aconselhamento e no fornecimento de serviços de apoio, além de auxiliar os editores na formação de equipe, definição de política e tomada de decisão sobre o fluxo de trabalho e as práticas editoriais.

Silveira (2016) observa que há uma tendência para a participação do bibliotecário em ações voltadas para a viabilização do movimento de acesso aberto e para a organização dos portais de periódico das universidades federais. A autora aponta que ter uma equipe de profissionais de diferentes especialidades (multidisciplinar) possibilita a criação de serviços e de produtos que mais se aproximam das necessidades de informação dos editores ou dos usuários dos sistemas de editoração.

Um portal de periódicos, além de ter características próprias (centralizador de informações relevantes, padronização e segurança), também exige uma organização institucional, a fim de registrar a identidade da produção científica. A instituição de ensino ou pesquisa tem responsabilidades institucionais, técnicas (preservação dos dados e tipos de arquivos) e operacionais (cursos, suporte, padrões, serviços) (GARRIDO; RODRIGUES, 2010).

O resumo dos termos localizados para a equipe técnica dos periódicos do Brasil e da Espanha está representado na Tabela 16. Já os termos mais recorrentes e relacionados à equipe técnica estão descritos na Tabela 17.

TABELA 16 – Resumo dos termos localizados para equipe técnica dos periódicos

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Número de ocorrências	3.426	Número de ocorrências	908
Número de termos após união de duplicados	1.132	Número de termos após união de duplicados	383
Número de termos com apenas uma ocorrência	819	Número de termos com apenas uma ocorrência	297
Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	72%	Porcentagem de termos com apenas uma ocorrência	77%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

TABELA 17 – Termos mais recorrentes para equipe técnica dos periódicos

BRASIL		ESPANHA	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Editor assistente	243	Secretario	187
Editor executivo	154	Secretario de redacción	113
Assistente editorial	130	Assistant editor	17
Editor de layout	83	Secretary	17
Secretária	73	Secretaría técnica	13
Equipe técnica	61	Edición técnica	12
Diagramação	58	Secretario editorial	12
Editor de texto	56	Diseño y maquetación	8
Revisão	55	Soporte OJS y publicación digital	8
Bibliotecário	52	Traducción	8

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

As três expressões mais utilizadas para a equipe técnica estão relacionadas à atividade de assistente do fluxo editorial. Demais expressões podem ser visualizadas na nuvens de palavras da Figura 27.

FIGURA 27 – Nuvem de palavras para as expressões referentes à equipe técnica dos periódicos



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Em geral, as funções do editor assistente ou secretário são efetivar as contribuições e as propostas recebidas dos membros da comissão editorial ou *consejo de redacción* e, juntamente com o editor-chefe ou *director*, responsabilizar-se pela localização, gestão e manutenção das bases de indexação e das listas de distribuição adequadas ao periódico. Além dessas, outras atribuições são designadas ao editor assistente, a saber: emitir as certidões necessárias, atestando a comprovação dos fatos acreditados; redigir a ata da reunião anual; conhecer os manuscritos e selecionar, em primeira instância, aqueles que devem continuar o processo de avaliação, tomando como referência as normas de publicação

do periódico; enviar os originais aos avaliadores para avaliação; e preparar relatórios estatísticos anuais sobre o processo editorial.

Outra atribuição recorrente do editor assistente ou secretário é se ocupar dos processos burocráticos, como a indexação e a divulgação. Ademais, em contato com o editor-chefe ou *director*, cuidará das atividades de revisão e do relacionamento com o responsável pela diagramação e pelo processo de impressão.

4.5 Entrevista com editor de periódico

O roteiro de entrevista foi formulado a partir de 17 questões que abordavam os seguintes aspectos ou assuntos: vigência dos periódicos, temáticas, áreas, OJS, fator econômico, região x PIB, longevidade, IES e associações, revisão às cegas, revisão aberta, equipe editorial, modelo de terminologias das equipes, editor-chefe, gênero, avaliadores externos, modelo de fluxo avaliativo e equipe técnica.

QUESTÃO 1 – Sobre a vigência dos periódicos. A pesquisa identificou que 28% dos periódicos brasileiros (1.044) e 26% dos espanhóis (557) estão inativos. Em sua opinião, quais são os principais fatores que causam essa descontinuidade?

Resposta: São vários os fatores que podem levar à descontinuidade dos periódicos, dos quais destaco três como principais: 1 - falta de recursos humanos: poucas pessoas atuando na gestão do periódico é um motivo que pode sobrecarregar o trabalho dessas pessoas; 2 – escassez de recursos financeiros: é consequência do primeiro, visto que, se não há dinheiro, não tem como onerar as pessoas que trabalham, nem adotar plataformas digitais para facilitar a gestão editorial; 3 – número reduzido de manuscritos que são submetidos: isso acontece, principalmente, se o periódico não for reconhecido como de qualidade, algo muito comum entre os periódicos gerenciados por associações profissionais.

QUESTÃO 2 – Os assuntos mais recorrentes nos dois países são: educação e história. Em sua opinião, por qual motivo esses temas possuem mais periódicos no Brasil e na Espanha?

Resposta: Já está provado que algumas áreas mais tradicionais, como Engenharia, Medicina, Ciências Exatas, dentre outras, optam por ter seus estudos publicados em um periódico que tenha como idioma principal, o inglês, visto que esse é o idioma da ciência. Por outro lado, as áreas de Humanidades ou Ciências Sociais não priorizam isso. Portanto, há um número grande de periódicos criados nessas áreas, e isso pode ser um fator que justifique a predominância de periódicos que contemplem como escopo temático os assuntos das áreas de Humanidades e Ciências Sociais, como Educação e História. Sua

pesquisa reforçou o que já foi descoberto em outros estudos (boa oportunidade para descrever isso na discussão dos resultados).

QUESTÃO 3 – A área do conhecimento de Ciências Humanas lidera com maior número de periódicos, tanto no Brasil como na Espanha, em todos os intervalos de tempo. Por qual motivo considera que essa área possui tantos periódicos?

Resposta: É porque essa área, assim como os campos das áreas de Ciências Sociais, teve uma origem mais recente, não se constituindo como áreas tradicionais (antigas, surgidas desde a origem do homem na Terra). Como áreas mais recentes, elas ainda buscam uma identidade, reconhecimento e valorização por parte da sociedade. Por isso, elas criam os seus próprios periódicos, no âmbito nacional, de modo a “mostrar que elas existem” e estão se desenvolvendo. De fato, não é um modismo de essas áreas publicarem em periódicos de abrangência internacional, com foco, sobretudo, no idioma inglês.

QUESTÃO 4 – A porcentagem de periódicos brasileiros que utiliza o Open Journal Systems (OJS) é maior que a dos periódicos espanhóis. A taxa dos que utilizam essa plataforma é de 88% dos periódicos brasileiros (2.323) e 65% dos espanhóis (1.045). O estudo percebeu que o uso do OJS auxilia na apresentação dos dados essenciais do periódico. Você concorda com essa percepção de que o uso de plataformas estruturadas especificamente para periódicos na apresentação das informações elementares ajuda na editoração?

Resposta: Sim! De fato, os softwares de editoração eletrônica facilitam o trabalho, tornando-o mais célere, prático e integrado. O uso desses softwares só tende a motivar as equipes a exercerem as funções editoriais, tendo em vista a agilidade dos processos de trabalho. Infelizmente, eu não conheço outro software de editoração de periódicos que não o OJS. Por isso, não posso afirmar que ele seja o melhor. Mas, posso afirmar que, na minha experiência profissional, o OJS representou um marco para a editoração eletrônica.

QUESTÃO 5 – O estudo identificou que, em ambos os países, a maior parte dos periódicos teve início entre 2010 e 2014. As variações do aumento e do decréscimo estão atreladas à questão econômica. Percebeu-se que as crises financeiras nos países são acompanhadas com a diminuição da criação do número de periódicos. Você percebe como fato essa correlação de que o fator econômico interfere na criação e na manutenção dos periódicos?

Resposta: Percebo que há extrema relação entre número de periódicos e fator econômico. Isso mostra que a ciência gera desenvolvimento, por meio de um processo de causa e efeito, ou seja, se a região investe em pesquisas, ela se desenvolve, com altos investimentos financeiros nas atividades de pesquisa, incluindo, assim, a criação e

manutenção dos periódicos. Como se sabe, fazer ciência depende de dinheiro; logo, criar e manter periódicos também depende desse investimento.

QUESTÃO 6 - Outra correlação econômica percebida na pesquisa é que a concentração da origem geográfica dos periódicos científicos equivale às regiões com o maior Produto Interno Bruto (PIB). Em sua opinião, por que isso acontece?

Resposta: O PIB é considerado um dos índices mais evidentes no que tange à distribuição de renda e desenvolvimento econômico. Se a região possui um alto PIB, é porque os investimentos públicos estão sendo direcionados aos vários segmentos sociais, contemplando toda parcela da população e envolvendo diferentes instituições. Sendo assim, se a distribuição de dinheiro é abrangente, o dinheiro não é desviado, muito menos se concentra nas mãos de poucos. Por causa disso, quanto maior o PIB, mais desenvolvida é a região, por conseguinte, mais se investe em pesquisa, mais se criam periódicos e eles conseguem se manterem com qualidade, ao longo do tempo.

QUESTÃO 7 – Constatou-se que, em comparação ao Brasil, os periódicos da Espanha têm um tempo de maior vigência. Enquanto os brasileiros possuem em média 35 edições disponíveis por periódico, a Espanha tem 48. A maior longevidade de atividade dos periódicos espanhóis foi correlacionada à periodicidade. A maior parte é anual (38%). No Brasil, a maioria, 43%, publica duas vezes ao ano. Você concorda com essa inferência, ou seja, que quanto maior o tempo de periodicidade, maior o tempo de vida (existência) do periódico?

Resposta: Não concordo. Acredito que a vigência de um periódico está relacionada à oferta de recursos que possibilitem o seu funcionamento, como também, a divulgação do periódico, de modo que ele seja reconhecido e não haja escassez de manuscritos enviados. Se esses fatores forem observados, o periódico vai se fortalecer e prevalecer. Uma consequência desse processo será o aumento do número de recebimento de manuscritos, o que faz a equipe editorial diminuir os intervalos de publicação. Isso vem acontecendo nos últimos três anos, no Brasil. Nota-se que a periodicidade semestral passou a ser quadrimestral, a fim de evitar “filas” dos estudos aprovados. O fato disso não ocorrer na Espanha requer um estudo mais focado nessa questão.

QUESTÃO 8 - Por qual motivo acredita que a maior parte da responsabilidade editorial dos periódicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha é de instituições de ensino e associações?

Resposta: É porque as instituições que mais fazem pesquisa, no Brasil, em primeiro lugar, são as IES, sobretudo universidades, seguidas pelas associações científicas

ou profissionais. Outros tipos de instituições ou associações não têm foco na pesquisa. Logo, como a atividade-fim delas não é a pesquisa, não justifica investir tanto em periódicos.

QUESTÃO 9 - O sistema de avaliação às cegas predomina. Apenas 0,4% dos periódicos brasileiros e 0,1% dos espanhóis tem a revisão aberta ou híbrida. Como você percebe essa predominância da revisão sem a identificação dos avaliadores e autores, ou seja, por que há preferência pelo sistema fechado?

Resposta: Há consenso entre estudiosos de que o sistema fechado facilita a aferição de uma nota, quando da realização de uma avaliação. De fato, não há como não concordar com isso, pois, nós, seres humanos, por mais que queremos ser objetivos e racionais, somos dotados de sentimentos e somos influenciados por esses sentimentos. Por causa disso, uma avaliação torna-se mais objetiva quando não explicita o nome do autor do trabalho. Isso evita que utilizemos de fatores sentimentais para avaliar. De fato, sentimentalismo e irracionalidade não são características da ciência. Os periódicos, como veículos da ciência, herdaram essas características. O sistema fechado também beneficia a imagem do avaliador que, se descoberta, poderia levar o autor a não concordar com a avaliação realizada, entendendo que houve intervenções emocionais, durante o processo de avaliação.

QUESTÃO 10 - A revisão por pares aberta de publicações é uma prática bastante difundida na sua área de conhecimento? Acredita que em curto, médio ou longo prazo haverá maior adesão da revisão aberta? Você concorda com esse sistema e participaria de avaliações abertas?

Resposta: Ainda não. Estudos que defendem o acesso aberto vêm lutando para mostrar que a avaliação aberta tem suas vantagens. Porém, colocar isso na prática é muito difícil, por causa da natureza humana, que não consegue se desvincular, integralmente, de seus sentimentos e emoções. Por causa disso, eu acredito que a avaliação aberta será uma prática dos próximos séculos, ou seja, ainda teremos que conviver com o sistema fechado durante muitas décadas. Eu concordo com o sistema aberto, desde que a identidade de autores e avaliadores fosse revelada, quando a avaliação fosse terminada. Particularmente, como avaliador, eu não me importo realizar uma avaliação aberta, cujos nomes dos autores, o meu nome e os pareceres que eu emiti fossem e permanecessem revelados.

QUESTÃO 11 - A maior parte da equipe científica de ambos os países é composta por 20 a 29 pessoas. Considera esse número razoável para cumprir as demandas do fluxo editorial?

Resposta: Não concordo com esse número. Acho um número pequeno para não sobrecarregar os integrantes. Se o fluxo de manuscritos recebidos for diário, é preciso haver mais pessoas para trabalhar. Talvez, 20 a 30 pessoas poderia ser a quantidade para cada equipe, ou seja, 20 a 30 avaliadores, 20 a 30 editores, 20 a 30 revisores, 20 a 30 diagramadores, dentre outros grupos.

QUESTÃO 12 - Para a equipe científica, foram localizadas 713 nomenclaturas nos periódicos brasileiros e 623 nos espanhóis. Com base nas expressões mais citadas, pôde-se constatar as características predominantes na estrutura da equipe editorial (modelo seguinte). Indique o seu grau de concordância quanto ao modelo proposto, ou seja, mencione se ele está completo ou não. Em caso do modelo estar incompleto, o que falta para a sua integridade?

Estrutura editorial científica de um periódico. Nomenclaturas mais utilizadas por função e país

	BRASIL	ESPAÑA
Grupo responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais. *	Comissão editorial*	<i>Consejo de redacción*</i>
Pessoa(s) que dirige a publicação.	Editor chefe	<i>Director</i>
Pessoa(s) que colabora(m) com o Editor chefe ou <i>Director</i> na gestão do fluxo editorial. *	Editor associado*	Editor asociado*
Grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos. Recomenda a rejeição ou publicação de originais.	Conselho editorial	<i>Consejo asesor</i>
Pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos. Não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação do artigo que foi designado. *	Parecerista ad hoc*	<i>Evaluador*</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

* Os grupos (1) responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais, (2) a(s) pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou director na gestão do fluxo editorial e (3) a(s) pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos que não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término estão sombreados porque, diversamente dos demais, eles não estão presente em número significativo nos periódicos do Brasil e da Espanha. No geral, a pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis não distinguem comissão editorial ou consejo de redacción no grupo editorial. Tanto no Brasil como na Espanha, 50% não identificam editor associado ou editor asociado. Apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos.

Resposta: É fato que há uma confusão terminológica quanto às nomenclaturas das equipes que compõem a estrutura organizacional dos periódicos. Sua pesquisa conseguiu sintetizar e agrupar bem esses termos. Acho que o modelo proposto está adequado e completo, pois reflete a estrutura básica para composição de um periódico. Talvez, para deixar o modelo bem explicativo e retirar o rodapé, seria interessante retirar o sombreado e dividir o

modelo em dois grandes grupos: termos ou nomenclatura mais recorrentes (estrutura básica de um periódico) e termos ou nomenclaturas menos recorrentes (estrutura complementar de um periódico).

QUESTÃO 13 - A pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis têm essas atribuições (comissão editorial ou consejo de redacción e editor associado ou editor asociado) exercidas pelo editor-chefe ou director. Em sua prática editorial, é essencial ou dispensável esses grupos? Por quê?

Resposta: Nos periódicos onde tenho atuado, embora o editor-chefe tenha um número maior de responsabilidades, a comissão editorial e o editor associado existem e servem como suporte ao editor-chefe. A primeira constitui um colegiado superior ao editor-chefe e toma as decisões, sendo que o editor-chefe tem um papel executor, ou seja, executa as decisões da comissão. O editor associado substitui o editor-chefe, nos casos de sua ausência, ou auxilia no fluxo editorial, de modo a evitar sobrecarga de trabalho ao editor-chefe. Considerando a diversificação de atividades existentes na editoração científica, eu considero esses dois grupos como essenciais e reitero que esses grupos precisam atuar conjuntamente com o editor-chefe, não ficando, apenas, na teoria.

QUESTÃO 14 - A maioria dos periódicos, seja brasileiro ou espanhol, em todas as áreas do conhecimento, possui a responsabilidade editorial exercida por homem. A indicação representa o inverso da população geral em ambos os países em que o número de mulheres é superior ao de homens, constatando falta de equidade de gênero. Qual a sua opinião sobre esse fato, ou seja, por que o número de mulheres é menor na ocupação dos cargos de editor de periódicos?

Resposta: Esse resultado da sua pesquisa é interessante e corrobora as pesquisas sobre gênero, sobretudo o enfoque da ocupação profissional, cujas mulheres ainda ficam em desvantagens em relação aos homens. Na ciência, isso também se reflete, sendo um processo socialmente constituído e, como tal, difícil de ser superado. Acredito que não haja uma explicação específica sobre a maior predominância de homens na editoração de periódicos. A explicação é a mesma para outros contextos, em que a mulher fica em desvantagem. A ciência foi iniciada com grandes pensadores do gênero masculino (basta lembrar-se dos grandes filósofos) e a mulher está ocupando o seu espaço, aos poucos. Essa realidade está presente em diversos contextos da ciência, incluindo a editoração dos periódicos, sendo que a sua pesquisa confirma essa evidência.

QUESTÃO 15 - A pesquisa identificou que apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos. Na grande maioria dos

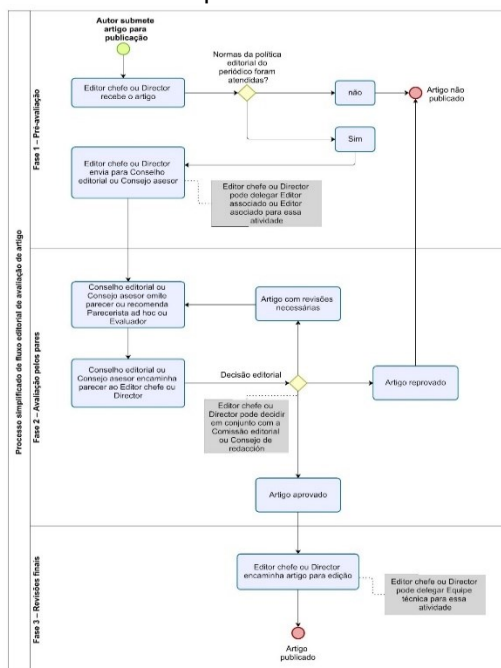
periódicos, o conselho editorial ou consejo asesor, que é formado por especialistas da área de conhecimento do periódico, é suficiente para emitir pareceres para aceitar ou rejeitar a publicação. Em sua prática editorial, essa constatação seria por qual motivo, ou seja, por que grande parte dos periódicos tende a não chamar avaliadores externos?

Resposta: Eu acredito que grande parte dos periódicos não costuma chamar avaliadores externos, pois os editores temem desses avaliadores não realizarem a avaliação. Ao solicitar a avaliação de um manuscrito a um membro do conselho editorial, fica mais fácil de fazer contato com o membro e de “cobrar” a avaliação em tempo hábil. Também deduzo que muitos editores (alguns, nem todos) podem se sentir “desconfortáveis” em chamar um avaliador externo e, ao término da avaliação, o avaliador encerra a atividade, sem gerar nenhum vínculo com o periódico. Particularmente, eu considero essa atitude como extremamente discriminatória e não corrobora com os princípios da colaboração científica. Em minha opinião, quando se chama avaliador externo, o nome desse avaliador deveria ser incorporado ao periódico (não precisa ser vinculado à comissão editorial ou científica), mas como avaliador externo, mesmo. O que não faz muito sentido é desvincular o avaliador, pois isso pode gerar um sentimento de exploração, além de ferir a ética e os bons costumes humanos. Outro ponto que considero é o fato de que, se o periódico for especializado, a comissão editorial precisa ser completa, ou seja, todos os assuntos dos manuscritos que são submetidos precisam ser de conhecimento de, pelo menos, um membro da comissão. Se não existe nenhum membro que domine o assunto do manuscrito, presume-se que a comissão editorial não está íntegra, por conseguinte, não alinhada ao escopo temático do periódico.

QUESTÃO 16 - A partir deste estudo sobre os periódicos do Brasil e da Espanha, identificou-se um fluxo editorial simplificado comum à maioria do corpus da pesquisa. Indique o seu grau de concordância quanto ao esboço proposto para representar o fluxo das atividades de avaliação, mencionando se ele está completo ou não. Em caso do modelo estar incompleto, o que falta para a sua integridade?

Resposta: Eu avalio o modelo proposto como adequado, visto que ele representa o fluxo editorial, desde a submissão do manuscrito até a publicação efetiva dele. Acredito que o modelo não esteja totalmente completo, pois falta inserir a quantidade de avaliadores para cada manuscrito. O modelo indica que seja um avaliador, mas creio que isso não procede (pelo menos na maioria dos periódicos brasileiros), pois o costume é enviar para, pelo menos, dois avaliadores, sendo chamado um terceiro, em caso de contradições quanto aos pareceres emitidos. Sendo assim, sugiro reestruturar o desenho da fase 2, especificando a quantidade de avaliadores e desenhando um fluxo apropriado que ilustre a quantidade de avaliadores e as decisões de cada um deles.

Fluxo simplificado das atividades de avaliação por pares da estrutura editorial científica de um periódico



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

QUESTÃO 17 - Sobre a equipe técnica, enquanto 60% dos periódicos brasileiros descrevem a equipe técnica, o estudo identificou que há a menção desse grupo em apenas 32% dos periódicos espanhóis. Percebeu-se que tal resultado pode ser correlacionado ao fato de que os periódicos brasileiros utilizam em maior número a plataforma OJS que auxilia na apresentação dos dados. Em sua prática editorial, essa inferência é adequada? Por quê?

Resposta: Acredito que essa inferência é muito duvidosa. Para que a inferência seja adequada, é preciso confirmar se outros softwares de editoração não possibilitam a descrição pormenorizada dos grupos que compõem um periódico. Eu não sei informar isso, pois não tenho conhecimento de outro software a não ser do OJS. Se for constatado que outros softwares não possibilitam a descrição detalhada, a inferência se fortalece. Para os periódicos que não adotam softwares, a menção à equipe técnica poderia ser realizada, de modo simples, tal como a mera disposição de nomes no site do periódico. Por causa disso, não concordo totalmente com a inferência.

Professor(a), ficamos gratos pela sua participação nesta entrevista. Sua contribuição será muito significativa para fortalecer os resultados desta tese.

Resposta: Eu que agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Obrigada!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação estuda o comportamento e as propriedades gerais da informação e possui um forte papel social ao se preocupar com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos e em levar a informação para quem necessita (SARACEVIC, 1996). Como ciência social aplicada, possui a orientação para resolver a necessidade específica dos seres humanos ou responder com satisfação a um dado problema (SARACEVIC, 1996, 1999).

Ao longo da sua trajetória, a Ciência da Informação apresentou contribuições que influenciaram o modo com que a informação é manipulada na sociedade, permitindo, com o uso da tecnologia, melhorar a compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação. Essa ciência desenvolveu um corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais ligados às questões informacionais (SARACEVIC, 1996).

A Ciência da Informação teve e pode continuar tendo grande contribuição para solucionar o problema de tornar acessível um acervo crescente de conhecimento, tarefa essencial para a sociedade contemporânea. Com ou sem essa ciência, a demanda urge (SARACEVIC, 1996). A organização da informação não pode ser realizada apenas a partir de combinações sucessivas de elementos, pois deve refletir perspectivas mais amplas e teóricas. Como obstáculos ao desenvolvimento da área, podem-se identificar: limitação aos investimentos e tecnologias disponíveis, falta de consenso sobre questões básicas (como uma definição única para informação e ciência da informação) e de comunicação interna, poucos estudos que abordam a análise da informação em conjunto com a recuperação da informação, dentre outros.

Considerando que um dos objetos da Ciência da Informação é a informação e sua capacidade de gerar novos conhecimentos, entra em cena o papel da pesquisa científica e os seus mecanismos para produção do conhecimento, tal como a divulgação dos resultados das investigações. De fato, uma das atividades mais importantes da pesquisa científica é a divulgação dos seus resultados. As publicações são o meio, por excelência, para a divulgação da ciência, pois constituem os escritos criados por um autor que são transformados pelo processo editorial. A boa qualidade de um estudo depende da habilidade com que esse processo é realizado.

A publicação de artigos em periódicos tornou-se uma atividade de extraordinária importância não só para a ciência como um todo, mas também para quem a prática. A publicação possibilita a divulgação do conhecimento e dos resultados da pesquisa, permitindo que os pesquisadores acessem e progridem em suas carreiras acadêmicas (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR; FEENSTRA; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, 2020).

Desde o início deste século, um novo modo de conceber a pesquisa em todas as suas facetas se ampliou. A mudança centra-se, basicamente, na forma como os resultados da atividade de investigação são criados, trocados e têm impacto na sociedade. O objetivo é fazer pesquisas de maior qualidade, ao mesmo tempo em que aumenta a colaboração e a acessibilidade em todos os níveis da sociedade. A pesquisa no século XXI é caracterizada por ser rápida, digital, cara e complexa, e cada vez mais dependente de dados, capacidades de computação, comunicações e infraestruturas tecnológicas. A ciência, se quer avançar, não pode privatizar os resultados, de modo que o acesso ao conhecimento seja dificultado por onerosos pedágios (MORAMAS, 2019.)

A ciência aberta é uma nova forma de abordagem colaborativa, transparente e acessível à pesquisa, o que implica uma mudança estrutural na maneira de conceber a pesquisa e na divulgação de seus resultados. Caracteriza-se pela abertura não só de publicações (o que é tradicionalmente conhecido como *Open Access*), mas também de dados de investigação, metodologias, processos, bem como o envolvimento dos cidadãos em um ambiente de investigação e inovação. Em outras palavras, trata-se de tornar os resultados das pesquisas financiadas com fundos públicos acessíveis em formato digital para a comunidade científica que os produz, bem como para a sociedade que os financia, promovendo a reprodutibilidade da ciência e o reaproveitamento dos resultados (MORAMAS, 2019.)

Os periódicos científicos são um mecanismo para grupos acadêmicos compartilharem seus estudos, mas diferentemente de outras formas de divulgação, o processo de arbitragem permite que as informações que fornecem tenham um grau relativamente alto de qualidade e confiabilidade. Assim, todos os artigos são submetidos a um criterioso processo de avaliação, sempre por meio de revisão por pares. O processo de revisão por pares é concebido com o propósito de garantir que bons estudos sejam publicados.

O periódico tem a missão de promover o enriquecimento do debate científico, além de servir como meio de divulgação a um público mais amplo. Pauta-se pela avaliação criteriosa para atingir tal objetivo, garantindo a maior neutralidade possível dos pareceres e a seleção de textos de qualidade sobre a temática. Os textos submetidos serão admitidos para publicação após avaliação por pares, desde que atendam ao escopo geral do periódico e às normas para publicação, mesmo no caso de edições que porventura privilegiem algum tema em especial.

A revisão por pares é considerada como o mecanismo mais efetivo e eficaz para garantir a qualidade, confiabilidade, integridade e consistência da literatura acadêmica. Ainda que sujeita a muitas críticas, esse modelo busca, a partir do conhecimento dos especialistas convidados (pareceristas ou revisores), avaliar a importância e a adequação da informação científica que está sendo veiculada, conferindo, portanto, confiabilidade à informação. Muito

mais do que um simples processo de avaliação e de atribuição de um "selo" de qualidade aos manuscritos submetidos, o processo de avaliação visa, também, ao aperfeiçoamento do texto e de sua adequação às diretrizes dos periódicos.

Em termos gerais, a classificação é a identificação de conceitos e a relação entre estes. Especificamente e para os propósitos da recuperação baseada em assuntos dos livros, a classificação é uma ação exclusiva. Além disso, por sua característica de relacionamento, o ato de classificar se apresenta como exaustivo, hierárquico e sistemático para um conjunto de classes ordenado (TENNIS, 2015).

No que diz respeito aos resultados da pesquisa, foi localizado um total de 6.503 periódicos, no Brasil, e 5.167, na Espanha. Desse conjunto, percebeu-se a duplicação de alguns itens, cuja devida exclusão foi realizada, resultando em um total de 3.672 títulos, no Brasil, e 2.176, na Espanha. A segunda análise referiu-se ao fato de o periódico estar ou não vigente. Identificou-se que 28% dos periódicos brasileiros (1.044) e 26% dos espanhóis (557) estão inativos.

Com o objetivo de expor um retrato contemporâneo da equipe editorial e considerando que os periódicos descontinuados não realizam avaliação por pares, o estudo propôs um modelo terminológico dos aspectos formais da equipe editorial científica e da avaliação por pares para periódicos científicos de acesso aberto. Nesse processo, consideraram-se as principais características dos 4.247 periódicos científicos vigentes: 2.628 brasileiros e 1.619 espanhóis, as quais apontaram os seguintes resultados:

- Os assuntos mais recorrentes nos dois países são: educação e história;
- A área do conhecimento de Ciências Humanas lidera com o maior número de periódicos, tanto no Brasil como na Espanha, em todos os intervalos de tempo;
- 88% dos periódicos brasileiros (2.323) e 65% dos espanhóis (1.045) utilizam a plataforma OJS;
- Em ambos os países, a maior parte dos periódicos teve início entre 2010 e 2014; entretanto, a Espanha tem um crescimento mais uniforme;
- A decorrência do tempo de maior vigência dos periódicos da Espanha implica na média maior de edições disponibilizadas por título. Enquanto os brasileiros possuem em média 35 edições disponíveis por periódico, a Espanha tem 48;
- A maior longevidade de atividade dos periódicos espanhóis pode ser correlacionada à periodicidade, sendo a maior parte anual (38%) e, no Brasil, a maioria, 43%, publica duas vezes ao ano;
- Quanto à responsabilidade editorial, pode-se confirmar o domínio de duas principais entidades publicadoras: instituições de ensino e associações;
- A concentração da origem geográfica dos periódicos científicos equivale às regiões com o maior PIB.

Sobre a equipe científica e avaliação por pares, mediante a pesquisa documental, foram reveladas as seguintes constatações:

- O sistema de avaliação às cegas predomina, sendo que, apenas 0,4% dos periódicos brasileiros e 0,1% dos espanhóis tem a revisão aberta ou híbrida;
- A maior parte da equipe científica de ambos os países é composta por 20 a 29 pessoas;
- Para a equipe, foram localizadas 713 nomenclaturas nos periódicos brasileiros e 623 nos espanhóis;
- Com base nas expressões mais citadas nos periódicos científicos brasileiros e espanhóis, pôde-se constatar as características predominantes da estrutura da equipe editorial, dividida em seis grupos:
 - (1) Comissão editorial ou consejo de redacción: grupo responsável pela elaboração de diretrizes e de políticas editoriais;
 - (2) Editor-chefe ou director: pessoa(s) que dirige(m) a publicação;
 - (3) Editor associado ou editor asociado: pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou director na gestão do fluxo editorial;
 - (4) Conselho editorial ou consejo asesor: grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos, recomendando a rejeição ou a publicação de originais;
 - (5) Parecerista ad hoc ou avaliador: pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos. Não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação do artigo que foi designado; e
 - (6) Editor honorário: não atua na gestão do periódico e nem avalia artigos. São personalidades referenciadas por motivo honorário ou para agregar prestígio.

Além desses resultados, a pesquisa também identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis têm as atribuições: comissão editorial ou *consejo de redacción* e editor associado ou *editor asociado* exercidas pelo editor-chefe ou *director*. Ademais, apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos. Na grande maioria dos periódicos, o conselho editorial ou *consejo asesor*, que é formado por especialistas da área de conhecimento do periódico, emite as decisões editoriais para aceitar ou rejeitar a publicação. Na responsabilidade editorial individual, a pesquisa realizou um levantamento do gênero. Observou-se que há mais editores homens que mulheres em todas as áreas do conhecimento. Por fim, percebeu-se que há menção do editor honorário em, apenas, 10% (250 periódicos) dos brasileiros e 11% (177 periódicos) dos espanhóis.

A partir desses dados com a pesquisa documental, o estudo formulou um fluxograma das atividades editoriais de avaliação de artigos. Nesse modelo, os estudos

submetidos passam por um processo composto de três fases: pré-avaliação ou análise prévia, avaliação pelos pares e revisões finais.

No que diz respeito à equipe técnica, constatou-se que 60% (1.587) dos periódicos brasileiros descrevem a equipe técnica e 32% (626) dos espanhóis também realizam esse processo. Foram localizadas 819 expressões para a equipe técnica nos periódicos brasileiros e 297 nos periódicos espanhóis. Enquanto, no Brasil, predominam os termos editor assistente e editor executivo, na Espanha, a maior ocorrência refere-se aos termos: *secretario* e *secretario de redacción*.

Por meio deste estudo, com base nos resultados, tanto da pesquisa documental, quanto das discussões teóricas e da entrevista, evidencia-se que o desenvolvimento da ciência e a necessidade de sua comunicação por meio do artigo científico exigem profissionalização, reconhecimento por suas instituições e especialização dos editores. Como mencionado por Carrillo Fuentes (2020), o trabalho é árduo, visto que o editor precisa conhecer e dominar inúmeros temas; portanto, deve cumprir a exigência da formação permanente.

As conclusões desta pesquisa confirmam relatos teóricos, sobretudo quanto ao valor e contribuição das publicações periódicas. Os periódicos científicos, principais fontes de informação na atualidade e responsáveis pela difusão do conhecimento por meio de publicações científicas, são os meios de avaliação da atividade científica mais visionados. A avaliação da atividade científica é um fato que tem crescido e sido bastante evidenciado na comunidade acadêmica nas últimas décadas (SPERBER; KERN, 2019).

Desde os seus primórdios, como já enfatizado, os periódicos surgiram para ser a expressão formal dos debates científicos e trocas de correspondências entre os pesquisadores, viabilizando, desde então, a comunicação científica e atendendo ao modelo da ciência. Isso porque essas publicações pautam-se no princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade científica, ou seja, “[...] só o que é revisado e aprovado pelos pares deve ser publicado, em um processo conhecido como revisão por pares” (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p.165).

Os periódicos têm como objetivo o pleno acesso à informação e para que esse objetivo seja cumprido a equipe editorial deve estar organizada e a denominação de suas atividades deve ser a mais precisa possível. Para tanto, foi proposto o modelo de equipe editorial e de avaliação por pares, visto que esses modelos padronizam os procedimentos quanto ao tratamento técnico da informação, direcionando o serviço de avaliação e contribuindo para a melhoria do fluxo editorial.

Como produto da pesquisa, o modelo formulado para a equipe editorial apresentou terminologias precisas acerca dos agentes que compõem a estrutura de um periódico científico e suas respectivas designações, o que facilitará a concepção estrutural de

novos periódicos, a reformulação dos já existentes, como também viabilizará a recuperação da informação, pois tornará as informações uniformizadas, facilitando a compreensão dos usuários. Por sua vez, o modelo para o processo de avaliação também é consistente, pois apresentou os agentes envolvidos, as atividades realizadas e os devidos encaminhamentos, facilitando, assim, a gestão do fluxo editorial pelos editores e oportunizando esclarecimento e transparência para a comunidade usuária.

O cuidado com a variação da terminologia e com a utilização de sinônimos é importante, pois são pontos que afetam diretamente na organização da estrutura editorial. Inconsistências ocorrem em função de descritores que possuem sinônimos. A não padronização leva à existência de um ruído, cuja informação desejada pode acabar ficando escondida ou não ser localizada. Por isso, é importante que o periódico tenha definido na sua política editorial as atribuições de cada grupo, para não acontecer a falta de entendimento. Essa é a contribuição dos produtos da pesquisa para os periódicos e para os seus utilizadores, ou seja, a comunidade de pesquisadores e a própria sociedade.

Por fim, o estudo realizado permitiu identificar soluções que ocorrem no processo de nomenclatura da equipe editorial. A proposta dos modelos é evidenciar os termos mais recorrentes e evitar que cada periódico tenha as nomenclaturas de maneira que achar melhor e mais conveniente. Por meio desses modelos, é possível que a indexação do periódico seja mais eficiente e capaz de suprir as necessidades informacionais dos editores científicos. Além disso, facilitam o desenvolvimento de uma política para representação temática de periódicos que reduz a subjetividade inerente a denominações da equipe editorial, contribuindo para o refinamento, a otimização, a racionalização do processo e a consistência das operações de avaliação por pares. A importância é estabelecer parâmetros que norteiam o processo de análise conceitual e atribuição de termos de indexação, por meio de um vocabulário controlado ou livre, com o propósito de contribuir para a construção de mecanismos que tornem o conhecimento científico organizado e de fácil acesso e uso pela comunidade científica e pela sociedade.

A partir dos resultados alcançados, nota-se que os objetivos deste estudo foram devidamente atingidos. Isso porque analisa as características, as equipes editoriais e a avaliação por pares dos periódicos científicos brasileiros e espanhóis de acesso aberto e formaliza um modelo terminológico e padrão para essas publicações. No decorrer do estudo, foram identificadas algumas limitações, tais como a falta de informação clara ou dúbia nos *websites* de alguns periódicos.

O estudo não pretendeu ser exaustivo, nem esgotar o tema que aborda. Seleciona os elementos mais importantes para o cumprimento da identificação do periódico, as equipes editoriais e a avaliação por pares. Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se realizar a avaliação do modelo proposto por área do conhecimento, considerando o seu uso por

diferentes editores, no decorrer dos tempos. Também se sugere explorar outros pontos conexos a este estudo, tal como a capacitação técnica de profissionais para atuação nas equipes editoriais, tais como o bibliotecário, o uso de variáveis de performance (Qualis, Citações) para verificar a relação com as características no estudo, a perspectiva e tendência de adesão do fluxo contínuo para a periodicidade e a identificação dos periódicos que destoam do fluxo padrão.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, Anderson; MARCHIORI, Patrícia Zeni. Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras. *In*: FERREIRA, Suely Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 73-100.
- ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014. Disponível em: <http://periódico.ibict.br/liinc/article/view/3593/3072>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ALONSO-GAMBOA, Jose-Octavio; REYNA ESPINOSA, Felipe Rafael. Visibilidad en bases de datos del núcleo de revistas mexicanas de ciencias sociales y humanidades. *In*: JIMÉNEZ YÁÑEZ, César (coord.). **Revistas académicas en ciencias sociales y humanidades en México**. Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2020. p. 34-53. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/40817/>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- AMARO, Bianca; SILVA, Danyelle; CARVALHO, Teila. A contribuição do Latindex para a promoção e visibilidade dos periódicos técnico-científicos da Ibero-América: a história dos seus 20 anos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 44, n. 2, p. 229-238, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/46591>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ANALYTICA. **Revista de filosofia**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/issue/archive?issuesPage=2#issues>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- ARCO BLANCO, Ana del. El marco legal desde tres miradas. *In*: GIMÉNEZ TOLEDO, Elea; CÓRDOBA RESTREPO, Juan Felipe (org.). **Libro abierto em Iberoamérica**. Rosario: Universidad del Rosario, 2018. p. 61-83. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/th9789587841671>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ARDAKAN, Mohammad Abooyee; MIRZAI, Seyyed Ayatollah; SHEIKHSHOAEI, Fatemeh. The Peer-Review Process for Articles in Iran's Scientific Journals. **Journal of Scholarly Publishing**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 243-261, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://search-ebscohost-com.ez28.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=55773263&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS (ABEC). **Bem-vindo à ABEC!** São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.abecbrasil.org.br/novo/abec-brasil/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6021 **Informação e documentação – publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação**. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD). **Boas práticas da publicação científica**: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD). **Boas práticas da publicação científica**: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. 2. ed. Rio de Janeiro: ANPAD, 2017.

BABINI, Dominique. Acceso abierto a la producción de ciencias sociales de América Latina y el Caribe: bibliotecas virtuales, redes de bibliotecas virtuales y portales. *In*: BABINI, Dominique; FRAGA, Jorge. **Bibliotecas virtuales y portales para las ciencias sociales en América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p 125-144.

BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20201120010908/Ciencia-Abierta.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BANDEIRA, Pablo Matias; FREIRE, Isa Maria. Movimento de acesso aberto no Brasil: contribuição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a partir da implementação do Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 2017. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/download/33788/17376. Acesso em: 29 jan. 2021.

BARATA, Germana. Periódicos científicos marcam autoria, difundem conhecimento e buscam reinvenção. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 67, n. 1, p. 12-14, jan./jun. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000100006. Acesso em: 02 ago. 2021.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 13-40, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/uxm6er>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BARBALHO, Célia Regina. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. *In*: FERREIRA, Sueli Mara Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de revistas científicas**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p.123-158.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARTLING, Sönke; FRIESIKE, Sascha. **Towards Another Scientific Revolution**. Springer: New York, 2014.

BAUMGARTEN, Maíra. Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência. **Pensata**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 44-52, out. 2015. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/Maira.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. **Centro Nacional Español del ISSN**. Madrid, 2022. Disponível em: <http://www.bne.es/es/LaBNE/CentroEspañolISSN/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BIOJONE, Mariana Rocha. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo: EDUC, 2003.

BIZAGI. **Comece a construir mapas de processo utilizando o Bizagi Modeler gratuitamente em três simples passos**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bizagi.com/pt/plataforma/try-modeler>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer. Scholarly journal publishing in transition: from restricted to open access. **Electon Markets**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 101-109, maio 2017. Disponível em: <https://linkspringer-com.ez74.periodicos.capes.gov.br/content/Cdf/10.1007%2Fs12525-017-0249-2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BJÖRK, Bo-Christer; HEDLUND, Turido. Emerging new methods of peer review in scholarly journals. **Learned Publishing**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 85-91, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1087/20150202>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BLATTMANN, U. Periodicidade das revistas científicas. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/13394>. Acesso em: 26 set. 2022.

BOAS, Raphael Faria Vilas. A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 11, p. 1-11, nov. 2017. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1405/pdf1405>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BOMFÁ, Claudia Regina Ziliotto; MOCELLIN, Elis Regina; TRZECIAK, Dorzeli Salete; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. Acesso livre à informação científica digital: dificuldades e tendências. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 309-318, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v20n3/08.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRAILE, Domingo; BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosangela. A importância da indexação para as revistas científicas. **Revista Brasileira de Cardiologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 341-342, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-83972007000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.120**, de 2007. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2095%2C%20DE,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação da Área de Educação. **Nota sobre o Qualis Periódicos**: área de Educação. Brasília, jan. 2021. Disponível em: https://sbhe.org.br/uploads/information_files/8/56a8d7de9cf0ec0f9ce831af2d11ba3d.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. **Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 387**, de 2011. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Readthe Budapest Open Access Initiative**. Budapest, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BUTLER, Declan. Investigatin gjournals: the darkside of publishing. **Nature**, [S. l.], v. 495, n. 1, p. 433-435, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/495433a>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SANCHEZ-TARRAGO, Nancy; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Práticas de Ciência Aberta da comunidade acadêmica brasileira: estudo a partir da produção científica. **Transinformação**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100310&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2021.

CABELLS SCHOLARLY ANALYTICS. **Predatory reports**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www2.cabells.com/about-predatory>. Acesso em: 03 maio 2022.

CALHEIROS, Tânia da Costa. A indexação no *Directory of Open Access Journals* de periódicos científicos eletrônicos. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2016, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2016. p. 743-756. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/347/217>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Tecnologia, inovação e sociedade. In: SEMINÁRIO INNOVACIÓN TECNOLÓGICA, ECONOMÍA Y SOCIEDAD, 6., 2002, Popayán. **Anais** [...]. Popayón: Organización Estados Iberoamericanos, 2002. p. 1-10. Disponível em: www.campus-oei.org. Acesso em: 09 mar. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 55-71.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O que são preprints?** Blog DADOS, [S. l.], 2021. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/o-que-sao-preprints>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CARELLI, Ana Esmeralda; GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia. Os periódicos científicos no compartilhamento da informação e do conhecimento: aspectos extrínsecos dos periódicos eletrônicos Qualis A da área de Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 191-213, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n27p191>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARRILLO FUENTES, Rosalba. Como se conforma una revista científica y arbitrada? *In*: JIMÉNEZ YÁÑEZ, César (coord.) **Revistas académicas em ciências sociais y humanidades en México**: realidades, experiencias y expectativas. Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2020. p. 236-247. Disponível em: <https://www.colson.edu.mx/publicaciones/catalogo/detalles/365>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CARTA DE SÃO PAULO. **Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.acessoaberto.usp.br/carta-de-sao-paulo-acesso-aberto/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CASTEDO, Raquel da Silva; GRUSZYNSKI, Ana. A produção editorial de revistas científicas online: uma análise de publicações brasileiras da área da Comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 271-287, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16697>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92625>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CENTRO INTERNACIONAL DO ISSN. **Início**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://cbissn.ibict.br/index.php/centro-internacional-do-issn>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CERQUEIRA, Roberta. Revistas científicas na América Latina: o caso do SciELO. **História, Ciências, Saúde**, [S. l.], v. 24, n. 3, não paginado, ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicohscsm.coc.fiocruz.br/periodicos-cientificas-na-america-latina-o-caso-do-scielo/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIRINO, Sérgio Dias (coord.). **Política de Periódicos para Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2017. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/06/Cartilha-da-Política-de-Periódicos-para-Minas-Gerais.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CIVALLERO, Edgardo. Open Access: experiencias latinoamericanas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECOLOGIA E INFORMACIÓN, 2., 2006, Lima. **Anais** [...]. Lima: [S.n.], 2006. p. 01-10. Disponível em: <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/80.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CONILL, Eleonor Minho *et al.* Determinantes sociais, condicionantes e desempenho dos serviços de saúde em países da América Latina, Portugal e Espanha. **Ciência saúde coletiva**, [S. l.], v. 23, n. 7, p. 2171-2185, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.07992018>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Chamada CNPq nº 19/2019**: Programa Editorial. Brasília, DF: CNPq, 2019. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&buscaModo=textual&tmp=1610224767879. Acesso em: 29 jan. 2021.

CONTREIRA, Ingrid Machado; MIRANDA, Angélica. Critérios de qualidade brasileiros e estrangeiros: análise dos periódicos da psicologia. *In*: MIRANDA, Angélica; DAMASIO,

Edilson; FIRME, Simone Machado (org.). **Ciência Aberta**: visão e contribuição a partir dos periódicos científicos. Rio Grande: Ed. da FURG, 2020. p. 134-156. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8792/CIENCIA%20ABERTA.pdf?sequence=3>. Acesso em: 18 ago. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Considerações sobre Qualis Periódicos**: Letras/Linguística. Brasília, DF: CAPES, 2016. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/qualis_Area_41_LETRAS_final.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 28 abr. 2022.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access in the world and Latin America: a review sincethe Budapest Open Access Initiative. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-46, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2021.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília, DF: IBICT, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23202>. Acesso em: 29 jan. 2021.

COSTA, Sely; KURAMOTO, Hélio; LEITE, Fernando César Lima. Acesso aberto no Brasil: aspetos históricos, ações institucionais e panorama atual. In: RODRIGUES, Eloy; SWAN, Alma; BAPTISTA, Ana Alice (org.). **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Braga: Universidade do Minho, 2013. p. 133-150. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

COUNTRY ECONOMY. **Produto Interno Bruto das Comunidades Autónomas de Espanha**. Madrid, 2022. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/espanha-comunidades-autonomas>. Acesso em: 16 ago. 2022.

COUTINHO, Ana Josiele Ferreira; BUSE, Juliana. A criação de periódicos eletrônicos na disciplina de editoração como práticas de ensino. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69267>. Acesso em: 04 mar. 2021.

CROSS, Di; THOMSON, Simon; SIBCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil**: a report for CAPES by Clarivate Analytics. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337666.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emilio; FEENSTRA, Ramon; PALLARÉS-DOMÍNGUEZ, Daniel. **Investigación en ética y filosofía em España**: hábitos, prácticas y percepciones sobre comunicación, evaluación y ética de la publicación científica. Madrid: Asociación Española de Ética y Filosofía Política, 2020. Disponível em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/66701>.

Acesso em: 30 jun. 2022.

DIAS, Guilherme Ataíde; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Revistas científicas: financiamento, recursos tecnológicos e custos. *In*: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Editora SenacSP/Cengage-Learning, 2008. p. 73-95.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS (DOAJ). **Find open access journals & article**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://doaj.org/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ELSE, Holly. **Radical open-access plan could spell end to journal subscriptions**. *Nature*, set. 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-06178-7>. Acesso em: 29 jan. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Periódicos predatórios põem em risco a credibilidade do conhecimento científico**. *Gestão Estratégica*, [S. l.], 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/60616354/periodicos-predatorios-poem-em-risco-a-credibilidade-do-conhecimento-cientifico>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ESPAÑA. **Constitución Española**. Madrid, 1978. Disponível em: <https://www.senado.es/web/conocersenado/normas/constitucion/index.html>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ESPANHA. **Decreto-Lei nº 99**, de 28 de setembro de 2011b. Regulamenta os estudos oficiais do Doutorado. Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/2011/02/10/pdfs/BOE-A-2011-2541.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ESPANHA. **Lei nº 14**, de 1 de junho de 2011a. De Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/2011/06/02/pdfs/BOE-A-2011-9617.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Directorate-General for Research Information and Communication Unit**: study on the economic and the critical evolution of the scientific publication markets in Europe. [S. l.], 2006. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/openaccess/librarians_2006_scientific_publications_tudy.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

FACHIN, Gleisy Regina Bories. **Ontologia de referência para periódico científico digital**. 2011. 401f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEGC0206-T.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina; RADOS, Gregório. Normas e padrões para os periódicos científicos on-line. *In*: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFSC, 5., 2005, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 1-10. Disponível em: http://anais.sepex.ufsc.br/anais_5/index_fixo800600.html. Acesso em: 09 mar. 2021.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; LIMA, Juliana Soares; SANTOS, Francisco Edvander Pires. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 63-81, maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35276/1/2018_art_mggfarias.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. A editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso de SEER/OJS. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 171-180, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/RjkvSSzggT5RKWcV8xQnMcm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto *et al.* Em busca de um repositório ideal: análise de software baseado em arquivos abertos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 141-159, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/414/1/BIANCARBBD2007.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A responsabilidade social do periódico científico. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rca/article/view/3628>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Nova lista de periódicos predatórios**. Pesquisa FAPESP, São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/nova-lista-de-periodicos-predatorios/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **O que é Ciência Aberta?** Formação Modular sobre Ciência Aberta. Série 1, Curso 1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/ciencia-aberta-fiocruz-lanca-formacao-modular-com-sete-cursos-online>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GARCIA, Joana; TARGINO, Maria das Graças. *Open peer review* sob a ótica de editores das revistas brasileiras da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017. p. 01-20. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/19>. Acesso em: 16 ago. 2022.

GARRIDO, Isadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz. Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-72, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/943/732>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994a.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994b.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lúcia Maria Sebastiana Verônica Costa; CASTRO, Regina Célia Figueiredo. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 165-190.

GRASSI, Judas Tadeu. **Economia**: fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

GROUP OF EDITORS OF SPANISH JOURNALS ON HEALTH SCIENCES. Declaração de Sant Joan d'Alacant em defesa do acesso aberto às publicações científicas, do grupo de

editores de periódicos espanhóis em ciências da saúde (GERECS). **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, jan. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/01/17/declaracao-de-sant-joan-dalacant-em-defesa-do-acesso-aberto-as-publicacoes-cientificas-do-grupo-de-editores-de-periodicos-espanhóis-em-ciencias-da-saude-gerecs/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. A edição de periódicos científicos eletrônicos: desafios para a visibilidade da ciência na web. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1395-2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

GUEDÓN, Jean-Claude. The green and gold road to open access: the case for mixing and matching. **Serials Review**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 315-328, abr. 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0098791304001431>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HAMES, Irene Hames. **Review of Peer review and manuscript management in scientific journals: guidelines for good practice**. Oxford: Blackwell Publishing in association with the Association of Learned and Professional Society Publishers, 2007.

HO, Adrian. Library services for creating and publishing student research journals. **Library Faculty and Staff Publications**, [S. l.], v. 8, n. 77, p. 235-250, dez. 2013. Disponível em: http://uknowledge.uky.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1077&context=libraries_facpub. Acesso em: 19 jun. 2022.

HORTA, Hugo; VELOSO, Francisco; GREDIAGA, Rócio. Navelgazing: academic inbreeding and scientific productivity. **Management Science**, [S. l.], v. 56, n. 3, p. 414-429, mar. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27784124>. Acesso em: 21 set. 2022.

IBARRA, Ana Carolina Rodríguez; RAMOS, Natália Baptista; OLIVEIRA, Manoela Ziebell de. Desafios das mulheres na carreira científica no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 17-28, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902021000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil**. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População residente por sexo**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=destaques>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto**. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Centro Brasileiro do Latindex**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/Latindex>. Acesso em: 29 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos: SEER**. Brasília, DF: IBICT, 2016.

Disponível em: <http://sitehistorico.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer>. Acesso em: 29 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas OJS/SEER**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: http://labcoat.ibict.br/portal/?page_id=15. Acesso em: 28 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estadística del Padrón Continuo**: datos provisionales a 1 de enero de 2022. Madrid, 2022. Disponível em: <https://www.ine.es/jaxi/Datos.htm?path=/t20/e245/p04/provi/I0/&file=00000002.px>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER INTERNATIONAL CENTRE. **ISSN Manual**. Paris, 2015. Disponível em: <https://www.issn.org/understanding-the-issn/assignment-rules/issn-manual/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER INTERNATIONAL CENTRE. **Number of records from countries within ISSN National Centre**. Paris, 2022b. Disponível em: https://www.issn.org/wp-content/uploads/2021/09/Records-for-countries-with-NC_v3.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER INTERNATIONAL CENTRE. **The ISSN Network today**. Paris, 2022a. Disponível em: <https://www.issn.org/the-centre-and-the-network/members-countries/the-issn-network-today/#>. Acesso em: 06 mar. 2022.

JANGE, Suresh; KADEMANI, B. S. Metamorphosis of the scientific journal: past, present and future. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 61-69, jul. 1999. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/4638/>. Acesso em: 17 out. 2019.

JENAL, Sabine *et al.* O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 802-808, maio 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000500024&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021

JOURNAL OF DENTISTRY AND PUBLIC HEALTH. **Sobre a Revista**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/odontologia/about>. Acesso em: 26 set. 2022.

JULIANI, Jordan Paulesky; MARTIGNAGO, Deisi. Buscador de avaliadores para periódicos científicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2018. p. 4380-4397. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1361/1865. Acesso em: 19 set. 2022.

KRONICK, David. **A history of scientific and technical periodicals**. 2. ed. Metuchen: Scarecrow Press, 1976.

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

KURAMOTO, Hélio. **O PL 1120/2007 foi arquivado indevidamente**. Blog do Kuramoto, [S. l.], 10 mar. 2011. Disponível em: <https://kuramoto.wordpress.com/2011/03/10/pl-11202007-foi-arquivado-indevidamente/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LEITE, Maria Piedade Fernandes Ribeiro. O que é um periódico científico de qualidade? **Femina**, [S. l.], v. 36, n. 12, dez. 2008. Disponível em: http://www.febrasgo.org.br/site/wp-content/uploads/2013/05/Femina_dezembro2008-727.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

LOGULLO, Patricia. **As revistas open access predatórias**. Palavra impressa, [S. l.], ago. 2016. Disponível em: <https://www.palavraimpressa.com.br/2016/08/05/as-revistas-open-access-predatorias/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MABE, Michael. Digital dilemmas: electronic challenges for the scientific journal publisher. **Aslib Proceedings**, Bradford, v. 53, n. 3, p. 85-92, mar. 2001.

MAGAÑA MANCILLAS, Mario Alberto; ROMERO RAMÍREZ, Carlos Antonio; JIMÉNEZ-YAÑEZ, César. Los evaluadores en la construcción de una revista académica: la experiencia de Culturales. In: JIMÉNEZ YAÑEZ, César (coord.). **Revistas académicas em ciencias sociales y humanidades en México: realidades, experiencias y expectativas**. Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2020. p. 174-185. Disponível em: <https://www.colson.edu.mx/publicaciones/catalogo/detalles/365>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MAINARDES, Jefferson (org.). **Metapesquisa no campo da política educacional**. São Paulo: Editora CRV, 2021. 250 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel; SANTOS, Regina dos; FONSECA, Ramón da. SEER: disseminação de um sistema eletrônico para editoração de periódicos científicos no Brasil. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-82, jul./dez. 2005.

MARTÍN SEMPERE, María José. Papel de las revistas científicas en la transferencia de conocimientos. In: ROMÁN, Adelaida (coord.). **La edición de revistas científicas guía de buenos usos**. Madrid: CINDOC, 2001. p. 07-10. Disponível em: <https://digital.csic.es/bitstream/10261/43471/1/R-21.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

MENDONÇA, Thais Carrier; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; VARVAKIS, Gregório. Padronização de periódicos científicos on-line: estudo aplicado na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 179-191, jan./jun. 2006.

MICROSOFT. **Microsoft Excel**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/excel#coreui-contentrichblock-m3gqkiw>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MIRANDA, Dely Bezerra; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. A revista científica como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, mar. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/462/421>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MORAMAS, Francisco. **Compromisos de la suniversidad ante la open science**. Madrid:

CRUE, 2019. Disponível em: https://www.crue.org/wp-content/uploads/2020/02/2019.02.20-Compromisos-CRUE_OPENSCIENCE-VF.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

MORENO CEJA, Faustino; DE JESAS CORTÉS VERA, José; DEL ROCIO ZUMAYA LEAL, Maria. Usos, limitaciones y prospectiva de la evaluación por pares. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 35, n. 2, p. 201-210, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://search-ebSCOhost-com.ez28.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=90260361&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MORRIS, Sally. Dando los primeros pasos em la edición electrónica de publicaciones periódicas. *In*: BABINI, Dominique; FRAGA, Jorge (org.). **Bibliotecas virtuales y portales para las ciencias sociales en América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p 125-144.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n. 3, p.49-50, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4421/4037>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 73-96.

MULLINS, James *et al.* **Library Publishing Services: strategies for success: final research report**. Washington: SPARC, 2012. Disponível em: http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=purduepress_ebooks. Acesso em: 19 jun. 2022.

NAKAJIMA, R. Competitividade e Acesso Aberto de periódicos em um país de língua não inglesa [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/09/04/competitividade-e-acesso-aberto-de-periodicos-em-um-pais-de-lingua-nao-inglesa/>. Acesso em: 26 set. 2022.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Acesso aberto revisado: critérios mais rígidos preservam a credibilidade**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/05/25/acesso-aberto-revisado-criterios-mais-rigidos-preservam-a-credibilidade/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Editores opinam sobre política editorial e aspectos da avaliação por pares**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, mar. 2021. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2021/03/03/editores-opinam-sobre-politica-editorial-e-aspectos-da-avaliacao-por-pares/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Estudo destaca os modelos de publicação em periódicos científicos do Brasil e Espanha**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, abr. 2014. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2014/04/25/estudo-destaca-os-modelos-de-publicacao-em-periodicos-cientificos-do-brasil-e-espanha/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Potenciais vantagens e desvantagens na publicação de pareceres**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/04/30/potenciais-vantagens-e-desvantagens-na-publicacao-de-pareceres/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

NIZAMUDDIN, M. Peer Review Process in Journal Publication: a Note for Editors and Young Scientists. **Bangladesh Journal of Communication & Publishing**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 105-108, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://search-ebsohost-com.ez28.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=19260614&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 03 ago. 2021.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SOMBRIO, Márcia Luiza Lonzetti Nunes; PRADO, Noêmia Schoffen. Periódicos brasileiros especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação: evolução. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 1-17, out. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14701004>. Acesso em: 02 ago. 2021.

OLIVEIRA, Aline Borges de; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; MATIAS, Marcio. Periódicos científicos das Ciências Agrárias: análise dos títulos brasileiros indexados na Web of Science e Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, n.2, p.3-28, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2582/1874>. Acesso em: 26 set. 2022.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de. **Qualidade dos periódicos científicos**: um modelo-síntese para avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação. 2017. 283f. Tese (Doutorado em Gestão & Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AXZM69/1/ccvotese___final1.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de; CENDÓN, Beatriz Valadares; CIRINO, Sérgio Dias. Modelo-síntese para avaliação da qualidade dos periódicos científicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 4476-4494. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103651>. Acesso em: 02 ago. 2021.

OLIVEIRA, Marlene de. Canais formais de comunicação do conhecimento antropológico produzido no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-11, mar. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/635>. Acesso em: 21 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha Informativa Covid-19**: Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PACKER, Abel L. *et al*. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. nd, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2022.

PACKER, Abel. **Os desafios da profissionalização**. SciELO em perspectiva, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2014/06/16/os-desafios-da-profissionalizacao/#.YxN_h3bMLIU. Acesso em: 08 mar. 2021.

PACKER, Abel; PRAT, Ana María; LUCCISANO, Adriana; MONTANARI, Fabiana; SANTOS, Solange; MENGHINI, Rogério. El modelo SciELO de publicación científica de calidad en acceso abierto. *In*: BABINI, Dominique; FRAGA, Jorge (org.). **Bibliotecas virtuales y portales para lascienciassociales en América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p 125-144.

PACKER, Abel; SANTOS, Solange. **Ciência aberta e o novo *modus operandi* de comunicar pesquisa**: Parte I. SciELO em Perspectiva, São Paulo, ago. 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PEDRI, Patrícia; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. Revisão por pares aberta em questão: uma breve análise sistemática. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, v. 3, n. esp., p. 118-122, jan. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157272>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PERRY, Anali Maughan *et al.* The balance point: libraries as journal publishers. **Serials Review**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 196-204, mar. 2011. Disponível em: http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=tlar_pub. Acesso em: 19 jun. 2022.

PINTO, Angelo C.; ANDRADE, Jailson B. de. Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? **Química Nova**, v. 22, n. 3, p. 448-453, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v22n3/1101.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

PINTO, Eduardo Costa. América Latina na primeira década do século XXI: “Efeito China” e crescimento com inclusão. *In*: RODRIGUES, Valdemar de Almeida (org.). **Observatório internacional de capacidades humanas, desenvolvimento e políticas públicas, estudos e análises**. Brasília: UNB/ObservaRH/NESP, 2013. p. 23-46. Disponível em: http://capacidadeshumanas.org/oichsite/wp-content/uploads/2015/07/PORT_OBSERVATORIO-INTERNACIONAL.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

PISOSCHI, Aurelia Magdalena; PISOSCHI, Claudia Gabriela. Is open access the solution to increase the impact of scientific journals? **Scientometrics**, [S. l.], v. 109, n. 1, p.1075-1095, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-016-2088-x>. Acesso em: 29 jan. 2021.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar *et al.* Revistas brasileiras publicadoras de artigos científicos em cirurgia: terminologia e atribuições adotadas pelos editores: proposta de organograma do periódico e fluxograma do artigo. **Acta Cirurgia Brasileira**, São Paulo, v. 18, n. 6, p. 497-501, nov./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/acb>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PORTAL DULCINEA. **Sobre o Portal**. Barcelona, 2021. Disponível em: <https://www.accesoabierto.net/dulcinea/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PORTAL ISSN. **The Global Index for Continuing Resources**. Brasília: IBICT, 2021. Disponível em: <https://portal.issn.org/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PRADO, Paulo Inácio; KRAENKEL, Roberto André; COUTINHO, Renato Mendes. **Preda Qualis**: periódicos potencialmente predatórios no QUALIS-CAPES. Brasília, 2017. Disponível em: <https://predaqualis.netlify.app/resultados/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

RAMÍREZ VALVERDE, Benito. La relación entre la revista científica y la comunidad académica: problemas y propuestas. *In*: CONGRESO NACIONAL DE REVISTAS CIENTÍFICAS, 1., 2016, Yucatán. **Anais [...]**. Yucatán: Ediciones de la Universidad Autónoma de Yucatán, 2016. p. 63-72.

RED ESPAÑOLA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS (REBIUN). **III Plan Estratégico de REBIUN**. Madrid: REBIUN, 2014. Disponível em:

<http://www.rebiun.org/sites/default/files/2017-11/Plan%20Estrat%C3%A9gico%20REBIUN.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

REDE CARINIANA. **Lista de Portais de Periódicos**. Brasília, IBICT, 2021. Disponível em: <https://cariniana.ibict.br/index.php/listas/portais>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RESTREPO VALENCIA, Laura *et al.* Análisis de la producción científica de la Revista CES Odontología em los últimos 10 años. **Revista CES Odontología**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 119-31, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ceso/v28n2/v28n2a10.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Arquivos**. Chapecó, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/inde>. Acesso em: 14 ago. 2022.

REVISTA HUMANITARIS. **Sobre a revista**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/revistahumanitaris/index>. Acesso em: 14 ago. 2022.

REVISTA TROPOS. **Início**. Rio Branco, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/announcement/view/97>. Acesso em: 09 mar. 2022.

REVISTA UNIÍTAO EM PESQUISA. **Sobre a revista**. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://pesquisa.italo.com.br/index.php?journal=uniitalo&page=about>. Acesso em: 20 set. 2022.

RIBEIRO, Sidarta. Capacity building: architects of South American science. **Nature**, [S. l.], v. 510, n. 1, p. 209-212, jan. 2014. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/510209a>. Acesso em: 02 ago. 2021.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine de Oliveira. Critérios para indexação de periódicos científicos. *In*: MIRANDA, Angélica; FIRME, Edilson Damasio; MACHADO, Simone (org.). **Ciência Aberta**: visão e contribuição a partir dos periódicos científicos. Rio Grande: Ed. da FURG, 2020. p. 49-66. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8792/CIENCIA%20ABERTA.pdf?sequence=3>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 16, n. 2, p. 523-532, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n2/16.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; ABADAL, Ernest. Scientific Journals in Brazil and Spain: Alternative Publishing Models. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [S. l.], v. 56, n. 10, p. 2145-2151, fev. 2014. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23115>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; OLIVEIRA, Aline Borges de. Periódicos científicos na América Latina: títulos em acesso aberto indexados no ISI e SCOPUS. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 77-99, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n4/06.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

ROMANZOTI, Natasha. Estranho mapa do mundo baseado na produção científica. **Hypescience**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ROOSENDAAL, Hans; GEURTS, Petrus. **Forces and functions in scientific communication: an analysis of the interplay.** [S. l.], 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/22726250/Forces_and_functions_in_scientific_communication_an_analysis_of_their_interplay. Acesso em: 02 ago. 2021.

ROSS-HELLAUER, Tony. What's Open Peer Review? a Systematic Review. **F1000 Research**, [S. l.], v. 6, n. 588, p. 1-7, jun. 2017. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/6-588/v2>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do Aplicativo Iramuteq: compilação, organização e notas. In: **Iramuteq.org**. Planaltina, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-mariaelisabeth-salviati>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTA ANNA, Jorge. Práticas bibliotecárias na editoração de periódicos científicos eletrônicos: uma pesquisa ação-participante no periódico Pró-Discente. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 736-755, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/141486>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543/483>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SANTOS, Gildenir Carolino (org.). **Periódicos científicos de acesso aberto de instituições públicas brasileiras: contextos e boas práticas**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/134/137/509-1>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SANTOS-D'AMORIM, Karen. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 15, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11468/7041>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 21 set. 2022.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 50, n. 12, p. 1051-1063, dez. 1999.

SCIENCE EUROPE. **coAlition S**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.scienceeurope.org/coalition-s/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SCIENCE-METRIX. **Analytical Support for Bibliometrics Indicators: Open access availability of scientific publications**. Montréal, 2018. Disponível em: http://www.science-metrix.com/sites/default/files/science-metrix/publications/science-metrix_open_access_availability_scientific_publications_report.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE - SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: SciELO, 2017. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20171000-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: SciELO, 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELOBrasil**. São Paulo: SciELO, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SELVA, Simge And Meera; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Women and Leadership in the News Media 2020**: Evidence from Tem Markets. Reuters Institute for the Study of Journalism, mar. 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-03/Andi_et_al_Women_and_Leadership_in_Media_FINAL.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

SILVA, Claudio Nei Nascimento da; MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antônio; MUELLER, Suzana. A revisão por pares a partir da percepção dos editores: um estudo comparativo em revistas brasileiras, espanholas e mexicanas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 126-143, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114254>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, Leonardo Werner. Internet foi criada em 1969 com o nome de "Arpanet" nos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml#:~:text=A%20internet%20foi%20criada%20em,primeiro%20e%20mail%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SILVA, Paulo Fernando Pereira da. **As políticas de open data em Portugal**: análise da sua implementação e impacto. 2017. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/47025>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_5d9c4687ca_0010248.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

SILVEIRA, Lúcia da. **Portais de periódicos das universidades federais brasileiras**: documentos de gestão. 2016. 222f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/178706/343901.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 set. 2022.

SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Côrrea da (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208680>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SISTEMA REGIONAL DE INFORMACIÓN EN LÍNEA PARA REVISTAS CIENTÍFICAS DE AMÉRICA LATINA, EL CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL (LATINDEX). **Recursos para la visibilidad e indización de revistas académicas**. Cidade do México: LATINDEX, 2021. Disponível em: https://www.latindex.org/lat/documentos/Recursos_visibilidad_indizaci%C3%B3n_revistas_2021.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Portal de Periódicos da Capes: dados e pensamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.1, n.1, p.10-25, 2004. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/8>. Acesso em: 26 set. 2022.

SOUZA, Marcos de. Produção científica brasileira: caminhos norteadores para instituições de fomento à pesquisa. **Brazilian Journal of Information Studies: research trends**, Marília, v. 12, n. 1, p. 46-60, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7187>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SPERBER, Mariane; KERN, Vinícius Medina. Qualidade de revistas científicas: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 941-955, mar. 2019. Disponível: <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.21000>. Acesso: 30 jun. 2022.

SPINAK, Ernesto. **Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares aberta... e mais**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, fev. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais/#.YxJVmHbMLIU>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; WERLANG, Elisabete; PRESSER, Nadi Helena. Indicadores de gestão do fluxo editorial dos periódicos científicos: uma reflexão teórico-metodológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. esp., p. 102-117, dez. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32526>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SQUAZZONI, Flaminio. **Avaliação por pares não é apenas controle de qualidade, é parte integrante da infraestrutura social da pesquisa**. SciELO em Perspectiva, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/01/15/avaliacao-por-pares-nao-e- apenas-controle-de-qualidade/#.YyvKIHbMLIU>. Acesso em: 09 mar. 2021.

STIGLITZ, Joseph. **The great divide**. Reino Unido: Allen Lane, 2015.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 18-32, abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/dn5DMFXZwjc4ndkRSK5X9zB/?lang=pt#>. Acesso em: 02 ago. 2021.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 383-386, set./dez. 1996.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-10, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3369/3953>. Acesso em: 09 mar. 2021.

TENNANT, Jonathan *et al.* The academic, economic and societal impacts of Open Access: an evidence-based review. **F1000 Research**, [S. l.], v. 5, n. 632, p. 1-19, maio 2016. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/5-632/v1>. Acesso em: 21 jan. 2021.

TENNIS, Joseph. Foundational, first-order, and second-order classification theory. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 42, n. 4, p. 244-249, abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282926403_Foundational_First-Order_and_Second-Order_Classification_Theory. Acesso em: 21 set. 2022.

TESTA, J. A base de dados isi e seu processo de seleção de revistas. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 233-235, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/5840>. Acesso em: 26 set. 2022.

THE INTER ACADEMY PARTNERSHIP. **Combatting Predatory Academic Journals and Conferences**. [S. l.], IAP, 2022. Disponível em: <https://www.interacademies.org/sites/default/files/2022-03/1.%20Full%20report%20-%20English%20FINAL.pdf>. Acesso em: 03 maio 2022.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. *In*: SABADINI, Aparecida Angelica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org.). **Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 87-102.

TZOC, Elias. El acceso abierto en América Latina: situación actual y expectativas. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 35, n. 1, p. 83-95, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/19991/1/v35n1a8.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional?. MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. Cap.9. p.277-305. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimento_regional_cap9.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

VILCHIS, Ivonne Lujano; RIVERA-LÓPEZ, Bárbara; MARTÍNEZ-DOMÍNGUEZ, Néstor Daniel. Más allá del paper: géneros discursivos en revistas académicas de humanidades. *In*: JIMÉNEZ YÁÑEZ, César (coord.). **Revistas académicas em ciencias sociales y humanidades en México: realidades, experiencias y expectativas**. Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2020. p. 81-102. Disponível em: <https://www.colson.edu.mx/publicaciones/catalogo/detalles/365>. Acesso em: 30 jun. 2020.

VILELA, Evaldo Ferreira. Por uma ciência acessível e de qualidade. *In*: CIRINO, Sérgio Dias (coord.). **Política de periódicos para Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2017. p. 7. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/06/Cartilha-da-Pol%C3%ADtica-de-Peri%C3%B3dicos-para-Minas-Gerais.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VRAGOV, Roumen; LEVINE, Ilan. Reviewing and Revamping the Double-Blind Peer Review Process. **Journal of Electronic Publishing**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 3, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://search-ebsohost.com.ez28.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=24079145&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 03 ago. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19/7>. Acesso em: 03 maio 2022.

WELLER, Ann. Editorial peer review: research, current practices, and implications for librarians. **Serials Review**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 53, jan./jun. 1995. Disponível em: <http://search-ebshost-com.ez28.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=9504252898&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 03 ago. 2021.

WORLD MAPPER. **Science Papers Published 2016**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://worldmapper.org/maps/science-paperspublished-2016/?sf_action=get_data&sf_data=results&_sft_product_cat=science&sf_paged=2. Acesso em: 29 jan. 2021.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

APÊNDICE A – RESULTADO DA PESQUISA
ESTRUTURA EDITORIAL CIENTÍFICA DE UM PERIÓDICO.
NOMENCLATURAS MAIS UTILIZADAS POR FUNÇÃO E PAÍS

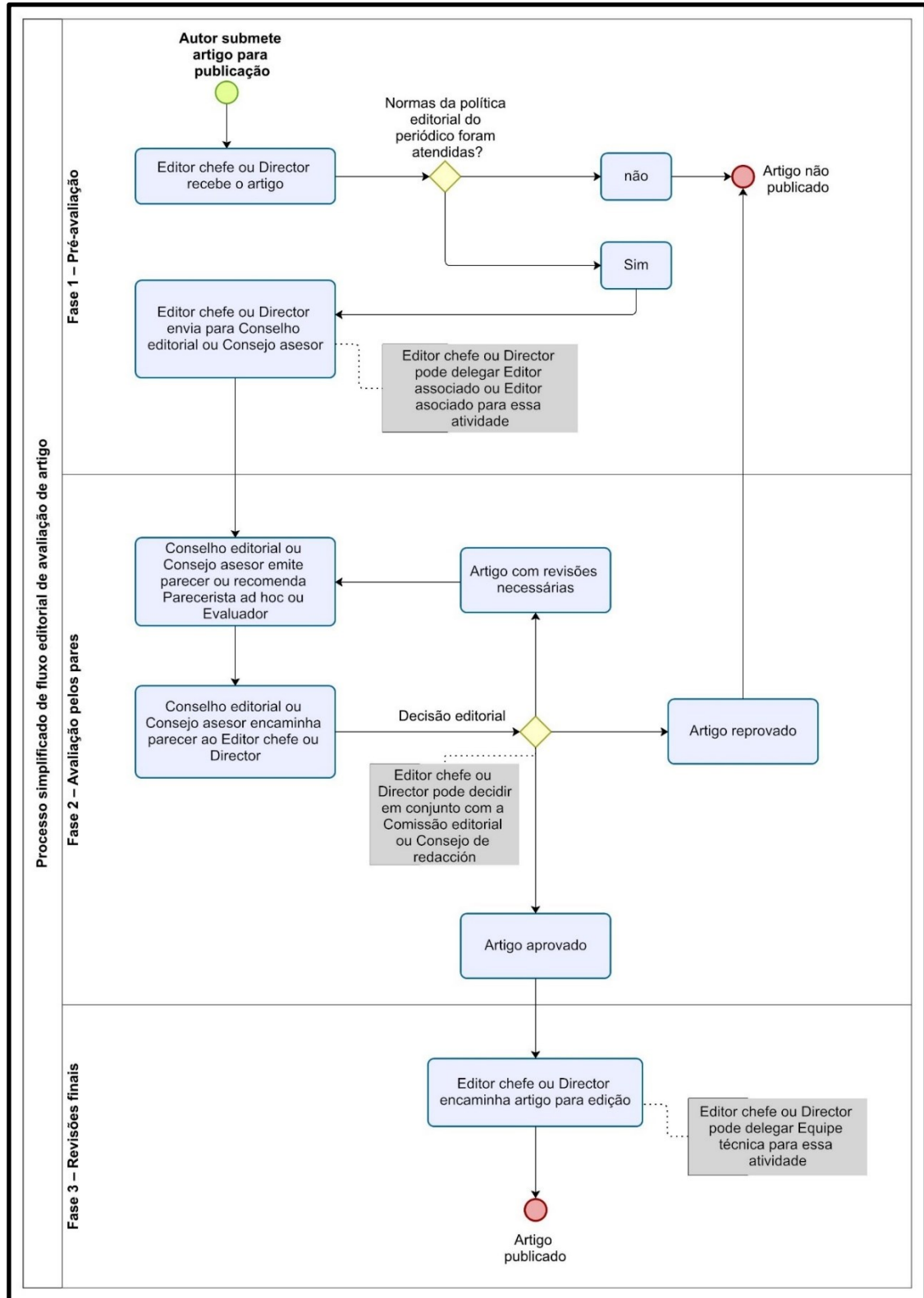
DESCRIÇÃO DAS NOMENCLATURAS	BRASIL	ESPANHA
Grupo responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais*	Comissão editorial*	<i>Consejo de redacción*</i>
Pessoa(s) que dirige(m) a publicação	Editor-chefe	<i>Director</i>
Pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou <i>director</i> na gestão do fluxo editorial*	Editor associado*	Editor asociado*
Grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos. Recomenda a rejeição ou publicação de originais	Conselho editorial	<i>Consejo asesor</i>
Pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos. Não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação do artigo que foi designado*	Parecerista ad hoc*	<i>Evaluador*</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

* Os grupos (1) responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais, (2) a(s) pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou *director* na gestão do fluxo editorial e (3) a(s) pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos que não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término estão sombreados porque, diversamente dos demais, eles não estão presente em número significativo nos periódicos do Brasil e da Espanha. No geral, a pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis não distinguem comissão editorial ou *consejo de redacción* no grupo editorial. Tanto no Brasil como na Espanha, 50% não identificam editor associado ou *editor asociado*. Apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos.

APÊNDICE B - RESULTADO DA PESQUISA

FLUXO SIMPLIFICADO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO POR PARES DE UM PERIÓDICO



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM EDITOR DE PERIÓDICO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Este roteiro integra o projeto de pesquisa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de doutor.

Tema: Periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha: estudo dos aspectos formais, da equipe editorial científica e da avaliação por pares.

Objetivo: Analisar os periódicos científicos brasileiros e espanhóis em acesso aberto para, a partir dos resultados, propor um modelo terminológico dos aspectos formais para equipe editorial e avaliação por pares para os periódicos científicos.

Entrevistado: Editor e pesquisador da área de Comunicação e Informação da CAPES.

Método: Encontro virtual via *Google Meet*, realizado de modo individual e anônimo.

As informações reunidas nesta etapa serão utilizadas com o intuito de captar as explicações e as interpretações da proposta do modelo terminológico dos aspectos formais para equipe editorial e avaliação por pares. As informações serão tratadas com sigilo e agregação e serão utilizadas, apenas, para fins desta pesquisa; logo, as respostas do(a) senhor(a) não serão passíveis de identificação.

O estudo propõe um modelo terminológico dos aspectos formais da equipe editorial científica e da avaliação por pares para periódicos científicos de acesso aberto a partir das principais características de 4.247 periódicos: 2.628 brasileiros e 1.619 espanhóis.

QUESTÃO 1 – Sobre a vigência dos periódicos. A pesquisa identificou que 28% dos periódicos brasileiros (1.044) e 26% dos espanhóis (557) estão inativos. Em sua opinião, quais são os principais fatores que causam essa descontinuidade?

QUESTÃO 2 – Os assuntos mais recorrentes nos dois países são: educação e história. Em sua opinião, por qual motivo esses temas possuem mais periódicos no Brasil e na Espanha?

QUESTÃO 3 – A área do conhecimento de Ciências Humanas lidera com maior número de periódicos, tanto no Brasil como na Espanha, em todos os intervalos de tempo. Por qual motivo considera que essa área possui tantos periódicos?

QUESTÃO 4 – A porcentagem de periódicos brasileiros que utiliza o *Open Journal Systems* (OJS) é maior que a dos periódicos espanhóis. A taxa dos que utilizam essa plataforma é de 88% dos periódicos brasileiros (2.323) e 65% dos espanhóis (1.045). O estudo percebeu que o uso do OJS auxilia na apresentação dos dados essenciais do periódico. Você concorda com essa percepção de que o uso de plataformas estruturadas especificamente para periódicos na apresentação das informações elementares ajudam na editoração?

QUESTÃO 5 – O estudo identificou que, em ambos os países, a maior parte dos periódicos teve início entre 2010 e 2014. As variações do aumento e do decréscimo estão atreladas à questão econômica. Percebeu-se que as crises financeiras nos países são acompanhadas com a diminuição da criação do número de periódicos. Você percebe como fato essa correlação de que o fator econômico interfere na criação e na manutenção dos periódicos?

QUESTÃO 6 - Outra correlação econômica percebida na pesquisa é que a concentração da origem geográfica dos periódicos científicos equivale às regiões com o maior Produto Interno Bruto (PIB). Em sua opinião, por que isso acontece?

QUESTÃO 7 – Constatou-se que, em comparação ao Brasil, os periódicos da Espanha têm um tempo de maior vigência. Enquanto os brasileiros possuem em média 35 edições disponíveis por periódico, a Espanha tem 48. A maior longevidade de atividade dos periódicos espanhóis foi correlacionada à

periodicidade. A maior parte é anual (38%). No Brasil, a maioria, 43%, publica duas vezes ao ano. Você concorda com essa inferência, ou seja, que quanto maior o tempo de periodicidade, maior o tempo de vida (existência) do periódico?

QUESTÃO 8 - Por qual motivo acredita que a maior parte da responsabilidade editorial dos periódicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha é de instituições de ensino e associações?

QUESTÃO 9 - O sistema de avaliação às cegas predomina. Apenas 0,4% dos periódicos brasileiros e 0,1% dos espanhóis tem a revisão aberta ou híbrida. Como você percebe essa predominância da revisão sem a identificação dos avaliadores e autores, ou seja, por que há preferência pelo sistema fechado?

QUESTÃO 10 - A revisão por pares aberta de publicações é uma prática bastante difundida na sua área de conhecimento? Acredita que em curto, médio ou longo prazo haverá maior adesão da revisão aberta? Você concorda com esse sistema e participaria de avaliações abertas?

QUESTÃO 11 - A maior parte da equipe científica de ambos os países é composta por 20 a 29 pessoas. Considera esse número razoável para cumprir as demandas do fluxo editorial?

QUESTÃO 12 - Para a equipe científica, foram localizadas 713 nomenclaturas nos periódicos brasileiros e 623 nos espanhóis. Com base nas expressões mais citadas, pôde-se constatar as características predominantes na estrutura da equipe editorial (modelo seguinte). Indique o seu grau de concordância quanto ao modelo proposto, ou seja, mencione se ele está completo ou não. Em caso do modelo estar incompleto, o que falta para a sua integridade?

Estrutura editorial científica de um periódico. Nomenclaturas mais utilizadas por função e país

	BRASIL	ESPAÑA
Grupo responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais. *	Comissão editorial*	<i>Consejo de redacción*</i>
Pessoa(s) que dirige a publicação.	Editor chefe	<i>Director</i>
Pessoa(s) que colabora(m) com o Editor chefe ou <i>Director</i> na gestão do fluxo editorial. *	Editor associado*	<i>Editor asociado*</i>
Grupo que atua como consultor no que diz respeito ao conteúdo dos artigos. Recomenda a rejeição ou publicação de originais.	Conselho editorial	<i>Consejo asesor</i>
Pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos. Não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término da avaliação do artigo que foi designado. *	Parecerista ad hoc*	<i>Evaluador*</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

* Os grupos (1) responsável pela elaboração de diretrizes e políticas editoriais, (2) a(s) pessoa(s) que colabora(m) com o editor-chefe ou *director* na gestão do fluxo editorial e (3) a(s) pessoa(s) convidada(s) a analisar artigos que não possuem vínculo permanente com o periódico e encerram a participação ao término estão sombreados porque, diversamente dos demais, eles não estão presente em número significativo nos periódicos do Brasil e da Espanha. No geral, a pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis não distinguem comissão editorial ou *consejo de redacción* no grupo editorial. Tanto no Brasil como na Espanha, 50% não identificam editor associado ou *editor asociado*. Apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos.

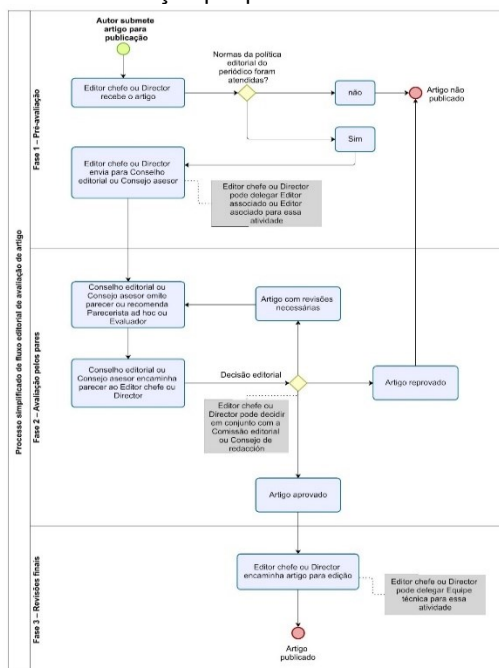
QUESTÃO 13 - A pesquisa identificou que 58% dos periódicos brasileiros e 42% dos espanhóis têm essas atribuições (comissão editorial ou *consejo de redacción* e editor associado ou *editor asociado*) exercidas pelo editor-chefe ou *director*. Em sua prática editorial, é essencial ou dispensável esses grupos? Por quê?

QUESTÃO 14 - A maioria dos periódicos, seja brasileiro ou espanhol, em todas as áreas do conhecimento, possui a responsabilidade editorial exercida por homem. A indicação representa o inverso da população geral em ambos os países em que o número de mulheres é superior ao de homens, constatando falta de equidade de gênero. Qual a sua opinião sobre esse fato, ou seja, por que o número de mulheres é menor na ocupação dos cargos de editor de periódicos?

QUESTÃO 15 - A pesquisa identificou que apenas 8% dos periódicos brasileiros e 5% dos espanhóis têm a prática de chamar avaliadores externos. Na grande maioria dos periódicos, o conselho editorial ou *consejo asesor*, que é formado por especialistas da área de conhecimento do periódico, é suficiente para emitir pareceres para aceitar ou rejeitar a publicação. Em sua prática editorial, essa constatação seria por qual motivo, ou seja, por que grande parte dos periódicos tende a não chamar avaliadores externos?

QUESTÃO 16 - A partir deste estudo sobre os periódicos do Brasil e da Espanha, identificou-se um fluxo editorial simplificado comum à maioria do corpus da pesquisa. Indique o seu grau de concordância quanto ao esboço proposto para representar o fluxo das atividades de avaliação, mencionando se ele está completo ou não. Em caso do modelo estar incompleto, o que falta para a sua integridade?

Fluxo simplificado das atividades de avaliação por pares da estrutura editorial científica de um periódico



FONTE: Dados da pesquisa (2022).

QUESTÃO 17 - Sobre a equipe técnica, enquanto 60% dos periódicos brasileiros descrevem a equipe técnica, o estudo identificou que há a menção desse grupo em apenas 32% dos periódicos espanhóis. Percebeu-se que tal resultado pode ser correlacionado ao fato de que os periódicos brasileiros utilizam em maior número a plataforma OJS que auxilia na apresentação dos dados. Em sua prática editorial, essa inferência é adequada? Por quê?

Professor(a), ficamos gratos pela sua participação nesta entrevista. Sua contribuição será muito significativa para fortalecer os resultados desta tese.

Obrigada!

ANEXO A - TABELA DE ÁREAS DE CONHECIMENTO/AVALIAÇÃO DA CAPES

1000003

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

10100008	MATEMÁTICA
10101004	ALGEBRA
10101012	CONJUNTOS
10101020	LÓGICA MATEMÁTICA
10101039	TEORIA DOS NÚMEROS
10101047	GRUPO DE ÁLGEBRA NÃO-COMUTATIVA
10101055	ÁLGEBRA COMUTATIVA
10101063	GEOMETRIA ALGÉBRICA
10102000	ANÁLISE
10102019	ANÁLISE COMPLEXA
10102027	ANÁLISE FUNCIONAL
10102035	ANÁLISE FUNCIONAL NÃO-LINEAR
10102043	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS
10102051	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARCIAIS
10102060	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS FUNCIONAIS
10103007	GEOMETRIA E TOPOLOGIA
10103015	GEOMETRIA DIFERENCIAL
10103023	TOPOLOGIA ALGÉBRICA
10103031	TOPOLOGIA DAS VARIEDADES
10103040	SISTEMAS DINÂMICOS
10103058	TEORIA DAS SINGULARIDADES E TEORIA DAS CATÁSTROFES
10103066	TEORIA DAS FOLHEAÇÕES
10104003	MATEMÁTICA APLICADA
10104011	FÍSICA MATEMÁTICA
10104020	ANÁLISE NUMÉRICA
10104038	MATEMÁTICA DISCRETA E COMBINATÓRIA
10200002	PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
10201017	TEORIA GERAL E FUNDAMENTOS DA PROBABILIDADE
10201025	TEORIA GERAL E PROCESSOS ESTOCÁSTICOS
10201033	TEOREMAS DE LIMITE
10201041	PROCESSOS MARKOVIANOS
10201050	ANÁLISE ESTOCÁSTICA
10201068	PROCESSOS ESTOCÁSTICOS ESPECIAIS
10202005	ESTATÍSTICA
10202013	FUNDAMENTOS DA ESTATÍSTICA
10202021	INFERÊNCIA PARAMÉTRICA
10202030	INFERÊNCIA NÃO-PARAMÉTRICA
10202048	INFERÊNCIA EM PROCESSOS ESTOCÁSTICOS
10202056	ANÁLISE MULTIVARIADA
10202064	REGRESSÃO E CORRELAÇÃO
10202072	PLANEJAMENTO DE EXPERIMENTOS
10202080	ANÁLISE DE DADOS
10203001	PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA APLICADAS ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
10300007	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
10301003	TEORIA DA COMPUTAÇÃO
10301011	COMPUTABILIDADE E MODELOS DE COMPUTAÇÃO

10301020	LINGUAGEM FORMAIS E AUTÔMATOS
10301038	ANÁLISE DE ALGORÍTMOS E COMPLEXIDADE DE COMPUTAÇÃO
10301046	LÓGICAS E SEMÂNTICA DE PROGRAMAS
10302000	MATEMÁTICA DA COMPUTAÇÃO
10302018	MATEMÁTICA SIMBÓLICA
10302026	MODELOS ANALÍTICOS E DE SIMULAÇÃO
10303006	METODOLOGIA E TÉCNICAS DA COMPUTAÇÃO
10303014	LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO
10303022	ENGENHARIA DE SOFTWARE
10303030	BANCO DE DADOS
10303049	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
10303057	PROCESSAMENTO GRÁFICO (GRAPHICS)
10304002	SISTEMA DE COMPUTAÇÃO
10304010	HARDWARE
10304029	ARQUITETURA DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO
10304037	SOFTWARE BÁSICO
10304045	TELEINFORMÁTICA
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ASTRONOMIA / FÍSICA
10400001	ASTRONOMIA
10401008	ASTRONOMIA DE POSIÇÃO E MECÂNICA CELESTE
10401016	ASTRONOMIA FUNDAMENTAL
10401024	ASTRONOMIA DINÂMICA
10402004	ASTROFÍSICA ESTELAR
10403000	ASTROFÍSICA DO MEIO INTERESTELAR
10403019	MEIO INTERESTELAR
10403027	NEBULOSA
10404007	ASTROFÍSICA EXTRAGALÁTICA
10404015	GALÁXIAS
10404023	AGLOMERADOS DE GALÁXIAS
10404031	QUASARES
10404040	COSMOLOGIA
10405003	ASTROFÍSICA DO SISTEMA SOLAR
10405011	FÍSICA SOLAR
10405020	MOVIMENTO DA TERRA
10405038	SISTEMA PLANETÁRIO
10406000	INSTRUMENTAÇÃO ASTRONÔMICA
10406018	ASTRONOMIA ÓTICA
10406026	RADIOASTRONOMIA
10406034	ASTRONOMIA ESPACIAL
10406042	PROCESSAMENTO DE DADOS ASTRONÔMICOS
10500006	FÍSICA
10501002	FÍSICA GERAL
10501010	MÉTODOS MATEMÁTICOS DA FÍSICA
10501029	FÍSICA CLÁSSICA E FÍSICA QUÂNTICA; MECÂNICA E CAMPOS
10501037	RELATIVIDADE E GRAVITAÇÃO
10501045	FÍSICA ESTATÍSTICA E TERMODINÂMICA
10501053	METROLOGIA, TECN. GER. DE LAB. E SIST. DE INSTRUMENTAÇÃO
10501061	INSTRUMENTAÇÃO ESPECÍFICA DE USO GERAL EM FÍSICA
10502009	ÁREAS CLÁSSICAS DE FENOMENOLOGIA E SUAS APLICAÇÕES
10502017	ELETRICIDADE E MAGNETISMO; CAMPOS E PARTÍCULAS CARREGADAS
10502025	ÓTICA
10502033	ACÚSTICA
10502041	TRANSFERÊNCIA DE CALOR; PROCESSOS TÉRMICOS E TERMODINÂMICOS
10502050	MECÂNICA, ELASTICIDADE E REOLOGIA
10502068	DINÂMICA DOS FLUIDOS
10503005	FÍSICA DAS PARTÍCULAS ELEMENTARES E CAMPOS

- 10503013 TEORIA GERAL DE PARTÍCULAS E CAMPOS
 10503021 TEOR.ESP.E MOD.DE INTERAÇÃO; SIST.DE PARTÍCULAS; R.CÓSMICOS
 10503030 REAÇÕES ESPECÍFICAS E FENOMIOLOGIA DE PARTÍCULAS
 10503048 PROPRIEDADES DE PARTÍCULAS ESPECÍFICAS E RESSONÂNCIAS
 10504001 FÍSICA NUCLEAR
 10504010 ESTRUTURA NUCLEAR
 10504028 DESINTEGRAÇÃO NUCLEAR E RADIOATIVIDADE
 10504036 REAÇÕES NUCLEARES E ESPALHAMENTO GERAL
 10504044 REAÇÕES NUCLEARES E ESPALHAMENTO (REAÇÕES ESPECÍFICAS)
 10504052 PROPRIEDADES DE NÚCLEOS ESPECÍFICOS
 10504060 MET.EXPER.E INSTRUMENT.PARA PART.ELEMENT.E FÍSICA NUCLEAR
 10505008 FÍSICA ATÔMICA E MOLECULAR
 10505016 ESTRUTURA ELETRÔNICA DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS; TEORIA
 10505024 ESPECTROS ATÔMICOS E INTEGRAÇÃO DE FÓTONS
 10505032 ESPECTROS MOLECUL. E INTERAÇÕES DE FÓTONS COM MOLÉCULAS
 10505040 PROCESSOS DE COLISÃO E INTERAÇÕES DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS
 10505059 INF.SOB.ATOM.E MOL.OBIT.EXPERIMENTALMENTE; INST.E TÉCNICAS
 10505067 ESTUDOS DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS ESPECIAIS
 10506004 FÍSICA DOS FLÚIDOS, FÍSICA DE PLASMAS E DESCARGAS ELÉTRICAS
 10506012 CINÉTICA E TEOR.DE TRANSP.DE FLÚIDOS; PROPRIED.FIS.DE GASES
 10506020 FÍSICA DE PLASMAS E DESCARGAS ELÉTRICAS
 10507000 FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507019 ESTRUTURA DE LÍQUIDOS E SÓLIDOS; CRISTALOGRAFIA
 10507027 PROPRIEDADES MECÂNICAS E ACÚSTICAS DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507035 DINÂMICA DA REDE E ESTATÍSTICA DE CRISTAIS
 10507043 EQUAÇÃO DE ESTADO, EQUILIB. DE FASES E TRANSIÇÕES DE FASES
 10507051 PROPRIEDADES TÉRMICAS DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507060 PROPRIEDADES DE TRANSP.DE MATÉRIA COND. (NÃO ELETRÔNICAS)
 10507078 CAMPOS QUÂNTICOS E SÓLIDOS, HÉLIO, LÍQUIDO, SÓLIDO
 10507086 SUPERFÍCIES E INTERFACES; PELÍCULAS E FILAMENTOS
 10507094 ESTADOS ELETRÔNICOS
 10507108 TRANSP.ELETR.E PROPR.ELET.DE SUPERFÍCIES; INTERF.E PELÍCULAS
 10507116 ESTRUT.ELETR.E PROPR.ELET.DE SUPERFÍCIES; INTERF.E PELÍCULAS
 10507124 SUPERCONDUTIVIDADE
 10507132 MATERIAIS MAGNÉTICOS E PROPRIEDADES MAGNÉTICAS
 10507140 RESS.MAGN. REL.MAT.COND.; EFEIT.MOSBAUER; CORR.ANG.PERTUBADA
 10507159 MATERIAIS DIELÉTRICOS E PROPRIEDADES DIELÉTRICAS
 10507167 PROP.OTIC.E ESPEC.MATR.COND.; OUTRAS INTER.MAT.COM RAD.PART.
 10507175 EMISSÃO ELETRON.E IÔNICA POR LIQ.E SÓLIDOS; FENOM.DE IMPACTO
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: QUÍMICA
- 10600000 QUÍMICA
 10601007 QUÍMICA ORGÂNICA
 10601015 ESTRUTURA, CONFORMAÇÃO E ESTEREOQUÍMICA
 10601023 SÍNTESE ORGÂNICA
 10601031 FÍSICO-QUÍMICA ORGÂNICA
 10601040 FOTOQUÍMICA ORGÂNICA
 10601058 QUÍMICA DOS PRODUTOS NATURAIS
 10601066 EVOLUÇÃO, SISTEMÁTICA E ECOLOGIA QUÍMICA
 10601074 POLÍMEROS E COLÓIDES
 10602003 QUÍMICA INORGÂNICA
 10602011 CAMPOS DE COORDENAÇÃO
 10602020 NÃO-METAIS E SEUS COMPOSTOS
 10602038 COMPOSTOS ORGANO-METÁLICOS
 10602046 DETERMINAÇÃO DE ESTRUTURAS DE COMPOSTOS INORGÂNICOS
 10602054 FOTO-QUÍMICA INORGÂNICA
 10602062 FÍSICO QUÍMICA INORGÂNICA
 10602070 QUÍMICA BIO-INORGÂNICA
 10603000 FÍSICO-QUÍMICA

10603018 CINÉTICA QUÍMICA E CATALISE
10603026 ELETROQUÍMICA
10603034 ESPECTROSCOPIA
10603042 QUÍMICA DE INTERFACES
10603050 QUÍMICA DO ESTADO CONDENSADO
10603069 QUÍMICA NÚCLEAR E RADIOQUÍMICA
10603077 QUÍMICA TEÓRICA
10603085 TERMODINÂMICA QUÍMICA
10604006 QUÍMICA ANALÍTICA
10604014 SEPARAÇÃO
10604022 MÉTODOS ÓTICOS DE ANÁLISE
10604030 ELETROANALÍTICA
10604049 GRAVIMETRIA
10604057 TITIMETRIA
10604065 INSTRUMENTAÇÃO ANALÍTICA
10604073 ANÁLISE DE TRAÇOS E QUÍMICA AMBIENTAL
ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOCIÊNCIAS

10700005 GEOCIÊNCIAS
10701001 GEOLOGIA
10701010 MINERALOGIA
10701028 PETROLOGIA
10701036 GEOQUÍMICA
10701044 GEOLOGIA REGIONAL
10701052 GEOTECTÔNICA
10701060 GEOCRONOLOGIA
10701079 CARTOGRAFIA GEOLÓGICA
10701087 METALOGENIA
10701095 HIDROGEOLOGIA
10701109 PROSPECÇÃO MINERAL
10701117 SEDIMENTOLOGIA
10701125 PALEONTOLOGIA ESTRATIGRÁFICA
10701133 ESTRATIGRAFIA
10701141 GEOLOGIA AMBIENTAL
10702008 GEOFÍSICA
10702016 GEOMAGNETISMO
10702024 SISMOLOGIA
10702032 GEOTERMIA E FLUXO TÉRMICO
10702040 PROPRIEDADES FÍSICAS DAS ROCHAS
10702059 GEOFÍSICA NUCLEAR
10702067 SENSORIAMENTO REMOTO
10702075 AERONOMIA
10702083 DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTAÇÃO GEOFÍSICA
10702091 GEOFÍSICA APLICADA
10702105 GRAVIMETRIA
10703004 METEOROLOGIA
10703012 METEOROLOGIA DINÂMICA
10703020 METEOROLOGIA SINÓTICA
10703039 METEOROLOGIA FÍSICA
10703047 QUÍMICA DA ATMOSFERA
10703055 INSTRUMENTAÇÃO METEOROLÓGICA
10703063 CLIMATOLOGIA
10703071 MICROMETEOROLOGIA
10703080 SENSORIAMENTO REMOTO DA ATMOSFERA
10703098 METEOROLOGIA APLICADA
10704000 GEODÉSIA
10704019 GEODÉSIA FÍSICA
10704027 GEODÉSIA GEOMÉTRICA
10704035 GEODÉSIA CELESTE

10704043	FOTOGRAMETRIA
10704051	CARTOGRAFIA BÁSICA
10705007	GEOGRAFIA FÍSICA
10705015	GEOMORFOLOGIA
10705023	CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA
10705031	PEDOLOGIA
10705040	HIDROGEOGRAFIA
10705058	GEOECOLOGIA
10705066	FOTOGEOGRAFIA (FÍSICO-ECOLÓGICA)
10705074	GEOCARTOGRAFIA
10802002	OCEANOGRAFIA FÍSICA
10802010	VARIÁVEIS FÍSICAS DA ÁGUA DO MAR
10802029	MOVIMENTO DA ÁGUA DO MAR
10802037	ORIGEM DAS MASSAS DE ÁGUA
10802045	INTERAÇÃO DO OCEANO COM O LEITO DO MAR
10802053	INTERAÇÃO DO OCEANO COM A ATMOSFERA
10803009	OCEANOGRAFIA QUÍMICA
10803017	PROPRIEDADES QUÍMICAS DA ÁGUA DO MAR
10803025	INTER.QUÍM.-BIOL./GEOL.DAS SUBST. QUIM.DA ÁGUA DO MAR
10804005	OCEANOGRAFIA GEOLÓGICA
10804013	GEOMORFOLOGIA SUBMARINA
10804021	SEDIMENTOLOGIA MARINHA
10804030	GEOFÍSICA MARINHA
10804048	GEOQUÍMICA MARINHA

20000006**CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I

20100000	BIOLOGIA GERAL
20200005	GENÉTICA
20201001	GENÉTICA QUANTITATIVA
20202008	GENÉTICA MOLECULAR E DE MICROORGANISMOS
20203004	GENÉTICA VEGETAL
20204000	GENÉTICA ANIMAL
20205007	GENÉTICA HUMANA E MÉDICA
20206003	MUTAGENESE

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II

20600003	MORFOLOGIA
20601000	CITOLOGIA E BIOLOGIA CELULAR
20602006	EMBRIOLOGIA
20603002	HISTOLOGIA
20604009	ANATOMIA
20604017	ANATOMIA HUMANA
20604025	ANATOMIA ANIMAL
20700008	FISIOLOGIA
20701004	FISIOLOGIA GERAL
20702000	FISIOLOGIA DOS ÓRGÃOS E SISTEMAS
20702019	NEUROFISIOLOGIA
20702027	FISIOLOGIA CARDIOVASCULAR
20702035	FISIOLOGIA DA RESPIRAÇÃO
20702043	FISIOLOGIA RENAL
20702051	FISIOLOGIA ENDÓCRINA
20702060	FISIOLOGIA DA DIGESTÃO

20702078	CINESIOLOGIA
20703007	FISIOLOGIA DO ESFORÇO
20704003	FISIOLOGIA COMPARADA
20800002	BIOQUÍMICA
20801009	QUÍMICA DE MACROMOLÉCULAS
20801017	PROTEÍNAS
20801025	LIPÍDEOS
20801033	GLICÍDEOS
20802005	BIOQUÍMICA DOS MICROORGANISMOS
20803001	METABOLISMO E BIOENERGÉTICA
20804008	BIOLOGIA MOLECULAR
20805004	ENZIMOLOGIA
20900007	BIOFÍSICA
20901003	BIOFÍSICA MOLECULAR
20902000	BIOFÍSICA CELULAR
20903006	BIOFÍSICA DE PROCESSOS E SISTEMAS
20904002	RADIOLOGIA E FOTOBIOLOGIA
21000000	FARMACOLOGIA
21001006	FARMACOLOGIA GERAL
21001014	FARMACOCINÉTICA
21001022	BIODISPONIBILIDADE
21002002	FARMACOLOGIA AUTONÔMICA
21003009	NEUROPSICOFARMACOLOGIA
21004005	FARMACOLOGIA CARDIORENAL
21005001	FARMACOLOGIA BIOQUÍMICA E MOLECULAR
21006008	ETNOFARMACOLOGIA
21007004	TOXICOLOGIA
21008000	FARMACOLOGIA CLÍNICA ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III
21100004	IMUNOLOGIA
21101000	IMUNOQUÍMICA
21102007	IMUNOLOGIA CELULAR
21103003	IMUNOGENÉTICA
21104000	IMUNOLOGIA APLICADA
21200009	MICROBIOLOGIA
21201005	BIOLOGIA E FISIOLOGIA DOS MICROORGANISMOS
21201013	VIROLOGIA
21201021	BACTERIOLOGIA
21201030	MICOLOGIA
21202001	MICROBIOLOGIA APLICADA
21202010	MICROBIOLOGIA MÉDICA
21202028	MICROBIOLOGIA INDUSTRIAL E DE FERMENTAÇÃO
21300003	PARASITOLOGIA
21301000	PROTOZOOLOGIA DE PARASITOS
21301018	PROTOZOOLOGIA PARASITÁRIA HUMANA
21301026	PROTOZOOLOGIA PARASITÁRIA ANIMAL
21302006	HELMINTOLOGIA DE PARASITOS
21302014	HELMINTOLOGIA HUMANA
21302022	HELMINTOLOGIA ANIMAL
21303002	ENTOMOLOGIA E MALACOLOGIA DE PARASITOS E VETORES

ÁREA DE AVALIAÇÃO: BIODIVERSIDADE

20500009	ECOLOGIA
20501005	ECOLOGIA TEÓRICA
20502001	ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS
20503008	ECOLOGIA APLICADA
10800000	OCEANOGRAFIA
10801006	OCEANOGRAFIA BIOLÓGICA
10801014	INTER.ENTRE OS ORGAN.MARINHOS E OS PARÂMETROS AMBIENTAIS
20300000	BOTÂNICA
20301006	PALEOBOTÂNICA
20302002	MORFOLOGIA VEGETAL
20302010	MORFOLOGIA EXTERNA
20302029	CITOLOGIA VEGETAL
20302037	ANATOMIA VEGETAL
20302045	PALINOLOGIA
20303009	FISIOLOGIA VEGETAL
20303017	NUTRIÇÃO E CRESCIMENTO VEGETAL
20303025	REPRODUÇÃO VEGETAL
20303033	ECOFISIOLOGIA VEGETAL
20304005	TAXONOMIA VEGETAL
20304013	TAXONOMIA DE CRIPTÓGAMOS
20304021	TAXONOMIA DE FANEROGAMOS
20305001	FITOGEOGRAFIA
20306008	BOTÂNICA APLICADA
20400004	ZOOLOGIA
20401000	PALEOZOOLOGIA
20402007	MORFOLOGIA DOS GRUPOS RECENTES
20403003	FISIOLOGIA DOS GRUPOS RECENTES
20404000	COMPORTAMENTO ANIMAL
20405006	TAXONOMIA DOS GRUPOS RECENTES
20406002	ZOOLOGIA APLICADA
20406010	CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES ANIMAIS
20406029	UTILIZAÇÃO DOS ANIMAIS
20406037	CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS

30000009

ENGENHARIAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS I

30100003	ENGENHARIA CIVIL
30101000	CONSTRUÇÃO CIVIL
30101018	MATERIAIS E COMPONENTES DE CONSTRUÇÃO
30101026	PROCESSOS CONSTRUTIVOS
30101034	INSTALAÇÕES PREDIAIS
30102006	ESTRUTURAS
30102014	ESTRUTURAS DE CONCRETO
30102022	ESTRUTURAS DE MADEIRAS
30102030	ESTRUTURAS METÁLICAS
30102049	MECÂNICA DAS ESTRUTURAS
30103002	GEOTÉCNICA
30103010	FUNDAÇÕES E ESCAVAÇÕES

30103029	MECÂNICAS DAS ROCHAS
30103037	MECÂNICA DOS SOLOS
30103045	OBRAS DE TERRA E ENROCAMENTO
30103053	PAVIMENTOS
30104009	ENGENHARIA HIDRÁULICA
30104017	HIDRÁULICA
30104025	HIDROLOGIA
30105005	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
30105013	AEROPORTOS; PROJETO E CONSTRUÇÃO
30105021	FERROVIAS; PROJETOS E CONSTRUÇÃO
30105030	PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS; PROJETO E CONSTRUÇÃO
30105048	RODOVIAS; PROJETO E CONSTRUÇÃO
30700000	ENGENHARIA SANITÁRIA
30701007	RECURSOS HÍDRICOS
30701015	PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS HÍDRICOS
30701023	TECNOLOGIA E PROBLEMAS SANITÁRIOS DE IRRIGAÇÃO
30701031	ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E POÇOS PROFUNDOS
30701040	CONTROLE DE ENCHENTES E DE BARRAGENS
30701058	SEDIMENTOLOGIA
30702003	TRATAMENTO DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO E RESIDUÁRIAS
30702011	QUÍMICA SANITÁRIA
30702020	PROCESSOS SIMPLIFICADOS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
30702038	TÉCNICAS CONVENCIONAIS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
30702046	TÉCNICAS AVANÇADAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
30702054	ESTUDOS E CARACTERIZAÇÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS
30702062	LAY OUT DE PROCESSOS INDUSTRIAIS
30702070	RESÍDUOS RADIOATIVOS
30702078	TÉCNICAS CONVENCIONAIS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
30703000	SANEAMENTO BÁSICO
30703018	TÉCNICAS DE ABASTECIMENTO DA ÁGUA
30703026	DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS
30703034	DRENAGEM URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS
30703042	RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS
30703050	LIMPEZA PÚBLICA
30703069	INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS
30704006	SANEAMENTO AMBIENTAL
30704014	ECOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA SANITÁRIA
30704022	MICROBIOLOGIA APLICADA E ENGENHARIA SANITÁRIA
30704030	PARASITOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA SANITÁRIA
30704049	QUALIDADE DO AR, DAS ÁGUAS E DO SOLO
30704057	CONTROLE DA POLUIÇÃO
30704065	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
31000002	ENGENHARIA DE TRANSPORTES
31001009	PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES
31001017	PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE
31001025	ECONOMIA DOS TRANSPORTES
31002005	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE
31002013	VIAS DE TRANSPORTE
31002021	VEÍCULOS DE TRANSPORTES
31002030	ESTAÇÃO DE TRANSPORTE
31002048	EQUIPAMENTOS AUXILIARES E CONTROLES
31003001	OPERAÇÕES DE TRANSPORTES
31003010	ENGENHARIA DE TRÁFEGO
31003028	CAPACIDADE DE VIAS DE TRANSPORTE
31003036	OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS II

30200008	ENGENHARIA DE MINAS
30201004	PESQUISA MINERAL
30201012	CARACTERIZAÇÃO DO MINÉRIO
30201020	DIMENSIONAMENTO DE JAZIDAS
30202000	LAVRA
30202019	LAVRA A CÉU ABERTO
30202027	LAVRA DE MINA SUBTERRÂNEA
30202035	EQUIPAMENTOS DE LAVRA
30203007	TRATAMENTO DE MINÉRIOS
30203015	MÉTODOS DE CONCENTRAÇÃO E ENRIQUECIMENTOS DE MINÉRIOS
30203023	EQUIPAMENTOS DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS
30300002	ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA
30301009	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS
30301017	INSTALAÇÕES METALÚRGICAS
30301025	EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS
30302005	METALURGIA EXTRATIVA
30302013	AGLOMERAÇÃO
30302021	ELETROMETALURGIA
30302030	HIDROMETALURGIA
30302048	PIROMETALURGIA
30302056	TRATAMENTO DE MINÉRIOS
30303001	METALURGIA DE TRANSFORMAÇÃO
30303010	CONFORMAÇÃO MECÂNICA
30303028	FUNDIÇÃO
30303036	METALURGIA DE PÓ
30303044	RECOBRIMENTOS
30303052	SOLDAGEM
30303060	TRATAMENTO TÉRMICO, MECÂNICOS E QUÍMICOS
30303079	USINAGEM
30304008	METALURGIA FÍSICA
30304016	ESTRUTURA DOS METAIS E LIGAS
30304024	PROPRIEDADES FÍSICAS DOS METAIS E LIGAS
30304032	PROPRIEDADES MECÂNICAS DOS METAIS E LIGAS
30304040	TRANSFORMAÇÃO DE FASES
30304059	CORROSÃO
30305004	MATERIAIS NÃO-METÁLICOS
30305012	EXTRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE MATERIAIS
30305020	CERÂMICOS
30305039	MATERIAIS CONJUGADOS NÃO-METÁLICOS
30305047	POLÍMEROS, APLICAÇÕES
30600006	ENGENHARIA QUÍMICA
30601002	PROCESSOS INDUSTRIAIS DE ENGENHARIA QUÍMICA
30601010	PROCESSOS BIOQUÍMICOS
30601029	PROCESSOS ORGÂNICOS
30601037	PROCESSOS INORGÂNICOS
30602009	OPERAÇÕES INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ENG. QUÍMICA
30602017	REATORES QUÍMICOS
30602025	OPERAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS BIOQUÍMICOS
30602033	OPERAÇÕES DE SEPARAÇÃO E MISTURA
30603005	TECNOLOGIA QUÍMICA
30603013	BALANÇOS GLOBAIS DE MATÉRIA E ENERGIA
30603021	ÁGUA
30603030	ÁLCOOL

30603048	ALIMENTOS
30603056	BORRACHAS
30603064	CARVÃO
30603072	CERÂMICA
30603080	CIMENTO
30603099	COURO
30603102	DETERGENTES
30603110	FERTILIZANTES
30603129	MEDICAMENTOS
30603137	METAIS NÃO-FERROSOS
30603145	ÓLEOS
30603153	PAPEL E CELULOSE
30603161	PETRÓLEO E PETROQUÍMICA
30603170	POLÍMEROS
30603188	PRODUTOS NATURAIS
30603196	TÉXTEIS
30603200	TRATAMENTOS E APROVEITAMENTOS DE REJEITOS
30603218	XISTO
30900000	ENGENHARIA NUCLEAR
30901006	APLICAÇÕES DE RADIOISÓTOPOS
30901014	PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOTOS
30901022	APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DE RADIOISÓTOTOS
30901030	INSTRUMENTAÇÃO PARA MEDIDA E CONTROLE DE RADIAÇÃO
30902002	FUSÃO CONTROLADA
30902010	PROCESSOS INDUSTRIAIS DA FUSÃO CONTROLADA
30902029	PROBLEMAS TECNOLÓGICOS DA FUSÃO CONTROLADA
30903009	COMBUSTÍVEL NÚCLEAR
30903017	EXTRAÇÃO DE COMBUSTÍVEL NÚCLEAR
30903025	CONVERSÃO, ENRIQUECIMENTO E FABRICAÇÃO DE COMBUST. NÚCLEAR
30903033	REPROCESSAMENTO DO COMBUSTÍVEL NÚCLEAR
30903041	REJEITOS DE COMBUSTÍVEL NÚCLEAR
30904005	TECNOLOGIA DOS REATORES
30904013	NÚCLEO DO REATOR
30904021	MATERIAIS NUCLEARES E BLINDAGEM DE REATORES
30904030	TRANSFERÊNCIA DE CALOR EM REATORES
30904048	GERAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS ELÉTRICOS EM REATORES
30904056	INSTRUMENTAÇÃO PARA OPERAÇÃO E CONTROLE DE REATORES
30904064	SEGURANÇA, LOCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE REATORES
30904072	ASPECTOS ECONÔMICOS DE REATORES
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS III
30500001	ENGENHARIA MECÂNICA
30501008	FENÔMENOS DE TRANSPORTES
30501016	TRANSFERÊNCIA DE CALOR
30501024	MECÂNICA DOS FLUÍDOS
30501032	DINÂMICA DOS GASES
30501040	PRINCÍPIOS VARIACIONAIS E MÉTODOS NUMÉRICOS
30502004	ENGENHARIA TÉRMICA
30502012	TERMODINÂMICA
30502020	CONTROLE AMBIENTAL
30502039	APROVEITAMENTO DA ENERGIA
30503000	MECÂNICA DOS SÓLIDOS
30503019	MECÂNICA DOS CORPOS SÓLIDOS, ELÁSTICOS E PLÁSTICOS
30503027	DINÂMICA DOS CORPOS RÍGIDOS, ELÁSTICOS E PLÁSTICOS
30503035	ANÁLISE DE TENSÕES
30503043	TERMOELASTICIDADE
30504007	PROJETOS DE MÁQUINAS
30504015	TEORIA DOS MECANISMOS

30504023	ESTÁTICA E DINÂMICA APLICADA
30504031	ELEMENTOS DE MÁQUINAS
30504040	FUNDAMENTOS GERAIS DE PROJETOS DAS MÁQUINAS
30504058	MÁQUINAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS
30504066	MÉTODOS DE SÍNTESE E OTIMIZAÇÃO APLICADOS AO PROJ. MECÂNICO
30504074	CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS
30504082	APROVEITAMENTO DE ENERGIA
30505003	PROCESSOS DE FABRICAÇÃO
30505011	MATRIZES E FERRAMENTAS
30505020	MÁQUINAS DE USINAGEM E CONFORMAÇÃO
30505038	CONTROLE NUMÉRICO
30505046	ROBOTIZAÇÃO
30505054	PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, SELEÇÃO ECONÔMICA
30800005	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
30801001	GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
30801010	PLANEJAMENTO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS
30801028	PLANEJAMENTO, PROJETO E CONTROLE DE SIST. DE PRODUÇÃO
30801036	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
30801044	SUPRIMENTOS
30801052	GARANTIA DE CONTROLE DE QUALIDADE
30802008	PESQUISA OPERACIONAL
30802016	PROCESSOS ESTOCÁSTICOS E TEORIAS DAS FILAS
30802024	PROGRAMAÇÃO LINEAR, NÃO-LINEAR, MISTA E DINÂMICA
30802032	SÉRIES TEMPORAIS
30802040	TEORIA DOS GRAFOS
30802059	TEORIA DOS JOGOS
30803004	ENGENHARIA DO PRODUTO
30803012	ERGONOMIA
30803020	METODOLOGIA DE PROJETO DO PRODUTO
30803039	PROCESSOS DE TRABALHO
30803047	GERÊNCIA DO PROJETO E DO PRODUTO
30803055	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO
30804000	ENGENHARIA ECONÔMICA
30804019	ESTUDO DE MERCADO
30804027	LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
30804035	ANÁLISE DE CUSTOS
30804043	ECONOMIA DE TECNOLOGIA
30804051	VIDA ECONÔMICA DOS EQUIPAMENTOS
30804060	AVALIAÇÃO DE PROJETOS
31100007	ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA
31101003	HIDRODINÂMICA DE NAVIOS E SISTEMAS OCEÂNICOS
31101011	RESISTÊNCIA HIDRODINÂMICA
31101020	PROPULSÃO DE NAVIOS
31102000	ESTRUTURAS NAVAIS E OCEÂNICAS
31102018	ANÁLISE TEÓRICA E EXPERIMENTAL DE ESTRUTURA
31102026	DINÂMICA ESTRUTURAL NAVAL E OCEÂNICA
31102034	SÍNTESE ESTRUTURAL NAVAL E OCEÂNICA
31103006	MÁQUINAS MARÍTIMAS
31103014	ANÁLISE DE SISTEMAS PROPULSORES
31103022	CONTROLE E AUTOMAÇÃO DE SISTEMAS PROPULSORES
31103030	EQUIPAMENTOS AUXILIARES DO SISTEMA PROPULSIVO
31103049	MOTOR DE PROPULSÃO
31104002	PROJETOS DE NAVIOS E DE SISTEMAS OCEÂNICOS
31104010	PROJETOS DE NAVIOS
31104029	PROJETOS DE SISTEMAS OCEÂNICOS FIXOS E SEMI-FIXOS
31104037	PROJETOS DE EMBARCAÇÕES NÃO-CONVENCIONAIS
31105009	TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL E DE SISTEMAS OCEÂNICOS
31105017	MÉTODOS DE FABRICAÇÃO DE NAVIOS E SISTEMAS OCEÂNICOS

31105025	SOLDAGEM DE ESTRUTURAS NAVAIS E OCEÂNICOS
31105033	CUSTOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL
31105041	NORMATIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE NAVIOS
31200001	ENGENHARIA AEROESPACIAL
31201008	AERODINÂMICA
31201016	AERODINÂMICA DE AERONAVES ESPACIAIS
31201024	AERODINÂMICA DOS PROCESSOS GEOFÍSICOS E INTERPLANETÁRIOS
31202004	DINÂMICA DE VÔO
31202012	TRAJETÓRIAS E ÓRBITAS
31202020	ESTABILIDADE E CONTROLE
31203000	ESTRUTURAS AEROESPACIAIS
31203019	AEROELASTICIDADE
31203027	FADIGA
31203035	PROJETOS DE ESTRUTURAS AEROESPACIAIS
31204007	MATERIAIS E PROCESSOS P/ENGENHARIA AERON. E AEROESPACIAL
31205003	PROPULSÃO AEROESPACIAL
31205011	COMBUSTÃO E ESCOAMENTO COM REAÇÕES QUÍMICAS
31205020	PROPULSÃO DE FOGUTES
31205038	MÁQUINAS DE FLUXO
31205046	MOTORES ALTERNATIVOS
31206000	SISTEMAS AEROESPACIAIS
31206018	AVIÕES
31206026	FOGUETES
31206034	HELICÓPTEROS
31206042	HOVERCRAFT
31206050	SATÉLITES E OUTROS DISPOSITIVOS AEROESPACIAIS
31206069	NORMATIZAÇÃO E CERT. DE QUAL. DE AERONAVES E COMPONENTES
31206077	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS AEROESPACIAIS ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS IV
30400007	ENGENHARIA ELÉTRICA
30401003	MATERIAIS ELÉTRICOS
30401011	MATERIAIS CONDUTORES
30401020	MATERIAIS E COMPONENTES SEMICONDUTORES
30401038	MATERIAIS E DISPOSITIVOS SUPERCONDUTORES
30401046	MATERIAIS DIELÉTRICOS, PIESOELÉTRICOS E FERROELÉTRICOS
30401054	MAT. E COMP. ELETROÓTICOS E MAGNET., MAT. FOTOELÉTRICOS
30401062	MATERIAIS E DISPOSITIVOS MAGNÉTICOS
30402000	MEDIDAS ELÉTRICAS, MAGNÉTICAS E ELETRÔNICAS; INSTRUMENTAÇÃO
30402018	MEDIDAS ELÉTRICAS
30402026	MEDIDAS MAGNÉTICAS
30402034	INSTRUMENTAÇÃO ELETROMECAÂNICA
30402042	INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA
30402050	SISTEMAS ELETRÔNICOS DE MEDIDAS E DE CONTROLE
30403006	CIRCUITOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETRÔNICOS
30403014	TEORIA GERAL DOS CIRCUITOS ELÉTRICOS
30403022	CIRCUITOS LINEARES E NÃO LINEARES
30403030	CIRCUITOS ELETRÔNICOS
30403049	CIRCUITOS MAGNÉTICOS, MAGNÉTISMO, ELETROMAGNÉTISMO
30404002	SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA
30404010	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
30404029	TRANSMISSÃO DA ENERGIA ELET., DISTRIB. DA ENERGIA ELÉTRICA
30404037	CONVERSÃO E RETIFICAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA
30404045	MEDIÇÃO, CONTROLE, CORREÇÃO E PROTEÇÃO DE SIST. ELET. E POT.
30404053	MÁQUINAS ELÉTRICAS E DISPOSITIVOS DE POTÊNCIA
30404061	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS
30405009	ELETRÔNICA INDUSTRIAL, SISTEMAS E CONTROLES ELETRÔNICOS
30405017	ELETRÔNICA INDUSTRIAL

30405025 AUTOMAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ELÉTRICOS E INDUSTRIAIS
 30405033 CONTROLE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS, RETROALIMENTAÇÃO
 30406005 TELECOMUNICAÇÕES
 30406013 TEORIA ELETROMAG., MICROONDAS, PROPAGAÇÃO DE ONDAS, ANTENAS
 30406021 RADIONAVEGAÇÃO E RADIOASTRONOMIA
 30406030 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

31300006 ENGENHARIA BIOMÉDICA
 31301002 BIOENGENHARIA
 31301010 PROCESSAMENTO DE SINAIS BIOLÓGICOS
 31301029 MODELAGEM DE FENÔMENOS BIOLÓGICOS
 31301037 MODELAGEM DE SISTEMAS BIOLÓGICOS
 31302009 ENGENHARIA MÉDICA
 31302017 BIOMATERIAIS E MATERIAIS BIOCMPATÍVEIS
 31302025 TRANSDUTORES PARA APLICAÇÕES BIOMÉDICAS
 31302033 INSTRUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA E MÉDICO-HOSPITALAR
 31302041 TECNOLOGIA DE PRÓTESES

40000001**CIÊNCIAS DA SAÚDE**

40100006 MEDICINA
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA I

40101002 CLÍNICA MÉDICA
 40101010 ANGIOLOGIA
 40101029 DERMATOLOGIA
 40101045 CANCEROLOGIA
 40101061 ENDOCRINOLOGIA
 40101100 CARDIOLOGIA
 40101118 GASTROENTEROLOGIA
 40101126 PNEUMOLOGIA
 40101134 NEFROLOGIA
 40101169 FISIATRIA
 40107000 MEDICINA LEGAL E DEONTOLOGIA
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA II

40101037 ALERGOLOGIA E IMUNOLOGIA CLÍNICA
 40101053 HEMATOLOGIA
 40101070 NEUROLOGIA
 40101088 PEDIATRIA
 40101096 DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS
 40101142 REUMATOLOGIA
 40103005 SAÚDE MATERNO-INFANTIL
 40104001 PSIQUIATRIA
 40105008 ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA
 40106004 RADIOLOGIA MÉDICA
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA III

40101150 GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
 40101177 OFTALMOLOGIA
 40101186 ORTOPEDIA
 40102009 CIRURGIA
 40102017 CIRURGIA PLÁSTICA E RESTAURADORA
 40102025 CIRURGIA OTORRINOLARINGOLOGIA
 40102033 CIRURGIA OFTALMOLÓGICA
 40102041 CIRURGIA CARDIOVASCULAR
 40102050 CIRURGIA TORÁXICA
 40102068 CIRURGIA GASTROENTEROLOGICA

40102076	CIRURGIA PEDIÁTRICA
40102084	NEUROCIRURGIA
40102092	CIRURGIA UROLÓGICA
40102106	CIRURGIA PROCTOLÓGICA
40102114	CIRURGIA ORTOPÉDICA
40102122	CIRURGIA TRAUMATOLÓGICA
40102130	ANESTESIOLOGIA
40102149	CIRURGIA EXPERIMENTAL ÁREA DE AVALIAÇÃO: NUTRIÇÃO
40500004	NUTRIÇÃO
40501000	BIOQUÍMICA DA NUTRIÇÃO
40502007	DIETÉTICA
40503003	ANÁLISE NUTRICIONAL DE POPULAÇÃO
40504000	DESNUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO FISIOLÓGICO ÁREA DE AVALIAÇÃO: ODONTOLOGIA
40200000	ODONTOLOGIA
40201007	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
40202003	CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL
40203000	ORTODONTIA
40204006	ODONTOPEDIATRIA
40205002	PERIODONTIA
40206009	ENDODONTIA
40207005	RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA
40208001	ODONTOLOGIA SOCIAL E PREVENTIVA
40209008	MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ÁREA DE AVALIAÇÃO: FARMÁCIA
40300005	FARMÁCIA
40301001	FARMACOTECNIA
40302008	FARMACOGNOSIA
40303004	ANÁLISE TOXICOLÓGICA
40304000	ANÁLISE E CONTROLE DE MEDICAMENTOS
40305007	BROMATOLOGIA ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENFERMAGEM
40400000	ENFERMAGEM
40401006	ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA
40402002	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
40403009	ENFERMAGEM PEDIÁTRICA
40404005	ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA
40405001	ENFERMAGEM DE DOENÇAS CONTAGIOSAS
40406008	ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA ÁREA DE AVALIAÇÃO: SAÚDE COLETIVA
40600009	SAÚDE COLETIVA
40601005	EPIDEMIOLOGIA
40602001	SAÚDE PÚBLICA
40603008	MEDICINA PREVENTIVA ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA
40900002	EDUCAÇÃO FÍSICA

40700003 FONOAUDIOLOGIA
 40800008 FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

50000004**CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS AGRÁRIAS I

50100009 AGRONOMIA
 50101005 CIÊNCIA DO SOLO
 50101013 GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS
 50101021 FÍSICA DO SOLO
 50101030 QUÍMICA DO SOLO
 50101048 MICROBIOLOGIA E BIOQUÍMICA DO SOLO
 50101056 FERTILIDADE DO SOLO E ADUBAÇÃO
 50101064 MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO
 50102001 FITOSSANIDADE
 50102010 FITOPATOLOGIA
 50102028 ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA
 50102036 PARASITOLOGIA AGRÍCOLA
 50102044 MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA
 50102052 DEFESA FITOSSANITÁRIA
 50103008 FITOTECNIA
 50103016 MANEJO E TRATOS CULTURAIS
 50103024 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA
 50103032 PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE SEMENTES
 50103040 PRODUÇÃO DE MUDAS
 50103059 MELHORAMENTO VEGETAL
 50103067 FISIOLOGIA DE PLANTAS CULTIVADAS
 50103075 MATOLOGIA
 50104004 FLORICULTURA, PARQUES E JARDINS
 50104012 FLORICULTURA
 50104020 PARQUES E JARDINS
 50104039 ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
 50105000 AGROMETEROLOGIA
 50106007 EXTENSÃO RURAL

50200003 RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL
 50201000 SILVICULTURA
 50201018 DENDROLOGIA
 50201026 FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO
 50201034 GENÉTICA E MELHORAMENTO FLORESTAL
 50201042 SEMENTES FLORESTAIS
 50201050 NUTRIÇÃO FLORESTAL
 50201069 FISIOLOGIA FLORESTAL
 50201077 SOLOS FLORESTAIS
 50201085 PROTEÇÃO FLORESTAL
 50202006 MANEJO FLORESTAL
 50202014 ECONOMIA FLORESTAL
 50202022 POLÍTICA E LEGISLAÇÃO FLORESTAL
 50202030 ADMINISTRAÇÃO FLORESTAL
 50202049 DENDROMETRIA E INVENTÁRIO FLORESTAL
 50202057 FOTOINTERPRETAÇÃO FLORESTAL
 50202065 ORDENAMENTO FLORESTAL
 50203002 TÉCNICAS E OPERAÇÕES FLORESTAIS
 50203010 EXPLORAÇÃO FLORESTAL
 50203029 MECANIZAÇÃO FLORESTAL

50204009	TECNOLOGIA E UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
50204017	ANATOMIA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
50204025	PROPRIEDADES FÍSICO-MECÂNICAS DA MADEIRA
50204033	RELAÇÕES ÁGUA-MADEIRA E SECAGEM
50204041	TRATAMENTO DA MADEIRA
50204050	PROCESSAMENTO MECÂNICO DA MADEIRA
50204068	QUÍMICA DA MADEIRA
50204076	RESINAS DE MADEIRAS
50204084	TECNOLOGIA DE CELULOSE E PAPEL
50204092	TECNOLOGIA DE CHAPAS
50205005	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
50205013	HIDROLOGIA FLORESTAL
50205021	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS SILVESTRES
50205030	CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
50205048	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
50206001	ENERGIA DE BIOMASSA FLORESTAL
50300008	ENGENHARIA AGRÍCOLA
50301004	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
50302000	ENGENHARIA DE ÁGUA E SOLO
50302019	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
50302027	CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA
50303007	ENGENHARIA DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303015	PRÉ-PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303023	ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303031	TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50304003	CONSTRUÇÕES RURAIS E AMBIÊNCIA
50304011	ASSENTAMENTO RURAL
50304020	ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES RURAIS
50304038	SANEAMENTO RURAL
50305000	ENERGIZAÇÃO RURAL
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS
50400002	ZOOTECNIA
50401009	ECOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS E ETOLOGIA
50402005	GENÉTICA E MELHORAMENTO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS
50403001	NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL
50403010	EXIGÊNCIAS NUTRICIONAIS DOS ANIMAIS
50403028	AVALIAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
50403036	CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
50404008	PASTAGEM E FORRAGICULTURA
50404016	AVALIAÇÃO, PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FORRAGENS
50404024	MANEJO E CONSERVAÇÃO DE PASTAGENS
50404032	FISIOLOGIA DE PLANTAS FORRAGEIRAS
	MELHORAMENTO DE PLANTAS FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO DE
50404040	SEMENTES
50404059	TOXICOLOGIA E PLANTAS TÓXICAS
50405004	PRODUÇÃO ANIMAL
50405012	CRIAÇÃO DE ANIMAIS
50405020	MANEJO DE ANIMAIS
50405039	INSTALAÇÕES PARA PRODUÇÃO ANIMAL
50600001	RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA
50601008	RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS
50601016	FATORES ABIÓTICOS DO MAR
50601024	AVALIAÇÃO DE ESTOQUE PESQUEIROS MARINHOS
50601032	EXPLORAÇÃO PESQUEIRA MARINHA
50601040	MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS
50602004	RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES

50602012	FATORES ABIÓTICOS DE ÁGUAS INTERIORES
50602020	AVALIAÇÃO DE ESTOQUES PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES
50602039	EXPLORAÇÃO PESQUEIRA DE ÁGUAS INTERIORES
	MANEJO E CONSERV. DE RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS
50602047	INFERIORES
50603000	AQUICULTURA
50603019	MARICULTURA
50603027	CARCINOCULTURA
50603035	OSTREICULTURA
50603043	PISCICULTURA
50604007	ENGENHARIA DE PESCA
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA VETERINÁRIA
50500007	MEDICINA VETERINÁRIA
50501003	CLÍNICA E CIRÚRGIA ANIMAL
50501011	ANESTESIOLOGIA ANIMAL
50501020	TÉCNICA CIRÚRGICA ANIMAL
50501038	RADIOLOGIA DE ANIMAIS
50501046	FARMACOLOGIA E TERAPÉUTICA ANIMAL
50501054	OBSTETRÍCIA ANIMAL
50501062	CLÍNICA VETERINÁRIA
50501070	CLÍNICA CIRÚRGICA ANIMAL
50501089	TOXICOLOGIA ANIMAL
50502000	MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA
50502018	EPIDEMIOLOGIA ANIMAL
50502026	SANEAMENTO APLICADO À SAÚDE DO HOMEM
50502034	DOENÇAS INFECCIOSAS DE ANIMAIS
50502042	DOENÇAS PARASITÁRIAS DE ANIMAIS
50502050	SAÚDE ANIMAL (PROGRAMAS SANITÁRIOS)
50503006	PATOLOGIA ANIMAL
50503014	PATOLOGIA AVIÁRIA
50503022	ANATOMIA PATOLÓGICA ANIMAL
50503030	PATOLOGIA CLÍNICA ANIMAL
50504002	REPRODUÇÃO ANIMAL
50504010	GINECOLOGIA E ANDROLOGIA ANIMAL
50504029	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL ANIMAL
50504037	FISIOPATOLOGIA DA REPRODUÇÃO ANIMAL
50505009	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA DE ALIMENTOS
50700006	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
50701002	CIÊNCIA DE ALIMENTOS
50701010	VALOR NUTRITIVO DE ALIMENTOS
50701029	QUÍMICA, FÍSICA, FÍSICO-QUÍM. BIOQ. DOS ALI. MAT. PRIMAS ALI
50701037	MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS
50701045	FISIOLOGIA PÓS-COLHEITA
50701053	TOXICIDADE E RESÍDUOS DE PESTICIDAS EM ALIMENTOS
50701061	AVALIAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS
50701070	PADRÕES, LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
50702009	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
50702017	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
50702025	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
50702033	TECNOLOGIA DAS BEBIDAS
50702041	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
50702050	APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS
50702068	EMBALAGENS DE PRODUTOS ALIMENTARES
50703005	ENGENHARIA DE ALIMENTOS
50703013	INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

50703021 ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS

60000007

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: DIREITO

60100001 DIREITO
 60101008 TEORIA DO DIREITO
 60101016 TEORIA GERAL DO DIREITO
 60101024 TEORIA GERAL DO PROCESSO
 60101032 TEORIA DO ESTADO
 60101040 HISTÓRIA DO DIREITO
 60101059 FILOSOFIA DO DIREITO
 60101067 LÓGICA JURÍDICA
 60101075 SOCIOLOGIA JURÍDICA
 60101083 ANTROPOLOGIA JURÍDICA
 60102004 DIREITO PÚBLICO
 60102012 DIREITO TRIBUTÁRIO
 60102020 DIREITO PENAL
 60102039 DIREITO PROCESSUAL PENAL
 60102047 DIREITO PROCESSUAL CIVIL
 60102055 DIREITO CONSTITUCIONAL
 60102063 DIREITO ADMINISTRATIVO
 60102071 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
 60103000 DIREITO PRIVADO
 60103019 DIREITO CIVIL
 60103027 DIREITO COMERCIAL
 60103035 DIREITO DO TRABALHO
 60103043 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
 60104007 DIREITOS ESPECIAIS
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS,
 CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

60200006 ADMINISTRAÇÃO
 60201002 ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
 60201010 ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO
 60201029 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 60201037 MERCADOLOGIA
 60201045 NEGÓCIOS INTERNACIONAIS
 60201053 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
 60202009 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 60202017 CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS
 60202025 ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
 60202033 POLÍTICA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAIS
 60202041 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
 60203005 ADMINISTRAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS
 60204001 CIÊNCIAS CONTÁBEIS

61300004 TURISMO
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: ECONOMIA

60300000 ECONOMIA
 60301007 TEORIA ECONÔMICA
 60301015 ECONOMIA GERAL
 60301023 TEORIA GERAL DA ECONOMIA
 60301031 HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

60301040	HISTÓRIA ECONÔMICA
60301058	SISTEMAS ECONÔMICOS
60302003	MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA
60302011	MÉTODOS E MODELOS MATEMÁT., ECONÔMICOS E ESTATÍSTICOS
60302020	ESTATÍSTICA SÓCIO-ECONÔMICA
60302038	CONTABILIDADE NACIONAL
60302046	ECONOMIA MATEMÁTICA
60303000	ECONOMIA MONETÁRIA E FISCAL
60303018	TEORIA MONETÁRIA E FINANCEIRA
60303026	INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FINANCEIRAS DO BRASIL
60303034	FINANÇAS PÚBLICAS INTERNAS
60303042	POLÍTICA FISCAL DO BRASIL
60304006	CRESCIMENTO, FLUTUAÇÕES E PLANEJAMENTO ECONÔMICO
60304014	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
60304022	TEORIA E POLÍTICA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO
60304030	FLUTUAÇÕES CICLICAS E PROJEÇÕES ECONÔMICAS
60304049	INFLAÇÃO
60305002	ECONOMIA INTERNACIONAL
60305010	TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
60305029	RELAÇÕES DO COMÉRCIO; POLÍT. COMERCIAL; INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
60305037	BALANÇO DE PAGAMENTO; FINANÇAS INTERNACIONAIS
60305045	INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS E AJUDA EXTERNA
60306009	ECONOMIA DOS RECURSOS HUMANOS
60306017	TREIN. E ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA; OFERTA MÃO-DE-OBRA F. TRAB.
60306025	MERCADO DE TRABALHO; POLÍTICA DO GOVERNO
60306033	SINDICATOS, DISSÍDIOS COLET., RELAÇÕES DE EMPREGO(EMP./EMP)
60306041	CAPITAL HUMANO
60306050	DEMOGRAFIA ECONÔMICA
60307005	ECONOMIA INDUSTRIAL
60307013	ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E ESTUDOS INDUSTRIAIS
60307021	MUDANÇA TECNOLÓGICA
60308001	ECONOMIA DO BEM-ESTAR SOCIAL
60308010	ECONOMIA DOS PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL
60308028	ECONOMIA DO CONSUMIDOR
60309008	ECONOMIA REGIONAL E URBANA
60309016	ECONOMIA REGIONAL
60309024	ECONOMIA URBANA
60309032	RENDA E TRIBUTAÇÃO
60310006	ECONOMIAS AGRÁRIA E DOS RECURSOS NATURAIS
60310014	ECONOMIA AGRÁRIA
60310022	ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
60400005	ARQUITETURA E URBANISMO
60401001	FUNDAMENTOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
60401010	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO
60401028	TEORIA DA ARQUITETURA
60401036	HISTÓRIA DO URBANISMO
60401044	TEORIA DO URBANISMO
60402008	PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO
60402016	PLANEJAMENTO E PROJETOS DA EDIFICAÇÃO
60402024	PLANEJAMENTO E PROJETO DO ESPAÇO URBANO
60402032	PLANEJAMENTO E PROJETO DO EQUIPAMENTO
60403004	TECNOLOGIA DE ARQUITETURA E URBANISMO
60403012	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL
60404000	PAISAGISMO
60404019	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PAISAGISMO
60404027	CONCEITUAÇÃO DE PAISAGISMO E METODOLOGIA DO PAISAGISMO

60404035	ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR
60404043	PROJETOS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS
61200000	DESENHO INDUSTRIAL ÁREA DE AVALIAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA
60500000	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60501006	FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60501014	TEORIA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60501022	TEORIA DA URBANIZAÇÃO
60501030	POLÍTICA URBANA
60501049	HISTÓRIA URBANA
60502002	MÉTODOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60502010	INFORMAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO
60502029	TÉCNICA DE PREVISÃO URBANA E REGIONAL
60502037	TÉCNICAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO URBANA E REGIONAL
60502045	TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E PROJETO URBANOS E REGIONAIS
60503009	SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS
60503017	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E URBANA
60503025	ESTUDOS DA HABITAÇÃO
60503033	ASPECTOS SOCIAIS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60503041	ASPECTOS ECONÔMICOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60503050	ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS DO PLANEJ. URBANO E REGIONAL
60503068	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
60503076	INFRA-ESTRUTURAS URBANAS E REGIONAIS
60503084	TRANSPORTE E TRÁFEGO URBANO E REGIONAL
60503092	LEGISLAÇÃO URBANA E REGIONAL
60600004	DEMOGRAFIA
60601000	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
60601019	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL GERAL
60601027	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL URBANA
60601035	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL RURAL
60602007	TENDÊNCIA POPULACIONAL
60602015	TENDÊNCIAS PASSADAS
60602023	TAXAS E ESTIMATIVAS CORRENTES
60602031	PROJEÇÕES
60603003	COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA
60603011	FECUNDIDADE
60603020	MORTALIDADE
60603038	MIGRAÇÃO
60604000	NUPCIALIDADE E FAMÍLIA
60604018	CASAMENTO E DIVÓRCIO
60604026	FAMÍLIA E REPRODUÇÃO
60605006	DEMOGRAFIA HISTÓRICA
60605014	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
60605022	NATALIDADE, MORTALIDADE, MIGRAÇÃO
60605049	MÉTODOS E TÉCNICAS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA
60606002	POLÍTICA PÚBLICA E POPULAÇÃO
60606010	POLÍTICA POPULACIONAL
60606029	POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO
60606037	POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR
60607009	FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS ÁREA DE AVALIAÇÃO: COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
60700009	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
60701005	TEORIA DA INFORMAÇÃO

60701013	TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO
60701021	PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO
60701030	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60702001	BIBLIOTECONOMIA
60702010	TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO
60702028	MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA
60702036	TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
60702044	PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60703008	ARQUIVOLOGIA
60703016	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS
60800003	MUSEOLOGIA
60900008	COMUNICAÇÃO
60901004	TEORIA DA COMUNICAÇÃO
60902000	JORNALISMO E EDITORAÇÃO
60902019	TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
60902027	ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
60902035	ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
60902043	JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)
60903007	RÁDIO E TELEVISÃO
60903015	RADIODIFUSÃO
60903023	VIDEODIFUSÃO
60904003	RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA
60905000	COMUNICAÇÃO VISUAL
61201006	PROGRAMAÇÃO VISUAL
61202002	DESENHO DE PRODUTO
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL
61000000	SERVIÇO SOCIAL
61000000	SERVIÇO SOCIAL
61001007	FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL
61002003	SERVIÇO SOCIAL APLICADO
61002011	SERVIÇO SOCIAL DO TRABALHO
61002020	SERVIÇO SOCIAL DA EDUCAÇÃO
61002038	SERVIÇO SOCIAL DO MENOR
61002046	SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE
61002054	SERVIÇO SOCIAL DA HABITAÇÃO
61100005	ECONOMIA DOMÉSTICA

70000000**CIÊNCIAS HUMANAS**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA

70100004	FILOSOFIA
70101000	HISTÓRIA DA FILOSOFIA
70102007	METAFÍSICA
70103003	LÓGICA
70104000	ÉTICA
70105006	EPISTEMOLOGIA
70106002	FILOSOFIA BRASILEIRA
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: TEOLOGIA
71000003	TEOLOGIA
71001000	HISTÓRIA DA TEOLOGIA
71002006	TEOLOGIA MORAL

71003002	TEOLOGIA SISTEMÁTICA
71004009	TEOLOGIA PASTORAL
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: SOCIOLOGIA
70200009	SOCIOLOGIA
70201005	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA
70201013	TEORIA SOCIOLÓGICA
70201021	HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA
70202001	SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO
70203008	SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
70204004	SOCIOLOGIA URBANA
70205000	SOCIOLOGIA RURAL
70206007	SOCIOLOGIA DA SAÚDE
70207003	OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
70300003	ANTROPOLOGIA
70301000	TEORIA ANTROPOLÓGICA
70302006	ETNOLOGIA INDÍGENA
70303002	ANTROPOLOGIA URBANA
70304009	ANTROPOLOGIA RURAL
70305005	ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS
70400008	ARQUEOLOGIA
70401004	TEORIA E MÉTODO EM ARQUEOLOGIA
70402000	ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA
70403007	ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: HISTÓRIA
70500002	HISTÓRIA
70501009	TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA
70502005	HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL
70503001	HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA
70504008	HISTÓRIA DA AMÉRICA
70504016	HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS
70504024	HISTÓRIA LATINO-AMERICANA
70505004	HISTÓRIA DO BRASIL
70505012	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA
70505020	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO
70505039	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA
70505047	HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL
70506000	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOGRAFIA
70600007	GEOGRAFIA
70601003	GEOGRAFIA HUMANA
70601011	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO
70601020	GEOGRAFIA AGRÁRIA
70601038	GEOGRAFIA URBANA
70601046	GEOGRAFIA ECONÔMICA
70601054	GEOGRAFIA POLÍTICA
70602000	GEOGRAFIA REGIONAL
70602018	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
70602026	REGIONALIZAÇÃO
70602034	ANÁLISE REGIONAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: PSICOLOGIA

70700001 PSICOLOGIA
 70701008 FUNDAMENTOS E MEDIDAS DA PSICOLOGIA
 70701016 HISTÓRIA, TEORIAS E SISTEMAS EM PSICOLOGIA
 70701024 METODOLOGIA, INSTRUMENTAÇÃO E EQUIPAMENTO EM PSICOLOGIA
 70701032 CONSTRUÇÃO E VALIDADE DE TESTES, ESC. E O. MEDIDAS PSICOLÓG.
 70701040 TÉCN. DE PROCES. ESTÁT., MATEMÁTICO E COMPUT. EM PSICOLOGIA
 70702004 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL
 70702012 PROCESSOS PERCEPTUAIS E MOTORES
 70702020 PROCESSOS DE APRENDIZAGEM, MEMÓRIA E MOTIVAÇÃO
 70702039 PROCESSOS COGNITIVOS E ATENCIONAIS
 70702047 ESTADOS SUBJETIVOS E EMOÇÃO
 70703000 PSICOLOGIA FISIOLÓGICA
 70703019 NEUROLOGIA, ELETROFISIOLOGIA E COMPORTAMENTO
 70703027 PROCESSOS PSICO-FISIOLÓGICOS
 70703035 ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA E COM DROGAS; COMPORTAMENTO
 70703043 PSICOBIOLOGIA
 70704007 PSICOLOGIA COMPARATIVA
 70704015 ESTUDOS NATURALÍSTICOS DO COMPORTAMENTO ANIMAL
 70704023 MECANISMOS INSTINTIVOS E PROCESSOS SOCIAIS EM ANIMAIS
 70705003 PSICOLOGIA SOCIAL
 70705011 RELAÇÕES INTERPESSOAIS
 70705020 PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO
 70705038 PAPEIS E ESTRUTURAS SOCIAIS; INDIVÍDUO
 70706000 PSICOLOGIA COGNITIVA
 70707006 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
 70707014 PROCESSOS PERCEPTUAIS E COGNITIVOS; DESENVOLVIMENTO
 70707022 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA PERSONALIDADE
 70708002 PSICOLOGIA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM
 70708010 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
 70708029 PROGRAMAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ENSINO
 70708037 TREINAMENTO DE PESSOAL
 70708045 APRENDIZAGEM E DESEMPENHO ACADÊMICOS
 70708053 ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA
 70709009 PSICOLOGIA DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL
 70709017 ANÁLISE INSTITUCIONAL
 70709025 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL
 70709033 TREINAMENTO E AVALIAÇÃO
 70709041 FATORES HUMANOS NO TRABALHO
 70709050 PLANEJAMENTO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO HUMANO
 70710007 TRATAMENTO E PREVENÇÃO PSICOLÓGICA
 70710015 INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA
 70710023 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO
 70710031 TREINAMENTO E REABILITAÇÃO
 70710040 DESVIOS DA CONDUTA
 70710058 DISTÚRBIOS DA LINGUAGEM
 70710066 DISTÚRBIOS PSICOSSOMÁTICOS
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO

70800006 EDUCAÇÃO
 70801002 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
 70801010 FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
 70801029 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
 70801037 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
 70801045 ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL
 70801053 ECONOMIA DA EDUCAÇÃO
 70801061 PSICOLOGIA EDUCACIONAL

70802009 ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
 70802017 ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS
 70802025 ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS
 70803005 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
 70803013 POLÍTICA EDUCACIONAL
 70803021 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 70803030 AVAL. DE SISTEMAS, INST. PLANOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
 70804001 ENSINO-APRENDIZAGEM
 70804010 TEORIAS DA INSTRUÇÃO
 70804028 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
 70804036 TECNOLOGIA EDUCACIONAL
 70804044 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
 70805008 CURRÍCULO
 70805016 TEORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E DESENV. CURRICULAR
 70805024 CURRÍCULOS ESPECÍFICOS PARA NÍVEIS E TIPOS DE EDUCAÇÃO
 70806004 ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO
 70806012 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
 70806020 ORIENTAÇÃO VOCACIONAL
 70807000 TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO
 70807019 EDUCAÇÃO DE ADULTOS
 70807027 EDUCAÇÃO PERMANENTE
 70807035 EDUCAÇÃO RURAL
 70807043 EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS
 70807051 EDUCAÇÃO ESPECIAL
 70807060 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
 70807078 ENSINO PROFISSIONALIZANTE
 ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

70900000 CIÊNCIA POLÍTICA
 70901007 TEORIA POLÍTICA
 70901015 TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA
 70901023 TEORIA POLÍTICA MEDIEVAL
 70901031 TEORIA POLÍTICA MODERNA
 70901040 TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA
 70902003 ESTADO E GOVERNO
 70902011 ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO
 70902020 SISTEMAS GOVERNAMENTAIS COMPARADOS
 70902038 RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS
 70902046 ESTUDOS DO PODER LOCAL
 70902054 INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS ESPECÍFICAS
 70903000 COMPORTAMENTO POLÍTICO
 70903018 ESTUDOS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS
 70903026 ATITUDE E IDEOLOGIAS POLÍTICAS
 70903034 CONFLITOS E COALIZÕES POLÍTICAS
 70903042 COMPORTAMENTO LEGISLATIVO
 70903050 CLASSES SOCIAIS E GRUPOS DE INTERESSE
 70904006 POLÍTICAS PÚBLICAS
 70904014 ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO
 70904022 ANÁLISE INSTITUCIONAL
 70904030 TÉCNICAS DE ANTECIPAÇÃO
 70905002 POLÍTICA INTERNACIONAL
 70905010 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL
 70905029 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
 70905037 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL, CONFLITO, GUERRA E PAZ
 70905045 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS

8000002**LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: LETRAS / LINGUÍSTICA

80100007	LINGUÍSTICA
80101003	TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
80102000	FISIOLOGIA DA LINGUAGEM
80103006	LINGUÍSTICA HISTÓRICA
80104002	SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA
80105009	PSICOLINGUÍSTICA
80106005	LINGUÍSTICA APLICADA
80200001	LETRAS
80201008	LÍNGUA PORTUGUESA
80202004	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
80203000	LÍNGUAS CLÁSSICAS
80204007	LÍNGUAS INDÍGENAS
80205003	TEORIA LITERARIA
80206000	LITERATURA BRASILEIRA
80207006	OUTRAS LITERATURAS VERNÁCULAS
80208002	LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
80209009	LITERATURAS CLÁSSICAS
80210007	LITERATURA COMPARADA
	ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARTES / MÚSICA
80300006	ARTES
80301002	FUNDAMENTOS E CRÍTICA DAS ARTES
80301010	TEORIA DA ARTE
80301029	HISTÓRIA DA ARTE
80301037	CRÍTICA DA ARTE
80302009	ARTES PLÁSTICAS
80302017	PINTURA
80302025	DESENHO
80302033	GRAVURA
80302041	ESCULTURA
80302050	CERÂMICA
80302068	TECELAGEM
80303005	MÚSICA
80303013	REGÊNCIA
80303021	INSTRUMENTAÇÃO MUSICAL
80303030	COMPOSIÇÃO MUSICAL
80303048	CANTO
80304001	DANÇA
80304010	EXECUÇÃO DA DANÇA
80304028	COREOGRAFIA
80305008	TEATRO
80305016	DRAMATURGIA
80305024	DIREÇÃO TEATRAL
80305032	CENOGRAFIA
80305040	INTERPRETAÇÃO TEATRAL
80306004	ÓPERA
80307000	FOTOGRAFIA
80308007	CINEMA
80308015	ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE FILMES
80308023	ROTEIRO E DIREÇÃO CINEMATOGRAFICOS
80308031	TÉCNICAS DE REGISTROS E PROCESSAMENTO DE FILMES
80308040	INTERPRETAÇÃO CINEMATOGRAFICA

80309003 ARTES DO VÍDEO
80310001 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

90000005**MULTIDISCIPLINAR**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: INTERDISCIPLINAR

90100000 INTERDISCIPLINAR
90191000 MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
90192000 SOCIAIS E HUMANIDADES
90193000 ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
90194000 SAÚDE E BIOLÓGICAS
ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENSINO

90200000 ENSINO
90201000 ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATERIAIS

90300009 MATERIAIS
ÁREA DE AVALIAÇÃO: BIOTECNOLOGIA

90400003 BIOTECNOLOGIA
ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS AMBIENTAIS

90500008 CIÊNCIAS AMBIENTAIS